minC

Ministério da Cultura

Ministro:

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

EDIÇÃO ESPECIAL

Volume II

"RACISMO"

100

CEM ANOS DA ABOLIÇÃO

1888 - 1988

Cultura hoje

CORREIO BRAZILIENSE - 05.01.88

O cinema negro num país racista

MARIA DO ROSÁRIO CAETANO

O pesquisador João Carlos Rodrigues, que açaba de lançar o livro O Negro Brasileiro e o Cinema, compila revelações surpreendentes e corajosas. Sem temor, acusa determinados filmes de Humberto Mauro de "racistas" e reúne textos de "grandes" brasileiros que deixam claro o racismo nacional. E, ao contrário do consenso geral, prova que o poeta simbolista Cruz e Sousa não era um alienado da causa negra, como se pensa.

Alegres, trechos de O Negro Brasileiro e o Cinema causam mais entusiasmo e motivam o leitor: "Em Thezouro Perdido (1927), segundo longa de Humberto Mauro, logo no início, a montagem alternada faz analogias entre o beiço de um horrendo sapo e os lábios de um negrinho, numa intenção eminentemente desmerecedora".

INFERIORIDADE

Mais um trecho cai firme sobre Mauro. Ao analisar o filme O Despertar da Redentora (42), João Carlos mostra o paternalismo do Estado Novo, que teve no cineasta de Cataguases seu mais eficiente realizador: O Despertar da Redentora é quase transparente ao transmitir sua mensagem oficial, ingênua, paternalista e reacionária. Segundo ela, o negro nada fez para emancipar-se, sua liberdade foi um ato de magnanimidade da raça branca".

No campo dos estudos teóricos e das leis brasileiras, Rodrigues compila material precioso, que deixa claro o racismo latente em nossa sociedade.

Em 1890, decreto de 28 de junho liberou a entrada de imigrantes no país. Há, porém, no texto legal ressalva muito clara: "excetuando os indígenas da Ásia e da África, que somente por autorização do Congresso Nacional podem ser admitidos". Como se vê, o país queria se "europeizar" com os louros imigrantes alemães, poloneses e italianos. Nada de negros, como imigrantes, já que não mais podiam ser escravos.

Nina Ribeiro (1826-1906), professor baiano, o primeiro a estudar os afro-brasileiros de modo sistemático, escreveu: "A influência do negro há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo". Euclides da Cunha (1866-1909), em Os Sertões, escreveu: "A mistura de raças diversas é na maioria dos casos prejudicial (...) o mestiço é quase sempre um desequilibrado".

Rui Barbosa, ao comentar o Corta Jaca, de Chiquinha Gonzaga, apresentado no Palácio do Catete, definiu a peça musical como "a mais baixa, a mais chula, a mais grosseira de todas as danças selvagens, irmã gêmea do batuque, do caterete e do samba". Isto, em discurso proferido no Congresso, em novembro de 1914.

O presidente Epitácio Pessoa, segundo crônica de Lima Barreto, não achou conveniente mandar atletas negros à Argentina. E houve brasileiros que protestaram contra excursão do grupo musical Os Oito Batutas, de Pixiguinha, por entender que negros não representavam bem o país.

Feitas estas e outras considerações, o livro de João Carlos Rodrigues direciona seu olhar afiado para a produção de imagens sobre o negro brasileiro. Imagens geradas por autores brancos e autores negros. Constata que nenhum cineasta ou cinegrafista se interessou pelo registro de imagens do romancista Lima Barreto, do deputado baiano Manuel Querino, um lutador da causa negra, do flautista Patápio Silva, do cronista João do Rio, do médico Juliano Moreira e do advogado Evaristo de Moraes.

E como uma lâmina, o autor vai dissecando os filmes, sobre negros, abolição, quilombos, amores inter-raciais, música negra, candomblé, umbanda, etc. Os mais exigentes dirão que este corte não tem a profundidade do que fraciona um olho em Um Cão Andaluz, de Bunuel e Dali. Que o autor faz análises rápidas, apressadas. Pode ser. Ninguém, porém, negará a inteligência do ensaio de Rodrigues e o tom corajoso de seus comentários.

O POVO

Fortaleza, Quinta-feira, 21 de janeiro de 1988

Abolição e problemas raciais

Carlos d'Alge

No centenário da Abolição, pergunta-se: ainda há problemas raciais no Brasil? Por certo que os há. Não o puro conflito de raça, como perdura na África do Sul, mas o odioso passivo psicológico resultante da discriminação e/ou segregação. Isso mesmo, continua-se a discriminar neste país. Recentemente, ouvi depoimento da cantora lírica negra Maria d'Aparecida, no bem-sucedido programa da TVE do Rio de Janeiro, retransmitido em cadeia nacional pelas emissoras educativas, o Sem Censura.

Maria d'Aparecida fez carreira em Paris onde interpretou famosas divas da ópera clássica. Voltando à sua terra, não pôde cantar no Municipal do Rio de Janeiro, tendo-lhe sido recusada a participação em uma das óperas em exibição naquela Casa. Os brasileiros, parece, não entenderiam uma Aída negra ou uma Manon parda. Estavam habituados às trágicas e esmaecidas arianas.

A discriminação não se restringe a essa área, está patente nos demais setores da vida nacional. Na diplomacia, nas forças armadas, na publicidade, enfim, na vida social. Está na cabeça das pessoas. A propósito, vale a pena lembrar o que escreveu Vianna Moog, em **Bandeirantes e Pioneiros**, obra definitiva em que se estabelece o paralelo entre duas culturas, isto é, o decantado progresso dos Estados Unidos e o atraso do Brasil. Aliás, Vianna Moog acaba de falecer aos 81 anos, no Rio de Janeiro, deixando vaga a cadeira número 4 da Academia Brasileira de Letras.

Reconhece Vianna Moog, como edificante e significativo, o fato de o Brasil não ter problemas raciais intransponíveis. "Não que estes de todo não existam ou que a instituição da escravatura não nos tenha também legado em termos de discriminação e segregação o pesado fardo de sua odiosa herança" — escreve. Lamenta que ainda exista um considerável resíduo de preconceitos, este — anota — "esgalhou-se emocionalmente por todos os setores da vida nacional e provavelmente ainda levará séculos para ser extirpado".

Segundo aquele intérprete da nossa cultura, o problema racial foi dissolvido no social, podendo considerar-se, se não resolvido, a caminho de solução. Será assim? Somos uma Nação de mestiços, mas continuamos a alimentar preconceitos favorecendo a discriminação. Ainda hoje há quem culpe Portugal por todas as nossas dificuldades.

Responde Vianna Moog aos que não estudam a nossa História e aos que não lêem os nossos escritores:

"Por que então havíamos de atribuir ao chamado ariano superioridade em relação aos outros grupos raciais, ou perder tempo com afirmativas, desacompanhadas de provas, de que todos os nossos males derivam do português e do seu amalgamento com o índio e com o negro? Seria melhor o nosso destino se o Brasil tivesse sido descoberto e povoado por anglo-saxões ou por holandeses?"

E remata: "A experiência da conquista e da colonização holandesas no Nordeste do Brasil teve muito pouca duração para que delas se possam tirar conclusões definitivas. Quanto aos anglo-saxões, ou melhor, aos norte-americanos, esses na América do Sul, como colonizadores, não deixaram de si melhor impressão."

Outro grande equívoco, já transformado em lenda, é o que se refere aos degredados. Volta e meia, ouço e leio comentários os mais díspares e fantasiosos. Trata-se de atribuir, mais uma vez, a origem dos nossos males e problemas aos degredados. Vamos lá.

Para os desavisados, degredados eram facínoras e bandidos que Portugal punia embarcando-os para o exílio no Brasil. Foi isso que muita gente aprendeu e vive a repetir, pelo fato de que não lhe transmitiram a informação correta. E é mais simples culpar os nossos antepassados do que reconhecer os nossos próprios erros e omissões.

Quem eram os degredados e por que eram punidos? À época da colonização do Brasil, no século XVI, predominava no Direito Penal o misticismo, tal era o ódio que votavam os católicos portugueses aos muçulmanos. Escreve Carlos Malheiro Dias, citado por Gilberto Freyre, em **Casa Grande & Senzala**, "não existia na legislação coeva código de severidade comparável ao Livro V das Ordenações Manuelinas. Cerca de duzentos delitos eram nele punidos com o degredo."

Que delitos eram esses? Quem não se benzesse na passagem de uma procissão era condenado ao degredo no Brasil. Quem dissesse mal de um santo era também condenado à mesma pena. Também vinham para o Brasil os adúlteros, os mexeriqueiros, enfim toda a gente que não pautasse por uma vida morigerada e até mesmo casta. Condenava-se o próximo por abraçar ou beijar em público alguma pessoa. Era certo o degredo para o Brasil.

Conclusão, não eram simplesmente bandidos e facínoras os degredados. Eram gente como a gente. Alguns mais prevaricadores, por certo, amantes do sexo fora de casa, outros ímpios. Escreve Gilberto Freyre: "É possível que se degredassem de propósito para o Brasil, visando ao interesse genético ou de povoamento, indivíduos que sabemos terem sido para cá expatriados por irregularidades ou excessos na vida sexual (...) A ermos tão mal povoados, salpicados, apenas, de gente branca, convinham superexcitados sexuais que aqui exercessem uma atividade genésica acima da comum, proveitosa talvez, nos seus resultados, aos interesses políticos e econômicos de Portugal no Brasil."

Uma palavra sobre a gente vinda de África para o Brasil. Essa gente não veio apenas fecundar os canaviais e cafezais, ou a terra seca. Vieram da África "donas-de-casa" para os colonos sem mulher branca; técnicos para as minas; artífices em ferro; comerciantes de panos e sabão; mestres, sacerdotes e tiradores de reza maometanos.

FOLHA DE S. PAULO

A - 6 — POLÍTICA — Sexta-feira, 29 de janeiro de 1988

Benedita emociona plenário, mas o artigo anti-apartheid não passa

Da Sucursal de Brasília

O plenário do Congresso constituinte rejeitou ontem emenda proposta pela deputada Benedita da Silva (PT-RJ), estabelecendo que "o Brasil não manterá relações com diplomáticas e nem firmará tratados, acordos ou pactos com países que adotem políticas oficiais de discriminação racial". A emenda obteve maioria de votos (265 contra 166 e 21 abstenções), mas foi rejeitada por falta de quórum qualificado, de 280 votos.

Interrompida duas vezes pelas palmas e aplaudida de pé ao final seu discurso, Benedita da Silva emocionou o plenário ao declarar: "Ser negro é lindo e eu quero assumir minha negritude. Duro é ter a lei cortando a nossa carne e nos mantendo cativos". Ela se referia ao "apartheid", regime segregacionista da África do Sul, o principal alvo de sua emenda.

Benedita afirmou que a prática institucional da violência era a única forma de diálogo do governo sul-africano com a população de maioria negra (68% contra 18,2% de brancos e o restante de mestiços e asiáticos). O deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), que encaminhou favoravelmente a emenda, disse que o dispositivo demonstrava a vontade do povo brasileiro de ver a África do Sul alcançar sua autodeterminação, já que se trata "de um país negro dominado por uma maioria branca".

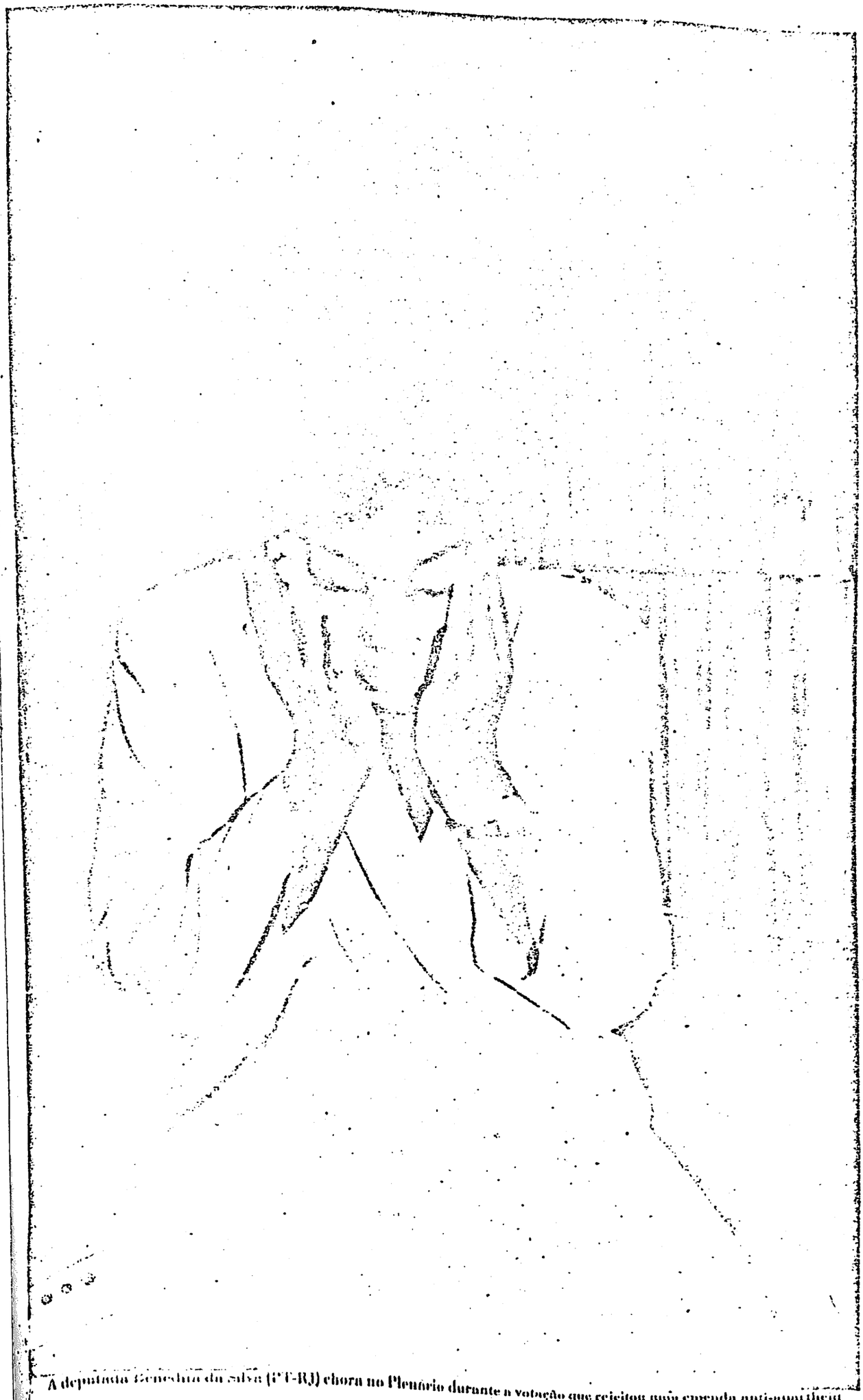
O líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), que encaminhou contra, alegou que o Brasil mantém relações com nações e não com governos. Disse que a melhor forma de o Brasil influir para que os negros sul-africanos conquistem seus direitos é manter sua representação diplomática naquele país, "dizendo a todo instante às autoridades que deveriam mudar esta política, que não está de acordo com os valores das Nações Unidas". Vaiado no início, José Lourenço foi aplaudido ao final por meia-duzia de parlamentares do Centrão, que acenavam para os colegas votarem contra.

O parecer do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) foi contrário. Ele disse que a emoção passava "a largos passos" no plenário, mas que não poderia tratar um assunto tão sério com emocionalismo. Afirmou que o repúdio ao racismo já se encontrava no "caput" do artigo 4º e que o cumprimento ou não do dispositivo dependia do próprio Congresso, que pode interferir decisivamente na política externa brasileira.

O governo brasileiro tem divulgado sucessivas manifestações de repúdio ao regime segregacionista (apartheid) sul-africano, mas isto, na opinião dos parlamentares que defendem o rompimento das relações diplomáticas com a África do Sul, não passa de retórica. Para o Itamaraty, o rompimento representa uma perda para o Brasil, que, através de sua embaixada, pode acompanhar de perto o desenrolar do processo político sul-africano. As relações comerciais independem das relações diplomáticas.

O presidente José Sarney baixou em 1985 o decreto 91.524, proibindo as exportações de equipamentos militares e munições, petróleo e derivados para a África do Sul. Proíbe também intercâmbios culturais, artísticos e desportivos entre o Brasil e aquele país. Este decreto, segundo o Itamaraty, vem sendo rigorosamente cumprido.

Nos últimos dois anos, a África do Sul perdeu importantes empresas estrangeiras, como protesto ao apartheid. Entre elas General Motors, IBM, Kodak, Ford, Warner, Honeywell e Citibank. Mas as conquistas da maioria negra ainda são lentas, embora já tenham conseguido, a partir da onda de protestos iniciada em 1986, a revogação de quase 40 leis racistas.



A deputada Benedita da Silva (PT-RJ) chora no Plenário durante a votação que rejeitou mais emenda anti-apartheid

FOLHA DA TARDE
CONSTITUINTE

São Paulo, sexta-feira, 29-1-1988 — POLÍTICA — Pág. 5

Plenário rejeita emenda contra o "apartheid"

O plenário da Constituinte rejeitou ontem emenda proposta pela deputada Benedita da Silva (PT-Rio), estabelecendo que "o Brasil não manterá relações diplomáticas e nem firmará tratados, acordos ou pactos com países que adotem políticas oficiais de discriminação racial". A emenda obteve maioria de votos (265 contra 166 e 21 abstenções), mas foi rejeitada por falta de quórum qualificado, de 280 votos.

Interrompida duas vezes pelas palmas e aplaudida de pé ao final de seu discurso, Benedita emocionou o plenário ao declarar: "Ser negro é lindo e eu quero assumir minha negritude. Duro é ter a lei cortando a nossa carne e nos mantendo cativos". Ela se referia ao "apartheid", regime segregacionista da África do Sul, o principal alvo de sua emenda.

Benedita afirmou que a prática jnstitucional da violência era a única forma de diálogo do governo sul-africano com a população de maioria negra (68%, contra 18,2% de brancos e o restante de mestiços e asiáticos). O deputado Carlos Alberto Caó (PDT-Rio), que encaminhou favoravelmente a emenda, disse que o dispositivo demonstrava a vontade do povo brasileiro de ver a África do Sul alcançar sua autodeterminação, já que se trata "de um país negro dominado por uma maioria branca".

O líder do PFL na Câmara, José Lourenço (Bahia), que encaminhou contra, alegou que o Brasil mantém relações com nações e não com governos. Disse que a melhor forma de o Brasil influir para que os negros sul-africanos conquistassem seus direitos seria mantendo sua representação diplomática naquele país. Vaiado no início, José Lourenço foi aplaudido ao final por meia-dúzia de parlamentares do Centrão, que acenavam para os colegas votarem contra.

O parecer do relator Bernardo Cabral (PMDB-Amazonas) foi contrário. Ele disse que a emoção passava "a largos passos" no plenário, mas que não poderia tratar um assunto tão sério com emocionalismo. Afirmou que o repúdio ao racismo já se encontrava no "caput" do artigo 4º.

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, sexta-feira, 29 de janeiro de 1988 5

Branca que ama negro é vigiada

Johannesburgo — Annette Heunis, uma afrikaner de 24 anos apaixonada pelo negro Jerry Tsie, foi escoltada de volta a sua casa pela polícia. Jerry disse ao jornal Sowetan que ela foi à força e a polícia declarou que a escoltou atendendo a um pedido da moça, que temia por sua vida. Annette conheceu Jerry em fevereiro e os dois mantiveram o romance em segredo até a virada do ano, quando Annette foi para a casa de Jerry no gueto de Kutluanong, província de Orange Free. Ela adotou o nome tribal de Palesa que quer dizer "Flor" e estava esperando fazer 21 anos para poder se casar com Jerry. A família e amigos cortaram relações com Annette depois disso. Jerry declarou que "não a mantinha à força" em sua casa.

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, sexta-feira, 29 de janeiro de 1988 15

Congresso Afro tem o BB como banco oficial

O Banco do Brasil será o Banco oficial do I Congresso Internacional Afro-Brasileiro, que será realizado no Riocentro, no Rio, de 23 de abril a 3 de maio deste ano. A decisão foi tomada pelo presidente Camilo Calazans, que se comprometeu a instalar uma agência bancária no local, colocando ainda os serviços da Cacex à disposição dos empresários brasileiros e africanos, dentro do Centro de Convenções.

Paralelamente ao congresso, será realizada uma feira internacional para incentivar o intercâmbio comercial entre o Brasil e os 20 países africanos que participam do encontro. Segundo Eduardo Fonseca Júnior, um dos organizadores do congresso, o intercâmbio com países da África representa um potencial de 5 bilhões de dólares para as empresas brasileiras.

O posto de serviços da Cacex, a ser instalado no Riocentro durante o Congresso Afro-Brasileiro, prestará esclarecimentos e informações sobre as possibilidades de comércio entre o Brasil e países africanos. Além desses serviços, o Banco do Brasilsi patrocinará a campanha publicitária do congresso, e uma competição esportiva entre atletas africanos e brasileiros negros.

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, sexta-feira, 29 de janeiro de 1988 13

O centenário da Abolição

ANTONIO OLINTO

Ano do Centenário da Abolição da escravatura no Brasil terá 1988 comemorações de todos os tipos. Haverá seminários, conferências, mostras, encenações, filmes, debates, livros, álbuns, discursos, cerimônias cívicas e religiosas. Haverá manifestações públicas. Haverá protestos. E é como deve ser. Escreveremos a efeméride com iniciais maúsculas. Ou minúsculas. Falaremos da Princesa Isabel, de José do Patrocínio, de Zumbi. Citaremos e comentaremos Castro Alves e outros escritores ligados ao movimento da Abolição. Como deve ser. Levantaremos a história dos quilombos. Discutiremos diversos ângulos da cultura negra e a sua presença no complexo brasileiro. Assistiremos a espetáculos de música negra e negro-brasileira. Teremos, no calendário dos cultos afro-brasileiros, reuniões especiais para convocar os orixás, que Exu, Oxalá, Xangô, Iemanjá, Obaluaiê, Oyá, Oxum, Ogum, Oxosse, Oxumarê, Nanan, Orixá Okô, OmoloOrôrum Euá e todos os deuses do panteon iorubá, *vege-navô*, Itsekiri angolano, venham participar da celebração. Como deve ser.

De mim, quero e espero o começo da libertação final do negro brasileiro. Nossa campanha pela Abolição foi de alto nível literário. Ao longo de seu desenrolar muitas vêzes se misturaram e unificaram duas campanhas: a da Abolição e a da República. A vitória de uma levou à eclosão da outra. Contudo, uma vez proclamada, a República traiu a Abolição e a sociedade brasileira nada fez no sentido de abrir o acesso, total e irrestrito, da raça negra aos diversos níveis da liderança nacional. A começar pela educação, que em termos reais lhe foi negada a partir do 13 de maio, deixou-se o negro à própria sorte, numa sociedade competitiva e egoísta como acabou sendo a nossa.

Esta, a luta necessária, neste ano do centenário. Como no verso de Solano Trindade, que releio agora na antologia de poetas negros brasileiros (A razão da Chama, seleção e organização de Oswaldo Camargo, Edição GRD): "... não quero limites para viver". É preciso que não haja limites para a presença do negro em todos os ramos da vida brasileira. A situação melhorou, em relação aos primeiros decênios do século, mas não chegou ainda a um mínimo de aceitabilidade. A eleição e a atuação de Benedita da Silva na Constituinte, por exemplo, constituem realidades que revelam um Brasil novo, mas ainda é pouco para a amplitude real da cultura brasileira de origem negra. Protestos podem ajudar (e que foi a campanha pela abolição no Brasil se não um longo e inteligente protesto?), mas o protesto pelo protesto também provoca reação desnecessária e indesejável. A vantagem do protesto é mostrar que a relativa mansidão mantida nos últimos cem anos pode estar chegando ao fim. Como deve chegar.

O importante é que, na linha da atividade recente de Carlos Moura como assessor de Celso Furtado, consiga o negro brasileiro ampliar sua presença em setores liberais e profissionais, mas também na política, na diplomacia, nas forças armadas, nos laboratórios, enfim nos centros de decisão da vida inteira de um povo que se fez e se faz da mistura de muitas raças, cores, culturas, religiões. Porque a verdade é que estamos, no Brasil, aprendendo e ensinando, a indispensável arte da convivência: em suma, estamos sendo gente Juntos. Como deve ser.

CORREIO BRAZILIENSE

14 *Brasília, sexta-feira, 29 de janeiro de 1988*

Benedita emociona mas anti-*apartheid* não passa

A defesa apaixonada da deputada Benedita da Silva (PT-RJ) para sua emenda anti-apartheid, que emocionou o plenário e fez a deputada negra ser aplaudida de pé ao descer da tribuna, não foi suficiente para que a emenda conseguisse aprovação. Ela recebeu 265 votos favoráveis, 166 votos contrários e 21 abstenções — não obtendo, portanto, o quorum mínimo de 280 necessários para a aprovação de qualquer matéria. O parecer contrário do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) foi decisivo para sua não-aprovação.

— Ser negro é lindo. Duro é ter a lei cortando nossa carne como açoite, destruindo nossos ideais e nos mantendo cativos — disse Benedita, que lembrou a situação da África do Sul e confessou estar se sentindo "diante de um tribunal". "Vocês estão diante de alguém que não apenas representa o negro mas sofre na pele a discriminação", afirmou a deputada, e chorou ao receber os abraços da fila de constituintes que se aproximou da tribuna ao final da sua defesa para cumprimentá-la.

Benedita queria incluir no artigo quarto do Título I parágrafo propondo o rompimento de relações diplomáticas do Brasil com todos os países que adotem políticas oficiais de discriminação racial. A proposta inicial de "Benê" era mais radical, previa o rompimento inclusive das relações comerciais, mas ela suavizou o texto para facilitar sua aprovação.

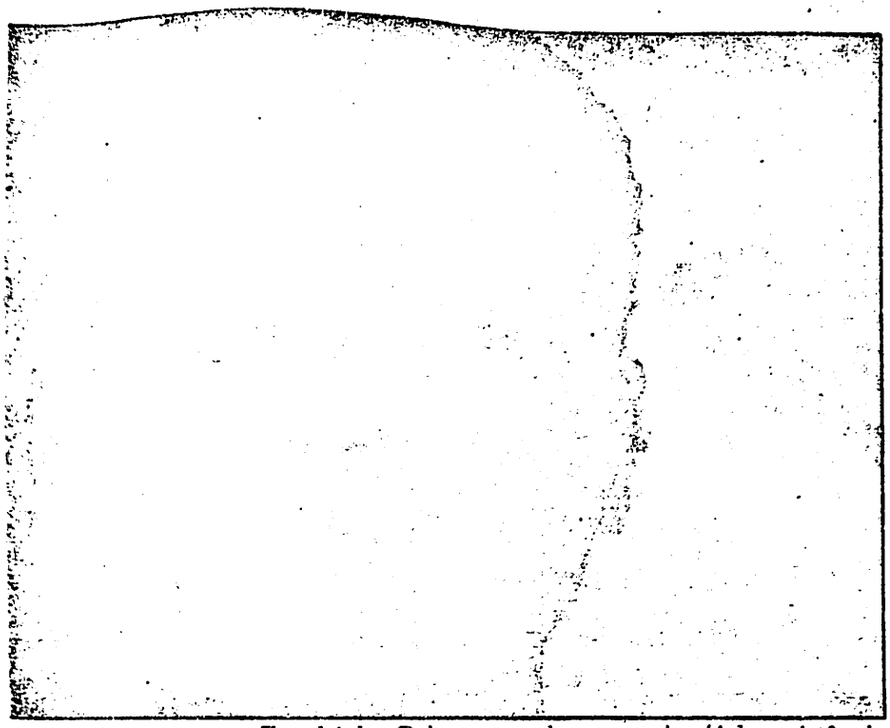
O deputado José Lourenço (PFL-BA), que encaminhou contra a emenda logo após o discurso de "Benê", chegou a ser vaiado pelo plenário. José Lourenço argumentou que os constituintes tinham acabado de aprovar o princípio de não-intervenção entre as Nações e defendeu a tese de que o rompimento de relações diplomáticas é uma forma de intervenção.

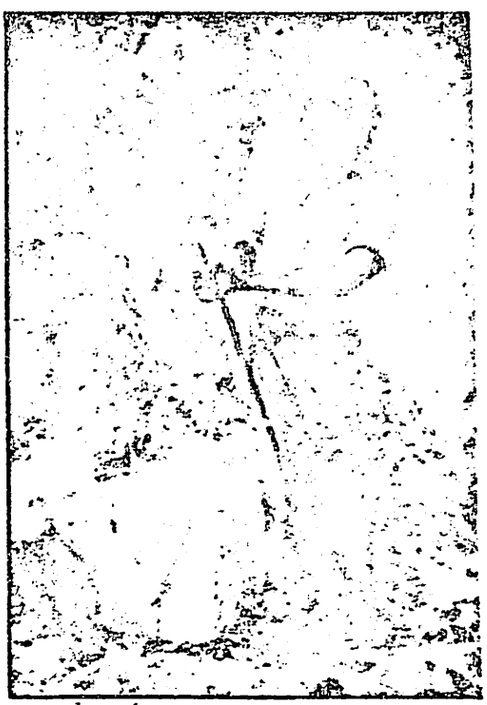
O relator Bernardo Cabral seguiu outro caminho na sua argumentação contrária à emenda. Visivelmente contrariado por estar sendo contra uma tese tão bem recebida pelo plenário, Cabral classificou a emenda de "bem-intencionada", mas condenou-a por estar tratando de um assunto "já previsto" em outro trecho do projeto. "Nós já defendemos a imprescritibilidade para os crimes de racismo. Não se pode tratar de tema tão sério em bases emocionais", justificou-se Cabral.

Repórter Rondon

Abolição 100 anos depois

Ainda há preconceito racial?





Zumbi dos Palmares acabou como herói da resistência negra do país



Isabel, a princesa

Segunda filha de Dom Pedro II, Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gariela Gonzaga de Bragança nasceu em 1846 e morreu em 1921. Ficou conhecida como Isabel, a Redentora, por haver sancionado a Lei do Ventre Livre (1871), que tornava livres as crianças nascidas de negras, escravas, a partir daquela data, e a Lei Áurea (1888), que aboliu a escravidão no Brasil.

Por três vezes regente do Império, pelo falecimento do primogênito, Dom Afonso, aos dois anos de idade (em 1847), ficou sendo a herdeira presuntiva do trono brasileiro.

Em 1887, a saúde do Imperador Pedro II era muito grave, e tornou-se alvo de propaganda antimonárquica, iniciada com a representação da Câmara municipal de São Borja. Foi pedida a realização de um plebiscito, a fim de que a nação se pronunciasse sobre o III Reinado, "sendo a herdeira do trono uma princesa fanática, casada com um príncipe estrangeiro".

Desse casamento, com o Conde D'Eu, nasceram os filhos Pedro (1875/1940), Luiz e Antonio (1881/1918). No exílio, o primogênito renunciou à sucessão, de acordo com a constituição do Império revogada pela República.

RONDON

Margareth Palermo

No limiar do centenário da abolição da escravatura no Brasil, torna-se oportuna a discussão sobre preconceito e discriminação racial no País, pois embora a Constituição vigente, no artigo 153, § 1º, deixe clara a igualdade do homem perante a lei, abolindo a distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas, a verdade é que na prática muitos e muitos negros são vítimas da discriminação racial.

O perigo social representado pela idéia de superioridade de algumas raças levou à caracterização do preconceito racial como crime, no Brasil regulado pela famosa Lei Afonso Arinos (1.390/51). No entanto, sua eficácia é cada vez mais discutida pois em todos os lugares há denúncias de violação desse preceito. A lei existe, mas poucos a conhecem ou invocam, e neste momento em que o País reformula a sua legislação, através da Assembléia Nacional Constituinte, é necessário tratar a questão com a maior seriedade.

Uma das propostas nesse sentido é da deputada negra Benedita da Silva (PT-RJ), de que o racismo seja punido como crime inafiançável.

Em novembro, dia 20, se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra, data que lembra os 292 anos da morte de Zumbi dos Palmares, o herói da resistência negra contra a opressão escravagista. É por isto um convite à sociedade brasileira para refletir sobre a situação do negro no Brasil, depois que a princesa Isabel assinou um ato abolindo a escravatura no País, em 13 de maio de 1888.

Escravidão na Idade Moderna

O aparecimento do trabalho escravo, no início da Idade Moderna, reestabelece uma forma de exploração humana que parecia relegada ao passado. Foi a necessidade de colonização das posses ultramarinas, pelas metrópoles européias, que transformou os escravos em mercadoria importante e tornou o seu tráfego a principal atividade comercial da época. Esta fase histórica, conhecida como Revolução Comercial, criou a necessidade de levantar, nas novas terras, uma estrutura de produção ainda inexistente e que viesse complementar a que vigorava na Europa. Foi assim que o tráfico negreiro tomou impulso, justamente num período em que esse tipo de trabalho tinha deixado de vigorar e até se contrapunha ao desenvolvimento econômico do ocidente europeu.

Tanto era assim que as próprias entidades responsáveis pelo desenvolvimento econômico estavam interessadas em eliminar as formas residuais de trabalho escravo ainda subsistentes. A expansão ultramarina, no entanto, forçou mudanças e fez aceitar o trabalho escravo como peculiar às áreas coloniais, fazendo delas componentes subsidiárias da grande transformação que se processava na economia do Ocidente. Desta forma, o tráfico negreiro tornou-se organização, e um dos fatores da acumulação em desenvolvimento.

Sob o ponto de vista econômico, a escravidão nas colônias, como o Brasil, apesar de semelhante à escravidão clássica, em seus aspectos exteriores tinha traços específicos, conforme analisa Nelson Werneck Sodré («O que se Deve Ler para Conhecer o Brasil», editora Civilização Brasileira). Dois aspectos podem ser citados como marcas diferenciais: 1º) a transposição de massas humanas de um continente a outro, como mercadoria, para constituir mão-de-obra única (já que não fora possível o aproveitamento da população indígena local), 2º mesmo sendo peça básica do sistema de produção, o trabalho escravo fica isolado, no sentido de que seus resultados não são aproveitados para consumo local e imediato, mas para fornecimento a mercados distantes.

No século XVIII, o desenvolvimento capitalista entra na fase que ficou conhecida como Revolução Industrial, com a Inglaterra na vanguarda. Essa nação começa a pressionar às colônias americanas no sentido de supressão do tráfico negreiro, ou seja, seu objetivo era reter na África as massas dali tiradas, transformar trabalho escravo em trabalho livre, aumentar o poder aquisitivo e enfim, criar novos mercados consumidores para os seus produtos industrializados.

Surge daí o policiamento dos mares pela Marinha inglesa e sucessivos incidentes envolvendo a soberania dos povos, em meio a acordos assinados na primeira década (1810 em diante), praticamente arrancados pela Inglaterra. Só se encerra mesmo o problema com a retirada dos capitais que alimentavam tal comércio, pouco depois.

Consequências no Brasil

A partir da pressão européia, especialmente inglesa, o regime de trabalho escravo está condenado no Brasil, mais ainda persiste, num período difícil e tormentoso, até ato final da Abolição. As próprias leis baixadas no período, libertando os sexagenários e o ventre das escravas, vêm provar que o crescimento vegetativo da massa escrava não pode mais atender à demanda da mão-de-obra. Em determinadas culturas agrícolas, a rentabilidade do trabalho escravo, que durante dois séculos fora grande, vai baixando cada vez mais e com isto, conseqüentemente, vai minando as resistências à Abolição.

Na penúltima década do século XIX, as resistências são mínimas e o movimento abolicionista alcança sucesso, iniciando uma séria de grandes transformações por que iria passar o País, inclusive com a modificação do próprio regime político (a Proclamação da República, em 1889).

A influência do elemento negro na cultura e civilização brasileiras foi profu
tendeu-se a todos os campos
elaboração do idioma às
religiosas.

Erroneamente, a esc
brasileira foi sempre descrita
mente como «mansa». Todo
cravismo, antigo e moderno,
pre turbulento e sanguiná
cado por muitas rebeliões
aconteceu por aqui. No N
mesmo, diversas lutas tom
nome das áreas geográficas
concentraram os quilombo
exemplo, Palmares, em Ala
mais famoso).

ANO III Nº 33

Congresso Nacional

Fevereiro /88

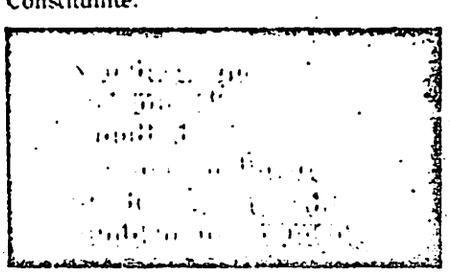
As relações diplomáticas e comerciais do Brasil com a África não serão cortadas em consequências do racismo, mas em compensação, um grupo de constituintes vem conseguindo muitas vitórias.

Racismo agora é crime!

Se querem comemorar a abolição que o façam, mas por favor, não nos ofusquem». Assim a deputada Benedita da Silva (PT-RJ), Benê, se manifestou com relação às festividades marcadas para comemorar a abolição da escravatura, em maio próximo. Para a deputada, "o momento é de tomar consciência da liberdade, não aquela declarada pela Lei Áurea, que abolia a escravidão mas não extinguiu o legado", explica Benê.

Os constituintes negros Carlos Alberto de Oliveira, o Caó (PDT-RJ), Edmilson Valentim (PC do B-RJ) e Paulo Paim (PT-RS) têm se empenhado a fundo com os problemas do negro na nova Carta Magna. "Estamos inserindo mecanismos de justiça na nova Constituição" — explicou Benê. O que é verdade porque a partir da promulgação da Carta Magna, o racismo será punido como crime inafiançável, o que não deixa de ser uma importante conquista. Mais ainda existem problemas, que devem ser olhados de maneira diferente. A abolição da escravatura, após 300 anos de cativeiro, deixou grandes distâncias ciais. A prova disso são os próprios nflitos que precederam a celebração. O negro perdeu muito de seu legado histórico e a história precisa ser reescrita e refeita.

EXPECTATIVAS — Se a abolição dos escravos não correspondeu às expectativas do ponto de vista social, é possível que a Constituição também não corresponda. Mas é importante o registro por parte de quem pode fazê-lo, no caso, os constituintes negros. Eles representam na sociedade brasileira de hoje, o "status" jurídico de homens livres. Portanto, devem agir como tal. Se a Lei Áurea acabou com 300 anos de escravidão, é certo que não aboliu o legado, razão pela qual a mobilização e a resistência, têm sido a marca registrada dos representantes da raça na Constituinte.



Com um bom aproveitamento de suas propostas, Benedita da Silva apresentou 84 emendas nas áreas de educação, saúde, reforma urbana, reforma agrária, comunicação, direitos dos trabalhadores e do próprio negro. Do total, 24 emendas foram aprovadas até agora e Benê se confessa satisfeita. Só lamenta não poder contribuir com uma parcela ainda maior. "O ensino nas escolas, por exemplo, precisa ser modificado. É preciso fazer que as crianças entendam melhor o problema das etnias" — salienta a parlamentar carioca.

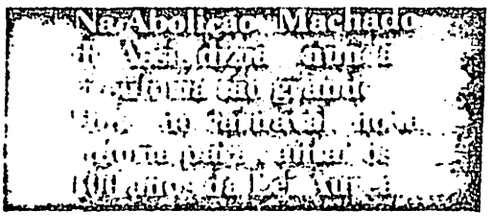
Para o baiano Caó, não basta que se repudie a prática do racismo internacionalmente, mas é preciso que o condene também internamente. A prática do racismo é uma forma de tortura branca. Deve-se, portanto, dar à ela o mesmo tratamento ministrado à tortura". Jornalista, primeiro presidente negro da União dos Estudantes da Bahia, Caó quer desenvolver, no momento e com eficiência, os compromissos assumidos com seus eleitores. Eles incluem, é claro, a luta contra a discriminação racial.

Sobre os cem anos da abolição, Caó diz que é irrecusável que uma revolução política no Brasil da escravatura até o capitalismo, se deflagrou. No entanto, ressalta que o momento é de reflexão. "Depois de cem anos, com curtos intervalos de experiência democrática, a oportunidade de construir a democracia que pressupõe a liberdade de organização partidária, é um dever da própria sociedade e o negro continua sendo subestimado — adverte Caó.

VILA — Nem tanto, porque no enredo das escolas cariocas que desfilarão na Marquês de Sapucaí, os 100 anos de Lei Áurea estarão sendo comemorados. E, nas arquibancadas e camarotes, gente de todas as classes sociais estarão lá aplaudindo e cantando os sambas da liberdade.

O carnaval, afinal, é uma euforia de alegria. Lembra que, nos 100 anos da liberdade dos negros, frase de Machado de Assis quando a princesa Isabel assinou a Lei Áurea: "O Brasil nunca viu tanta euforia. Nossas sensações até agora sempre foram pálidas perante a alegria de uma raça orgulhosa e liberta".

REIVINDICAÇÕES — Instalada a Assembléia Nacional Constituinte, um grupo de parlamentares, formado por Caó, Benê, Paim e Valentim, começou a lutar por uma série de reivindicações que, segundo eles, deveriam ser incluídas na nova Carta. Algumas propostas contra a discriminação racial foram aprovadas, outras não e muitas o plenário da Constituinte ainda vai discutir.



A principal delas, defendida com ênfase por Benê, e que arrancou lágrimas de muitos constituintes em pleno plenário da Assembléia Nacional, foi a proposta para que o Brasil não mantivesse relação com países que tenham práticas segregacionistas. A pressão foi muita, segundo o deputado Edmilson Valentim, e a emenda não foi aprovada. "Mais de 320 constituintes assinaram um abaixo-assinado pedindo o rompimento com a África do Sul, mas quando se toca na questão econômica, fica difícil levar adiante a manifestação de intenções. Na hora de votar, começam as pressões..."

Mas os constituintes negros também fizeram várias outras reivindicações, tais como fixar, na Carta, os seguintes artigos: "A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão nos termos da lei" e "o ensino da história do Brasil deve informar sobre o papel da cultura negra na formação sócio-econômica-cultural do país". E mais:

— Na política externa, o Brasil repudiará o racismo.

— Qualquer discriminação será punida.

— As terras de quilombos serão tombadas As comunidades negras remanescentes dos quilombos adquirirão o direito à propriedade das regiões que ocupam.

Mas o plenário da Constituinte já se decidiu por algumas das questões que o grupo defende. Os constituintes não aprovaram, por exemplo, a proposta de tornar o racismo crime inafiançável. A alegação foi uma redação confusa que poderia dar margem a censura à imprensa, já que caracterizava como crime a difusão, pelos meios de comunicação de massa, de estereótipos de motivos étnicos.

Uma nova redação foi dada e o plenário voltará a se manifestar sobre o assunto e deverá aceitar o racismo como crime. Afinal, como afirmou Caó, "se repudiamos externamente o racismo, porque não repudiar internamente"? E complementou:

— Se nada for feito continuaremos como uma coisa igual a lei Afonso Arinos, que afirma que o racismo é contravenção e não crime.

Sueli Santos

FOLHA DE SÃO PAULO - 16/02/88

A mistificação da democracia racial

LUIS INACIO LULA DA SILVA

É Carnaval, e por causa disso, o Congresso constituinte fez um pequeno recesso de uma semana. Uma boa pausa para refletir com mais serenidade sobre uns tantos problemas brasileiros, que nem sempre a Constituinte aborda. Também porque é Carnaval, vai se ouvir falar muito em "alegria do povo", em "espírito alegre do brasileiro". E ainda porque é Carnaval, vão sobrar os elogios ao samba, à batucada e à "contribuição cultural da raça negra". Depois, vem a quarta-feira de Cinzas e ninguém mais vai se lembrar dessas coisas.

Mas é preciso não esquecer. É preciso não esquecer que a grande, a imensa maioria do povo brasileiro é constituída de gente pobre, isto é, de gente que não tem do que se alegrar, porque vive em condições de miséria extrema ou de acentuada pobreza, tem baixíssimos salários, mora em condições péssimas, não tem atendimento médico adequado e não tem acesso à educação.

E, não por acaso, a maior parte dessa imensa maioria de pobres é constituída de negros. Esses brasileiros são duplamente marginalizados: porque são pobres, e, além disso, porque são negros.

É um grande mito a tão decantada "democracia racial" brasileira. A classe dominante brasileira usa essa expressão para tentar enganar os povos dos outros países, mas, principalmente, para neutralizar e amortecer, aqui dentro, as lutas por uma verdadeira emancipação do negro no Brasil.

Os fatos cotidianos mostram que não existe no Brasil a igualdade racial. Ao contrário, a realidade indica que existe mais discriminação do que democracia, nas relações sociais do dia-a-dia.

Não podemos continuar sustentando esses mitos enquanto milhões de negros continuam analfabetos; enquanto milhares de crianças negras (entre tantas outras) estão presas em instituições de "recuperação", rejeitadas pela sociedade que as discrimina pelo duplo fato de serem negras e pobres; enquanto percebemos que o "lugar do negro", em nossa sociedade, materializou-se em cortiços, porões, mocambos, alagados, favelas.

Esse é um quadro que configura uma espécie de "apartheid" à moda brasileira. Não é um "apartheid" de direito, enquanto instituição filosófica, jurídica e sócio-econômica, embasada em princípios teóricos e na legislação. Mas é um "apartheid" de fato, no sentido político, enquanto supremacia de uma elite dominante, branca, para as quais existe uma correlação direta entre a cor da pele e as possibilidades de acesso aos direitos e ao poder.

O meu partido, o PT, que condena os regimes segregacionistas e exige o corte de relações diplomáticas com países que adotem oficialmente políticas racistas, também espera que no Brasil se aproveite o ano do centenário da abolição para a reflexão e a denúncia da verdadeira condição do negro, bem como da hipocrisia oficial, que apregoa a igualdade de oportunidades.

Nessa linha, o governo da "Nova República" nada fez. No plano interno, não alterou a situação de marginalização dos negros. No plano externo, continua mantendo relações com ditaduras racistas. É necessário desmascarar esses mitos. É preciso dizer que o Brasil não é uma "democracia racial". É necessário desmistificar a idéia de que não existe preconceito e discriminação no Brasil.

Essa é uma discussão que precisa ser feita com o movimento popular e com o movimento sindical. É uma discussão, inclusive, que obriga as forças tradicionais de esquerda a pensar em novos termos as relações entre a luta de classes e a luta contra os preconceitos e as discriminações raciais.

Este ano de 1988, justamente por ser o ano do centenário da Lei Áurea, tem de ser marcado não pelo caráter festivo das comemorações oficiais, mas, ao contrário, pelo questionamento, pela denúncia, pela desmistificação das teses e dos atos que procuram escamotear a existência do preconceito e da discriminação no Brasil.

LUIS INACIO LULA DA SILVA, 43, é deputado federal (PT-SP)

JORNAL DO BRASIL-18/02/88

Agente pastoral vê racismo

PORTO ALEGRE — A professora gaúcha Vera Triunfo, coordenadora leiga da Pastoral do Negro no Estado, ao referir-se à Campanha da Fraternidade, dedicada ao negro marginalizado e discriminado, afirmou, ontem, que "o próprio clero deve ser o primeiro a refletir sobre o racismo, porque não existe no Brasil instituição mais discriminatória contra os negros do que a Igreja". Lembrou que, dos cerca de 12500 padres do país, os negros e mulatos não chegam a 200.

— As congregações evitam e desestimulam o ingresso de negros, e só a muito custo eles conseguem entrar — acusou. E revelou que, em relação às freiras e irmãs, a situação "é ainda pior, porque as congregações reservam sempre para elas os serviços de cozinha, limpeza e lavagem das roupas das freiras brancas: são as empregadinhas das congregações".

Segundo ela, a adoção do tema "Ouvi o clamor desse povo", pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), no ano do centenário da Abolição da escravatura, foi "uma luta árdua, porque muitos bispos e religiosos eram e são contra". Entre outros, ela criticou o arcebispo do Rio, Dom Eugênio Sales, que se recusou a adotar o tema na sua Arquidiocese, criando um tema exclusivo denominado "Todas as raças, um só povo", alegando que a temática da CNBB teria cunho racista, por restringir-se à situação do negro:

— Ele não quis mexer numa ferida profunda, mas sabe muito bem que o negro é o maior discriminado pela sociedade branca — disse Vera Triunfo.— Como ele, muitos outros preferiram não entrar nesse assunto.

Comentou a professora que, no ano passado, os temas propostos para a Campanha da Fraternidade deste ano eram a mulher, os meios de comunicação e o negro. Houve intensa mobilização das entidades negras de diversos estados, reivindicando para a comunidade negra o privilégio da campanha.

— Cerca de 2 mil cartas foram enviadas à CNBB, que acabou atendendo às reivindicações e pressões desses grupos — afirmou.

Vera Triunfo elogia a atitude dos dirigentes da entidade:

— Afinal, eles podiam simplesmente dizer não, e fim de conversa. Mas, mesmo enfrentando oposições fortes no meio eclesiástico, assumiram o tema. Não foi aceito por eles, entretanto, o *slogan* proposto pelas entidades negras: "Negros: um clamor de justiça." Em lugar dele a CNBB optou por "Ouvi o clamor desse povo".

NORDESTE ECONÔMICO VOL. 19 FEVEREIRO -1988

DESIGUALDADE? MUITA. DISCRIMINAÇÃO? ALGUMA.

No ano em que se celebra o centenário da Abolição, em todo o Brasil, congressos, conferências, ensaios e artigos debatem a posição do negro na sociedade nacional. Uma primeira questão pode ser formulada nos seguintes termos: as diferenças raciais acintosas, de cor da pele ou traços fisionômicos, correspondem ou não às diferenças de caráter econômico, social ou cultural, refletidas em renda, classe e nível de educação? E a esta pergunta, a resposta, infelizmente é positiva, apesar da mística brasileira da democracia racial. Estudiosos ligados ao I.B.G.E. e baseados nos resultados da "Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar" (PNAD), realizada em 1976 em todas as regiões do País, concluem inequivocamente que "a análise da inserção de brancos e negros na força de trabalho, através de indicadores como participação nas categorias sócio-ocupacionais, rendimento médio mensal e anos médios de estudo, nos leva a afirmar que a raça seria um critério fundamental a ser relevado no estudo da divisão social do trabalho no Brasil" (Oliveira, Porcaro e Costa, **O Lugar do Negro na Força de Trabalho**, Rio de Janeiro, 1983, p.16).

Entre os indicadores da desigualdade encontrava-se a constatação de que "enquanto 23,1% dos brancos possuem ocupações não manuais, as proporções encontradas para pretos e pardos foram bem inferiores, 4,7% e 9,9% (obra citada, p.29). De fato, "em todas as categorias estudadas, os negros possuem rendimento médio significativamente inferior ao dos brancos" (p.48). Baseados nos mesmos dados e em idêntica metodologia, Lélia González e Carlos Hasenbalg afirmam que, em plano nacional, "53,6% das pessoas não brancas recebiam uma renda de até um salário mínimo; no caso do grupo preto essa proporção aumenta para 59,4%, enquanto somente 23,2% dos brancos situavam-se nessa faixa; no extremo oposto, 16,4% dos brancos e 4,2% de não brancos tinham rendimentos superiores a 5 salários mínimos" (**Lugar de Negro**, Rio de Janeiro, 1982, p. 93).

Na realidade, nem precisaríamos esperar por essas pesquisas e análises técnicas. Qualquer brasileiro, em qualquer região do País, pode constatar no cotidiano os reflexos sociais e econômicos da desigualdade racial. Mas, dizia Tailleyrand, "é sempre melhor esclarecer o que não se precisa de dizer". Depois sobretudo dos estudos de Carlos Hasenbalg — professor de Sociologia no IUPERJ do Rio de Janeiro e diretor da revista **Estudos Afro-Asiáticos** e do grupo do I.B.G.E. (Oliveira, Porcaro e Costa) a desigualdade das raças, no Brasil atual, fica registrada segundo rigorosos critérios de análise estatística e sociológica e só o dogmatismo ou a cavilação poderiam pôr em dúvida sua existência e seus efeitos sobre a estrutura social e econômica do País.

Mas, como já diziam os filósofos da antiguidade, "o bom conhecimento é o conhecimento pelas causas". Ou seja, a constatação da desigualdade sócio-econômica, associada às diferenças raciais, representa não mais do que o primeiro passo nesse terreno de investigação. Os estudos do I.B.G.E. — cuja divulgação esteve proibida durante vários anos — tinham de quase revolucionario que se opusessem a certos aspectos do mito brasileiro da "democracia racial". Fora disso, porém, sociólogos, antropólogos, psicólogos das mais diversas orientações, da esquerda ou da direita, radicais ou conservadores, racistas ou igualitaristas, podem estar perfeitamente de acordo na **constatação** da desigualdade, ao mesmo tempo em que divergem, e até com amargura e violência, a respeito das **razões** dessa desigualdade.

Pois não é nada fácil, do ponto de vista conceptual e metodológico, passar da desigualdade à discriminação. Esta, incidentalmente, é a crítica decisiva que se pode dirigir ao livro monumental de Carlos Hasenbalg, **Discriminação e Desigualdade Raciais no Brasil** (Rio de Janeiro, 1979), a de ter deduzido a discriminação a partir da desigualdade, com mais pressa do que se desejaria. A desigualdade se constata através de indicadores ob-

jetivos, como renda per capita ou familiar, tipo de trabalho, anos de instrução, padrões de residência, etc.. A discriminação ocorre, pelo menos no Brasil, onde é oficialmente ilegal, através de mecanismos infinitamente mais sutis.

Ora, apesar de todo o palavreado dos que invocam os nebulosos conceitos de dialética e fenomenologia, permanece inabalável o princípio básico de que a ciência, inclusive a ciência social (só os otários se deixam levar pela ilusão tropicalista) existe apenas quando se apoia em verificações, em indicadores o mais possível "operacionalizados" e até "quantificados". A desigualdade transparece, por exemplo, na má distribuição da renda, mas na prática como é mesmo que opera a discriminação e como é que ela produz as estruturas desiguais? Esta é a questão a que não têm respondido nossos pesquisadores e aí se encontra uma das fronteiras da ciência social brasileira. Como chegar a definições práticas, operacionais dos mecanismos da discriminação, antes que se considerem hipóteses alternativas, que não envolvem necessariamente o conceito de discriminação?

Isto dito, voltemos ao cotidiano de nosso País e, sem muita pretensão de fazer ciência, constatemos que para nós, mesmo para aqueles de nós com algum sangue ou aparência negra, "White is beautiful and Black is ugly" (branco é bonito e preto é feio). Para ficarmos num só indício, a publicidade (tomemos, por exemplo, a propaganda recente do filmete "quem quer biscoito, tão fresquinho, tão gostosinho, quero mais um"), é a imagem branca, loura, rubicunda, européia e nórdica que predomina. Não se vêem heróis nem muito menos heroínas negras ou mulatas nas novelas de televisão, pela simples razão de que o público — inclusive o público "de cor" — não se entusiasma por personagens negros, com as possíveis exceções de Pelé e Grande Otelo. E daí podemos concluir, mas antes no nível do impressionismo ou do jornalismo, que existe com certeza alguma discriminação racial neste País, embora não saibamos se ela basta para explicar a muita desigualdade que se constata na pesquisa científica.

Roberto MOTTA

Roberto Motta é professor da UFPE e membro da Academia de Ciências de Nova Iorque

Intensa movilización en Brasil contra la discriminación racial

Este año se cumple el centenario de la abolición de la esclavitud

CRISTIAN BOFILL

SAO PAULO, 18 (UPI) — El centenario de la abolición de la esclavitud en Brasil, que se cumple este año, esta movilizando desde la iglesia Católica a las escuelas de samba en contra la camuflada pero aún intensa discriminación contra los negros en el país.

Con un mensaje leido en portugués por el Papa Juan Pablo II desde el Vaticano, trasmitido por televisión para todo el país, el Consejo Episcopal de Brasil inauguró anoche su tradicional campaña anual de la fraternidad, que este año es dedicada a los negros.

En su mensaje, el Papa señaló que la esclavitud "tiene origen en el pecado" y condenó la discriminación racial, sin hacer alusión a la actual situación de los negros en el país y exhortándolos a olvidar lo que ocurrió en el pasado.

"Lo importante es no mirar hacia atrás, sino mirar hacia adelante, darle la mano al prójimo, para caminar juntos, como hermanos, en comunión y en el mismo sentido: en el sentido de la construcción de una sociedad más justa y fraternal, en la cual haya lugar para todos", señaló el Papa.

Su mensaje contrastó con el de algunos obispos, quienes denunciaron en términos severos que tras 100 años de la abolición de la esclavitud los negros siguen siendo discriminados, como señalan varios estudios.

"Brasil es un país racista, aunque la discriminación aquí es más sutil que en otros lugares", sostuvo el obispo Aloisio Lorscheiter al inaugurar en Fortaleza la campaña, titulada "Escuche el clamor de este pueblo".

El presidente del Consejo Episcopal de Brasil, el obispo Luciano de Almeida, se refirió al pasado de esclavitud sufrido por los negros y mulatos, cuyo número es estimado en cerca de un 43 por ciento de los 140 millones de brasileños.

"Todos los hombres son iguales, pero el negro es el que más sufrió y trabajó para formar Brasil", recordó de Almeida.

El cardenal de Sao Paulo, Paulo Evaristo Arns, fue más lejos y señaló que "la iglesia quiere corregir su falla del pasado, cuando llegó a compactuar con la esclavitud".

Ese pasado y los problemas actuales de los negros fueron usados como temas en sus desfiles por las escuelas de samba de Río de Janeiro que ocuparon los tres primeros lugars en el carnaval, concluido el miércoles.

Una serie de encuestas revelan que los negros y mulatos reciben sueldos inferiores a los de los blancos, que su índice de escolaridad es mucho más bajo y que la mezcla de razas es limitada.

Un estudio realizado en 1976, por el Instituto Nacional de Estadísticas, pero solo divulgado en 1985, reveló que un 42,4 por ciento de los negros y un 31,5 por ciento de los mulatos de más de 10 años eran analfabetos, mientras solo un 15,5 por ciento de los blancos se encontraban en esa situación.

Muchos blancos brasileños, pese a negar intenciones racistas, acostumbran hacer bromas sobre la supuesta estupidez o tendencia natural a la delincuencia de los negros, elogiándoles solamente sus habilidades para el futbol o la música.

Públicamente, sin embargo, prácticamente nadie demuestra prejuicios raciales y muchos insisten en defender la tesis de que no existe discriminación contra los negros en el país, señalando la ausencia de conflictos raciales similares a los de Estados Unidos o Sudáfrica.

O DIA-PORTUGAL - 20.02.88

Abolição da escravatura não destruiu o racismo

O centenário da abolição da escravatura no Brasil, que se comemora este ano, está a mobilizar desde a Igreja Católica até às escolas de samba, contra a camuflada mas ainda intensa discriminação dos negros no país.

Numa mensagem lida em português pelo Papa João Paulo II a partir do Vaticano, e transmitida pela televisão para todo o país, o Conselho Episcopal do Brasil inaugurou a sua tradicional campanha anual da fraternidade, que este ano é dedicada aos negros.

Na sua mensagem, o Papa referiu que a escravatura «tem origem no pecado» e condenou a discriminação racial, sem fazer alusão a actual situação dos negros no país, exortando-os a esquecer o que ocorreu no passado.

«O importante é não olhar para trás, mas para a frente. É necessário dar a mão ao próximo para caminharmos juntos, como irmãos, em comunhão e no mesmo sentido: no sentido da construção de uma sociedade mais justa e fraternal, na qual haja lugar para todos», acrescentou o Papa.

A mensagem papal contrastou com a de alguns bispos. Segundo estes é inadmissível que após cem anos da abolição da escravatura os negros continuem a ser discriminados.

«O Brasil é um país racista e aqui a discriminação é mais subtil que noutros locais», disse o bispo Aloisio Lorscheiter, ao inaugurar, em Fortaleza, a campanha «Escute a Voz Deste Povo».

O presidente do Conselho Episcopal do Brasil, Luciano de Almeida, referiu-se ao passado da escravatura sofrida pelos negros e mulatos, cerca de 43 por cento dos 140 milhões de brasileiros.

«Todos os homens são iguais, mas o negro foi o que mais sofreu e trabalhou para construir o Brasil», recordou Almeida.

O cardeal de São Paulo, Paulo Evaristo Arns, foi mais longe e afirmou que «a Igreja quer corrigir a sua falha do passado, quando chegou a pactuar com a escravatura».

Esse passado e os problemas actuais dos negros foram usados como temas nos seus desfiles pelas escolas de samba do Rio de Janeiro que ocuparam os três primeiros lugares no Carnaval.

«Cem anos de liberdade: realidade ou ilusão?», foi o tema da escola de samba Mangueira, que obteve o segundo lugar. A sua canção recordou que a população dos subúrbios mais miseráveis do país é predominantemente negra.

Várias sondagens revelam que os negros e mulatos recebem salários inferiores aos dos brancos, e que o índice de escolaridade é muito mais baixo.

O GLOBO-24/02/88

Musical sul-africano e escritores negros americanos combatem a discriminação racial

Massacre vira musical na África do Sul

JOHN D. BATTERSBY
Do New York Times

JOHANNESBURGO — Um dos mais arbitrários atos do regime racista, a destruição do vibrante multirracial Distrito Seis, localizado nos arredores da Cidade do Cabo, foi transformado no espetáculo de maior sucesso das últimas décadas. "District Six", o musical, iniciou uma temporada de 11 semanas no Market Theater, de Johannesburgo, na África do Sul, e todas as entradas foram vendidas antes de a estréia ser programada, o que constitui um feito notável. Antes de chegar a Johannesburgo, o espetáculo fez uma temporada de 26 semanas no Baxter Theater, um moderno complexo teatral ligado à Universidade da Cidade do Cabo, onde foi visto por 120 mil pessoas.

Quando o peso das leis racistas caiu sobre o Distrito 6, a 11 de fevereiro de 1966, cerca de 40 mil pessoas de todas as raças moravam no local. E foram precisos 15 anos e US$ 30 milhões para a "limpeza" da área. O funcionário responsável pela decisão foi Pieter Botha, que hoje ocupa o cargo de Presidente. Ele decidiu arrasar o distrito apesar da opinião contrária de todos os técnicos, que recomendaram a reorganização do local através de um projeto de restruturação urbana.

"District Six" é uma movimentada, viva e autêntica recriação do espírito do Distrito Seis. O local era o centro vibrante e colorido da área habitada pelos não brancos da Cidade do Cabo, mas também uma zona de delinqüência superpovoada e perigosa. Há muito poucos não brancos que não têm alguma ligação com "O Distrito", como era afetuosamente chamado. As péssimas condições materiais e higiênicas não impediram o Distrito Seis de produzir alguns dos mais conhecidos autores, artistas, poetas, políticos e intelectuais da comunidade não branca.

O espetáculo é uma alegre erupção de ritmo, movimento e emoção. A música do Cabo, uma mistura de ritmos africanos, jazz e soul, dá ao show uma forte cor local, mas os sentimentos alternados de dor e alegria elevam-no a um nível universal. A trilha musical foi lançada quando o show estreou, em abril do ano passado, e logo se tornou um sucesso. Quatro das músicas foram proibidas pelo sistema estatal de TV. Mas depois o musical se tornou um sucesso tão grande que a TV estatal não pôde mais ignorá-lo.

Na semana passada, o espetáculo recebeu uma grande publicidade quando o diretor, Fred Abrahamse, e os autores decidiram cancelar a temporada de três semanas programada para o teatro estatal de Pretória, que já tivera seus ingressos vendidos. Eles não revelaram as razões do cancelamento, mas informaram ter agido "para assegurar o respeito aos desejos e à sensibilidade dos antigos residentes do Distrito Seis e de todos os afetados pela lei de exclusão racial".

ESTADO DE MINAS - 06/03/88

O bispo e a abolição

O Cardeal arcebispo de Fortaleza, dom Aloísio Lorscheider, embora de foram sutil, admitiu que o Brasil "é um país racista". Para ele, mesmo 100 anos depois da abolição da escravatura, a situação do negro no País não melhorou nada, está na mesma ou numa situação muito pior. Citando casos que comprovam a discriminação com o negro no campo de trabalho, onde a preferência recai sempre sobre o branco, quando há disputa com o negro, dom Aloísio diz que o problema do negro vem desde a época da abolição, cujo motivo foi interesseiro, de economia e não social. O negro no Brasil só tem vez se jogar futebol, como Pelé e Jairzinho, afirmou. O cardeal entende também que o negro contribui para esse estado de coisas: "o próprio negro não se valoriza, por estar complexado com sua negritude e se sentir constrangido em se identificar com a raça negra". E entre outras considerações, dom Aloísio concluiu que o poder público e a própria sociedade deveriam aproveitar a Campanha da Fraternidade deste ano para "rever sua política de valorização humana". Está aí a oportunidade.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte Jornal do Brasil
DATA 07.03.83
Cidade Rio de Janeiro
22

Antídoto para "apartheid"

Brancos e negros debatem preconceito na África do Sul

PRETÓRIA — Uma prática comum do governo racista da África do Sul é não divulgar informações corretamente, sobretudo quando se trata da maioria negra. A escassez de informações acabou gerando um fenômeno curioso em muitas cidades do país: uma vez por mês, grupos de negros, brancos e de outras minorias étnicas sentam-se à mesa para comer e discutir se o que foi ouvido por cada grupo sobre os outros é realmente verdade.

O que as pessoas descobrem nestes encontros inter-raciais é que estão sendo simplesmente vítimas de preconceito. A extensão da ignorância e da suspeita entre os diversos grupos raciais que compõem a população sul-africana está sendo minada e enfraquecida, de acordo com membros do grupo que organiza essa reaproximação entre as raças.

O grupo, chamado *Koinonia* (uma palavra grega que significa comunidade), está tentando quebrar aos poucos as barreiras psicológicas que existem entre os grupos raciais, numa tentativa de reconciliá-los com os olhos voltados para o futuro da África do Sul.

Segundo o coordenador nacional da *Koinonia*, reverendo Ivor Jenkins, só agora a maioria dos sul-africanos começa a perceber como a vida se parece do outro lado do "muro da cor". Jenkins afirma:

— Estou convencido de que 98% dos brancos jamais estiveram dentro da casa de um negro. Os brancos sabem muito mais sobre a vida em outros países do que sobre os negros sul-africanos, que são seus vizinhos.

O reverendo Jenkins afirma também que a maioria dos negros tem uma visão estereotipada dos brancos, uma espécie de relação entre escravo e senhor. E pergunta:

— Quantas famílias negras e brancas pode-se dizer que são amigas? Não existe uma amizade verdadeira.

Riscos — Os grupos que participam dos encontros — que consistem numa espécie de revezamento: famílias negras recebem famílias brancas e vice-versa — também correm o risco de enfrentar hostilidade e até mesmo segregação da parte de suas comunidades. O coordenador da *Koinonia*, no entanto, não desiste. Acha que fazer amigos inter-raciais não é fácil, mas a cada dia aumenta o número de entusiastas do programa. Ena Van der Merwe, uma professora branca, explica:

— Alguns dos meus amigos não aprovam o que estou fazendo. Um deles disse que nunca mais vai voltar de novo à minha casa para tomar chá numa xícara por onde passou uma boca negra.

Debra Sekese, negra, participante dos encontros, não deixa morrer a esperança e afirma:

— Acho que os brancos sempre foram negativos em relação aos negros. Agora, acredito que possamos viver juntos.

Música e racismo

ROGÉRIO C. DE CERQUEIRA LEITE
Do Conselho Editorial

"Nunca se explique, nunca se queixe", dizia Disraeli, duas vezes primeiro ministro e três vezes ministro da Fazenda, da preconceituosa Inglaterra da rainha Vitória, apesar de sua ascendência judia e origem espanhola e, sobretudo, de sua convicção, tal como expressa em seu "Tancredo", de que a revitalização da Inglaterra seria alcançada com auxílio de tradições e práticas semíticas. Mas este é um conselho que só serve para homens do porte do primeiro duque de Beasconfield.

Interpretaram um artigo meu nesta coluna como anti-semita. "Viva a escassez de mães judias" era o título controvertido. "Mãe judia" é o epíteto que se dá universalmente a uma prática de educação familiar que espera e exige da criança um desempenho excepcional. Quando coincide um grande empenho da "mãe" com habilidade e sensibilidade do filho, é gerado um indivíduo excepcional. Assim, a mãe judia de Mozart teria sido Leopold, seu pai.

Ascensão social

Um fenômeno extraordinário foi o aparecimento simultâneo no período entre guerras de excepcionais virtuoses do violino, quase todos judeus. Creio que o único fenômeno similar foi o reinado dos "castrati", no século 18. Nem mesmo a vaga de virtuoses do piano ao final do romantismo teve tal concentração temporal e tal intensidade.

- Atribuí o desvio estatístico elevado, a saber, a concentração de intérpretes excepcionais, à especial dedicação das mães, já intensamente dedicadas à família, como é a tradição judaica, acentuada devido às condições sociais adversas a que estava a esta época submetida grande parte dos judeus, por uma série de circunstâncias históricas e sociológicas, inclusive o racismo.

O violino era além de um meio de expressão um instrumento de ascensão social. Uma arma para derrubar os muros dos guetos, muros de pedra e muros do Preconceito. Era impossível ouvir Heifetz, mesmo o mais empedernido racista, sem —por um breve instante que fosse— ter a plena sensação de estar frente a um ser superior.

Mais tolerância

Mas as condições sociais mudaram. Já não existem guetos na Europa e nos EUA os bairros judeus se diluíram. O racismo ainda existe, é verdade, aqui como lá, mas tomou formas mais amenas, menos intoleráveis. A ascensão social de judeus na Europa e nos EUA foi também substancial. Uma parcela apreciável da motivação para gerar virtuoses presumivelmente deixou de existir.

Por outro lado, também ocorreu uma mudança do "gosto musical". Sorrateiramente a partir da década de 60, e avassaladoramente nestes anos 80. A restauração de estilos autênticos de certa forma dispensa o virtuosismo atlético, imensamente expressivo, que foi o apanágio dos violinistas, judeus ou não, da primeira metade deste século. Mas como sempre ocorre em fenômenos sociais, é muito difícil distinguir causa de efeito.

O declínio do virtuosismo ab
espaço para o academicismo cri
vador e esta última tendência
prime o virtuosismo. O tempo d
grandes virtuoses do violino está
fim. Pelrman é o último exempl
desta gloriosa estirpe. Mas n
precisamos nos lamentar porque
não precisamos desesperadamen
dessa experiência estética. E
presença de um Pelrman nos pert
ba, nos faz vacilar. Como o ex-alco
latra que teme uma recaída exel
ma "viva a escassez de mã
judias", pois sem elas, não haver
outros Pelrmans, não haverá
tentação.

Esquizoparanóide

Enfeitei desnecessariamente es
raciocínio com um comentário ad
cional, sobre a substituição de viol
nos por metralhadoras, o que exem
plificaria o império das condiçõ
sócio-políticas sobre as formas d
expressão de um povo.

Melanie Klein, na extensão que fa
da obra de Freud, propõe com
processo básico, da psique infant
uma "condição" que ela denomin
"posição esquizoparanóide". Após
trauma do nascimento, a criança
distingue duas mães (seios), a bo
que aquece, alimenta e conforta co
a sua presença, e a má que signific
ausência, privação, fome. Chega
momento em que a simplista dic
tomia é perturbada e o bebê
obrigado a aceitar a fusão das dua
mães.

Em situações de crise, entretanto
mesmo adultos, podemos regredir
posição esquizoparanóide, em qu
todos os objetos que nos rodeiam s
dissociam ou se revelam com
inteiramente bons ou inteiramente
maus. A maturidade emocional
medida pela capacidade de resistê

---

cia a essa regressão. Sou capaz de avaliar a imensa tensão em que se encontram os judeus conscientes e dignos por causa das ambivalências representadas pelas ações repressivas que ocorrem presentemente nos territórios palestinos ocupados por Israel.

Maniqueísmo

Qualquer crítica, qualquer referência vaga levará os menos maduros a julgamentos maniqueístas. É portanto compreensível que esses semitas conscientes e dignos percam, neste momento angustioso, a capacidade de discriminar entre o odioso racismo que atinge o seu povo e uma legítima crítica aos excessos cometidos pelo Estado de Israel ou pelos seus militares e policiais.

Aliás, é exemplar a isenção e a dignidade com que a TV Manchete tem noticiado as manifestações de palestinos e abusos policiais nos territórios ocupados. Desconfio porém que serve a propósitos inconfessáveis a identificação de críticas ao comportamento abusivo de Israel com anti-semitismo.

Bem que os "afrikaners" gostariam de inibir as censuras ao "Apartheid" pela estigmatização das críticas como derivadas de preconceitos raciais contra brancos ou contra holandeses e ingleses. O sr. Salomão Schvartzman, em uma paráfrase de Sartre, afirma que "se o judeu não existisse,. o anti-semitismo o teria inventado". Pois bem, devolvo-lhe na mesma moeda. Homens existem que nem o sr. Schvartzman é capaz de tornar anti-semita.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte Correio Braziliense
DATA 8/03/88
Cidade Brasília DF

R. DE JANEIRO

O clima é de revolta nas localidades de Tomazinho e Gato Preto, ambas em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, depois da exoneração, por discriminação racial, da diretora do Ciep Manoel Bandeira — professora Ernestina Pacheco França. Todos denunciam que a trama foi armada pelo presidente da Associação de Moradores, Laudilson Claudino da Silva, que não gosta de negros. Diante disso, Laudilson colheu perto de duas mil assinaturas em um abaixo-assinado, alegando que dessa forma conseguiria mais linhas de ônibus, quando na realidade ele estava pedindo o afastamento da diretora.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte O Globo
DATA 20/03/88
Cidade Rio de Janeiro RJ

Encontro no Rio debate o racismo

Prossegue hoje o I Encontro Estadual de Conscientização e Cidadania Negra, na sede do Flamengo, na Gávea, com reunião de representantes do Rio e delegações do interior do Estado para discussões sobre temas de interesse dos negros brasileiros. Do Encontro, cujas conclusões servirão de subsídios para o Seminário Internacional do Racismo e Apartheid, marcado para outubro próximo, poderá resultar uma proposta formal ao Congresso para que solicite ao Ministério das Relações Exteriores o rompimento de relações com a África do Sul.

Cidadania e identidade racial, o racismo nos programas escolares, o negro na política, a questão da mulher negra, a situação do negro no esporte, o negro e a violência serão algumas das questões. Organizado pela Chefia de Relações Exteriores do Estado, o Encontro, que termina hoje no Rio, prosseguirá dias 23 e 24 de abril em Campos; 14 e 15 de maio, em Nova Iguaçu; 2 e 3 de julho, em Cabo Frio; e 30 e 31 de julho, em Volta Redonda.

É intenção dos idealizadores das reuniões, entre outros o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras, que ao final dos trabalhos esteja levantado o perfil da situação do negro no Estado do Rio no ano do centenário da Abolição. No entender do advogado Carlos Moura, que representa o Ministério da Cultura na organização dos eventos comemorativos do centenário da Abolição, o racismo está culturalmente introjetado na sociedade brasileira.

No Encontro o Diretor de Projetos do Instituto de Pesquisas da Culturas Negra, João Marcos Romão, criticou o fato de o Governo brasileiro ter permitido a presença no país do Presidente da África do Sul, Peter Bhota. Para protestar contra a política do apartheid, o grupo SOS Racismo colocará uma coroa de flores na porta do Consulado da África do Sul no Rio, na Rua Voluntários da Pátria 43, às 10h de amanhã.

1
NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte Folha de São
Paulo DATA 20/03/88
Cidade São Paulo SP
26

Fim da discriminação ainda é desafio para americanos

Era um recado para mudar a América.

Em 1968, uma comissão presidencial chefiada pelo governador de Illinois, Otto Kerner, publicou um controvertido relatório sobre as causas dos brutais tumultos ocorridos no ano anterior no centro de várias cidades norte-americanas. Sua conclusão: "Nosso país está caminhando para uma situação em que haverá duas sociedades —uma branca, outra negra— separadas e desiguais".

Embora o relatório da Comissão Kerner tenha provocado a irritação de muitos, também suscitou esperanças. Foram impressos quase 2 milhões de exemplares e Robert Kennedy citou-o como uma das razões pelas quais resolveu candidatar-se à presidência da República. Como lembra Vel Phillips, a primeira vereadora negra da cidade de Milwaukee, no Estado de Wisconsin: "O que o relatório me dizia era que meus dois filhos iam viver num mundo bem melhor".

Vinte anos depois, porém, essas esperanças permanecem em grande parte insatisfeitas. Embora tenham sido feitos progressos em algumas áreas, a sociedade norte-americana continua profundamente dividida entre negros e brancos. No estudo da Comissão Kerner, várias estatísticas e depoimentos compunham em detalhe um quadro de isolamento e abandono na maioria dos bairros centrais, predominantemente negros. Muitos desses indicadores apontam para um quadro tão deprimente quanto esse e bastante parecido com o levantado pelo relatório Kerner.

Revelações

Em 1968, a Comissão descobriu, por exemplo, que o desemprego entre a população negra era mais do que o dobro do que entre os brancos. Hoje, segundo o Departamento de Estatísticas do Trabalho, essa diferença continua sendo maior do que 2 para 1. Em 1968, a renda média da população negra era 58% menor do que a renda média da população branca. O índice mais recente corresponde exatamente a 58%.

Em entrevistas, ex-membros da Comissão Kerner manifestam desespero diante da falta de progressos. "Se, na época, me tivesse ocorrido a idéia de que nada ia mudar, eu teria achado que era um pesadelo", diz Katherine G. Peden, consultora de relações trabalhistas em Louisville, Kentucky. Mas, em duas décadas, diz ela, "não fizemos mais do que avanços simbólicos".

Os sociólogos especialistas em urbanismo também apontam para um número inquietante de incidentes raciais violentos nos últimos anos —inclusive a morte de um negro no bairro nova-iorquino de Howard Beach— como evidência de que as tensões raciais não cederam.

"Foi um choque enorme para muitos de nós constatar como a crise [illegible] empresário branco Alexander B. Dellars, membro de um grupo especial formado com o objetivo de tentar acalmar as tensões raciais em Indianapolis, no estado de Indiana.

Novo relatório

O relatório da Comissão Kerner —seu título oficial é Relatório da Comissão Consultora sobre Distúrbios Civis— voltou a ser debatido em público em meados de fevereiro último. Às vésperas de fazer 20 anos, divulgou-se, durante um congresso nacional em Racine, Wisconsin, um novo relatório atualizando as conclusões do estudo original. Os participantes, entre eles alguns membros do grupo original que elaborou o relatório Kerner, concluíram que o país ainda está se dividindo em dois grupos desiguais.

A maioria reconhece que a situação dos negros melhorou nas duas últimas décadas. Entre outras coisas, o relatório da Comissão Kerner ajudou a abrir caminho para a participação política dos negros e, em particular, para uma integração muito maior no local de trabalho. O número de cidades grandes com prefeitos negros subiu de duas em 1968 —Cleveland e Gary, Indiana— para 17. E, nesse mesmo período, expandiu-se muito a classe média negra, na medida do surgimento de novas oportunidades de trabalho em várias profissões. O crescimento econômico trouxe mais prosperidade tanto para brancos como para negros.

No entanto, a situação relativa dos negros continua surpreendentemente inalterada. A taxa de mortalidade infantil ainda é muito maior entre eles. E os negros, sejam policiais ou executivos, continuam vivendo em bairros predominantemente negros.

Nuvem de fumaça

Especialistas em questões urbanas dizem que grande parte dos progressos registrados nesses 20 anos foi mascarada pelo crescimento das cidades e, mais recentemente, pela classe desprivilegiada formada pela população de origem hispânica. Os negros, concentrados no centro das cidades, sofreram em particular as consequências da diminuição dos empregos no setor industrial e da evasão dos empregos mais bem pagos para os subúrbios. Um estudo mostra que de 1967 a 1982 as 12 principais cidades do norte dos Estados Unidos perderam 1,6 milhão de empregos. No mesmo período, os subúrbios ganharam 2 milhões de novos empregos.

O crescimento do gueto urbano agrava o sentimento racista, dizem alguns estudiosos. "Essa imagem de um centro da cidade cheio de perigos acaba sendo generalizada para a população negra como um todo", diz o sociólogo William Julius Wilson, da Universidade de Chicago. "Enquanto não enfrentarmos o problema que representa essa classe

desprivilegiada, será impossível ter relações raciais sadias neste país".

De fato, na região de Chicago, o número de incidentes com motivação racial aumentou em 1987 pelo quarto ano consecutivo, de acordo com o boletim "Chicago Reporter", especializado em relações raciais. Um dos casos mais sérios foi a destruição, por bombas incendiárias, da casa que uma família negra acabara de comprar num bairro branco.

Divisão especial

Em Indianapolis, o prefeito William H. Hudnut formou recentemente um grupo especial para estudar as divisões radicais exemplificadas por incidentes como a morte de um negro de 16 anos sob custódia policial. Na primeira reunião do grupo, um pastor protestante negro contou que, pouco tempo antes, tinha sido abordado por policiais quando dirigia um Cadillac novo que eles achavam ser roubado.

No subúrbio de Clive (da cidade de Des Moines, Iowa), uma comissão local de direitos humanos exigiu a demissão de um delegado de polícia depois que os moradores e organizações do bairro receberem um comunicado pedindo que se comunicasse à polícia a presença de qualquer negro nas imediações "para podermos tentar descobrir quem é o indivíduo". A polícia suspeitava que um negro fosse o autor de uma série recente de assaltos.

Ativistas culpam o governo e empresas por segregação

Os líderes do movimento pelos direitos civis e especialistas em questões urbanas apontam uma série de razões para a subsistência do abismo racial. Os sociólogos alertam para o crescente isolamento do gueto urbano e seus problemas. Outros citam um governo que, em sua opinião, deixou completamente de lado de suas preocupações as relações interraciais. Outros ainda sugerem que o setor privado não contribuiu para melhorar a integração e abrir oportunidades para os negros.

Richard P. Nathan, ex-membro da equipe que fez o levantamento para o Relatório Kerner e que agora ensina política governamental na Universidade de Princeton, diz que uma das maiores contribuições do relatório foi ajudar a criar "um estado de espírito que tornasse mais aceitável a intervenção do governo nesses problemas urbanos". Mas, segundo ele, esse estado de espírito não durou muito. Ele observa que agora, mesmo num ano de eleições presidenciais, poucos candidatos estão falando na deterioração das grandes cidades.

Disparidade

"Acho que temos a sensação de que se nada está pegando fogo é porque está tudo bem", diz o ex-senador Fred Harris, de Oklahoma, membro da Comissão Kerner. "Mas o que estamos presenciando são tumultos discretos...Há uma grande disparidade entre a forma como progrediram negros e brancos."

A evasão de brancos e empregos para os subúrbios fez, por exemplo, com que se mantivesse a segregação racial nas escolas. Vinte anos atrás, de acordo com o Relatório Kerner, 75% dos alunos negros das escolas primárias das principais cidades frequentavam escolas com 90% dos alunos das minorias; hoje, de acordo com um estudo da Universidade de Chicago, bem mais da metade dos alunos negros na região de Chicago frequentam o mesmo tipo de escola.

E, embora as estatísticas sanitárias para os norte-americanos negros mostrem algumas melhoras, permanece o abismo entre brancos e negros em algumas áreas. Por exemplo, o relatório Kerner ressaltava que a taxa de mortalidade para bebês não-brancos de até um mês de idade era 58% maior do que para bebês brancos na mesma faixa etária. De acordo com o Centro Nacional de Estatísticas da Saúde, os mais recentes dados mostram que essa discrepância aumentou para 65%.

DUAS DÉCADAS DEPOIS

	Brancos	Negros
Desemprego		
1967	3,4%	7,4%
1988 (janeiro)	5,8%	12,2%
Renda média por casa		
1967	US$ 7.449	US$ 4.325
1986	US$ 26.175	US$ 15.080
Mortalidade infantil até um mês de vida (por 1.000 nascidos vivos)		
1965	16,1	25,4
1981	6,2	10,2

Fontes: Departamento de Estatísticas do Trabalho; Censo dos EUA; Centro Nacional de Estatísticas da Saúde.

Luther King defendi a resistência pacífic

O ano do relatório Kerner foi também o ano da morte do maior líder que o movimento dos direitos civis já teve nos Estados Unidos. Em 4 de abril de 1968, quando discutia com colaboradores detalhes da greve dos lixeiros em Memphis, sul do país, Martin Luther King caiu baleado na sacada de seu quarto de hotel. Ironicamente, para que o hotel Lorraine se transforme agora em museu em memória de Luther King, foi despejada à força, há duas semanas, sua última moradora, uma faxineira negra que agiu exatamente como Luther King teria recomendado: resistiu pacificamente até ser carregada para fora, e avisou que vai acampar em frente para lembrar ao público que as lições de Luther King estão vivas.

A morte de King silenciou uma das vozes mais eloquentes que já se manifestaram em favor da política da não-violência, nos moldes do que já fora defendido na campanha que culminou com a independência da

Índia, em 1947, pelo Mahatma ("grande alma") Gandhi. King começou sua carreira na década de 50 como pregador batista — era pastor e doutor em Teologia — no intolerante e racista sul dos EUA, onde vigoravam leis segregacionistas semelhantes ao apartheid sul-africano.

Estréia

Sua estréia no movimento negro deu-se em 1955, ao organizar um movimento de boicote aos ônibus segregados no Estado do Alabama. Ao fim de um ano de persistência, veio a primeira vitória, com a declaração da inconstitucionalidade da segregação nos ônibus pela Suprema Corte. Com isso, multiplicaram-se no sul as campanhas de resistência pacífica da população negra pelo fim da segregação racial nos ônibus, bares, lojas, repartições públicas e nas escolas.

Multiplicaram-se também pelo país as cenas de violência policial, que causaram indignação e, tal como ocorreria mais tarde com a Guerra do Vietnã contribuíram para ampliar o debate e a oposição ao sistema de segregação racial. O movimento culminaria com a Marcha sobre Washington, em 1963, quando 200 mil pessoas de todo o país foram à capital pressionar o Congresso a aprovar uma lei, enviada no ano anterior pelo presidente John Kennedy (morto no mesmo ano em Dallas) e que estabelecia o pleno direito de voto para os negros. Foi quando Luther King pronunciou seu célebre discurso: "Eu tive um sonho..."

Conflitos

Sua liderança e seus métodos passaram a ser cada vez mais contestados, a partir de meados da década de 60, pelas vertentes do movimento negro adeptas do uso da violência, como os Panteras Negras de Stockley Carmichael e os Muçulmanos Negros de Malcolm X.

Preso várias vezes (numa delas, o presidente Kennedy chegou a lhe telefonar na prisão para comunicar seu apoio), ganhador do prêmio Nobel da Paz de 1964, seu assassinato precipitou violentos distúrbios na maioria das cidades norte-americanas. Houve intervenção de mais de 60 mil soldados e o presidente Lyndon Johnson teve que ir à TV pedir calma, ironicamente citando as teses de Luther King em plena Guerra do Vietnã.

A morte de Luther King deixou um vazio de liderança do qual o movimento negro não se recuperou completamente até hoje. O pastor Jesse Jackson, seguidor e protegido de Luther King, tenta ocupar este lugar. Seu desempenho nas primárias democratas que antecederam a escolha do candidato do partido às eleições presidenciais deste ano nos EUA mostra que a questão do racismo permanece como um dos temas mais candentes da sociedade americana. Mesmo assim, falta a Jackson o carisma e a capacidade de mobilização que marcaram a atuação de seu antecessor na defesa dos direitos civis.

Especialistas prevêem "apartheid urbano"?

Ao que parece, o país está caminhando em direção ao tipo de "apartheid urbano" contra o qual advertiu a Comissão Kerner, dizem os especialistas em problemas urbanos. Os moradores dos bairros centrais estão se tornando cada vez mais isolados em relação ao resto da sociedade. Ao mesmo tempo, são mínimas as chances de conseguirem sair desse isolamento. O pastor protestante Leon Sullivan, redator da lista de princípios que leva seu nome que serve como base para os investimentos das empresas norte-americanas na África do Sul, disse que tem sido procurado insistentemente por outros líderes do movimento negro. Eles querem que Sullivan elabore um conjunto de princípios semelhante que norteie os investimentos empresariais nos bairros centrais das cidades norte-americanas.

"As cidades são hoje tidas como um lugar onde vivem os pobres e as minorias", diz Richard G. Hatcher, ex-prefeito de Gary, uma cidade com predominância de negros. Ele diz que os problemas existentes na cidade em 1987, no ano em que terminou seu mandato, eram muito mais preocupantes do que os encontrados ao assumir, em 1967.

Hatcher e outros sugerem que o governo Reagan tem voltado as costas à situação dos negros. De acordo com uma pesquisa do Centro Conjunto de Estudos Políticos — uma equipe de especialistas em assuntos negros — um número cada vez maior de negros afirma que sua situação piorou no atual governo. E, pela primeira vez em seus 31 anos, a Comissão de Direitos Civis dos EUA está sendo acusada de "inamistosa" pela comunidade negra. A tal ponto que a Associação Nacional pelo Progresso da Comunidade Negra tem se movimentado com força total para tentar suspender, por meio de pressões no Congresso, as verbas para a Comissão.

O presidente da Comissão, Clarence Pendleton Jr., negro, diz que os líderes do movimento de direitos civis têm que parar de contar com o governo para solucionar todos os problemas que surjam. "Os negros", diz, "não são uma nação à parte que requeira tratamento à parte de qualquer governo".

Katherine Peden, que participou da Comissão Kerner, responsabiliza em parte o empresariado pela situação em que se acham os negros norte-americanos. Há três anos, presenciou a falência de um banco em Louisville cujos proprietários eram negros. "Com tantos negros na cidade", diz, "acho que deveria ter sido feito algum esforço para impedir a falência".

Sua maior decepção nas últimas duas décadas é o fato de "não termos mais negros nas áreas financeira e administrativa". Irônica, ela diz: "É muito raro ver um negro na direção de uma firma, mas as linhas de montagem estão cheias deles."

Algumas portas parecem estar se fechando. A porcentagem de negros que termina a escola secundária para cursar uma faculdade é menor hoje do que em 1971, de acordo com o Conselho de Educação. Um recente estudo realizado pelo Conselho Habitacional da Grande Washington concluiu que na região metropolitana da capital há discriminação racial contra os negros na locação de imóveis. O Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano afirma que, nos últimos oito anos, houve um aumento de 60% nas queixas por discriminação relacionada à compra e locação de imóveis.

É verdade que a sociedade norte-americana já não se encontra na situação explosiva em que estavam as tensões raciais há vinte anos. Mas as recomendações da Comissão Kerner —a criação de novos empregos, a eliminação da segregação real nas escolas, a aprovação de leis contra a discriminação no setor de habitação e a construção de moradias de preço acessível aos setores de baixa renda— ainda representam sérios problemas.

Está sendo esperada para o mês de março a divulgação do relatório realizado por um grupo independente sobre a necessidade de um maior comprometimento do governo em fornecer moradias a preço acessível. O secretário de Educação do Estado de Connecticut tem defendido a integração entre as escolas dos subúrbios e do centro das cidades e tem havido pressões para sua demissão.

Para Vel Phillips, a advertência do relatório Kerner de que o país poderá se dividir em duas sociedades desiguais ficou no ar como um eco estridente e doloroso. Desde que anunciou em outubro sua intenção de se candidatar ao Congresso — se eleita, será a primeira representante negra da região de Milwalkee — ela tem recebido telefonemas anônimos de pessoas que lhe dizem: "Sua prostituta vagabunda, por que não volta para a África do Sul?"

Ao pegar o relatório Kerner, leu uma folha amarelada com um poema de Langston Hughes. Uma das estrofes diz:

Este sonho...hoje batalha
Encostado na parede
Para se tornar realidade para um,
O sonho tem que ser real para todos

Fonte Estado de S. Paulo
São Paulo DATA 22/03/88
Cidade São Paulo SP

No Planalto, comemoração anti-racismo

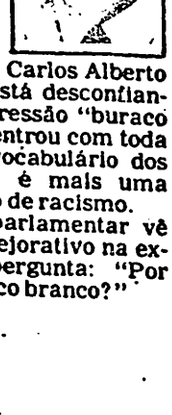
BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente Sarney preparou uma festa, no Palácio do Planalto, para comemorar ontem o dia internacional contra a discriminação racial. Ao lado de 13 ministros de Estado e do presidente do Supremo Tribunal Federal, Rafael Mayer, seus governadores, nove embaixadores, contando com uma platéia repleta de representantes de entidades contrárias à discriminação racial, além de artistas negros, o presidente condenou o apartheid, pregou a necessidade de unidade na adversidade e previu, para alguns anos, "a formação de uma elite da raça negra que possa atuar em todos os setores do Brasil".

A comunidade negra estava representada na festa por cantores, compositores, atores, entre os quais: Gilberto Gil, que quer disputar a prefeitura de Salvador, Paulinho da Viola, João do Vale, autor de músicas como "Carcará", que foi em cadeira de rodas. Não faltaram, também; integrantes de escolas de samba, como Salgueiro e Vila Isabel. O presidente Sarney foi muito aplaudido quando destacou o seu repúdio ao apharteid, condenando o egoísmo de grupos racistas, interessados na manutenção de um sistema de privilégios, tendo como objetivo a escravidão econômica.

Na ocasião, foi assinado acordo de cooperação entre os Ministérios da Cultura e da Ciência e Tecnologia, para a promoção do centenário da abolição.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Jornal Correio Braziliense DATA 24/03/88
Cidade Brasília DF



Por que não o branco?

O deputado Carlos Alberto de Oliveira está desconfiando que a expressão "buraco negro", que entrou com toda a força no vocabulário dos constituintes, é mais uma manifestação de racismo.

Negro, o parlamentar vê um sentido pejorativo na expressão e pergunta: "Por que não buraco branco?"

Cidade Brasília DF

Estudantes fazem vídeo sobre racismo

Ao invés de uma folha de papel almaço, equipamento de vídeo. Foi assim que três estudantes da 8ª série do Colégio Marista fizeram um trabalho sobre o racismo no Brasil. Inspirados na Campanha da Fraternidade deste ano e numa frase do deputado José Sabóia (PMDB-MA) — "Até hoje a cultura negra é uma cultura de resistência" — os alunos do Marista entrevistaram 11 constituintes. Ontem, foram ao Palácio do Buriti conversar com o governador José Aparecido.

Gileno Marcelino, Silvio Holanda e Luiz Augusto Barreto foram incumbidos, na aula de Religião, de pesquisar sobre o racismo no Brasil. O resto do grupo ficou com a parte teórica, os três membros saíram a campo. De início, fizeram uma pesquisa com cerca de 100 pessoas nas ruas da cidade. "Nós descobrimos — diz Silvio — que o brasiliense tem vergonha de falar que é racista. Nas entrevistas, a gente via a cara da pessoa dizendo o contrário de suas palavras".

De posse destes dados, os alunos foram ao Congresso Nacional e procuraram, em primeiro lugar, os deputados Benedita da Silva (PT-RJ) e Carlos Alberto Caó, mais comprometidos com a causa do negro. No final, contactaram 11 constituintes.

Com uma performance de fazer inveja a qualquer profissional, os meninos perguntaram ao governador sobre o problema do racismo e sobre as comemorações do centenário da Abolição. Ele exemplifica o sofrimento dos negros — "nas prisões eles são maioria, por exemplo" — mostrando que o repórter da turma, um garoto loiro de olhos azuis, certamente também teria parte do seu sangue negro.

ESTADO DE MINAS 29.03.88

Negros processam firma por racismo

O Movimento Negro Unificado anunciou ontem que irá processar a empresa Manpower — Empregos Temporários e Efetivos — pelo anúncio publicado no último dia 20, oferecendo vaga para técnico-mecânico com a exigência de que o candidato tenha "boa aparência e cor branca". O militante do Movimento, Marcos Antônio Cardoso, disse que os negros repudiam a iniciativa, "que é uma demonstração declarada de racismo, no ano em que o País comemora o centenário da Abolição da Escravatura".

A empresa Manpower, rua Goitacases, nº 14, sala 409, publicou anúncio na seção de classificados oferecendo vaga para técnico-mecânico para trabalhar na Mineração Rio Verde Ltda, com sede na capital. A exigência de que o candidato fosse de cor branca causou polêmica e a denuncia foi feita na tribuna da Assembleia Legislativa, pela deputada Sandra Starling (PT).

"Repudiamos a iniciativa e vamos entrar com processo pedindo punição para os responsáveis", ressaltou Cardoso. Para ele, esse acontecimento mostra a "farsa" que são as comemorações da Abolição da Escravatura, porque, "no Brasil, o negro continua sendo discriminado e o racismo é um instrumento de dominação e exclusão dos pretos da vida social, cultural e econômica do País".

Cardoso afirmou que o racismo hoje está presente em todas as instituições, como escolas, trabalho, moradia e "grande parte da população, por ser pobre e negra, não tem acesso à saúde, educação, habitação etc". Segundo o militante do MNU, os negros são constantemente violentados nas ruas, nas filas de bancos, nas repartições públicas, apesar de representarem no Brasil, 44,44% da população, de acordo com o censo realizado em 1980.

No emprego, além da discriminação no momento da admissão, há também diferenças no trabalho, disse, seja através das piadas ou da remuneração. Cardoso divulgou estudos elaborados pelo Dieese, em 1985, no município de São Paulo, onde ficou constatado que "a diferença salarial de um funcionário de cor branca para outro de cor negra, que exerciam as mesmas funções, chegava até 114%, em favor dos brancos".

No dia 12 de maio, o Movimento Negro Unificado promoverá em Belo Horizonte a "Marcha de Protesto contra o Racismo", quando pretende reunir cerca de cinco mil pessoas. O objetivo é denunciar a discriminação dos negros no País (o movimento será nacional).

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte Correio Braziliense
Cad DATA 20/03/88
Cidade Brasília DF

ESCRAVIDÃO AINDA EXISTE

A rede Globo de televisão coloca no ar um anúncio onde se torna patente o racismo que existe no Brasil: uma menina está se penteando frente ao espelho com a ajuda da mãe e pergunta o que será quando crescer. A mãe responde: "Negra, linda e livre". Parece-me, a colocação, ridícula e totalmente fora de lugar. Que se comemore o centenário da Abolição, é aceitável, embora não seja o ideal, já que no Brasil de hoje a escravidão ainda persiste, quando professores do Piauí ganham por mês 800 cruzados, para dar um exemplo distante... Mas dizer a uma criança da raça negra que ela será negra quando crescer, vai além da imaginação. E se a criança perguntar por que será negra e livre quando crescer? Quem lhe explicará que a liberdade é um dom que nasce com todos os seres humanos e que para, isto não é necessário ligar a negritude com a liberdade, uma vez que não pode existir, no Brasil, diferença de raças? CARLOS DE CARVALHO — Plano Piloto

O GLOBO 02.04.88

Cartilha da Abolição inclui tese racista

BELO HORIZONTE — O Movimento Unificado de Minas (MNU-MG) denunciou ontem que a cartilha da Secretaria Estadual de Educação, distribuída nas escolas públicas mineiras, em homenagem ao centenário da Abolição da Escravatura, acabou se transformando em um manifesto racista. No documento, por exemplo, constam duas lendas sobre a criação do homem: uma delas garante que Deus criou o branco e o Diabo o negro.

Na segunda-feira, o MNU vai à Secretaria para reivindicar uma reformulação no documento. Intitulado "O Centenário da Abolição 1888-1988", foi elaborado pela Comissão de Moral e Civismo da Secretaria da Educação, presidida pelo Secretário Hugo Gontijo.

— O documento reforça os estereótipos pejorativos contra o negro. As crianças negras irão se sentir infelizes e muito humilhadas. Esta é uma imagem ofensiva ao negro — disse Marco Antônio Cardoso, do MNU.

A lenda, que vem causando tanta polêmica, conta que Deus criou o homem branco. Com inveja, o Diabo tentou fazer um ser semelhante e acabou criando o negro. Com raiva da criatura, que havia saído muito feia, o Diabo deu um soco no nariz do negro, que acabou ficando achatado. Triste, o negro começou a chorar muito. Com pena, o Diabo passou a mão sobre a cabeça da criatura, e os cabelos se tornaram carapinha.

Esta é a segunda denúncia de racismo feita pelo MNU em menos de uma semana. Na segunda-feira, a entidade anunciou que entrará na Justiça contra a empresa Manpower — Empregos Temporários, que, no dia 20 de março, publicou anúncios em jornais oferecendo vaga para técnico-mecânico, com a exigência de que o candidato tivesse "boa aparência e cor branca".

JORNAL DO BRASIL 05.04.88

CARTAS

☐ Negros

As explosões raciais que periodicamente degradam a comunidade negra e branca carregam no seu bojo contornos selvagens e desprezíveis. O desprezo, o desrespeito, a indiferença que os brancos impõem aos negros têm, através dos tempos, desafiado pensamentos e palavras. E o que é pior, muito além do arbítrio, nas mais diferentes fronteiras, é a empáfia, a falta de escrúpulos com que certos dirigentes brancos se referem à opinião pública mundial. Para esses senhores, o que os outros pensam não lhes interessa. Não estão lá, como se dizem, para dar satisfações ou agradar a quem quer que seja.

Mas está na hora da grande tomada de posição em torno desta histórica, vil e ignominiosa situação.

É preciso que a civilização moderna aja de imediato, antes que seja tarde, renovando o conceito de liberdade e corrigindo as falhas e distorções defendidas pela antiga ordem constituída vigente. Este cataclismo mundial tem sido para o homem um desafio a perseguir, à medida que tem demonstrado a sua inaptidão em defender o seu acesso e direito plenos à liberdade individual, soberana e pacífica. A medonha, vergonhosa e cruenta Guerra Civil americana ainda guarda em seus anais resquícios lamentáveis do que foi a Secessão na mais rica e desenvolvida nação do planeta.

Não podemos admitir que, na virada deste século, a despreocupação e a opulência de uns tantos se transformem num fantasma a perseguir os senhores que desejam fiscalizar o mundo. A comunidade negra, mergulhada neste inquietante e desprezível estado humano, constitui o perigo imenso do final do século. Precisamos meditar sobre as hediondas catástrofes que revestem o nosso tempo — a fome, a segregação, a falta de acesso aos mais elementares direitos de garantia da pessoa humana; enfim, todo esse conjunto de fatores repugnantes que visa a dissociar o homem, especialmente o negro, da boa convivência.

Convém às nações ricas e poderosas, com alto poder de pressão econômico-financeira, a ação eficaz que ponha um fim a tudo isso. Que a arrogância dos dirigentes brancos seja esmagada a nível internacional, pois já não há mais lugar, na era atual, para regimes desta natureza.

A legislação feita em causa própria e aplicada a certas nações está eivada de direitos que facilitam sempre o monopólio do poder exercido pelas minorias brancas, verdadeiras oligarquias. Os negros são rejeitados e submetidos à insignificância em espaços físicos restritos e amorais; enfim, prisioneiros dentro de suas próprias nações. Ocorre que a linhagem branca, por sua postura elitista e circunscrita, é cada vez mais minoria, enquanto os negros multiplicam-se assustadoramente. Cuidado! Virá o dia em que as massas humanas desprotegidas social e economicamente irromperão como as comportas de uma represa indefesa. Aí os caldeirões de ressentimentos e sofrimentos acumulados ao ódio explodirão em maior intensidade do que mostram os conflitos raciais de nossa época.

A responsabilidade é de todos. A omissão ao assunto pode ser a conivência para os problemas maiores, pois que a injustiça e a criminalidade oficializadas e instituídas pelo regime racista, candente nos diferentes pontos do globo, só merecem o repúdio de toda a humanidade. Extirpar esse câncer odiento do interior do organismo apodrecido e fétido de um regime moralmente derrotado é o melhor remédio a ser receitado. Hoje, amanhã pode ser tarde demais, pois, "quando os que mandam perdem a vergonha, os que obedecem perdem o respeito". **Jorge Luiz Ambrósio — Rio de Janeiro**

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte Estado de São Paulo DATA 07/04/88
Cidade São Paulo SP

Comunismo angolano exporta o racismo

O empresariado carioca está começando a descobrir a ponta de um iceberg: o "comunismo pobre" do movimento revolucionário de Angola, trazido agora para o Brasil. A história toda parece o enredo de uma novela de Frederick Forsith, mas é rigorosamente verdadeira. Ocorre no mundo a substituição da arma ideológica — que estará caindo de moda em pouco tempo — pelo ódio racista nos países do Terceiro Mundo. Dentro de poucos meses, o inteligente premier soviético Mikhail Gorbachev vai firmar um pacto com os Estados Unidos que acabará, de uma vez por todas, com o perigo de guerra nuclear entre as duas grandes potências e, melhor ainda, porá fim à guerra fria entre o capitalismo e o comunismo no mundo. Gorbachev está convencido de que o sistema político-econômico da Rússia deve caminhar para o centro, admitindo fórmulas da livre iniciativa que, indiscutivelmente, geram a prosperidade e o bem-estar dos povos.

Por outro lado, Ronald Reagan, em nome do grande empresariado norte-americano, deixará de lado a política isolacionista e anti-soviética que os Estados Unidos vêm desenvolvendo até hoje, para conduzir o país a uma perfeita integração sócio-econômica com as nações de credo vermelho. Em suma, estamos às vésperas de ver celebrados acordos outrora impossíveis entre o Comecom (Mercado Comum Comunista) e a CEE (Mercado Comum Europeu). Cerca de dois bilhões de novos consumidores do Leste passarão a integrar-se no sistema capitalista europeu. Dentro de pouco tempo, a luta ideológica e o velho proselitismo comunista no plano internacional serão coisas fora de moda e peças de museu. As nações ricas, como a Rússia, os Estados Unidos, a França, a Inglaterra, a Alemanha, a Itália, o Japão e demais potências do Primeiro Mundo descobriram que, de agora em diante, o melhor negócio é ficarem unidas para resistir à avalancha da pobreza visceral do resto do planeta, que perdeu sua oportunidade na História. No próximo ano a divisão da terra não será mais feita pelo fanatismo ideológico, ou entre comunistas e capitalistas, e sim por uma outra linha, bem mais pragmática, entre nações ricas e pobres.

O Brasil, por burrice de todos os seus governantes das últimas décadas, vem seguindo a trilha do Terceiro Mundo e pautando sua economia por uma estatização démodée e alienante, além de perdulária. Em vez de nos atrelarmos aos Estados Unidos, à Inglaterra ou à Alemanha, por exemplo, estamos preferindo voltar à África e à selva primitiva. Enquanto uma reviravolta histórica faz os maiores líderes europeus da esquerda, como Felipe González, Helmut Schmidt, Craxi e o próprio Mitterrand trazerem firmemente para o centro seus partidos e se transformarem em grandes gerentes de sociedades modernas que elevam os níveis de vida dos seus povos, nós aqui estamos alimentando líderes medíocres, sem a menor visão da História, como esses pobres senhores Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, Ulysses Guimarães, Renato Archer etc., rapsodos de um falso socialismo fisiológico, cuja medida é o nacionalismo ultrapassado e a estatização imobilista.

Então, que está acontecendo no submundo ressentido das incompetentes forças políticas nacionais? Um movimento de ligação com os revolucionários de Angola. Países do Terceiro Mundo, acumpliciados com certos líderes duvidosos da África, pretendem agora substituir, na América do Sul em geral e no Brasil em particular, a arma ideológica pelo ódio racial insuflado na alma dos seus povos ignorantes. Esse movimento de reflexão da raça negra que agora está tomando vulto entre nós — objetivando criar um ódio que não existe entre brancos e negros brasileiros — é financiado por Angola e tem origem nos grupos revolucionários daquele país africano. Foram esses grupos que financiaram, por exemplo, a escola de samba Unidos de Vila Isabel, no último carnaval carioca, cujo enredo era a quizumba, uma manifestação revolucionária negra contra os brancos. Até mesmo uma ala de Angola, com revolucionários daquele país africano, desfilou na Marquês de Sapucaí, no Rio, deixando bem nítida sua marca (se não bastasse a força de agitação da diretora da escola, Ruça, mulher do Martinho da Vila e ativista conhecida). Todo o mundo sabe que o Brasil é um país de mulatos claros, de miscigenação realizada sem traumas, ao longo dos dois últimos séculos, graças ao compor-

ACERVO DE INFORMAÇÃO
FOLHA Oglobo
DATA 9/04/88
PÁGINA Rio de Janeiro 15

Sarney condena segregação racial

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney classificou ontem, durante encontro com o Presidente de Moçambique, Joaquin Chissano, no Palácio Itamaraty, de "cruel e anacrônico" o regime racista da África do Sul. Em seu discurso, Sarney condenou "todas as formas de violência originadas do apartheid".

Chissano, que chegou ontem à tarde a Brasília, disse que as posições brasileiras em relação à África do Sul são muito boas, mas que é possível fazer mais. A questão será um dos pontos principais da conversa dos dois Presidentes hoje de manhã, no Palácio do Alvorada.

O Presidente de Moçambique foi homenageado no Itamaraty com um jantar oferecido pelo Presidente Sarney, quando foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul. Ainda ontem, os dois Presidentes puderam ter as primeiras conversas sobre a situação na África Austral, tema que será detidamente analisado na manhã de hoje, juntamente com a dívida de US$ 280 bilhões (cerca de CZ$ 33 quatrilhões) que Moçambique tem com o Brasil. Por causa dessa dívida, contraída mediante créditos para importação de produtos brasileiros, o comércio dos dois países tem caído praticamente a zero.

Segundo Chissano, o problema da dívida será resolvido pelos dois países dentro do "espírito de cooperação" do Terceiro Mundo. Ele não quis dizer se pedirá novos créditos, mas adiantou que analisará a questão com Sarney. Segundo ele, "o comércio entre os dois países não pode parar". O Chanceler Abreu Sodré disse que o governo brasileiro estudará a questão considerando as dificuldades de Moçambique, inclusive a guerrilha.

— Temos certeza que, se evoluir o projeto de exploração de carvão mineral em Moçambique, o comércio aumentará substancialmente e o pagamento da dívida poderá ser iniciado — afirmou Sodré.

O projeto de exploração do carvão de Moçambique conta com a participação brasileira, através da Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM). O Brasil participa também de projetos de cooperação na área de formação de recursos humanos, construção civil e agricultura em Moçambique.

Hoje, o Presidente de Moçambique visita a Assembléia Constituinte e o Supremo Tribunal Federal e será homenageado com um almoço pelo Governador do Distrito Federal, José Aparecido. Chissano, que iniciou sua viagem pela América Latina, dia 29, por Bueno Aires, indo em seguida para Cuba e de lá para a Nicarágua, retorna hoje mesmo a Moçambique.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte
DATA 06/04/88

Savimbi devolve críticas sobre racismo

A retirada de todas as tropas estrangeiras é o primeiro passo para a pa

Jonas Savimbi, negro, doutor em Ciências Políticas, 53 anos, condena o *apartheid*, mas lidera um movimento aliado a um regime racista: a África do Sul. Na guerra, diz ele, aceita-se a ajuda de qualquer um. "Os países não escolhem seus vizinhos." Na sua opinião, o Brasil não está em boa posição para criticá-lo: "Quantos diplomatas do Itamarati são negros? Há dias, ouvi no rádio que um grupo de índios foi massacrado na Amazônia."

Savimbi recebeu os jornalistas brasileiros acompanhado de seu Estado-Maior, em Jamba. Ele fala rápido, muito articulado, e dispara quando excitado. Não tem a pretensão de "derrotar" o MPLA, mas acha que a resistência armada vai obrigar o governo a negociar a paz.

"A primeira coisa é conseguir que os estrangeiros se retirem do país. Em Angola há 45 mil cubanos, 2 mil e 500 russos, 2 mil e 500 norte-coreanos, 7 mil guerrilheiros da SWAPO, 1 mil e 200 do Congresso Nacional Africano e 1 mil e 200 ex-katangas, do Zaire. O problema central, entre a Unita e o MPLA, terá que ser resolvido só pelos angolanos. Eu tenho certeza de que no dia em que os angolanos se reunirem, num mesmo quarto, sem os estrangeiros, a paz virá em 30 minutos."

O líder da Unita insiste em afirmar que a presença sul-africana em Angola não passa de "um número muito reduzido de soldados aqui e acolá". Condena as incursões sul-africanas no sul de Angola, e jura que, "pelo simples fato de ser negro", não pode aceitar o *apartheid*. Para Savimbi, os interesses da Unita não são os mesmos da África do Sul. Ele não reconhece o grupo guerrilheiro Resistência Armada Moçambicana (Renamo), em Moçambique, suspeita da sua origem e lamenta que a SWAPO e o Congresso Nacional Africano tenham se aliado a Luanda: "Nós não lutamos contra eles, eles é que lutam contra nós. Nós não estamos na Namíbia ou na África do Sul atacando eles. A 20ª Brigada da SWAPO está em Cuemba lutando em território angolano contra nós."

Irrisória — Savimbi acha que a presença sul-africana em Angola é irrisória diante de 45 mil soldados cubanos no país. "Amanhã, gostaríamos que o povo nos julgasse, a nós e ao MPLA. Nós seremos acusados de ter facilitado as incursões sul-africanas em Angola, e estamos prontos para responder por isso. Mas também queremos que o povo diga, abertamente, o quanto sofreu na mão de 45 mil cubanos."

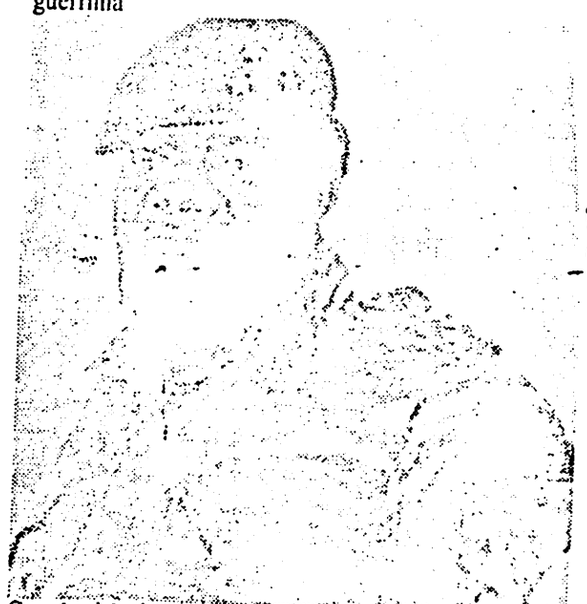
Na sua opinião, as críticas contra a aliança com a África do Sul encobrem outras intenções. "Em agosto de 1975, uma comissão de inquérito da Organização da Unidade Africana formada por oito países concluiu que a Unita controlava 65% do território angolano. A primeira ajuda que recebemos não foi da África do Sul, mas da França, do Marrocos, da Arábia Saudita e do Irã. Hoje 12 países africanos nos ajudam."

Savimbi sabe que a aliança com os sul-africanos mina sua credibilidade, mas contra-ataca: "Nós estamos em contato com o drama do *apartheid* há trinta anos. A Europa descobriu o *apartheid* em 1985. Foram eles, o Ocidente, que o fizeram tão forte, tão forte que ninguém, no sul da África, vive sem ele. Agora, acordaram e dizem: 'Marotos da Unita, vocês cooperam com o *apartheid*'. Ora, isso é fumaça."

Desgraça — Para ele, as críticas do Brasil não se sustentam. A África do Sul é uma falsa questão para o Brasil. O *lobby* do MPLA no Brasil é a Petrobras, o Supermercado Pão de Açúcar, a Engesa, etc. Há muita gente que lucra com a desgraça alheia. Para o Brasil, a África do Sul é só fachada. Quantos deputados são negros? O brigadeiro Tom foi enviado ao Rio de Janeiro, em 76 e 79, e contou-nos que o que acontece lá é terrível. Do Brasil queremos não o samba, não o Pelé. O Pelé já deu, já acabou. Eu fui colonizado por Portugal e digo que não há racismo em Portugal, há no Brasil, os negros nem na televisão aparecem. Isso, para mim, é sintomático."

O presidente da Unita acha que "não vale a pena" falar da represa de Capanda, que a empresa brasileira Norberto Odebrecht iria construir em Angola junto com a União Soviética. "Já desistiram. Aliás, não havia necessidade, Capanda é mais um desses projetos que se fazem nos países totalitários, para efeitos de projeção e de grandeza. Já acabou."

A mesma Unita que tem o socialismo no seu programa fundou, em 1985, em Jamba, uma *Internacional Democrática*, com os guerrilheiros anti-comunistas do Afeganistão, do Laos e os *contras* da Nicarágua. E no dia 31 de março, Savimbi liderou uma festa, em Jamba, para agradecer à Cuban American National Foundation — o mais poderoso grupo anticastrista dos Estados Unidos — a doação de uma estação de rádio nova à guerrilha



Savimbi diz que não aceita 'apartheid'

CORREIO BRAZILIENSE 12.04.88

Racismo

O deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) acha que, modéstia à parte, o seu projeto, aprovado na Constituinte, que torna inafiançáveis os crimes de racismo, é um dos mais expressivos avanços da luta democrática brasileira.

E explica:

— Só se resolve a questão democrática brasileira resolvendo-se, antes, a questão racial.

CORREIO BRAZILIENSE 17.04.88

O brasileiro mascara o preconceito

Entrevista a
-RUBENS ARAUJO

O Sr., juntamente com Fernando Henrique Cardoso, e outros, foi um dos teóricos que desbravou a questão racial no País. Porque só tão recentemente é que os estudiosos passaram a analisar a questão no Brasil? Estaria implícito aqui uma carga de racismo ou era difícil o acesso às informações?

Florestan — É preciso que se esclareça com relação a esses "outros", pois o professor Octávio Janni foi um dos que mais se dedicaram à questão. Eu tinha feito a pesquisa em 1951, depois retomei projetos para estudar outras situações. Fizemos um estudo de casos em Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba. Os três (ele, Fernando Henrique e Octávio Janni) fizeram isso em 60. Depois, cada um estudou uma situação concreta. Fernando Henrique foi para o Rio Grande do Sul, Octávio para o Paraná e eu já havia feito com Bastides (seu professor de Sociologia, uma pesquisa em São Paulo, que foi suplementada em 1954...

Mas, só nas três últimas décadas o pesquisador passou a se interessar pela questão do negro com mais precisão...

Florestan — Como você pode perceber a minha pesquisa é antiga, é de 1957. É preciso considerar que antes disso já havia sido feito vários trabalhos. O mais importante é de Malheiro Dias, no século XIX, ainda. Ele foi um bacharel, um homem com uma formação intelectual muito rigorosa. Foi um dos primeiros estudiosos que reconheceu a existência não só da escravidão, que era evidente na época, como do preconceito. Depois disso, não podemos ignorar que o tema das três raças sempre procurou os estudiosos. O negro foi estudado permanentemente na Bahia, com Nina Rodrigues e outros especialistas. O Gilberto Freyre também estudou a questão. Posteriormente, o Caio Prado deu grande atenção à escravidão na formação da sociedade brasileira contemporânea. O Sérgio Buarque de Holanda em Raízes do Brasil, também refletiu sobre o assunto. Isso na área de um estudo sério e sistemático. Por isso não se pode dizer que o assunto é recente. O que havia era uma grande ambigüidade, porque uma das maneiras de dar fundamento à escravidão era atribuir a ela uma função civilizadora. Ou seja o negro tirava da escravidão certos benefícios, tanto religiosos, quanto no seu desenvolvimento como pessoa, o que é uma contradição, já que a escravidão se baseava

na idéia de que o escravo não tem pessoa. O lema consagrado era que o escravo era uma coisa, como um gado, uma mercadoria. Por causa da religião católica que proíbia, pelo menos no plano ideológico, uma relação desse tipo, a justificação devia ser fundada na desigualdade das raças, na idéia de que a raça branca era superior, e de que o senhor teria entre seus encargos prover a educação dos escravos, coisa que não foi feita, porque a escravidão não preparou o negro para nada.

Existe então uma confusão conceitual com relação ao racismo?

Florestan — Tolerância racial representa uma ritualização das relações. As relações são ritualizadas num nível de contato que os sociólogos chamam de categórico, quer dizer, não são contatos profundos, são contatos superficiais de dizer "bom-dia", "boa-tarde". Inclusive, eu tenho até um exemplo bom para dar de um chofer que estava me levando para casa e parou para comprar cigarros num bar. Nesse bar tinha um senhor negro tomando uma bebida. E ele foi muito efusivo com o homem, abraçou-o. Quando ele voltou, eu disse: "Gostei de ver, o senhor tem um amigo negro e o tratou com tanta delicadeza". E ele disse: "Eu não tenho amigo negro, eu não aceito negro como amigo". Isso é tudo parte do contato categórico.

O que aconteceu exatamente ao negro depois da abolição? Sabe-se que a abolição não significou a liberdade de ascender socialmente. Que fatores sociais e econômicos concorreram para esse impedimento?

Florestan — A questão é complexa. Eu escrevi muito sobre isso, principalmente com relação a São Paulo. Posteriormente, por causa das críticas dizendo que a situação de São Paulo era específica, eu fiz uma análise comparada dos dados do censo de 1910. Os dados mostravam uma forte desigualdade na distribuição das oportunidades educacionais e de emprego. Havia uma concentração racial das oportunidades educacionais até o nível de ensino primário, uma concentração racial na distribuição das melhores ocupações e uma concentração racial de renda. Muitos dizem que esse é um fenômeno meramente de classe. Ele é de classe e é de raça. Com base nesses dados fiz uma análise sob o título: Além da pobreza. Escrevi que o negro não é estigmatizado por causa só da pobreza, é estigmatizado também por causa da cor da pele. A função do preconceito e da discriminação é impedir a igualdade racial, impedir a ascensão social. A situação é de classe e é de raça. O negro tem que lutar nessas duas frentes. As pesquisas me fizeram ver que a rejeição racial era específica e forte. O que se patenteou nas pesquisas é que há um padrão de relação racial. Há atitudes de preconceitos que são distribuídas em toda a sociedade brasileira. Aí, somos levados a fazer uma análise da natureza do preconceito brasileiro. Ele não é análogo ao preconceito dos Estados Unidos e África do Sul. Nesses países, as pessoas podem ser tipicamente brancas, mas são tratadas como negras. No livro O Negro no Mundo dos Brancos, eu examino o preconceito de ter preconceito do brasileiro. O brasileiro não combate o preconceito, ele esconde. Ele acha que ter preconceito o desvaloriza como ser humano. É um preconceito informal, é institucionalizado de uma forma oculta. Nos Estados Unidos e África do Sul institucionalizaram o racismo de uma forma explícita, sistemática. Somos sutis e isso vem do tempo da escravidão. Os próprios senhores de escravos dizem que nunca a "nefanda instituição", foi tão doce quanto no Brasil. Agora eu pergunto, em que lugar do mundo a escravidão pode ser doce?

Que mecanismos a sociedade usou para que o negro fosse impedido de ascender?

Florestan — Houve um objetivo de reduzir o grau de liberdade econômica e política do senhor de escravos. Se você ver o Joaquim Nabuco, um estadista do Império, você vê também como opera os mecanismos financeiros depois da independência. Para a Inglaterra era importante criar relações típicas de uma sociedade competitiva, para submeter o senhor dos escravos ao dinamismo do mercado mundial. Depois que o tráfico de escravos foi proibido, os senhores e mercadores de escravos tentaram manter um escravo negro escondido, e depois recorreram principalmente ao aumento de escravos com a reprodução, mas principalmente às migrações internas. Os escravos do Nordeste e Norte do País foram sendo vendidos para o Sul. Há uma tendência crescente a racionalizar o modo de produção escravo. Em São Paulo, em algumas fazendas, o senhor de escravo deixa de morar na fazenda, tem um capataz, fica na cidade grande cuidando de outros negócios. Em Ibicaba, São Paulo, você pode ver a racionalização da produção escravista ao lado do trabalho do imigrante, os dois coexistindo. Já como uma tentativa de resolver o problema por meio do trabalho livre. Mas o trabalho escravo expulsava o trabalho livre. Numa sociedade onde há trabalho escravo, o homem que pode vender sua força de trabalho, para não ser classificado na mesma posição do escravo, preferia não vendê-la.

Mas e os mecanismos pós-abolição de impedimento da ascensão...

Florestan — Aí é que está. Nesse contexto todo, ocorre uma transformação no modo de produção escravista. Os donos de fazenda já sabiam que a escravidão estava condenada, e o que eles queriam era tempo para substituir a mão-de-obra negra. A maior preocupação de 1965 em diante era de reter o escravo na fazenda por um maior tempo possível. Quando chega em torno de 1866, os contratos que eram feitos esporadicamente se generalizam.

Fazia parte do código de honra nunca esconder os escravos de outro senhor. A ética do senhor de escravo era rigorosa. Nesse momento de crise do sistema de produção escravista, o fazendeiro não observava isso, o código de honra se esfacela. A escravidão estava condenada. Aí entra o imigrante e o trabalhador livre nacional. Nesse contexto, a massa de imigrantes já tinha aumentado. Por isso, quando ocorre a eliminação do trabalho escravo, o negro é posto para fora do sistema produtivo. Só em certas regiões que estavam em subdesenvolvimento econômi-

co, mas na qual o negro não pesava muito, como no Nordeste, só aqui o negro encontrou um certo balanceamento, mas tendo sempre que competir com o trabalhador livre de origem européia. Esses eram tidos como trabalhadores qualificados. Os fazendeiros paulistas tinham um princípio: "trabalho livre na pátria livre", mas não concebiam o negro como agente principal do trabalho livre...

Mas o negro já não havia provado que trabalhava bem tanto artesanalmente como com manufaturados...

Florestan— Não haviam sido provados porque as ocupações urbanas do negro no Brasil não chegou a ter um grau de diferenciação e intensidade como teve, por exemplo, nos Estados Unidos. A nossa urbanização, com exceção do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, era muito pobre. Só em poucas cidades, o trabalhador negro conseguiu, sob a escravidão, se qualificar num trabalho urbano. Ele vai encontrar a concorrência do trabalhador livre estrangeiro e

"O brasileiro não combate o preconceito, ele esconde. Ele acha que ter preconceito o desvaloriza como ser humano. É um preconceito informal, é institucionalizado de uma forma oculta".

"A polícia pegava os negros nas ruas e mandava raspar o cabelo a zero ou pegavam ainda as meninas de 1 4 anos e punham na cadeia. Havia muitas formas de discriminação que levavam ao suicídio".

"A democracia racial surge como uma manifestação da falsa consciência do branco. Para não enfrentar o problema, o branco diz que ele não existe, que somos igualitários"

"Em termos de luta do negro para criar uma compulsão moral no plano da rejeição ao racismo, e de corresponder às obrigações assumidas pela ONU, o Brasil deveria ter rompido com a África do Sul"

O GLOBO - 18/04/88

Racismo: professora negra é readmitida

PORTO ALEGRE — Demitida da Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra (Fundasul) por denunciar a existência de discriminação racial na entidade, a professora negra Apelonice Lima obteve sexta-feira, na Justiça do Trabalho de Passo Fundo medida liminar que determina sua reintegração aos quadros do Centro Social Urbano do Município. A professora foi demitida pelo Diretor do Centro, Fidêncio Calescura, depois de uma discussão na qual ele dissera pretender acabar com "a negrada" no órgão.

Apelonice alegou na Justiça que pertence à associação dos funcionários e tem direito a estabilidade provisória. Apoiada pela comunidade, a professora já tem um advogado, do Movimento da Consciência Negra, e pretende ingressar com uma representação criminal contra Fidêncio Calescura por discriminação racial, calúnia, injuria e difamação.

AFINAL 19.04.88 - REPORTAGEM ESPECIAL

SENTIMENTO NEGRO

Centenária amargura

Cem anos da abolição — e a comunidade negra não encontra motivos para comemo

REPORTAGEM: TÂNIA REGINA PINTO.

Pescoços, braços e pernas estão livres das correntes. Acabaram-se as chibatadas, o pelourinho, as noites confinadas na senzala, o trabalho sem paga. Vai fazer um século que a princesa Isabel assinou o Decreto 3353 abolindo a escravidão no Brasil. No entanto, as marcas de mais de três séculos de cativeiro continuam pesando sobre a comunidade negra deste país tropical. "A Abolição não garantiu ao negro o respeito nem o direito à cidadania. Somos vítimas de uma farsa histórica", denuncia o militante negro Genésio Arruda, 100 anos depois da chamada Abolição.

Há, inclusive, quem ainda brinque com a idéia de que a Lei Áurea seria prescrita em 100 anos, ou seja, de que a escravidão negra estaria de volta em 1988. Um absurdo só comparável à própria escravidão. "Só gostaria de saber quem serão os sinhozinhos", ironiza com humor a atriz Tereza Santos, assessora de Assuntos Afro-Brasileiros da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo.

A Lei Áurea é curta e definitiva: "Artigo 1º — É declarada extinta a escravidão no Brasil. Artigo 2º — Revogam-se as disposições em contrário". O certo, porém, é que o estigma do escravagismo continua incomodando as boas consciências de hoje, como incomodou as de um século atrás. Ruy Barbosa, por exemplo, mandou queimar toda a documentação referente ao "período africano" da civilização brasileira. Ou seja, esta fase da ossa história ficou "oficialmente cancelada" com a promulgação da Lei Áurea, como escreveu na época o abolicionista Américo de Campos no jornal paulista *Diário Popular*.

RACISMO À MODA DA CASA — Nem lei nem decretos, contudo, têm a capacidade de libertar um povo da escravidão ou do preconceito. Tanto que dezenas de anos após o decreto da Redentora, o Congresso brasileiro aprovou a lei Afonso Arinos, de 1951, para "proteger" as vítimas da discriminação racial. E, ao que se sabe, nenhum de seus infratores foi até hoje penalizado.

Outro fato muito comum a comprovar a permanência do preconceito contra os negros são as frases jocosas recolhidas pela reportagem de Afinal, do tipo "não vejo a hora de chegar o 13 de maio para colocar um pelourinho no meu jardim", ou "trocaria de bom grado meu carro conversível por uma escrava africana".

Seriam simples piadinhas? "Só mesmo para quem conta. Para quem ouve, é falta de respeito", responde Genésio Arruda, um dos fundadores do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo. "Na verdade, piadinhas sobre negros, japoneses, portugueses, judeus denunciam alguma forma de preconceito que, mais cedo ou mais tarde, virá acompanhada de atitudes discriminatórias", acrescenta a escritora Ana Lúcia Valente.

> **"Negro parado é suspeito, correndo é culpado."**

Em seu livro *Ser Negro no Brasil Hoje*, da Editora Moderna, a escritora registra, inclusive, esta frase grafada na Escola de Polícia de São Paulo: "Um negro parado é suspeito; correndo é culpado". Para Ana Lúcia não se trata de uma mera piadinha de mau gosto: "Sua intenção é claramente de ridicularizar e diminuir o negro".

De qualquer forma, como diz o sociólogo e deputado federal Florestan Fernandes (PT-SP), dificilmente o brasileiro admite ser racista. A propósito, ele lembra esta frase dita pelo presidente Ernesto Geisel à TV francesa, em 1977, quando de sua visita a Paris: "O Brasil é um país que se caracteriza, singularmente, por não ter questões raciais".

AFINAL 19.04.88 - REPORTAGEM ESPECIAL CONT.

SENTIMENTO ~~RACISM~~
NEGRO

ESTEREÓTIPOS — Para a escritora Ana Lúcia Valente, "o branco aceita os negros que obedecem estereótipos que ele criou, tais como 'negro bom de bola', 'bom de samba', 'bom de gogó'. Mas, numa análise mais profunda", completa Ana Lúcia, "vamos perceber que o negro é aceito apenas nas atividades destinadas a dar prazer". Quer dizer: ele faz parte de um mundo específico, não-sério, anticonvencional.

"Essa prática, além de funcionar como forma eficaz para promover a manutenção do preconceito, alimenta o mito da democracia racial", sugere o antropólogo João Baptista Borges Pereira, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E explica: "À medida que uma pessoa é marcada por pertencer a determinada raça, por suas qualidades, pode igualmente ser discriminada, por seus defeitos".

Uma pesquisa realizada no ano passado pela Agência Talent de Comunicação, destinada a estabelecer o grau de conservadorismo da sociedade urbana do País, confirma a análise do professor Borges Pereira. Indagadas sobre se o presidente da República deve ser branco ou negro, 89,5% das pessoas entrevistadas responderam que deveria ser branco. Como justificativa, alegaram o baixo padrão de informação do negro e de suas condições sócio-econômicas.

Para o sociólogo Miguel Chaia, professor de ciência política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o negro tem sido meramente "considerado" na montagem do sistema político brasileiro. "Considerar é não participar", traduz Chaia. "Isso ficou patente principalmente de 1910 a 1920, quando o pensamento conservador estruturou um Estado intervencionista, no qual o negro é visto como inferior e incapaz de participar da elite política e dirigente."

ESPAÇO NO GOVERNO — Só recentemente o movimento negro começou a obter espaço junto ao governo, nas administrações Franco Motoro, em São Paulo, e Leonel Brizola, no Rio de Janeiro. Na prática, porém, os avanços foram pouco significativos.

Iverli de Lima, do Grupo de Orientação e Interferência em Situações de Discriminação Racial, da Secretaria do Trabalho de São Paulo, lembra, por exemplo, a dificuldade que tem para conseguir um advogado que defenda ou mesmo oriente as vítimas de discriminação no trabalho. "O Estado ainda não dá a devida importância à questão racial", acusa Lima.

Na Secretaria da Educação de São Paulo, onde atua o Grupo de Trabalho para Assuntos Afro-Brasileiros, a situação não é diferente. Debates sobre o racismo, realizados entre alunos, professores e diretores da rede pública, mostram que é patente a discriminação contra o aluno negro, revela a professora Rachel de Oliveira, coordenadora do grupo. "O problema é que não temos como encaminhar projetos que visem a solucionar essa questão. Isso ainda não é uma política da Secretaria."

Para Rachel de Oliveira, os pontos de partida para a luta seriam a revisão do currículo escolar, com a inclusão da matéria história da África, e uma reciclagem dos professores. "A escola nega o contexto histórico e político da sociedade, não acredita que existe racismo no Brasil e passa para os alunos, por exemplo, o processo de Abolição não como uma conquista do negro, e sim como uma concessão do branco."

Esse é um dos dados, na interpretação da professora, que ajuda a fazer com que a criança negra não participe "nem da escola racista que está aí". Ela não se identifica com a escola, com a imagem do negro passada nos livros didáticos, nem com o professor que lhe dispensa tratamento diferenciado. "A criança negra tem dificuldade de desenhar seu auto-retrato", ressalta.

EVASÃO E REPETÊNCIA — Todas essas questões não são fruto apenas de observação. Um estudo sobre as relações raciais e o rendimento escolar, feito pela psicóloga Fúlvia Rosemberg, da Fundação Carlos Chagas, entre 1980 e 1983, constatou o alto índice de exclusão e repetência das crianças negras. Na primeira série do 1º grau, apenas 59,4% delas conseguem ser aprovadas, contra 71,4% de crianças brancas.

Além desse dado, Fúlvia Rosemberg destaca, em seu estudo, o fato de a passagem da terceira para a quarta série do 1º grau "parecer determinar o destino escolar das crianças negras": uma em cada dez deixa de frequentar a escola, enquanto que, entre as crianças brancas, a proporção é de uma para 20.

SENTIMENTO NEGRO

A trajetória escolar das crianças negras que permanecem na escola, também, é mais acidentada. Elas apresentam um número maior de saídas e voltas para o sistema escolar. Na interpretação de Fúlvia Rosemberg, isso sugere "não apenas uma dificuldade de interação entre o sistema escolar e o aluno negro, como a persistência desse segmento racial que tenta, apesar das dificuldades, manter-se na escola".

De qualquer forma, as estatísticas neste ponto são dramáticas: de todos os negros que frequentam a escola pública só 3% chegam às universidades. "O problema é que pais e professores culpam o aluno quando ele fracassa", diz a professora Rachel de Oliveira. "Ninguém diz ao aluno negro que um dos obstáculos para o seu progresso é a cor." Rachel acredita que se o aluno tiver essa consciência terá maior facilidade de integração e aproveitamento: "O aluno negro tem uma história, veio de algum lugar e toda criança precisa saber disso, independente de sua raça", explica Rachel. E não só para permanecer na escola, salienta-se. Está comprovado que um diploma na mão de um negro não lhe garante trabalho. Ou seja: a luta não termina no banco escolar.

"Exige-se boa aparência." Quer dizer: negro, não.

MERCADO SELETIVO — "O mercado de trabalho é seletivo às pessoas da raça negra e faz com que esse grupo conviva com a experiência da baixa remuneração. O negro encontra-se, em proporções alarmantes, em situação de desemprego ou tendo sua força de trabalho subutilizada, o que é indício de sobrevivência precária."

Esta foi a conclusão principal do sociólogo Miguel Chaia, após analisar os dados da pesquisa "Emprego e desemprego na Grande São Paulo", realizada no ano passado pela Fundação Seade, Sistema Estadual de Análise de Dados, em convênio com o DIEESE, Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos.

No último trimestre de 1987, segundo a pesquisa que abrange a capital paulista e os outros 37 municípios que compõem a Grande São Paulo, a região mais desenvolvida do País, a taxa de desemprego da população branca era de 8,6% contra 10,5% da população não-branca. Excluindo-se os dados da capital, contudo, essas taxas sobem para 9,2% para a população branca e 13,4% para a população não-branca. "Maiores parcelas da população negra do que da branca, comparativamente, utilizam-se de bicos, como forma de sobrevivência", explica Miguel Chaia.

No caso das mulheres negras, a taxa de desemprego chega a ser 7% superior à das mulheres brancas, acontecendo o mesmo com o jovem negro, que tem a questão da idade aliada à da cor. Em contrapartida, a proporção de mulheres brancas e negras que estão trabalhando é praticamente igual. Isso porque, de acordo com a análise de Miguel Chaia, às mulheres negras são oferecidas mais oportunidades de trabalho no setor de serviços domésticos.

"Quanto ao homem negro, ele se encontra na mesma proporção que o branco na indústria de transformação. Na construção civil, ele representa o dobro da população branca empregada, o que demonstra que as atividades de baixa qualificação e remuneração são oferecidas aos negros", entatiza o sociólogo. Miguel Chaia salienta, ainda, que a proporção dos negros é menor que a de brancos no setor de serviços — 27,9% contra 34,8% — e no comércio — 14,7% contra 18,1%. "O problema é a discriminação visual, a chamada boa aparência", atesta.

A diferença do rendimento entre os salários dos brancos e negros é o dobro, a favor dos primeiros, e cresce à medida que aumenta a escolaridade nos dois grupos raciais, observa também o sociólogo. Para Chaia, isso que dizer que os negros não só encontram grandes dificuldades para alcançar o nível superior, mas também que, ao terminá-lo, sofrem uma brutal discriminação. Some-se a essa realidade o fato de que a jornada de trabalho média dos negros é de 44,7 horas semanais, en-

quanto a dos brancos cai para 43,1 horas.

Fechando o leque, existe o dado coletado no senso de 1980 pelo IBGE sobre o número de patrões do País: 79% eram brancos, 16% pardos e apenas 1% de negros.

ESTÔMAGO DE AVESTRUZ — Apesar do genocídio que se cometeu contra a raça negra, do exército de analfabetos, desempregados, subempregados e favelados, os negros conseguiram chegar a 1988 representando, segundo dados do mesmo IBGE, 44% da população brasileira. "Só que agora", prevê a atriz Tereza Santos, "vamos ter que ter estômago de avestruz para agüentar o 'Carnaval da Abolição'." "São Sarney vai aproveitar o 13 de Maio de 1988, da mesma forma que o fez Getúlio Vargas, na década de 30, quando lançou mão do conceito da democracia racial para conquistar uma grande fatia da população", acredita Tereza.

Um exemplo significativo foi dado pela Igreja. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, escolheu como tema da última Campanha da Fraternidade a presença do negro na sociedade brasileira, a partir do lema "Ouvi o clamor deste povo", com o objetivo de derrubar o conceito da democracia racial.

Só que, na época do lançamento da campanha, ficou configurada a primeira dissidência na entidade. Dom Eugênio

O GLOBO - 27/04/88

Racismo

Realmente é difícil acreditar no lema "Tudo pelo social". No ano em que comemoramos cem anos da Abolição da Escravatura, o preconceito racial continua latente em determinados lugares da Zona Sul, como na Avenida Rui Barbosa 624. Sou negra, tenho 25 anos e trabalho como relações públicas. No dia 14 de abril, ao levar uma correspondência para um morador daquele edifício, fui impedida de usar o elevador social. (...) O porteiro esclareceu que estava cumprindo ordens. (...)

Maria Luisa Vianna Cabral, Rio

NOTÍCIAS DEL MUNDO - LOS ANGELES -

- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - 04/05/88

MIRADOR BRASILEÑO Octavio Maciel

A 100 Años de Abolirse la Esclavitud La Discriminación Racial Aún Existe

RIO DE JANEIRO

Brasil conmemora en el mes de mayo el primer centenario de la abolición de la esclavitud, pero la fecha no dará lugar a grandes celebraciones.

Si bien en todo el país habrá una programación de espectáculos musicales y en Brasilia el presidente José Sarney hablará por radio y televisión el día 13, declarado feriado, el ambiente no será para nada festivo porque los invitados principales —los 60 millones de brasileños de sangre negra equivalentes al 44 por ciento de la población nacional— pese a los cien años transcurridos aún se consideran discriminados y no ocupan una posición en la sociedad que les permita creer en la validez de la llamada Ley Aurea.

"La situación no cambió nada desde aquella época", declaró la actriz Dirce Thomaz, una de las pocas figuras de color que alcanza el estrellato en un país donde los blancos ocupan las primeras posiciones en todos los niveles y aún hacen sentir esa superioridad. Como hace cien años, los negros siguen luchando para sobrevivir en Brasil, y sobre todo para sobreponerse al racismo que los relega en el trabajo, estudios, vivienda y todo tipo de oportunidades.

Brasil fue el último país en abolir la esclavitud en el hemisferio occidental. En aquel momento unos 800.000 negros se vieron súbitamente con derechos hasta entonces negados y se sumaron a otro millón que ya había sido liberado. Se dieron cuenta entonces que la Ley Aurea los dejaba libres pero totalmente faltos de preparación para enfrentar el mundo.

Ha pasado un siglo y las cifras son elocuentes. Cerca de un 40 por ciento de la población no blanca es analfabeta, mientras que entre los blancos el porcentaje baja a la mitad. Sólo uno por ciento de los negros brasileños son patrones, contra 79 por ciento de los blancos. Entre las familias que sobreviven con el salario mínimo mensual de 40 dólares, los negros y los pardos suman el 62.1 por ciento, casi el doble del porcentaje de blancos. En el tope de la pirámide, formado por familias que disponen de más de diez salarios mínimos, el contraste es aun mayor: 83.9 por ciento corresponde a blancos y 13.4 por ciento a negros.

Es por eso que los grupos defensores de los derechos de los negros han resuelto convertir el 13 de mayo en una fecha no de fiesta, sino de reflexión y denuncia.

"Esa es una fecha de blancos", dijo Julio César Tavares, director del Instituto de Investigación de las Culturas Negras que funciona en Río de Janeiro. Los blancos a que se refiere son los propietarios que a fines del siglo pasado cambiaron la mano de obra negra por la de los inmigrantes europeos, dejando sin empleo a los antiguos esclavos. "La Ley Aurea transformó 780.000 esclavos en 780.000 desempleados sin tierra y sin ciudadanía", dijo otro dirigente del instituto, Januario Garcia.

Estas comprobaciones ya no son discutidas por nadie en el país y parecen enterrar definitivamente el mito de "democracia racial", idea puesta en circulación por el fallecido sociólogo Gilberto Freyre en su libro clásico *Casa Grande e Senzala* escrito en 1931, según el cual la sociedad brasileña se dirigía hacia un idílico paraíso racial.

"Que democracia es ésa en la que no hay más que seis congresistas negros entre los 559 miembros de la Asamblea Constituyente", dijo por su parte el abogado Carlos Moura del Ministerio de Cultura, responsable por el programación del centenario de la abolición en el área del gobierno federal.

El negro brasileño es el residente habitual de las *favelas*, poblaciones precarias construidas en las laderas de cerros. El hombre casi siempre hace trabajos manuales, es peón de obra, mientras que la mujer por lo general trabaja como doméstica. Todo edificio tiene aun hoy día dos entradas, la social y la de servicio y la prensa está llena de denuncias de domésticas que han sido humilladas y hasta golpeadas por porteros, por haber violado las normas internas que prohiben el uso del elevador social a quienes prestan servicio.

Pero también han habido denuncias de mujeres negras de clase alta, que por el color de su piel no han podido alojarse en hoteles de Río o pagar cuentas con cheques. Una mujer negra casada con un ciudadano suizo blanco relató recientemente a un diario que es habitual para ella ver que los camareros en restaurantes sirvan primero al hombre y luego a ella, contrariando la costumbre según la cual la primera siempre es la mujer. La razón: el color de su piel.

El cantante y compositor Gilberto Gil, secretario de cultura del gobierno estatal de Bahía, cuestionó recientemente la validez de la Ley Aurea firmada por la princesa Isabel de Brasil en 1888. Pero lo que es más grave, según el sociólogo Clovis Moura, es la falta de conciencia y orgullo entre los negros brasileños.

"El brasileño huye de su verdad étnica, tratando de situarse lo más cerca posible del modelo considerado superior, que es el blanco".

En el último censo realizado en 1980 la encuesta pedía a cada ciudadano que declarase su color. Entre los no-blancos se anotaron por lo menos 136 formas de escamotear el origen negro. Algunos dijeron ser: amarillo quemado, azul, baiano, blanco quemado, moreno, casi blanco, quemado de playa, rojo, pecoso y hasta verde. □

FOLHA DE SÃO PAULO 09.05.88 - EDITORIAL

Racismo à brasileira

Com a proximidade da data que marca o centenário da libertação dos escravos, surgem nos meios de comunicação, nas organizações da sociedade civil e entre a comunidade negra manifestações que mesmo conservando, em certos casos, o tom acrítico e oficialesco, começam a discutir, com intensidade e abrangência inéditas, os limites da apaziguadora idéia de que vigora no país uma perfeita democracia racial. Ainda que sujeito a exageros e radicalismos, o debate a respeito das representações e práticas que cercam, no Brasil, o relacionamento inter-racial, representa uma oportunidade preciosa para o amadurecimento e o aperfeiçoamento democrático.

Não será, por certo, no conforto de uma mitologia igualitária e festiva, mas nem sempre coincidente com o que se observa no plano da realidade, que a sociedade brasileira poderá discernir e enfrentar as resistências que subterraneamente ainda se interpõem à equiparação entre as diversas etnias que definem o perfil de sua população. Reconhecer o preconceito e suas formas é o primeiro passo para superá-lo. Transformá-lo em tema marginal, a ser mencionado, sub-repticiamente, em situações veladas, é, ao contrário, deixar livre um caminho de dissimulações potencialmente capaz de minar as próprias conquistas de que hoje desfrutam os negros no Brasil.

Mas não se pode, sob pena de excessiva simplificação, deixar de observar que os mitos do igualitarismo também encontram no meio social brasileiro bases reais para sustentá-los. Mesmo que transformados perversamente em anteparos à percepção das sutilezas discriminatórias, os enunciados sobre a democracia racial se inscrevem em um quadro sociológico que, contraposto ao de inúmeros outros países, surge inequivocamente como menos conflitante e violento. Por razões históricas que não cabe aqui enumerar, chegou-se efetivamente, no Brasil, a uma espécie de contrato étnico cujo grau de flexibilidade, convivência e aceitação mútua é infinitamente mais intenso quando se pensa em lugares como a África do Sul e mesmo os EUA.

Subsiste no país, porém, uma realidade que interfere com tamanha violência na conformação da sociedade que desprezá-la, em favor da valorização desmedida de outras contradições, constituiria um grave erro. Com efeito, a desigualdade sócio-econômica presente no Brasil atinge proporções tão dramáticas que acaba se impondo como o foco principal a que se devem dirigir as energias renovadoras.

Não se pretende aqui reavivar uma estratégia enviesada, que trata de não reconhecer a pertinência de um conflito ao apontar a primazia de outro. Cabe, sim, perceber que o próprio racismo à brasileira está imbricado, em certa medida, com estes desequilíbrios muito mais sociais que étnicos, que fornecem, ademais, um solo fértil para que a discriminação prospere. A superação dos preconceitos —e não apenas dos que dizem respeito aos negros— dificilmente será obtida de forma satisfatória no país sem o enfrentamento da miséria, da ignorância e da barbárie, frutos de uma flagrante iniquidade sócio-econômica, esta sim, lamentavelmente radical.

FOLHA DE SÃO PAULO 09.05.88

Preconceito e discriminação

São Paulo

A pesquisa Folha publicada hoje sobre o preconceito racial mostra como ele é facilmente encoberto pela população. 67% dos brancos entrevistados afirmam não ter preconceito com relação aos negros, e 70% "não se importariam" se um filho ou uma filha casasse com uma pessoa negra. O medo de parecer preconceituoso, que o resultado da pesquisa claramente isz intuir, surge com mais nitidez do que o próprio preconceito.

O problema talvez esteja na forma com que, no Brasil, a idéia de preconceito é normalmente vista. Estamos acostumados a detectá-lo como uma atitude de ordem subjetiva: seria uma especie de "simpatia" ou de "antipatia" dos brancos com relação aos negros. É claro que, em ultima analise, e descontada a benignidade do termo "antipatia", as coisas se reduzem a isto. Mas a questão talvez seja um pouco mais profunda.

Cabe aqui uma conjetura. Se a porcentagem de negros num presidio brasileiro é alta, por exemplo, isto não quer dizer necessariamente que a Justiça ou mesmo a policia "discriminem" alguem apenas por causa de sua cor da pele, buscadas num puro subjetivismo racista. Na verdade, a estrutura da sociedade brasileira, que até hoje traz as consequencias da escravidão, é tão racista como o mais racista dos delegados de policia. Este pode agir por uma generalização apressada. Mas se a sociedade produz mais criminosos negros do que criminosos brancos, pela propria desigualdade economica entre a media dos dois grupos étnicos, nada mais errado do que definir o preconceito nos termos de uma vaga psicologia social.

A marginalização do negro depois da abolição foi tão violenta, tão radical em seus motivos econômicos —vale a pena ler a obra de Florestan Fernandes a esse respeito—, que se traduz até hoje em termos de baixo acesso à educação, ao emprego e à ascensão social. Numa situação teorica de igualdade de oportunidades, o simples preconceito de cor poderia aparecer como "variavel independente"; a atitude subjetiva de discriminar alguem exclusivamente por sua cor da pele poderia ser identificada com mais precisão. Mas enquanto essa igualdade de oportunidades não existir, haverá sempre uma diferença entre a discriminação - fenomeno impessoal, produzido pela historia, que marca a própria organização da sociedade - e o preconceito - atitude psicologica que todo branco pode admitir ou negar, mas pouco importa: no Brasil, dá no mesmo.

Marcelo Coelho

Apartheid legalizou racismo

CAIO BLINDER
Da equipe de articulistas

A África do Sul é o único país do mundo que tem um instrumento legal para sedimentar o racismo. Seu nome é "apartheid", mas ele não significa racismo como se imagina. Na lógica diabólica do poder da minoria branca sobre a maioria negra, ele quer dizer "separação" em afrikaans, a língua dos descendentes dos colonos holandeses, alemães e franceses que começaram a chegar no final do século 17.

O apartheid é algo mais do que a fachada da discriminação racial. A minoria branca está convicta de que este é o melhor sistema, para todos. Nas palavras do ex-primeiro-ministro Hendrik Verwoerd: "A política de desenvolvimento separado (apartheid) foi elaborada para a felicidade e estabilidade tanto dos brancos como dos negros".

Existe o mito de que o apartheid é uma iniquidade perpetrada só pelos afrikaners (os descendentes dos colonos alemães, holandeses e franceses, que perfazem 60% da população branca). Claro que ele permeia a África do Sul há 300 anos, mas os britânicos —que derrotaram os afrikaners na guerra dos Boers (1899-1902) também têm muita culpa no cartório. Já em 1902, o sexo inter-racial foi vetado; em 1909 o Parlamento britânico proibiu os negros de participarem da vida legislativa; e em 1913 foram criadas reservas territoriais para negros, e os brancos ficaram com os 85% das terras restantes.

Mas o apartheid como é conhecido e que tornou a África do Sul um alvo fácil foi legalizado em 1943. Naquele ano os afrikaners se vingaram da derrota na guerra dos Boers e venceram as eleições com o Partido Nacional, até hoje no poder. Na sequência, vieram em levas as 200 leis do apartheid. O filme "Um Grito de Liberdade" ("Cry, Freedom"), agora em cartaz no Brasil, é um bom retrato do dia-a-dia da discriminação racial, o chamado "petty (mesquinho) apartheid".

Reformas limitadas

Mas o filme se passa em meados dos anos 70, e nos últimos dez anos o Partido Nacional aprovou uma série de reformas limitadas. A maioria da população já pode se locomover pelo país livremente, sem a necessidade do passe; estão permitidos sexo e casamento inter-raciais; ficou a critério das Câmaras municipais liberalizar restaurantes, cinemas, estádios esportivos, além de transportes, parques, banheiros e piscinas públicas; foram criadas 55 áreas comerciais para todas as raças; e as universidades só para brancos foram abertas a outras raças.

As reformas vieram por necessidade. É preciso integrar uma classe média não-branca no processo de modernização. Apenas um dado é bem sintomático: os negros são a imensa maioria, mas possuem apenas 2% da riqueza do país. A outra razão para as concessões é a tentativa de evitar o descontrole da tensão racial. Mas as reformas irritaram grandes parcelas brancas e frustraram a maioria da população. Por exemplo, foram criadas Câmaras para as minorias mestiça e asiática no Parlamento, mas elas não têm legitimidade; os negros votam em eleições administrativas, mas a abstenção varia de 5% a 30%.

Continuam de pé alguns pilares básicos do apartheid: áreas residenciais e educação separadas; o Ato de Registro da População, que estabelece a classificação racial desde o nascimento; remoção forçada de populações e a privação da cidadania sul-africana para os negros que vivem nos bantustões (reservas negras autônomas).

Para a minoria branca as reformas não são o primeiro passo para a igualdade racial. Está fora de cogitação a concessão de plenos direitos políticos e civis para a maioria. A idéia de "um homem, um voto" é inconcebível para o regime racista. A aritmética desmontaria o apartheid: dos 40 milhões de habitantes da África do Sul, apenas 14,7% são brancos. Os mestiços são 8,0% e os asiáticos, 2,6%. E os negros perfazem 74,1%.

FOLHA DE S. PAULO
Abolição Ano 100 - 12 — CIDADES — Segunda-feira, 9 de maio de 1988

Paulistano acha que o preconceito existe mas só os outros é que têm

Da Redação

Para a maioria dos paulistanos, o preconceito racial existe tanto entre brancos em relação a negros quanto entre negros em relação a brancos. Mas poucos entrevistados afirmam ter preconceito. Entre os entrevistados brancos 59% acham que há muito preconceito em relação aos negros, taxa que cai para 53% entre os negros e para 45% entre os mulatos. Para 19% dos negros e 17% dos mulatos existe muito preconceito em relação aos brancos.

Quando perguntados a respeito de seu próprio preconceito em relação aos negros, apenas 4% dos brancos admitiram ter muito preconceito, enquanto 28% afirmaram ter um pouco e 67% nenhum. Entre negros e mulatos, a exemplo do que ocorreu entre os brancos, quando perguntados sobre seu próprio preconceito, a quase totalidade (91% e 95% respectivamente) afirmou não ter nenhum.

Diante de três situações hipotéticas apresentadas pelo DataFolha, 90% dos entrevistados brancos afirmaram que admitiriam ter um negro como seu chefe no trabalho contra apenas 6% que não aceitariam tal situação. Se tivessewm que dividir um quarto de hotel com um desconhecido, 62% disseram que se mostrariam indiferentes quanto a esse desconhecido ser um branco ou um negro, 25% afirmaram que prefeririam dividir o quarto com um branco e outros 6% com um negro. Na hipótese de um filho ou uma filha casar com uma pessoa negra 70% responderam que não se importariam; 21% que ficariam contrariados, mas procurariam aceitar e 7% que não aceitariam o casamento.



"No movimento negro, acham que sou um negro de alma branca"

Grande Otelo, ator

A discriminação na esfera das relações de trabalho foi, de longe, a principal situação citada por negros e mulatos (69% em cada grupo). Entre os negros, 40% afirmaram que já se sentiram discriminados por causa de sua cor, taxa que cai para 26% entre os mulatos. As mulheres negras se sentem mais discriminadas que os homens, 44% disseram já ter sentido o preconceito contra 36% dos homens.

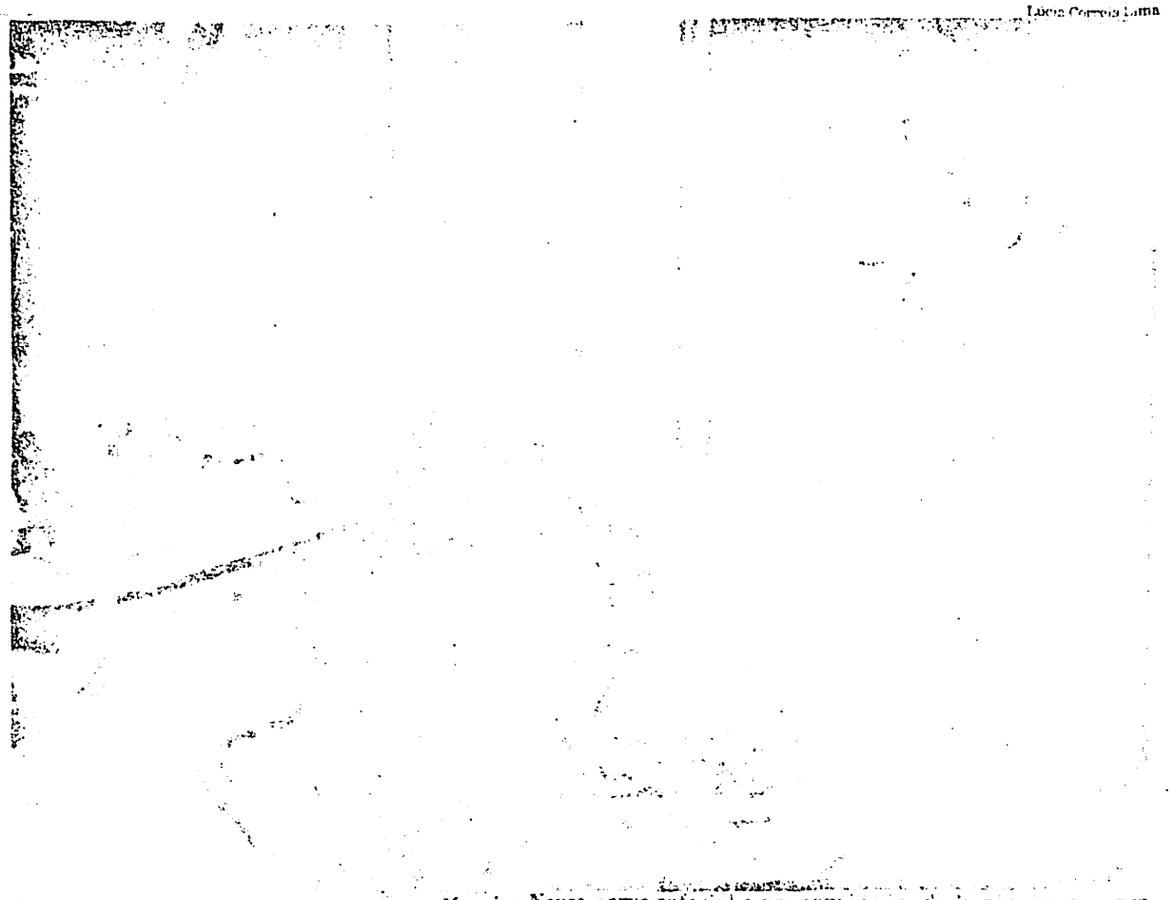
Enquanto que 66% das mulheres brancas acham que existe muito preconceito em relação aos negros, entre os homens brancos essa taxa é de 51%. Entre os negros a diferença é muito mais acentuada: 73% entre as mulheres contra apenas 36% entre os homens. Entre os mulatos as taxas são de 57% e 32%, respectivamente.

As taxas da opinião quanto à existência de preconceito é diretamente proporcional ao grau de escolaridade variando de 50% entre a população branca que tem até o 1° grau, a 64% entre os de 2° grau e alcançando 67% entre os de nível superior.

A pesquisa do DataFolha foi realizada nos dias 02 e 03 de maio entre 998 brancos, 210 negros e 313 mulatos.

Esta pesquisa foi uma realização do DataFolha, sob direção do sociólogo Antonio Manuel Teixeira Mendes, tendo como auxiliar de planejamento e análise o sociólogo Mauro Francisco Paulino. A coordenação dos trabalhos de campo ficou a cargo de Arthur Kieling Neto. A formulação dos temas e a interpretação dos resultados são de responsabilidade da Redação.

FOLHA DE S.PAULO segunda feira, 9 de maio de 88



Lúcia Correia Lima

O arcebispo primaz do Brasil, dom Lucas Moreira Neves, serve cafezinho aos convidados do Benin em sua casa

Igualdade demorou 100 anos

CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA
De Washington

A abolição da escravatura nos EUA aconteceu em 1865, depois de quatro anos de guerra civil e do assassinato do presidente Abraham Lincoln. Foi consagrada através da Emenda Constitucional número 13. Mas foram precisos 101 anos até que os negros obtivessem os mesmos direitos dos brancos neste país. Em 1866, a Emenda 14 lhes assegurava a cidadania americana, mas aceitava que os Estados restringissem o direito de voto.

Em 1875, foi aprovado pelo Congresso um ato de direitos civis, que dava a todos os cidadãos o direito de usar acomodações públicas, mas não impedia a segregação. Mesmo assim, oito anos depois a Suprema Corte o invalidou.

Há apenas 30 anos, a região sul dos EUA se parecia muito com a África do Sul de hoje. Os negros não podiam votar, havia restaurantes, bares, banheiros, meios de transporte e até bancos de jardim e bebedouros separados para cada raça. O direito universal de voto só foi assegurado pelo Congresso em 1957. Mas para validá-lo na prática foi necessário o maior e mais bem-sucedido movimento social pacifista da segunda metade deste século.

Em 1º de dezembro de 1955, quando Rosa Parks cometeu o primeiro ato de desobediência civil que ganhou as manchetes dos jornais (ela se recusou a usar a parte destinada aos negros em um ônibus na cidade de Montgomery, Alabama, sul do país), até hoje, muita coisa mudou na vida da população negra norte-americana.

Em 1964, o presidente Lyndon Johnson assinou a lei dos direitos civis, que proibiu a discriminação racial no país. Levou mais dez anos para que ela fosse cumprida na prática. O assassinato de Martin Luther King Jr., em 1968, representou uma derrota para as lideranças não violentas do movimento. Protestos de rua e saques destruíram dezenas de cidades em todo o país.

Mas hoje, quando Jesse Jackson disputa a presidência da República, a população negra nos EUA tem seus direitos garantidos, conseguiu formar uma classe média poderosa (70% deles têm rendimentos acima de US$ 10 mil por ano, cerca de Cz$ 1,4 milhão), aumentou dramaticamente sua participação na administração pública (ocupam hoje 3% de todos os cargos eletivos e são 12% da população). Muita coisa melhorou. Mas nem tudo.

Continua a existir na prática uma segregação habitacional. Na maioria das cidades, poucos negros vivem nos "bairros brancos". A proporção de negros, entre os desempregados, os pobres e a população carcerária é muito maior do que a dos brancos.

Mais grave ainda é a perspectiva de retrocessos na área jurídica. A Suprema Corte que o presidente Reagan conseguiu formar acaba de dar provas de que é capaz de reverter decisões anteriores na área dos direitos civis. Em 25 de abril, por exemplo, decidiu por cinco votos a quatro revogar uma determinação de 1976 da própria Corte, que dava aos negros o direito de processar escolas particulares que negassem matrícula a um aluno por razões raciais.

"A questão negra não pode ser resolvida dentro de um gabinete ou apenas com discursões filosóficas".

Oswaldo de Oliveira Ribeiro, secretário de Relações Sociais de São Paulo

O GLOBO 05.10.88

Filmes exaltam as conquistas sociais

SÃO PAULO — O primeiro de uma série de cinco filmes sobre a nova Constituição começará a ser exibido ainda esta semana em rede nacional de TV. Patrocinado pelo Congresso, o programa enfatizará as conquistas na área social, que serão explicadas por representantes de diversos setores da sociedade.

O primeiro filme, que ficará no ar até o dia 15, apresenta a nova Carta com texto em off sobre a importância de uma Constituição para a sociedade, enquanto diversas mãos (de trabalhadores, crianças, mulheres, negros) vão se sobrepondo em cima de um livro, como se testemunhassem o juramento feito quando da promulgação da Carta.

Os outros quatro filmes darão sustentação ao primeiro e consistem em depoimentos de representantes da sociedade. Nessa série, que será exibida de 15 a 30 deste mês, participam a criança, com a sugestão de um futuro, um novo Brasil a partir da promulgação da Constituição; um trabalhador rural e outro urbano, o empresário, o aposentado e a mulher, todos falando das conquistas sociais; e um negro, que mencionará o racismo como crime inafiançável.

Os filmes, produzidos pela Delta Propaganda (a mesma agência que elaborou a "Cartilha da Constituição", publicada pelo PMDB), custarão ao Congresso cerca de CZ$ 50 milhões e serão veiculados em todas as emissoras de TV do País em horário cedido pelo Governo federal, que tem direito a dez minutos diários nas emissoras.

— O objetivo desses filmes é educativo e é muito importante que sejam autênticos, por isso não terão a participação de constituintes, mas sim das pessoas que serão beneficiadas com as conquistas. Afinal, não se trata do lançamento de um novo produto, mas sim de algo que vai mudar a vida do País, alterando os diversos segmentos da sociedade — comentou o Presidente da Delta, Carlos Guntovitch.

Os textos são numa linguagem simples e objetiva, pois a intenção é justamente informar as camadas mais baixas da população, que não tiveram oportunidade de conhecer a nova Carta durante a sua execução, sobre seus novos direitos.

JORNAL DO BRASIL - 11/05/88

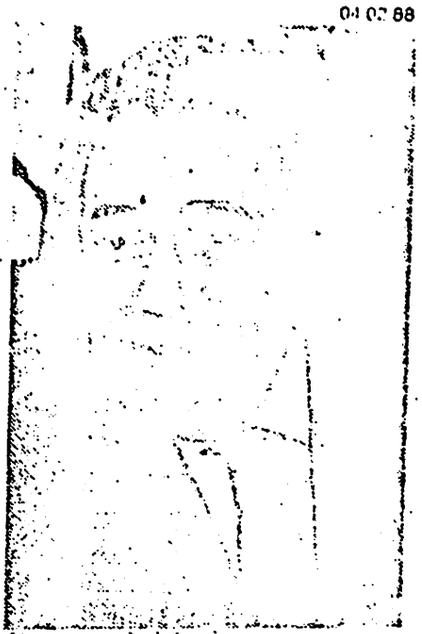
Brossard pede processo contra empresa racista

BRASÍLIA— O ministro da Justiça, Paulo Brossard, encaminhou ofício ao procurador-geral da Justiça do estado de Minas Gerais, Alufsio da Cruz Quintão, pedindo medidas judiciais contra a prática de discriminação racial pela empresa Manpower, uma multinacional especialista em contratação de mão-de-obra com sede em Belo Horizonte. A empresa publicou, dia 20 de março, anúncio no jornal *Estado de Minas*, oferecendo emprego para técnico em mineração de "cor branca".

O alerta para a discriminação racial foi feito pelos deputados Nélton Friedrich (PMDB-PR), Benedita da Silva (PT-RJ) e Paulo Paim (PTB-RS), através de ofício enviado dia 27 de abril ao ministro Paulo Brossard. O texto do anúncio, que, segundo os deputados, contém infração às normas legais que proíbem a discriminação racial no país, diz o seguinte: "Precisa-se de técnico em mineração, dinâmico, boa aparência e de cor branca."

A documentação, com a cópia do anúncio, reunida por Benedita da Silva, Nélton Friedrich e Paulo Paim, foi anexada ao ofício encaminhado ontem por Paulo Brossard ao procurador-geral de Minas Gerais. Agora, a empresa Manpower vai ter que explicar

04.05.88



Brossard foi alertado para anúncio por três deputados

na Justiça as razões que a levaram a exigir, como qualificação para o preenchimento da vaga, um candidato de cor branca. Segundo Brossard, esta atitude viola a Constituição Federal, a Lei Afonso Arinos e a Lei de Imprensa.

ESTADO DE MINAS 11.05.88

Ministro pede medidas contra empresa racista

O ministro da Justiça encaminhou ontem ao procurador-geral da Justiça do Estado de Minas Gerais correspondência solicitando "medidas judiciais cabíveis" contra a Empresa Mineira Manpower — Empregos Temporários e Efetivos, por prática de discriminação racial.

Segundo denúncias enviadas ao ministro pelos deputados Benedita da Silva (PT-RJ), Nelton Friedrich (PMDB-PR) e Paulo Paim (PT-RS), que anexaram documentos comprobatórios, a empresa Manpower publicou no último dia 20 anúncio de emprego, pedindo, entre as qualificações necessárias para preenchimento de vaga de técnico de mineração, ser o candidato de "cor branca".

A Manpower infrigiu leis que penalizam a prática de discriminação racial e que podem levar os responsáveis pelo anúncio à pena de até quatro anos de prisão. Além de violar a constituição do País, em seu artigo 153, parágrafos 1.º e 8.º, a empresa Manpower infringiu também a lei 1.390, conhecida como *Lei Afonso Arinos*, no seu artigo 7.º que penaliza quem "negar emprego ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada por preconceito de raça ou cor".

O anúncio transgrediu ainda a Lei 5250, a *Lei de imprensa*, que no seu artigo 4.º penaliza com prisão de um a quatro anos, a quem "fizer propaganda de guerras, de processo para subversão da ordem política e social ou preconceito de raça ou classe.

Com base nos dispositivos dessas leis, o Ministério Público, por meio do procurador-geral, deverá formular denúncia contra os responsáveis pela publicação do anúncio e da infração aquelas leis.

ESTADO DE MINAS 11.05.88

Negros protestam com marcha em BH

Os movimentos negros de Belo Horizonte realizam amanhã a "Marcha do Dez Mil", uma manifestação de protesto contra o caráter festivo com que vem sendo lembrado o centenário da abolição da escravatura. Os organizadores pretendem reunir pelo menos dez mil pessoas. A concentração terá início às 17h, na praça da Rodoviária. Em seguida, haverá passeata até a praça da Liberdade. Segundo os coordenadores, o ato foi autorizado pela Secretaria de Segurança Pública.

A marcha é organizada pelo Movimento Negro Unificado e pelo Grupo União e Consciência Negra, mas terá a participação de outras entidades do movimento negro, além de movimentos sindicais, estudantis, partidos políticos, entidades culturais, religiosas e pastorais e associações comunitárias.

O movimento acontecerá no dia 12 porque, segundo Wilson Queiroga, o feriado nacional decretado pelo Governo Federal provocaria o completo esvaziamento do ato de protesto se ele fosse marcado para dia 13, quando haverá diversas comemorações oficiais pela passagem do centenário da Lei Áurea.

Os movimentos negros que programaram a marcha não acreditam em abolição da escravatura. Em um manifesto distribuído para a população, eles questionam "que liberdade é essa que negou aos homens, mulheres e crianças negras o acesso à terra, emprego, ao salário digno e à educação". E acrescentam que "se na escravidão o racismo serviu para legitimar a cosificação do negro, depois da Lei Áurea o racismo serve para justificar as péssimas condições de vida do nosso povo. O racismo é um instrumento de opressão, de exploração econômica, controle e dominação social".

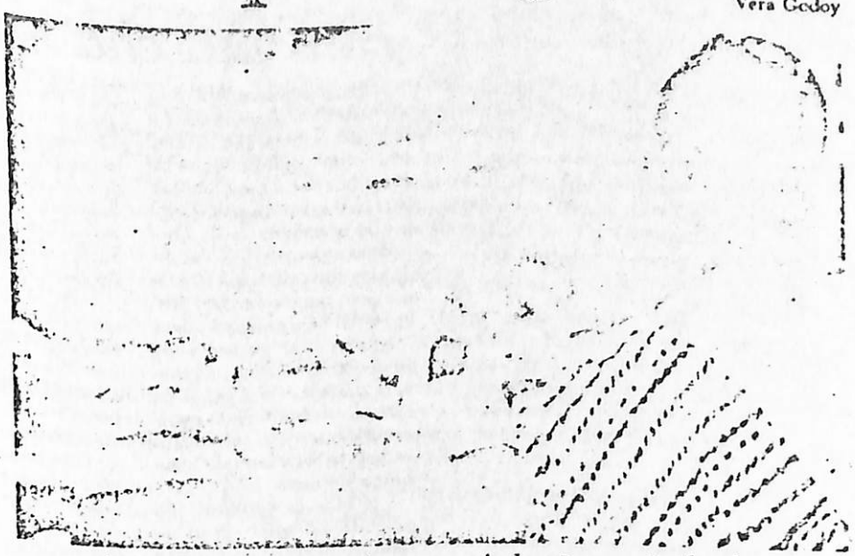
ESTADO DE MINAS 11.05.88

Mulheres negras denunciam a "chibata psicológica"

"A Lei Áurea livrou o nego da chibata física, mas ele continua sentindo na pele a chibata psicológica, e a mulher negra, que sustentou a história antes da Abolição, continua a sustentá-la como a mão-de-obra mais barata do País". Assim a representante do MEC para a programação dos "100 Anos de Abolição", Conceição Leal, definiu a condição da negra brasileira durante o I Encontro Estadual da Mulher Negra, que termina sexta-feira, na Assembléia Legislativa. Outra participante, Diva Moreira, presidente da Casa Dandara, lembrou a tríplice discriminação sofrida por esse segmento da população: "Ela é discriminada, enquanto negra, mulher e pobre".

Uma das coordenadoras do encontro, Efigênia Carlos Nascimento, que também é dirigente da Associação José do Patrocínio e integrante da Consultiva Nacional para o Programa dos "100 Anos", afirmou que as conclusões oriundas dos debates e palestras realizados durante os dias 6, 7 e 8 de maio servirão de base para encaminhamento de trabalhos de reestruturação e integração da mulher negra na sociedade. Um trabalho, como admitiu Diva Moreira, desenvolvido por diversos movimentos e entidade, mas que enfrenta dificuldades enormes para atingir a maioria da população negra.

Vera Godoy



As mulheres negras crêem que ainda são a mão-de-obra mais barata do País

A Assembléia Legislativa estava cheia de mulheres negras vestidas de branco com faixas vermelhas e cabelos trançados. Todas se arrumaram dessa maneira para receber os oitocentos participantes do encontro que vieram de todo o Estado. No saguão de entrada, uma exposição de acessórios afro-brasileiros — fotografias mostrando a evolução do movimento negro no Estado, quadros e esculturas deram um toque especial e mostrou um pouco da produção da comunidade.

No plenário, destacaram-se as palestras da professora de História da Fafi BH, Eugênia Dias Costa, sobre a luta da mulher negra dentro de uma resistência cultural, e a mesa-redonda sobre o tema "A especificidade da luta da mulher negra".

CORREIO DO BRASIL 12.05.88

Educação e questão racial têm mesa-redonda no Inep

Dentro das comemorações do centenário da Abolição da Escravatura, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), do Ministério da Educação, promove hoje uma mesa-redonda sobre o tema "Educação e Questão Racial". O debate será realizado às 15h00 no auditório do edifício-sede do MEC.

O evento representa mais uma contribuição do Inep para a produção de conhecimentos na área da educação e para a discussão e elaboração de políticas públicas educacionais que reflitam as aspirações, e reivindicações dos diferentes movimentos sociais.

Foram convidados para o debate representantes de todos os órgãos do MEC, o reitor da UnB e os chefes dos departamentos de História, Antropologia, Sociologia, Literatura e Educação daquela Universidade, a Comissão de Educação do Congresso Nacional, os deputados federais Benedita da Silva (PT-RJ), Florestan Fernandes (PT-SP), Paulo Paim (PT-RS) e Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), além de vários grupos de movimentos negros e o Sindicato dos Professore do Distrito Federal.

Vão atuar como expositores os professores Otávio Ianni (PUC-SP), Milton Santos (USP-SP), Luiz Alberto Gonçalves (IRHJP-MG), Joel Rufino dos Santos (Museu Histórico-RJ) e Severino Vicente (SE-PE).

CORREIO BRAZILIENSE 12.05.88

BRASIL-ÁFRICA

Negros, brancos e racistas

Divulgada em comerciais de TV e cartazes espalhados pelo País, a pesquisa, que gerou o guia Brasil-África, revelou também um universo de contribuições espontâneas importantes e curiosas. Traz à luz, por exemplo, a existência de resquícios da até então apenas lendária União de Manoel Congo — uma comunidade formada por cinco quilombos, na região próxima a Petrópolis, Rio de Janeiro, comandada por Manoel Congo — um negro fugido, de quem o cartório de Vassouras ainda hoje guarda processos.

Um dentista enviou uma tese pitoresca mas científica — a arcada dentária do brasileiro demonstra o nosso grau de miscigenação. De Pelotas, uma professora, através da observação de crianças da mesma classe social, levantou a hipótese de que a maleabilidade da coluna vertebral na criança negra é maior do que na criança branca. Um literato, assumidamente racista, descreveu em mais de 20 laudas seu preconceito. Para concluir que cometeria suicídio caso viesse a saber que em suas veias corre uma gota sequer de sangue negro. Este, suicidou-se e não sabe. (AB)

A VOZ - MAUÁ - 12.05.88

A discriminação da mão de obra do trabalhador negro

A realidade enfrentada pelos trabalhadores negros mostra, por si só e de forma contundente, os reflexos do preconceito racial e justifica e fundamenta as denúncias sobre a discriminação de que é vítima — de forma sutil, porém brutal — a população negra brasileira. Mais do que qualquer depoimento, a realidade — maiores dificuldades na obtenção de empregos, acesso mais difícil à capacitação profissional e salários inferiores — autoriza as afirmações de que a abolição oficial da escravatura não serviu para a emancipação dos negros no Brasil.

Dados apresentados pelo economista Aloísio Leão (técnico da sub-seção do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) e que têm como fonte pesquisas realizadas entre outubro de 1984 e julho de 1985 na Grande São Paulo pelo Dieese e Fundação Seade apontam claramente os vários aspectos da discriminação contra os negros no mercado de trabalho.

Os levantamentos começam por revelar os níveis de participação da mão-de-obra negra em relação à branca. De acordo com as estatísticas, dentro da população negra 62,9% das pessoas fazem parte da população economicamente ativa, enquanto entre os brancos o índice cai para 58,1%. Essas diferenças de índices são explicadas pelo fato de os negros, por se situarem entre as camadas mais pobres da população, serem empurrados mais cedo para o mercado de trabalho.

"A pesquisa revelou que a mão-de-obra de menores de 10 a 14 anos representa 17% da população negra economicamente ativa. No caso dos brancos o índice é de 12,23%. "O negro é obrigado a começar a trabalhar mais cedo para garantir a sobrevivência em função da deterioração do rendimento familiar", observa Aloísio Leão.

O mesmo problema explica também a diferença entre a participação de mulheres brancas e negras no mercado de trabalho. Segundo a mesma pesquisa, entre as brancas 42,1% das mulheres trabalham fora de casa, enquanto entre as mulheres negras o percentual sobe para 48,8%.

Os indicadores de desemprego também são fatores que servem para apontar a discriminação contra o negro. No período de realização da pesquisa observou-se que o desemprego entre os negros era de 16,9%, enquanto entre os trabalhadores brancos a taxa de desocupação era de 12%. Os segmentos econômicos que mais dispensaram a mão-de-obra negra foram a indústria de transformação, serviços, comércio, serviços domésticos e construção civil.

MÃO-DE-OBRA BARATA

Mas a forma mais brutal de discriminação dos negros, talvez esteja na superexploração de sua mão-de-obra, que, de uma forma geral, representa mercadoria barata. As estatísticas revelam que o trabalhador negro, em geral, ganha menos da metade dos assalariados brancos — no período em que foi realizada a pesquisa seus salários,

A VOZ - MAUÁ - 12.05.88 CONT.

em média, eram 53% inferiores.

Os vários aspectos da discriminação racial, portanto, condenam a população negra brasileira a permanecer na pobreza — que, por sinal, atinge todas as camadas mais pobres da sociedade. Se por um lado são barrados na busca pelos melhores empregos diretamente em função de sua cor, por outro tem dificultado o acesso à formação profissional (de acordo com as estatísticas os índices de analfabetismo entre os trabalhadores negros é de 49,6%). Esta situação, por consequência, lhe reserva os piores empregos e salários. É o círculo vicioso da miséria (VCS).

FOLHA DE SÃO PAULO - 12/05/88

No Rio, marcha de negros é barrada pela polícia

Dos Sucursais
e da Reportagem Local

Policiais do Exército e soldados da Polícia Militar impediram ontem que os participantes da "marcha contra a farsa da Abolição", organizada pelos movimentos negros do Rio, chegassem até a Central do Brasil pela avenida Presidente Vargas, como havia sido autorizado anteriormente pelo secretário de Polícia Civil do Rio, Hélio Saboya. A marcha, que passaria em frente ao prédio do Comando Militar do Leste —onde fica o panteão em homenagem a Duque de Caxias— para chegar à Central, teve que parar cerca de cem metros antes do monumento, onde havia uma barreira formada pelos policiais e por caminhões da Polícia Militar.

A marcha começaria às 17h, mas às 14h uma nota oficial divulgada pelo Comando Militar afirmava que haveria um desvio de seu itinerário para impedir que os manifestantes passassem em frente ao panteão de Caxias.

Segundo a nota, a razão da modificação "teve origem em informações confirmadas da intenção descabida de ativistas em utilizarem-se das comemorações do centenário da Abolição para tumultuar a tranquilidade da cidade". "Nunca passou por nossa cabeça uma confrontação com as Forças Armadas", disse um dos organizadores da marcha, Januário Garcia.

Os manifestantes —calculados pela organização em cerca de 20 mil, mas cujo número não foi avaliado pela PM— saíram da Candelária (centro do Rio) às 17h35 e caminharam cerca de um quilômetro, cercados por soldados da PM, até o local onde, de acordo com o Exército, deveriam fazer o desvio. "Não vamos mudar o trajeto. A polícia terá que assumir que está nos reprimindo", disse Wilson Prudente, do comitê de organização. Às 18h35, os manifestantes pararam e iniciaram um ato público, sem chegar a um confronto com os policiais. Às 20h45, os manifestantes retornavam pela avenida Presidente Vargas, seguidos pela PM. Às 21h15 se dispersaram na avenida Rio Branco.

Um pouco antes do início da passeata, o secretário Hélio Saboya tentou negociar com os manifestantes para mudar o itinerário. Muito nervoso, Saboya não quis falar com os jornalistas e reuniu-se com o comando no hall de um prédio da avenida Presidente Vargas. A Folha apurou que durante a reunião Saboya pediu aos manifestantes "pelo amor de Deus" para "evitar o confronto". "Eles (o Comando Militar do Leste) estão irredutíveis, por favor, evitem isso", pediu o secretário.

O número de policiais destacados para acompanhar a marcha não foi divulgado por nenhum dos oficiais encarregados da operação. "Hoje eu não posso dizer quantos soldados são", disse um coronel da PM, que se identificou apenas como "Robério". Os policiais começaram a ocupar a avenida Presidente Vargas às 14h.

Segurança reforçada

O Comando Militar do Leste (CML) reforçou ontem o tradicional esquema de segurança em frente à sua sede —o Palácio Duque de Caxias, na avenida Presidente Vargas (no centro do Rio)— para impedir que a passeata do movimento negro se detivesse diante do panteão de Caxias. O porta-voz do CML, coronel Cesário, disse que o Comando teve "informações concretas" de que os manifestantes pretendiam apresentar, no local, "uma interpretação deturpada da história" oficial e caracterizar o patrono do Exército (Duque de Caxias) como "um escravocrata".

"Uma passeata é coisa normal, democrata, e o movimento negro é um movimento muito bonito, mas a passeata não vai passar por aqui", disse o coronel antes do início da passeata.

Ele recusou-se a revelar a dimensão do efetivo militar em frente à sede do Comando, mas disse ser "compatível com a necessidade de manutenção da ordem", e ainda que "estaremos aqui até quando for necessário e contamos com ajuda da Polícia Militar e da Polícia Civil".

Antes da passeata, o comandante militar do leste, general Wilberto Lima, entrou em contato com o governador do Rio, Wellington Moreira Franco, e comunicou-lhe que o Exército não toleraria em hipótese alguma que os manifestantes passassem ou parassem diante da sede do Comando.

A VOZ - MAUÁ - 12.05.88

Comunidade negra de Mauá questiona os 100 anos de abolição e exige Justiça

Os descendentes de escravos chegam aos 100 anos de abolição questionando os resultados das medidas embutidas na famosa "Lei Áurea", de 13 de maio de 1888, assinada pela princesa Isabel. Racismo, discriminação e preconceitos foram incorporados à cultura brasileira, numa mal dissimulada "democracia racial". O negro tem os piores empregos, ganha menos que o branco, tem poucas oportunidades de ascensão social e é estigmatizado pela cor da pele. No Brasil poucos entendem que a espécie humana tem características comuns na unidade biológica e que o "atraso" dos povos de "cor" é uma questão cultural. As categorias mentais do Ocidente consideram "bárbaro" tudo aquilo que não entende e atribui aos povos de "cor" suas próprias deformações e aberrações.

Nesta edição publicamos um pouco sobre o sentido da abolição, desde suas origens econômicas até a atual situação do negro no contexto da sociedade. Na edição da próxima quinta-feira publicaremos matéria especial sobre aspectos da cultura africana no Brasil, uma pesquisa que estuda o candomblé, o afoxé, o maracatu e outras manifestações culturais trazidas pelos escravos. Para "comemorar" os 100 anos de abolição nada melhor do que uma reflexão sobre as condições de vida do negro, sem desprezar a força e a magia do samba, a beleza plástica da capoeira e a exuberância das concepções filosóficas da cultura nagô.

Para militante negra a saída é a valorização pessoal e cultural

A única saída para o negro começar a acabar com a discriminação racial é assumir a sua cor, valorizar sua negritude e sua cultura. Quem afirma é Rosmari Lima da Silva, militante do Grupo União e Consciência Negra de Mauá, que desde 1982 atua na cidade no sentido de promover a consciência e valorização dos negros e resgatar junto a comunidade sua cultura e história.

Rosmari, a exemplo de seu grupo, acredita que auto-valorização negra é passo fundamental para a emancipação da raça. "Muitos negros não assumem sua negritude e gostariam de ser diferentes, de ter pele branca," ressalta ao lamentar que muitas pessoas negras tentem imitar os brancos, alisando os cabelos ou se envergonhando de seus traços físicos. Para ela os negros tem padrões de beleza diferentes e não devem tentar se enquadrar nos padrões dos brancos".

Mas Rosmari ressalta que o negro não é culpado quando age desta forma. "Sempre enfiaram na cabeça do negro que o bom, que o ideal é ser branco, por isso muitas vezes ele se envergonha de sua cor". Ela afirma que esse tipo de visão tem o objetivo de manter a raça submissa e apagar a memória histórica das lutas travadas pela comunidade negra.

A militante negra diz que a chamada "democracia racial" na prática não existe e, na verdade, o que se propõe é o embranquecimento da população. É o que defendia Rui Barbosa, que chegou a queimar os principais documentos que registravam a história do negro, sob a alegação de que apagaria as marcas da escravidão.

"PELÉ EMBRANQUECEU"

Rosmari considera que alguns negros conseguem fugir às barreiras da marginalização, mas nem sempre se valorizam enquanto negros e lembra Pelé como exemplo. "O Pelé embranqueceu, não valoriza a negritude". A militante enfoca os vários campos da discriminação contra sua raça: as dificuldades no campo profissional; o pequeno acesso à política e ao estudo, a discriminação religiosa (há poucos padres e pastores negros) entre outros aspectos. E classifica como demagógica a maioria das abordagens acerca dos 100 anos da abolição da escravatura.

Apesar de todas essas avaliações, o Grupo União e Consciência Negra, conforme enfatiza Rosmari não é discriminatório contra os brancos, que podem participar do movimento "os que se identificarem com a causa do negro". "Nosso objetivo não é inverter os papéis. Mas queremos ser tratados de igual para igual" comenta ao insistir na tecla de que a libertação da raça depende dela mesma. "Não vão ser a igreja ou os meios de comunicação que farão isso por nós", finaliza.

PROGRAMAÇÃO

Para lembrar o 13 de Maio de 1988, data que para os movimentos serve mais para denúncias e protestos contra a situação dos negros, o Grupo União e Consciência Negra de Mauá promoverá nestes sábado e domingo manifestação, a partir das 15 horas na Praça da Bíblia. A programação prevê apresentações de capoeira e outras manifestações da cultura negra, além de culto ecumênico. (VCS).

O ESTADO DE SÃO PAULO - 13/05/88

Para negro baiano, Lei Áurea é farsa

SALVADOR
AGÊNCIA ESTADO

O Movimento Negro da Bahia, que congrega entidades culturais, militantes de partidos políticos e blocos carnavalescos, reuniu cinco mil pessoas na passeata, seguida de comício, convocada para ontem à tarde no centro de Salvador, em protesto pelas comemorações dos cem anos de Abolição.

Puxados pela bateria do Bloco Olodum, os manifestantes levavam faixas atacando o 13 de Maio, o racismo e as desigualdades sociais. Muitos candidatos a vereador aproveitaram para fazer sua propaganda.

"Desmascaramos a farsa que foi a Lei Áurea porque, cem anos depois de sua assinatura, o negro continua na miséria", disse Wilson Santos, do bloco "Os Negões" e organizador da manifestação. "A forma de escravidão mudou: agora somos escravos da prostituição, do desemprego, da falta de moradia", acrescentou. Para ele, a repressão à manifestação do Rio "dá bem a medida da discriminação e da falta de liberdade ainda existente no País."

Os panfletos distribuídos no local reivindicavam "a verdadeira Abolição", que seria obtida com a participação da população negra "estabelecendo condições para que os ex-escravos se tornassem cidadãos de direitos e condições de vida que lhes permitissem uma existência digna".

De acordo com os negros baianos, também o presidente Sarney é "responsável pela manutenção do racismo no Brasil, por posturas intolerantes", como a decisão de festejar o "centenário da falsa Abolição" e a sistemática recusa de romper relações com o "regime criminoso do apartheid da África do Sul".

Segundos os manifestantes, "o movimento negro brasileiro quer fazer a sua própria liberdade, lutando por escolas, moradia, emprego, fim da violência policial e reescrevendo a verdadeira história do negro".

ESTADO DE MINAS - 13/05/88

Manpower: representação é distribuída

O procurador geral de Justiça, Aluízio Alberto da Cruz Quintão, encaminhou ontem, para distribuição a um dos juízes criminais de Belo Horizonte, representação do Movimento Negro Unificado contra as empresas Manpower Empregos Temporários e Efetivos e Mineração Rio Verde Ltda, que publicaram anúncio para admissão de emprego exigindo que os candidatos fossem de cor branca.

Segundo o despacho do procurador, o fato constitui contravenção penal e é "claramente ofensivo aos cidadãos brasileiros negros e revelador de discriminação racial proibida por dispositivos constitucionais legais, impondo-se providência para o ajuizamento da ação penal cabível à espécie, através da portaria judicial, segundo as normas próprias para as contravenções".

A empresa Manpowar tem sede na cidade paulista de Pilar do Sul e filial em Belo Horizonte. Ela estava fazendo recrutamento para a Mineração Rio Verde para contratação do técnico em mineração. Entre as exigências feitas pela empresa estava a de que os candidatos fossem de "boa aparência e de cor branca". Os diretores das duas empresas estão sujeitos à prisão ou multa em dinheiro.

Cartilha

Por outro lado, em ofício enviado ao deputado Carlos Alberto Caó Oliveira dos Santos, Aluízio Quintão pediu-lhe que encaminhe à Procuradoria Geral, com a máxima urgência, o original de representação sobre a "Cartilha da Abolição", conforme determina a Lei.

Passeata no centro de Salvador

SALVADOR — Cerca de cinco mil pessoas, a grande maioria negros que moram nos bairros pobres de Salvador, fizeram ontem no final da tarde uma passeata pela principal avenida do centro da cidade, protestando contra "os cem anos sem Abolição, "slogan" que tem marcado as manifestações dos movimentos negros baianos pelo Centenário da Lei Áurea.

Protegidos por quatro viaturas da Polícia Militar e ao som ininterrupto da bateria do bloco Afro Olodum, de Pelourinho, os manifestantes dançaram, gritaram palavras de ordem contra a discriminação, cantaram músicas de blocos carnavalescos e agitaram dezenas de faixas e cartazes.

O som arrebanhou gente de todas as idades: brancos, negros e mulatos. Cabelos em tranças, no estilo rastafari, roupas coloridas, crianças de escolas públicas, famílias inteiras de mãos dadas, grupos de capoeiristas, num ritmo só. Da manifestação participaram o Movimento Negro Unificado (MNU) blocos e afoxés, associações de bairros, entidades como a de empregadas domésticas. E não faltaram os partidos políticos de esquerda, como o "PT e o PC do B".

CORREIO DO BRASIL - 13/05/88

Hoje é dia de reflexão sobre a questão racial

"Não há motivos para comemorar o Centenário da Abolição da Escravatura, uma vez que o negro continua acorrentado nas favelas", esta é opinião da deputada federal Benedita da Silva, PT-SP, compartilhada também pelos movimentos de consciência negra que atuam no país. Para eles o dia, hoje é de denúncia e de reflexão, sobre a igualdade, visando a buscar resultados concretos, com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre a questão racial.

A deputada Benedita da Silva disse que cabe ao Estado tomar as iniciativas, com relação aos movimentos sociais, pois o negro continua sofrendo na pele a repressão à sua cultura e à sua religião, enfim, ao seu modo de vida. Cita, por exemplo, o aparato policial que assediou, na quarta-feira, o ato público realizado pela comunidade negra do Rio de Janeiro, na tentativa de impedir a homenagem a Zumbi dos Palmares. "Os negros deram uma lição, quando mostraram que não queriam fazer baderna e simplesmente uma homenagem a Zumbi, o maior herói da nossa raça, que foi desrespeitado pela Polícia, acionada pelo Estado" acrescentou.

"Obra incompleta e historicamente frustada" é como classifica a Abolição da Escravatura o deputado federal, Carlos Alberto Caó, PDT-RJ, neste dia do centenário da Lei Áurea. Para ele, há muito o que avaliar ao longo desse tempo, principalmente o processo de subalternização, que foi imposto ao negro pelo poder dominante. Quanto às comemorações oficiais, alusivas à data, disse que o governo tem o direito de festejá-la, enquanto os movimentos negros têm o direito de fazer suas críticas para afirmar suas posições de modo legítimo.

As opiniões são unânimes do lado negro: a abolição é como o início de uma coisa fundamental, ou seja, a libertação que traz consigo a igualdade e a aceitação da realidade que situa o negro como cidadão, com todos os direitos e deveres que lhe são pertinentes. "Falta à sociedade a conscientização de que o negro é importante e tão ingrato, tão honesto, tão covarde, tão sentimental e tão herói tão gente e tão humano quanto as demais raças do mundo", segundo o advogado Lúcio Jaimes Acosta. Para ele, bem ou mal a Abolição tem os seus pontos positivos. Entretanto, acredita que o processo de libertação definitivo virá só no dia em que os negros conquistarem os espaços sociais, econômicos e intelectuais que a sociedade lhe deve.

Debate constata racismo aberto no País

O racismo no Brasil não é velado, é totalmente aberto, seja nas publicações didáticas, comemorações de eventos pedagógicos praticados nas escolas ou mesmo nas relações interpessoais. Essa constatação foi feita pelos participantes da mesa-redonda "A educação e a questão racial", promovida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do MEC.

Segundo Joel Rufino dos Santos, Secretário-Geral do Museu Histórico do Rio de Janeiro, essa afirmação é facilmente constatada nos livros pedagógicos, onde o negro sempre aparece como a figura humana de menor inteligência, pouco poder aquisitivo e exercendo funções secundárias.

Para Otávio Ianni, professor da PUC de São Paulo, a mudança da consciência social sobre o negro já alcança pontos positivos, e o principal deles é o movimento negro, pois será através de um posicionamento político que se conseguirá educar a sociedade de modo social e racial.

Segundo Ianni, um debate desta importância, sobre a questão racial em dois significados, sendo o primeiro fato de se estar comemorando o centenário da abolição e a população brasileira em ano de Constituinte está tentando construir uma sociedade nova. O segundo ponto é que estes conhecimentos levantados levam à democratização da escola, onde os preconceitos poderão e devem ser eliminados.

AVANÇO

Ainda apontado como avanço com relação a questão racial, foi citado por Severino Vicente, da Secretaria de Educação de Pernambuco, onde recentemente foi votado o nome de uma escola, e a escolha dos votantes foi pelo nome Zumbi dos Palmares. Para Vicente, pelo menos os recifenses estão se conscientizando da sua negritude.

Nas publicações de história, segundo Luiz Alberto Gonçalves, do Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro, a obviedade do racismo está bem clara nos itens em que se aborda as contribuição, simplesmente e o dono dela.

PUBLICAÇÕES

Atualmente existem algumas publicações especializadas em questões negras, dentre elas está o Caderno de Pesquisa, do Instituto João Pinheiro. E há também aquelas que conseguem ser publicadas mas não são distribuídas a exemplo do livro editado pela Editora Bloch, da escritora Helena Theodoro, no qual relata a história de uma família negra, onde esta é a protagonista de todo o livro.

JORNAL DE BRASÍLIA 13.05.88 - EDITORIAL

Abolição do supérfluo

As comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura, que têm no dia de hoje o auge em louvor à Lei Áurea, precederam-se de muitos programas de imprensa, rádio e televisão, palestras e debates. Mas a tônica foi do racismo e, até, de certo apelo a preconceitos mais considerados raras e desonrosas exceções do que à regra estabelecida pelo moderno espírito brasileiro e à própria natureza étnica, fundada no branco-índio-negro.

Por índole e por sentimentalismo, o Brasil tem seu caráter de repúdio ao apartheid, externo e interno. Foi esse o dado que garantiu o êxito das campanhas num tempo em que o tráfico humano por causa da cor, consistia num comércio admitido apesar de nefando.

É preciso exame objetivo e calmo da história a fim de se extrair essa verdade. Não foi por serem descendentes de escravos que José do Patrocínio, André Rebouças, Luiz Gama e tantos empolgaram gentlemen como Joaquim Nabuco e ganharam o canto de Castro Alves, traduzindo o mais poderoso libelo contra a escravatura. Foi o valor de cada qual. Patrocínio, jornalista, inventor, tribuno; Rebouças, engenheiro, professor de botânica e portador de dotes extraordinários; Gama, advogado, jornalista e poeta. Como agora, nos Estados Unidos, o reverendo Jesse Jackson se habilita à Presidência da República, impondo-se pelo valor intelectual e político sobre resquícios de preconceito de cor em país eminentemente democrático, onde o confronto, às vezes, tornou o problema recíproco.

A força da razão, assim expressa, é que em dez anos — os nossos — abalaram as estruturas escravocratas, ruindo o edifício geride pelos guardiães do sistema. Por isso, dispensou-se o sangue nas batalhas. As idéias, como se expandiram e atraíram adeptos, provaram que, em sua pureza útil e social, dispensam qualquer pleito reivindicatório pelo simples aspecto da cor. E o Brasil vai aumentando seus exemplos de integração, no contexto político e econômico, incidindo no social. A pessoa vale pelo que vale. E nada importa quando se identifica a importância produtiva e construtiva de cada qual, sob firme respeito fraterno.

A lei Áurea, em si, apenas oficializou a culminância da vontade nacional, manifestada em lutas memoráveis. Antes dela, o Ceará proclamou sua ruptura, com a escravidão. O Amazonas seguiu o gesto e o Rio Grande do Sul repercutiu-o no extremo geográfico. A lei dos fatos converteu-se na lei do direito.

Em homenagem aos vultos dessa esplêndida escalada se orientam os comentários pela filosofia básica: a da igualdade do valor humano. O desvio para protestos daquilo que a história condenou e a legislação vigente pune acaba por realçar vaga e vencida realidade. Problemas sobram. E suas soluções exigem inteligência e talento. Tire-se a pele do caso. Decididamente, porque é fator supérfluo.

CORREIO DO BRASIL 13.05.88

Protesto em Mato Grosso

Cuiabá – Entidades mato-grossenses ligadas à causa do negro realizaram, na Praça da República, centro da capital, um ato de protesto alusivo ao Centenário da Abolição e da cobrança à Nação pelas terras dos Quilombos que foram tomadas dos negros. "Nós não estamos comemorando nada, porque não temos nada a comemorar", afirmou o presidente do grupo União e Consciência Negra, em Mato Grosso, Geraldo Henrique Costa. Hoje, dia da Abolição, não haverá nenhum protesto, por parte dos negros, relativo à data. Segundo Geraldo Henrique, os negros vão protestar em silêncio por "cem anos de mentira, engodo e discriminação".

A nível de Estado, uma exposição de vários documentos sobre a escravidão em Mato Grôsso foi aberta em comemoração ao Centenário da Abolição. Na próxima segunda-feira, o governo lançará uma revista comemorativa à data, com apoio do Ministério da Cultura.

ESTADO DE MINAS - 13/05/88

Preconceito econômico, outro obstáculo na vida dos negros

Maior que o preconceito racial os negros no Brasil têm de enfrentar as desigualdades absurdas no campo sócio-econômico. Um estudo realizado, em 1983, por cientistas do IBGE, com base na Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar — PNAD (1976), quando a força de trabalho no País era composta de 39 milhões de pessoas, demonstrou claramente as diferenças em relação a salário, categorias sócio-ocupacionais e distribuição de renda entre brancos e negros.

Do total de 8 milhões de trabalhadores na época, 57,1% declararam-se de cor branca, 30,9% de cor parda e 9,3% de cor preta. O estudo demonstrou que a situação das pessoas ocupadas brancas é muito diferente da encontrada para as pessoas negras. Nas categorias intituladas como "Profissionais de Nível Superior, Empresários e Administradores", os brancos ocuparam 81,4% desse contingente. Na categoria "Profissionais de Nível Médio" eles totalizaram 75,0%. Nas ocupações do meio-rural (trabalhadores em agropecuária), e nas categorias de "Construção-Civil e Empregados na Prestação de Serviços", onde os salários são consideravelmente inferiores, os negros ocuparam 56% desse total.

Embora a situação de pobreza ocorra para a população brasileira como um todo (os dados do PNAD — de 1976, demonstraram que 47% das pessoas com rendimento, possuíam renda mensal igual ou inferior a um salário mínimo), o estudo provou que os negros sofrem ainda mais que os brancos. Enquanto pretos e pardos do total de trabalhadores (considerados integrantes da raça negra) 63,0% tinham essa remuneração, apenas 35,1% dos brancos recebiam esse baixo salário.

O estudo demonstrou ainda, que em todas as categorias profissionais os negros possuem rendimentos médio significativamente inferiores aos dos brancos. Na categoria "Ocupações de Nível Superior Empresários e Administradores", que representa o maior diferencial quanto a salários, os pretos e pardos perfizeram um total de 36,9% e 49,6, respectivamente, do rendimento médio dos brancos.

Para o total de categorias sócio-ocupacionais foi possível verificar que, a relação encontrada entre os diferenciais para os anos médios de estudo, entre brancos e negros, é sempre menor que a relação encontrada para os rendimentos médios. Isto indica, que, algumas vezes para o mesmo nível de instrução, a força de trabalho negra está sendo pior remunerada que a branca, ou seja, a remuneração não guarda, às vezes, a mesma proporcionalidade com o nível de instrução para brancos e negros.

Além das questões de ocupação de categorias profissionais e da diferença de remuneração entre brancos e pretos, a pesquisa demonstrou a relação entre a distribuição de renda e as categorias sócio-ocupacionais. Os negros ocupam, principalmente, as atividades do meio-rural, na indústria e os trabalhos manuais, funções com remuneração inferior.

De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, ficou provado que um único grupo de ocupações recebe quase a metade da renda total e representa pouco mais de um sexto de toda a força de trabalho. Os brancos, que totalizam pouco mais do total de trabalhadores no Brasil, recebem quase três quartos do rendimento total do País, ficando a parcela restante para os demais grupos raciais.

A discriminação racial não atinge apenas as categorias onde os profissionais têm nível de instrução mais elevado. Mesmo na categoria de trabalhadores rurais, onde os brancos representam uma parcela inferior à dos negros, a proporção do rendimento alocado para brancos é superior. Isto significa dizer que 48,3% dos trabalhadores manuais rurais são brancos e ficam com 57% do rendimento gerado pela força do trabalho do grupo.

Na categoria não manuais, onde os salários são mais elevados, 77% das pessoas ativas são brancas. Elas recebem 85,4% da renda da categoria. Os negros, que representam 20,5% das pessoas nessa categoria, recebem apenas 11,5% do rendimento.

Mesmo quando o negro estava concentrado dentro das camadas mais ricas da população, os dados comprovaram que existia uma diferenciação entre os seus salários e dos ricos brancos. Enquanto um branco tinha um rendimento médio, em 1976, de Cz$ 14.393,00, o do negro alcança apenas Cz$ 3.464,00, 21% do total do primeiro. Esses indicadores mostram que os brancos ricos são muito mais ricos que os negros das chamadas classe alta, além de ser significativamente superior, o número de brancos nessa faixa.

DIÁRIO POPULAR-SP 13.05.88

Pesquisa mostra discriminação no trabalho e renda

O estudo especial denominado "O negro no mercado de trabalho na Grande São Paulo", efetuado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e o Departamento Intersindical de Estatística se Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) revelou que a herança étnica tornou-se um obstáculo para o negro melhorar suas condições de vida. São informações referentes ao ano de 1987 e ao primeiro trimestre deste ano.

Aproveitando o Centenário da Abolição, o Seade e o Dieese divulgam neste mês, resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo — PED. Os dados evidenciam a situação dos negros no mercado de trabalho paulistano. Foi apurado que o fato de ser preto ou pardo é um estigma seletivo para engajar-se no mercado de trabalho, e que os negros encontram-se inseridos, no emprego, de forma insatisfatória em relação aos brancos.

DESEMPREGO E RENDIMENTOS

Em março de 88, a população economicamente ativa em São Paulo era composta por 2.201.000 negros e 5.464.000 brancos. A mão-de-obra negra ocupada era de ..... 1.914.000 e a branca, 4.962.000. Quanto aos desempregados, os negros totalizavam 287.000 e os brancos 502.000. A taxa média de desemprego entre os negros, em 1987 atingiu 11,6%, enquanto para os brancos o índice ficou em 8,6%.

Com relação ao rendimento real dos ocupados negros, no trabalho principal, em 1987, a média atingiu Cz$ 11.463,00 e a dos brancos, Cz$ 19.433,00 — superou em cerca de 70% o rendimento médio recebido pelos negros. O Seade e o Dieese observaram que, ao se considerar os dados de rendimento do trabalho, a "democracia" existe no mercado trabalhista somente para brancos e negros que sejam analfabetos ou que não tenham escolaridade. Neste caso há uma equivalência de rendimentos: os analfabetos ganham Cz$ 40,00 hora e os sem escolarização Cz$ 50,00 hora.

ESTADO DE MINAS - 13/05/88

Marcha contra o racismo reúne 1.500

Ao som de Gilberto Gil, Banda Reflexus, Caetano Veloso e outros compositores que se preocuparam em denunciar em suas canções a condição do negro brasileiro, cerca de mil e quinhentas pessoas participaram ontem, na Avenida Afonso Pena, da marcha nacional contra o racismo. O movimento, que se repetiu em várias capitais, teve como objetivo principal mostrar o questionamento feito pelos negros a respeito do 13 de Maio. Durante todo o percurso, da praça da Rodoviária até a Afonso Arinos, a palavra de ordem era uma só: "13 de Maio Não é Nosso Dia. Viva Zumbi. Abaixo o Racismo".

A concentração para a marcha começou por volta das 17h e até o final do movimento, a não ser pela ocorrência de dois desmaios, não houve incidentes. Os policiais limitaram-se a controlar o trânsito. Líderes de entidades que participaram da manifestação foram unânimes em reconhecer a importância da marcha como um marco na luta do movimento negro que vem ganhando força em todo o País. O integrante da comissão executiva nacional do Movimento Negro Unificado, Marcos Antônio Cardoso, afirmou que apesar das comemorações oficiais de hoje, a maioria dos negros estará em silêncio.

Palmares

Na marcha de ontem, organizada pelo MNU e Grupo União e Consciência Negra, com o apoio de sindicatos e partidos políticos, a todo momento era lembrado que é o dia 20 de novembro — data de morte de Zumbi — e não 13 de maio o Dia Nacional da Consciência Negra. Num panfleto distribuído durante a passeata, a comissão organizadora salientou que o Brasil possui a maior população negra do mundo depois da Nigéria e que segundo o censo do IBGE de 1950, os negros formam 44,5% da população, o que significa mais de 50 milhões de pessoas excluídas da participação política, econômica, social e cultural do País".

O integrante do Centro Cultural Afoxé Ilé Odara, Jonas Eustáquio dos Anjos, lamentava ontem a quebra do elo cultural do negro, que possui hoje, como único ponto de resistência, o candomblé. Para José Eustáquio um dos maiores desafios da comunidade negra brasileira é o resgate de sua identidade cultural e a sua entrada no processo político. Ressaltou que praticamente inexiste a presença de deputados e senadores negros, lembrando ainda que na Igreja Católica, o racismo se manifesta com o que viu durante a marcha. José Eustáquio acha que ela aconteceu num momento propício.

Foi também acreditando na importância de uma mudança que dona Joana Maria de Jesus Silva, de 74 anos, aposentada, saiu do bairro Inconfidentes para participar da marcha. Ela diz que ficou sabendo na missa da manifestação e achou que poderia dar sua contribuição para mostrar que "os negros valem tanto quanto os brancos". Apesar de aposentada e da idade avançada, ela ainda pega "uma trouxa de roupa" e acha que o negro ainda sofre muito no Brasil. Não sabe dizer se é por causa do racismo e confessa que "disso não entendo bem".

Carmélia Aparecida Silva, de apenas vinte anos, por outro lado, está certa de que este é o motivo que impede a ascensão do negro. O jovem, em sua opinião, é que mais sofre com a discriminação, porque "é jovem, negro e pobre". Sem trabalhar e sem estudar, por falta de condições, Carmélia é bela garota que, como dona Joana, acreditou que valeria a pena tomar o ônibus desde o bairro Tirol onde mora para se juntar à marcha. Ela não quer ver repetidas situações como a que foi submetido um amigo seu, "que já foi retirado de uma igreja durante um casamento chique e impedido de entrar no Parque das Mangabeiras.

Alegria

Ao contrário do Rio de Janeiro, onde a passeata programada acabou gerando conflitos com o Exército, em Belo Horizonte a manifestação foi absolutamente tranqüila e marcada, além de palavras de ordem e faixas expressando o protesto dos negros, por uma flagrante descontração. Desde cedo, o subcomandante do Batalhão de Trânsito, Joel de Oliveira, deu o tom do que seria a atuação da polícia. Duas viaturas e 18 motocicletas foram usadas durante toda a operação, que se pautou até o final pela orientação do comandante-geral da PM, José Alair Lopes, para simplesmente desviar e conter o trânsito durante a marcha.

Ainda na Praça da Rodoviária, alguns manifestantes tentaram insuflar refrões de revolta contra a polícia, em virtude da proibição do trajeto até a Praça da Liberdade. Os próprios organizadores do movimento, entretanto, através de microfones instalado num ônibus improvisado, acalmaram a multidão, pedindo que a marcha transcorresse em paz. Nas faixas, o protesto contra o "apartheid" e pedidos de rompimento total das relações diplomáticas do governo brasileiro com a África do Sul.

FOLHA DE SÃO PAULO - 13/05/88

Comunidade vive como os ancestrais em SC

Enquanto movimentos negros realizam manifestações no centro de Florianópolis (SC) na luta contra a discriminação, a 70 km de distância, no interior do município de Porto Belo, uma comunidade inteira, formada por cerca de 60 descendentes de escravos, vive completamente isolada, ainda da mesma forma como viviam seus avós e bisavós há pelo menos cem anos.

No sertão do Valongo, por onde se chega através de 13 quilômetros de uma estrada de terra, os netos dos escravos continuam cultivando o que lhes restou das terras do que alguns dizem ter sido um antigo quilombo, mas que a memória dos moradores mais antigos alcança apenas como um refúgio de negros libertos dos engenhos à época da Abolição.

No sertão, poucos gostam de "falar do antigo". A documentação existente também não revela, ou não dá muitas evidências, da origem do grupo, e só agora é que se desenvolve a primeira pesquisa sistemática sobre essa comunidade.

Por ainda não ter chegado a um consenso, os pesquisadores do Grupo de Estudos do Departamento de Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) não podem afirmar que o sertão tenha se originado de um quilombo, mas a hipótese existe. "A memória do grupo não foi preservada, até por questões de segurança, se é que o agrupamento tenha sido fruto de um quilombo", diz a professora Ilka Boaventura, orientadora da pesquisa, financiada em parte pela Fundação Ford, através do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Fundação Cândido Mendes, do Rio.

A dúvida, para a professora Ilka, está no fácil acesso ao sertão do Valongo, principalmente através do município de Tijucas, com quem a comunidade negra mantém contato. O professor Walter Piazza, do Departamento de História da UFSC, não tem dúvidas. Em sua opinião, o sertão do Valongo não se originou de um quilombo. Segundo Piazza, a pouca documentação oficial existente dá conta apenas de cinco quilombos em Santa Catarina, quatro na ilha onde se situa Florianópolis e um na enseada de Brito, ao sul de Palhoça, município da região metropolitana da capital do Estado. De todos eles hoje nada resta, nem a possibilidade de reconstituir sua história, segundo Piazza.

Terra e religião

Arredios e desconfiados de visitantes que aparecem após tanto tempo, os moradores do Valongo reinam em total. São muito unidos e cultivam a mesma terra cerca de quatro mil metros quadrados que restaram das vendas para subsistência do grupo, e não têm qualquer expectativa quanto ao futuro das cerca de 20 crianças da comunidade. "Ninguém tem idéia de sair", diz Daniel Caetano, 24, pai de um menino de três anos, que trabalha por menos de um salário mínimo na terra de um vizinho.

A perpetuação do grupo ligado a terra e a um fator mais novo, a religião, é justamente parte da pesquisa do grupo de Antropoligia Social. No sertão do Valongo todos são adventistas. Regina Leopoldina Faial, 67, a moradora mais antiga, que ajudou "muita gente a vir ao mundo", conta que quando moça gostava de dançar, mas hoje os membros da comunidade só participam de festas religiosas. Nas quartas-feiras, sábados e domingos todos frequentam a igreja, mas lá só se fala da Bíblia, afirma Ana Maria Caetano Costa, 41, quatro filhos.

Também na pequena escola isolada do Valongo, a um quilômetro da comunidade, onde os únicos alunos são 13 crianças negras, pouco se fala da memória do grupo. O professor Gilson Schveitzer, 22, descendente de alemães, reservou a última quinta-feira para conversar com as crianças sobre a escravidão.

Três raízes

"Nós estamos colocados aqui em cima, mas ninguém sabe se é nosso", diz Ana Maria C. Costa, ao falar da terra onde está sua casa. "A maior força das terras é dos ricos, de fora, que deixam a fazenda no mato e não dão serviço pros pobres". Enquanto as mulheres e crianças ficam em casa, os homens cultivam a roça, que pouco dá, entre capim para algumas cabeças de gado, banana e milho, diz Ana.

No sertão do Valongo todos são parentes. Só há três sobrenomes por lá, Costa, Faial e Caetano, embora alguns moradores assinem Francisco (seria a mesma família Caetano). Antonio Marinho Caetano, 61, que diz que "o antigo saiu da memória e não tem jeito de voltar", conta

apenas que a raiz do grupo começa com três homens: Janga Rabelo, Janga Duarte e seu avô, Marcelino. "Aqui todo mundo é da mesma família. Vão se criando, casando primo com prima", diz Regina, a parteira.

Na memória, "seu" Antonio só registra as recordações de Luiz Antonio Costa, 82, que costuma contar como seu avô puxava o engenho, "feito um boi. Eles pintavam os escambau com os escravos", diz "seu" Antonio.

ESTADO DE SÃO PAULO - 13/05/88

Militar defende Caxias

RIO
AGÊNCIA ESTADO

"Não serão tolerados achincalhes ao patrono do Exército Brasileiro, o Duque de Caxias, que é um patrimônio da Nação Brasileira", disse ontem o coronel Luiz Cesário da Silveira Filho, ao falar sobre o confronto ocorrido anteontem nas imediações do panteão de Caxias, no centro do Rio.

Silveira Filho disse que o Exército não tolerará desrespeito ao seu patrono, referindo-se à passeata promovida pelo Movimento Negro, cujos manifestantes tentaram fazer um protesto no panteão. O coronel considerou descabida "a intenção de alguns cidadãos de apontar Caxias como um homem que teria admitido a escravatura".

Segundo o historiador José Luis Werneck da Silva "não é verdade que Caxias foi um falso herói, que recrutou milhares de negros para lutar na Guerra do Paraguai. Quando o conflito foi iniciado, em 1864, Caxias ainda não era o comandante do Exército".

O coronel Cesário Silveira Filho acrescentou que o comando militar sabe qual é a situação em que o País vive, e a "tolerância que as autoridades dão aos movimentos populares", mas tomou a decisão de reforçar a segurança de um "local para nós sagrado, e também para toda a Nação brasileira" a fim de evitar que a memória de Caxias seja "insultada".

Já o Conselho Estadual de Cultura do Rio, seguindo sugestão do conselheiro e compositor Paulinho da Viola, decidiu enviar telegrama ao presidente José Sarney e ao governador Moreira Franco, protestando contra as medidas de repressão contra a manifestação do Movimento Negro.

CORREIO BRAZILIENSE - 13/05/88

JACIRA DA SILVA

ELA DESCOBRIU, AOS POUCOS, QUE O RACISMO NO BRASIL É ACOBERTADO PELA FALSA IMPRESSÃO DE LIBERDADE E IGUALDADE

A luta do negro brasileiro contra a discriminação do branco, se comparada à do seu irmão norte-americano, é muito mais ingloria e triste. Alem de enfrentar a miseria de um pais empobrecido pela concentração das riquezas, convive com a pior das discriminações, pois o racismo brasileiro esta revestido de uma falsa impressão de liberdade e igualdade, e só se revela em toda a sua crueza a medida em que o negro toma consciencia do seu proprio valor, passando a questionar o espaço que o sistema lhe permite dispor na sociedade.

Pelo menos tem sido assim com Jacira da Silva, jornalista, negra, 37 anos, dois filhos, ativa militante do movimento negro de Brasilia e uma longa historia de lutas em busca de um lugar ao sol, competindo num mundo onde ser mulher já é um problema e ser negra e pior ainda. Ela nasceu no Rio de Janeiro em 1951, numa familia em que é a primeira dos oito filhos de um casal de mineiros.

A mãe, como acontece com a grande maioria das mulheres negras, era empregada domestica e o pai motorista, de ônibus, de taxis, até que lhe deram emprego nos Correios e Telegrafos. Moravam numa habitação coletiva no Engenho Novo, zona norte do Rio, enfrentando toda a sorte de dificuldades. Mesmo assim, guarda boas recordações da infância, da Escola Sarmento onde estudou até o segundo ano.

Em 1960 a inauguração de Brasilia surgiu na vida da familia como uma especie de redenção. As facilidades oferecidas aos funcionários que quisessem se transferir para a nova capital, como salário dobrado e casa para morar, surgiram como uma mudança de vida, uma melhoria substancial. "A possibilidade de morar num apartamento só da gente, empolgava a todos, apesar da separação dos parentes ter representado um choque para minha mãe".

Quando chegou a Brasilia Jacira tinha nove anos. "Nós moravamos na 413 Sul e o que mais me faz lembrar aquela época era a poeira que cobria toda a cidade, mais parecida com um canteiro de obras". Foi na escola que Jacira começou a descobrir que ser negro não é nada facil e a verdadeira libertação está ainda muito longe. "E uma coisa sutil que a gente nao nota facilmente".

Aos 15 anos de idade, o pai lhe arranjou um emprego no setor de composição do CORREIO BRAZILIENSE, onde trabalhava a noite. Durante o dia fazia o curso normal com intenção de ser professora. Ficou quatro anos no jornal, concluiu o curso, mas em sua primeira aula prática sentiu a reação dos alunos ao fato de ser negra e na ocasião preferiu não enfrentar a situação de frente, desistindo do magistério.

O clima do jornal, entretanto, acabou despertando em Jacira da Silva o interesse pelo jornalismo e com esse objetivo tentou pelo menos três vestibulares na UnB mas não passou. "A unica saida era o Ceub, mas custava caro e o que ganhava ajudava a compor o orçamento familiar". Mesmo assim decidiu enfrentar o desafio. Conseguiu emprego na Gráfica do Senado, fazia free lancers como datilógrafa, passou no vestibular do Ceub e começou a fazer Comunicação.

Seu engajamento no movimento negro se deu por acaso. "Um dia uma amiga me convidou para participar de uma reunião em que se discutiria a situação do negro no Brasil. De lá para cá nunca mais deixei a militância e acho que nunca deixarei pois já é parte integrante da minha vida". Jacira ajudou a criar o Centro de Estudos Afro-Brasileiros, começou a ler e principalmente observar as atitudes das pessoas em relação à questão. Isso reforçou seu envolvimento com a militância no movimento negro, a despeito das reações contrarias dos amigos e da familia. "Passei a gostar de mim mesma, a me sentir mais segura".

Concluido o curso de Comunicação, Jacira passou a enfrentar a discriminação num outro nivel. "O negro no Brasil quando ousa voar mais alto sente com mais força ainda a discriminação pois ele passa a ser um competidor. Quando eu marcava uma entrevista pelo telefone a receptividade era uma, mas quando eu chegava ao gabinete do entrevistado era facil sentir a surpresa estampada nos olhos da secretária.

Formada, voltou ao CORREIO BRAZILIENSE, como repórter, tentou trabalhar em jornais e revistas alternativos e finalmente conseguiu um emprego no Ministério da Educação. "Em todos os lugares, entretanto, senti a diferença de ser negra".

Até os 30 anos de idade Jacira da Silva viveu com sua familia na Asa Norte, no Cruzeiro. Foi quando resolveu declarar sua independência, mudando-se para um lugar só seu. Envolvida no trabalho, na militância do movimento negro, ela quase esqueceu de si mesma e so veio a casar-se há cerca de três anos. "Era dificil encontrar o parceiro certo. Afinal ele teria que estar engajado também nessa luta pelos direitos do negro".

O parceiro, Chico Piauí, acabou aparecendo e hoje eles têm duas filhas cujos nomes, Dádara e Akotirene mostram até que ponto ambos são comprometidos com essa luta. Trabalhando na Coordenadoria de Comunicação Social do Ministerio da Saude, Jacira foi assessora do ministro na gestão anterior e muitas vezes teve de enfrentar o olhar indo estes procuravam saber quem era o assessor de imprensa.

O ESTADO DE SÃO PAULO - 13/05/88

Atletas reclamam da discriminação

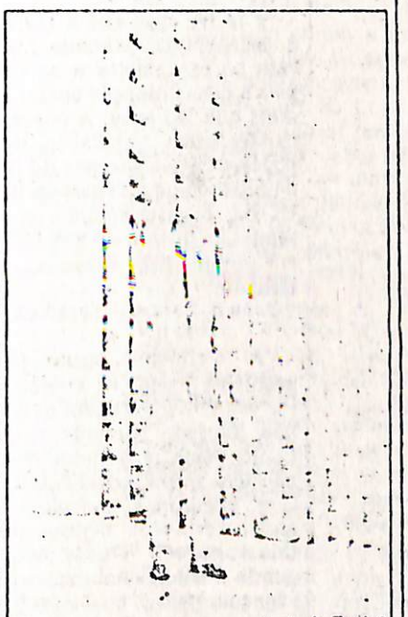
AGÊNCIA ESTADO

Na impunidade dos seus 17 anos, Gasolina não chegou a perceber a gravidade da situação quando, juntamente com outros seis companheiros, foi separado da delegação Fra 1958, e o Santos, em uma de suas rotineiras excursões, desembarcava no aeroporto de Miami. Os sete jogadores, todos negros, ficaram alojados em outro hotel, isolados dos demais. O que ninguém poderia supor é que Gasolina, ou simplesmente Pelé, pouco tempo depois se transformaria no "rei" do futebol, mais que isso, no "atleta do século" e "cidadão do mundo".

A história, em detalhes, não foi contada por Pelé, mas pelo ex-goleiro Manga (não confundir com outro Manga, do Botafogo carioca), um dos que sofreram discriminação. Embora esse problema não se tenha passado aqui, serve para mostrar que negros famosos e ídolos não estão satisfeitos com a situação e o tratamento que se dá à raça negra no País.

Do futebol ao atletismo, passando por outro limitado grupamento de modalidades esportivas a que teve acesso, é indiscutível a importância do negro no esporte. A história do futebol brasileiro, por exemplo, é riquíssima em fatos, conquistas e personagens. Pelé à parte, não se pode esquecer de jogadores como Didi, Zizinho, Djalma Santos, Coutinho, e outros mais antigos como Leônidas da Silva, Domingos da Guia, Waldemar de Brito e mesmo Fausto", a "Maravilha Negra", um maranhense de Codó que brilhava em tempos difíceis e que morreu tuberculoso, em 1939.

O atletismo anpilva em sua galeria heróis como Ademar Ferreira da Silva, bicampeão olímpico no salto triplo em 52 (Helsinque) e 56 (Melbourne), João do Pulo, tricampeão mundial e recordista do salto triplo, com 17m89 (somente superado quase dez anos depois); e Nelson Prudêncio, medalha de prata na



Dario de Freitas

João do Pulo no Congresso

Olimpíada de 68, no México, quando saltou 17m27 e estabeleceu por alguns minutos apenas o recorde mundial do salto triplo. Entretanto, apesar das conquistas, uma rápida pesquisa entre ídolos de hoje e do passado é suficiente para constatar o seu descontentamento com relação ao "racismo maquilado" ainda existente após cem anos de abolição.

No gabinete 2 051 da Assembléia Legislativa de São Paulo, uma pequena placa alaranjada na porta indica o nome de deputado, pelo PFL: João do Pulo. Elegantemente vestido, cercado de posters e diplomas, João do Pulo Carlos de Oliveira (incluiu o Pulo no nome para efeitos eleitorais), ex-recordista mundial do triplo, não perdeu a comentada comemoração: "cem anos de abolição é palhaçada. Isso é ridículo, não houve abolição alguma e comemorar libertação da raça é vergonhoso". João é a favor de que se mostre a cultura negra, porém quer maior participação do negro na luta pela dignidade da raça: "A data deve servir apenas para um reflexão sobre os nossos direitos".

Para o meia Valdo, do Grêmio e da Seleção Brasileira (seu passe já foi vendido no Benfica por US$ 1,7 milhão), João do Pulo tem razões de sobra: "Apenas os negros famosos ou ricos não sofrem discriminação racial no Brasil". Por isso, não vê motivos para festejar o "13 de Maio".

Também aviltante, a situação vivida pelo lateral esquerdo Vladimir, atualmente no Cruzeiro de Belo Horizonte. Quando estava em São Paulo, defendendo o Corintians, sua mulher, pele branca, costumava fazer compras diariamente no supermercado Gigante, em Pinheiros. E pagava sempre com cheques do marido. Certo dia, Vladimir resolveu acompanhá-la. O cheque do atleta não foi aceito nem com a apresentação da identidade. Resultado: o casal foi embora sem as compras.

FOLHA DE SÃO PAULO - 13/05/88

Abolição e discriminação

"O Centenário da Abolição, é um dia de reflexão e não de comemoração. Nós negros não devemos ter atitudes de hiena, animal que come fezes e ainda dá risadas."

Natalicio Soares (Curitiba, PR)

★

"Faz 100 anos que a Isabel aboliu a escravatura. Abolido mesmo foram só os chicotes e as correntes, pois a discriminação racial tem bem mais que 100 anos. A parcela negra existente na população do Brasil poderia eleger dezenas de Beneditas da Silva como a deputada federal do PT-RJ, mas no entanto foi eleita só uma. Isto quer dizer que branco vota em candidatos brancos, e negro também."

João B. Pozzuto (Valinhos, SP)

★

"A 'Folhinha' ousou tratar do problema racial na edição de 8/05. Parece que pretendem que a 'Folhinha' interesse somente aos brancos. Como explicar a manchete 'A cor não tem importância'? Isto é falso. Que segurança psicológica terão nossas crianças negras diante de tais enganos? 'Trocar de cor', segundo a tradicional convivência das raças no Brasil, nunca foi brincadeira nem índice de confraternização. Não é à toa que o Brasil tem tantos negros de alma branca."

Jamu Minka (São Paulo, SP)

FOLHA DE SÃO PAULO - 14/05/88

Negros queimam retrato da princesa

Reunindo uma significativa parcela da comunidade negra de Salvador (BA), mobilizada pelo Movimento Negro Unificado (MNU) e por dezenas de blocos afros, a "passeata de protesto contra o racismo" constituiu-se, ontem, em uma manifestação integrada por capoeiristas, poetas populares, políticos do PT e do PC do B. Cerca de cinco mil pessoas, de acordo com estimativa dos organizadores, seguiram do Campo Grande à praça da Sé (centro), dançando e cantando ao som de músicas dos blocos afros e gritando frases como "A princesa Isabel não libertou, o negro foi quem lutou". Durante o movimento um retrato da princesa Isabel foi queimado.

O trio elétrico do bloco Olodum foi o principal catalisador de manifestantes ao longo do trajeto (cerca de dois quilômetros). Iniciada às 17h15, a passeata teve como tema central os "100 anos sem Abolição". Segundo Wilson Santos, 35, do grupo cultural Os Negões, a repressão policial à passeata realizada no Rio, anteontem, "foi um ato de arbitrariedade e uma demonstração incontestável de que o racismo existe mesmo no Brasil. Os que detêm o poder, hoje, estão sentindo o peso da nossa mobilização em todo o país. O que nós estamos fazendo é justamente ir às ruas denunciar o racismo porque a Abolição foi uma farsa".

Na praça municipal o ato com músicas e poesias foi precedido por discursos de representantes da comunidade negra e dos partidos políticos que apoiaram a manifestação. Diversos gritos de "rastafari" faziam alusão à passagem dos sete anos de morte de Bob Marley (um dos maiores ídolos negros da cidade). De acordo com Raimundo (de), do Núcleo Cultural Niger-O-Bujão, do Núcleo Cultural Niger-O-Kan (coração negro), "nós não reconhecemos o 13 de Maio como data de libertação negra e hoje é um dia de protesto. Nosso dia de festa é o 20 de Novembro, data da Consciência Negra".

Rio

O presidente do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), Januário Garcia Filho, um dos organizadores da "Marcha contra a farsa da Abolição", realizada no Rio, contestou ontem a informação divulgada em nota da Secretaria de Polícia Civil de que o comandante do Comando Militar do Leste, general Wilberto Luiz Lima, tenha se mostrado disposto a receber uma comissão de líderes do movimento. A passeata foi interrompida por tropas do Exército e da Polícia Militar para impedir supostas ofensas a Duque de Caxias, patrono do Exército.

Ontem, o chefe da 5ª Seção (Relações Públicas) do Comando Militar do Leste, tenente-coronel Luiz Cesário da Silveira Filho, disse que o governo do Estado foi "muito solícito" ao enviar policiais militares e civis para bloquear a manifestação ao lado das tropas do Exército. "A Polícia Militar é que ocupou a primeira linha." Afirmou ainda que a área em frente ao Comando e ao Panteon é militar, o que, segundo ele, justifica a mobilização do Exército. Ele disse não saber os limites exatos da área militar que cerca a sede do CML.

O frei David Raimundo dos Santos, 36, da comissão de Religiosas, Seminaristas Padres Negros, disse ontem que a repressão ao movimento mostrou que o Exército "está afastado do povo". Declarou que setores do movimento negro ao apontar o Duque de Caxias como responsável por um massacre de negros na Guerra do Paraguai não acusaram diretamente este militar, "mas o símbolo que o sistema escolheu para valorizar a Guerra do Paraguai, que para nós significa matança e massacre de negros".

O governador do Rio, Moreira Franco, disse ontem que a "Marcha contra a farsa da Abolição" foi impedida de chegar à Central do Brasil "porque havia intenções de parar diante dos restos mortais de Duque de Caxias e fazer manifestação de protesto sob a alegação de que ele teria tido comportamento racista, em um momento em que o Brasil vivia inclusive a escravidão". Indagado, então, porque o Estado deslocou grande contingente de policiais militares e civis para o local, Moreira respondeu que "a polícia estava e estará sempre nas ruas para garantir a ordem pública e o direito à manifestação sem provocação".

CORREIO BRAZILIENSE - 14/05/88

Prefeito vê discriminação

Teresina — "É preciso que esta data não seja comemorativa da miséria de um povo, mas o ponto de partida para uma grande luta pela igualdade social no Brasil". A afirmação é do prefeito Wall Ferraz, professor de História da Universidade Federal do Piauí. Em sua análise sobre a data, Wall Ferraz denunciou a discriminação racial no País. "Afirmar-se que o negro brasileiro é totalmente emancipado é pura balela. Ainda hoje o País se manifesta com uma política de discriminação", destacando que o negro tem pouca ascensão sócio-econômica.

O ESTADO DE SÃO PAULO - 14/05/88

Negros divididos denunciam racismo

O secretário-geral do Conselho de Participação da Comunidade Negra, José Roberto Militão, confirmou a informação. Mas, o "Conselho não concordou com essa manobra". Já o secretário Oswaldo Ribeiro negou a determinação: "Os nossos opositores têm o direito de pensar o que quiserem, mas a realidade é que aqui estão todas as entidades negras e representantes de 150 municípios de São Paulo e de outros estados. Isso é coisa de meia duzia de inconformados com o nosso sucesso".

Verdade ou não, o certo é que a passeata prosseguiu confusa, cheia de atritos e sem entusiasmo. Nem os pedidos de "vamos vibrar", feitos através do sistema de som, animou os manifestantes. Poucos gritavam: "Um, dois, três, quatro; cinco mil, igualdade social para todos no Brasil"; "Negro, negro"; "Viva Zumbi". Nem os negros equipados com megafones conseguiam organizar a passeata.

Na rua Xavier de Toledo, nova confusão. Assessores e amigos do secretário Oswaldo Ribeiro tentaram retirar da frente da passeata a faixa "Protesto", do Comitê Popular de Questionamento do Centenário da Abolição. João Batista e seus amigos não deixaram, trocando empurrões com os que ameaçavam arrancar a faixa: "Esta é uma manifestação contra o racismo, não é para promover o secretário. Estamos lutando pela melhoria da qualidade de vida da população, não estamos fazendo campanha política", disse.

Novas confusões ocorreram no Viaduto do Chá e na praça do Patriarca, onde um grupo queria seguir pela rua Direita e outro pela Libero Badaró. No entanto, as diferenças diminuíram quando chegaram à praça da Sé, onde a multidão vaiou o cantor Wilson Simonal e a menção do nome do secretário Oswaldo Ribeiro, embora muitos também tenham aplaudido.

Queima do boneco

Manifestantes negros queimaram às 14 horas um boneco representando a princesa Isabel, após discutir com policiais militares que tomavam conta do monumento a Duque de Caxias, na praça Princesa Isabel. O tenente Jacó disse que não permitiria que "maculassem a imagem de Caxias". Havia PMs também na entrada do edifício Duque de Caxias, na avenida São João, onde residem oficiais do Exército.

Mais de seis mil negros — e centenas de brancos — reuniram-se ontem em São Paulo para protestar no que chamaram de Dia Nacional Contra o Racismo, na praça da Sé. Para eles, o 13 de Maio não é data de festa. As diferenças partidárias e ideológicas tumultuaram a manifestação, principalmente durante a passeata pelo centro da cidade, quando alguns grupos chegaram a trocar ofensas e até empurrões.

A rivalidade maior era entre os integrantes do Conselho de Participação da Comunidade Negra, que apóia o secretário especial, Oswaldo Ribeiro, de Relações Sociais do Governo do Estado, e do Comitê Popular de Questionamento do Centenário da Abolição, ligado ao Movimento Negro Unificado e ao PT. Havia ainda grupos apolados pela CGT e Partido Comunista. Cada um defendendo uma idéia e uma maneira para manifestar.

A desorganização já podia ser notada nos primeiros momentos da concentração dos negros na avenida São João, em frente ao largo do Paissandu. Três carros com sistema de som anunciavam coisas diferentes: "A passeata vai seguir pela avenida Ipiranga", dizia um. Outro pedia para que todos descessem a São João. O terceiro gritava — "Jorge Velho assassino da raça negra".

Às 14h30, meia hora de atraso, a passeata começou em direção à avenida Ipiranga. Depois de alguns passos veio a ordem para parar. Outros organizadores gritavam para seguir. Os manifestantes, sem saber a quem atender, pararam. João Batista Jesus Felix, do Comitê Popular de Questionamento do Centenário da Abolição, explicou aos jornalistas: "Tá a maior confusão. Na quinta-feira, assessores do secretário Oswaldo Ribeiro procuraram as entidades negras e disseram que estava proibida a manifestação, durante o comício da praça da Sé, de representantes sindicais, de partidos radicais e do Movimento Negro Unificado".

JORNAL DO BRASIL - 14/05/88

Vereadores acusados de discriminação racial

SOROCABA, SP — Ruth de Paula Mendonça denunciou a discrimação racial da Câmara de Itapetininga contra sua mãe, Geralda, de 75 anos, que receberia o título honorário de "Cidadã Itapetiningana". Seu nome, no entanto, foi rejeitado pelos Vereadores e, segundo sua filha, isso aconteceu porque Geralda é negra.

A Câmara tem 15 Vereadores e, para a concessão do título, seria necessário que dois terços votassem pela aprovação do projeto. Geralda é paulistana e vive em Itapetininga desde 1955, quando veio trabalhar no Centro de Saúde. Ela agora é auxiliar do serviço social da Justiça e promove campanhas para conseguir medicamentos e agasalhos para os detentos.

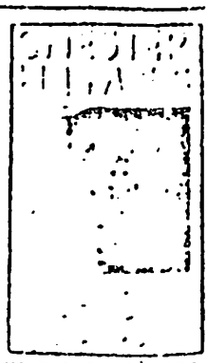
Os Vereadores Paulo Ozi (PDS) e Alberto Ghunter (PMDB), apesar de não revelarem em que votaram, não acreditam que houve preconceito. Ghunter, lembrou que a Câmara aprovou recentemente a concessão de uma medalha de mérito ao negro Durvalino Toledo.

FOLHA DE SÃO PAULO - 14/05/88

Violência racial veio antes do crime para Chester Himes

LUCIANO TRIGO
Especial para a Folha

SE SE CHAR, DEIXA ROLAR de Chester Himes. Tradução de Wladir Dupont. Nuvem Nova. 222 págs. Cr$ 1.800,00. Lançamento.



Conhecido do público brasileiro como autor de romances policiais —como "A Travessura de Casper Holmes" e "Um Jeito Tranquilo de Matar"— o escritor negro norte-americano Chester Himes na verdade só se dedicou a esse gênero tardiamente. Para ser mais preciso, a partir de 1957, quatro anos após ter trocado os Estados Unidos pela França. Ao contrário da geração perdida de Hemingway 20 anos antes, Himes chegou a Paris na pior, doente e desesperadamente a perigo ("carente não só de sexo, mas também de segurança, de alguém para controlar meu temperamento e me assegurar que não estou sozinho", ele escreveu no segundo volume de suas memórias, "My Life of Absurdities", em 1977).

Viveu em hotéis baratos e fez um bocado de baguncа no Café Tournen, reduto dos negros norte-americanos no exílio, no Quartier Latin, onde conheceu Richard "Filho Nativo" Wright e Marcel Duhamel, seu primeiro tradutor para o francês e diretor da "Série Noire", da editora Gallimard. Foi Duhamel quem a incentivou a escrever os onze romances policiais que produziria até 1969 e que lhe valeram o sucesso comercial, popularizando personagens como Ed Caixão e Coveiro Jones, os primeiros "tiras" negros da literatura.

Antes do exílio

Mas a melhor produção de Chester Himes é anterior ao seu voluntário exílio europeu —e, em grande parte, responsável por ele. Entre 1945 e 1953, Himes escreveu quatro romances importantíssimos, não só por seu valor literário, mas também como documentos para compreender um dos capítulos relativamente negligenciados da história americana —os violentos conflitos raciais decorrentes da Segunda Guerra, estopim de uma politização de uma geração, na década de 40: "If He Hollers Let Him Go", "Lonely Crusado", "Cast the First Stone" e "The Third Generation".

Todos foram pessimamente recebidos pela crítica, por denunciarem impiedosamente o racismo, a violência e a marginalização dos pobres numa sociedade teoricamente igualitária. O primeiro deles é agora resultado em tradução impecável de Wladir Dupont, exceto pelo título, "Se Ele Chiar, Deixa Rolar" (a primeira edição em português, no final da década de 60, optou pela tradução literal —"Se Ele Gritar, Deixe-o Ir"), moderninho mas diametralmente oposto ao original.

O romance é narrado na primeira pessoa por Bob Jones, um negro que graças aos imperativos econômicos da mão-de-obra durante a Segunda Guerra consegue tornar-se capataz de um estaleiro na Califórnia. Mas os operários brancos que lhe são inferiores se recusam a obedecer suas ordens, enquanto seus superiores fazem questão de lembrar-lhe, sempre de forma humilhante, que ele é um negro ("O bom Deus lá em cima nos fez brancos e a vocês negros. Se Ele quisesse, poderia ter feito vocês brancos e nós negros. Mas Ele nos fez brancos porque queria nos dar sua própria cor"). E ser negro nos Estados Unidos na década de 40, era um péssimo negócio —ainda pior do que é hoje. Durante os quatro dias em que é narrada a história, Bob Jones perde o emprego, a namorada "quase branca" é acusado injustamente de estuprar uma operária branca e forçado a se alistar na Forças Armadas, num crescendo de violência e tensão que, à maneira da escola dos "tough writers" que inspiraram Himes, alterna diálogos e descrições secas e duras com momentos de muito humor.

Sete anos de cadeia

Chester Himes foi preso em 1928 por assalto a mão armada e condenado a 25 anos de prisão. Foi solto após cumprir sete anos da pena, por boa conduta. Costuma-se apontar sua passagem pela cárcere como determinante do conteúdo de sua ficção, mas isso só em parte é verdadeiro (por exemplo, no romance inédito em português "Atire a Primeira Pedra", que utiliza uma cadeia como cenário). A amargura e o permanente sentimento de marginalização que caracterizam os romances de Chester Himes vêm de muito antes. Filho de uma família da burguesia negra em Jefferson, Missouri, Himes foi marcado desde a infância pelo conflito entre negros e brancos. Seu pai, muito escuro, vivia às turras com a mulher, quase branca (como a namorada de Bob Jones, Alice), e é interessante aqui chamar a atenção para o ingrediente autobiográfico do romance e os sentimentos do autor diante do drama do racismo. Num momento crucial da narrativa, quando Bob é perseguido pela polícia e procura a ajuda de Alice, ela o aconselha a entregar-se por confiar nas instituições americanas ("se você é mesmo inocente, não há nada a temer"). Sinal de que, como todos os seus personagens negros, Chester Himes tinha introjetado dentro de si o racismo a ponto de acreditar impossível a verdadeira comunicação entre brancos e negros? É possível. Bob não foge por desconhecer os leis, mas justamente por estar ciente da inexorabilidade de sua culpa ("Uma mulher branca gritando, 'Estupro!', e um negro apanhado dentro do quarto. Toda a estrutura do pensamento americano estava contra mim; a tradição americana já tinha me condenado com anos antes").

O principal mérito deste primeiro romance de Himes —e o que faz dele um clássico— não é portanto a denúncia do racismo "tout court", mas a denuncia do que pode haver de pior no racismo —a sua assimilação inconsciente pelos negros. Bob vive tendo sonhos em que é perseguido, espancado ou humilhado pelos brancos, acorda todas as manhãs apavorado e sem forças, envergonhado de sua própria cor. Tem um emprego legal, uma garota legal, um carro legal, poderia concorrer "com o negro mais rico, mais rico, mais importante do mundo". Mas com uma coisa ele não pode concorrer: com a cor de um branco. Quando se sente bem, sente-se "como um rapaz branco". Quando quer ofender a namorada, ele a chama de negra. Odiar os brancos e desejar-se branco: eis a contradição que Chester Himes soube apontar no negro americano ascendente de sua época. E que não se resolveu até hoje.

LUCIANO TRIGO, 24, é editor de cultura da revista "Playboy"

JORNAL DE BRASÍLIA - 14/05/88

Negros protestam em Ceilândia e lutam pela democracia racial

O Centenário de Abolição da escravatura foi marcado ontem, na Ceilândia, por um protesto de cerca de 200 pessoas, entre religiosos da Pastoral Negra das Ceilândias Sul e Norte, representantes de igreias, da comunidade e de movimentos negros. Os manifestantes rejeitaram a comemoração oficial do dia 13, data da abolição da escravatura, e reafirmaram que o dia do negro, é 20 de novembro, morte de Zumbi dos Palmares.

O movimento teve inicio às 15 horas, com uma caminhada realizada por dois grupos de manifestantes, que sairam das Igrejas Nossa Senhora das Graças, setor sul, e da Paxáo, no setor norte da satélite, encontrando-se mais tarde na Praça do Encontro, no centro. Durante a caminhada, os manifestantes de megafone na mão, muitos vestidos de escravos, carregando faixas e cartazes, gritavam palavras de ordem e frases pela «real democracia racial e libertação do negro».

Com o encontro na praça, tiveram inicio manifestos de integrantes de movimentos religiosos, dos Movimentos Negros Unificados e do Partido dos Trabalhadores. Para o frei Bernardo Cansi, da igreja Nossa Senhora da Gloria, Ceilândia Sul, «a causa negra deve ser encampada por todos os segmentos da sociedade». Ele acredita que a igreja deve se comprometer com os movimentos dos negros «que foram tratados como animais durante 400 anos, o que ainda são».

Frei Bernardo, que é da ordem dos Capuchinhos, lembrou que no Brasil existem 12 mil padres, sendo que apenas 200 são negros, assim como no episcopado são de cor negra apenas dois bispos. «O nosso padrão de padres e o europeu. Não há conversão à Deus sem a conversão ao negro, sua cultura, índole e tradições», observou.

Gerivaldo Nogueira, membro da Comissão Executiva Nacional do Movimento Negro Unificado (MNU), disse que «este era, na realidade, o centenario da Lei Aurea, não da abolição, que ainda está para acontecer». Criticou ainda a posição do Governo «que decretou feriado neste dia, como forma de esvaziar os movimentos de protesto».

JORNAL DO BRASIL - 15/05/88

"Já sofri todos os tipos de racismo"

JORNAL DO BRASIL — Um observador estrangeiro tem a impressão de que a África está num impasse econômico, com níveis crescentes de pobreza, perdendo o bonde do progresso. Que acha? Qual a saída?

Wole Soyinka — Todos os países do mundo estão com problemas econômicos hoje. Até mesmo potências econômicas como os Estados Unidos, que está com o mais inrível déficit. E o Brasil, pelo que sei, está na lista dos mais endividados. Isso não é diferente na África. Ocorre que alguns países africanos tiveram a intenção de botar todos os ovos numa mesma cesta com a descoberta do petróleo. Por causa do petróleo outros modelos da produção econômica foram totalmente destruídos. Na Nigéria, por exemplo, depois da descoberta do petróleo, todas as produções, especialmente na agricultura, foram em pedaços e tivemos que importar bilhões de dólares em comida. Muitos países africanos deixaram de incentivar a produção industrial, aumentando o desemprego por causa desse estranho pensamento de que o petróleo é suficiente para o desenvolvimento econômico. Então, quando tiveram que encarar os credores internacionais, porque era preciso comprar produtos básicos, ficaram totalmente endividados. Esse tipo de distorsão que afetou a produção normal é o principal motivo de seus problemas.

Problemas políticos, é claro, também contribuíram para essa situação. As lideranças africanas passam a maior parte do tempo, especialmente nos países mais pobres, gastando quantidades enormes de recursos só para manterem-se no poder.

JB — Qual a solução, então?

Soyinka — A única saída é uma mudança total na ideologia política. Uma mudança radical nas relações dos governantes e os governados, com melhor distribuição dos recursos, diversificação da economia, incentivo a pequenas indústrias e não os gigantes projetos que temos hoje, que exigem recursos monumentais. A capacidade do país cai, o desemprego cresce. E tudo uma distorsão.

JB — E os credores certamente não estão ajudando.

Soyinka — É claro, eles estão adorando essa situação. Eles garantem sua clientela e podem ditar até as normas internas da economia do país, que sempre são contra a expectativa do povo, gerando instabilidade. E esse ciclo vicioso continua. Por isso temos milhões de pessoas morrendo de fome. Nos tornamos uma cesta de caridade para as organizações internacionais. É inaceitável.

JB — O senhor sugeriu que a comemoração do 13 de maio, dia da Abolição da [illegible] nhor traz para a comunidade negra?

Soyinka — É preciso ter consciência de que apenas uma parte da sociedade, com o poder econômico, tem o monopólio dos recursos. O restante deve se sentar e realmente pensar se eles estão ou não sentados num bolo de frustrações que pode explodir a qualquer hora. É preciso olhar para outros países para transformar drasticamente esse modelo de distribuição. É preciso um verdadeiro esforço para que os negros avancem em todos os níveis: cultural, social, político e, acima de tudo, econômico. Esse é o tipo de reflexão de que estou falando. Definitivamente, o tipo de comemoração que imagino não é esta que aconteceu no Rio, quando o Exército cercou uma passeata de negros. Foi uma maneira horrível de iniciar as comemorações da Abolição da escravatura. Isso é um paradoxo que deve ser discutido pela comunidade negra. Para mim, foi um péssimo começo.

JB — O senhor contou uma conversa que teve com o Primeiro-Ministro Mário Soares, em que ele dizia que os portugueses não eram racistas, até porque ajudaram a fundar o Brasil com escravos africanos. Os brasileiros também costumam dizer que não são racistas.

Soyinka — Já sofri todos os tipos de racismo, em todos os níveis e sempre reagi imediatamente, de uma maneira muito pessoal. Uma vez, em 60, estava voltando de uma conferência, em Paris e estava esperando um ônibus, na rua. Parou no ponto um ônibus de turistas que, incidentalmente, eram americanos. Quando entrei no ônibus, um homem que estava perto da porta botou a perna na minha frente. Eu olhei para ele e disse: por favor tire a perna da minha frente. E ele disse: esse ônibus não é para você. Eu respondi: "escuta, aqui você não está nos Estados Unidos. Fale com a boca e não com as pernas".

Já vivi todo o tipo de discriminação. No avião, por exemplo, e isso já aconteceu várias vezes comigo, as aeromoças fingem que eu não existo. Servem todo mundo primeiro, como se eu fosse invisível. Uma vez, comecei a falar uma das línguas da Nigéria para uma das aeromoças, fingindo que eu não falava a língua dela. Quis mostrar que não preciso falar a mesma língua para ser considerado. Isso acontece a toda hora.

"Nos tornamos cesta de caridade para as organizações internacionais"

JB — No seu diário de prisão, o senhor escreveu: "os que tornam impossível a mudança pacífica, tornam inevitável a mudança violenta". Na sua opinião é o que deve ocorrer na África do Sul?

Soyinka — É inevitável, se o regime sul-africano continuar se recusando a aceitar a maioria negra como pessoas iguais, seres humanos. O que mais impressiona é que o regime da África do Sul, apesar de tudo o que ocorre lá, é tratado no mesmo nível que outros países. Essa minoria relaciona, de forma igual, com outras nações em todos os níveis — no esporte, no mundo da medicina, tecnologia.

JB — Quer dizer que os outros países não estão ajudando?

Soyinka — Não se reconhece o inevitável. Estive no Japão recentemente e conversando com as autoridades japonesas e pedi que eles se definissem, se apoiavam a minoria, ou a maioria, de que lado eles estavam. Eles fingiram que esse problema não existia.

JB — O senhor acha que o Brasil não está fazendo a pressão necessária contra o regime de Pretória. Falou com o Presidente Sarney sobre isso?

Soyinka — Não falamos especificamente sobre a África do Sul. Falamos sobre dignidade em todo o mundo, em termos gerais. O encontro foi mais sobre acordos culturais.

JB — O senhor trafega entre a cultura africana e a européia. Como é esse tráfego?

Soyinka — Não vejo problema nisso quando você reconhece o fato de que existem aspectos universais em todas as culturas do mundo, pontos comuns. Eu me guio por uma espécie de instinto comparativo. Ou seja, rejeito tudo o que não considero necessário. Compartimentalizo, em alguns casos. Nos Estados Unidos, por exemplo, rejeito todos os valores americanos. Para mim, eles são uma espécie humana muito estranha. Eu já estive em tantos países, no Japão, na Ásia, na União Soviética, Índia. Eu nunca encontrei uma raça tão incapaz como os americanos, e estou falando em todos os aspectos: profissional, acadêmico, pessoal. Incapaz de compreender, de entender as crenças e o pensamento de outros povos. Eles só enxergam as coisas a partir do pensamento deles. Os americanos parecem que são protegidos por um bloco. É como se eles dissessem: somos os melhores e é você que está aqui para aprender. Lembra da música que eles fizeram para arrecadar fundos para a África, em que diziam: "We are the world (Nós somos o mundo)?" E eu pergunto: ora, quem são vocês? É simples: eles não conseguem entender sobre o que você está falando. E isso com pessoas de todos os níveis, entre os intelectuais também.

ESTADO DE MINAS 15.05.88

Em seguida às comemorações do Centenário da Abolição

Negros: acordem!

Reclamar!

Por que reclamar se há bem pouco tempo não tínhamos liberdade nem para dizer não?

E num tempo mais recente, nosso espaço era muito mais limitado porque somos negros.

Gritar!

Também não. Só se grita quando o grito é para ser ouvido com a força da expressão da palavra.

E liberdade?

Também, para que falar de liberdade se a história nos encarrega de dizer que ela nos foi dada num tal 13 de Maio de 1888, por uma Princesa Isabel, que forçada por interesses políticos do momento, acabou assinando a Lei Áurea, a de liberdade de nossa gente.

Comemorar:

Comemorar o quê?

Que a discriminação racial continua. Que nossos filhos são humilhados diariamente nas escolas. Que em nosso trabalho, ainda se acredita que por sermos negros não somos dotados da mesma inteligência que Deus deu aos demais homens. Que somos barrados nos clubes, porque este é um recinto próprio de uma determinada classe social que não se mistura.

Que quando se faz algo errado, só se pode falar: "É, só podia ser coisa de negro".

E que quando as coisas não vão bem, o mais lógico é dizer que "a coisa está é preta", portanto, caracterizando o preto como feio.

Realmente não há porque comemorar.

Deus, ao criar o mundo, fez do homem o seu Ser Especial, mas não determinou entre as raças aquela que seria a especial. Mas esta espécie terrível que somos nós, encarregou-se de ditar normas, privilégios, concepções e; o pior, massacrar.

Massacrar, como? Perguntam muitos.

Através de uma educação que se transforma em Lei e que determina que o que é raça branca é o belo, é o colírio para os olhos e superior para o homem. E o que é negro, não existe.

Você, negro, assuma um compromisso com você mesmo.

Não se espante jamais com o que eu tenho para te dizer neste momento: É negro, que te quero negro. Assim é que é belo.

Acredite em sua cabeça. Acredite na educação que você recebeu dos seus pais. Afinal, diz o professor Ayres da Matta Machado Filho, que temos a respeito da conduta de submissão, uma [illegible]

— *Vocês negros ainda não venceram a escravidão.*

Mas jogue fora isto. Afinal, vivemos [illegible] tro tipo de escravidão: a do próprio homem, a das correntes, das senzalas e a do tempo, a nossa capacidade era determinada através dentição.

Meu Irmão!

Olhos, nós temos. E eles são tão lindos [illegible] aqueles que vocês vêem na televisão, anunciando um produto de beleza.

Cabelos, nós também temos. Eles são [illegible] mas têm a sua beleza, a mesma dos cabelos [illegible]

Nariz, nós também os temos. E eles [illegible] têm beleza.

A cor!

Jamais pense que por ter o pé assim, o [illegible] mais grossos", beiçudos" como eles fazem [illegible] de dizer, são coisas para envergonhar. [illegible] trário. Tenha orgulho de todas as suas [illegible] principalmente, de ser negro.

Compromissos

Um dia, este negro, no México, foi [illegible] por uma criança, em Guadalajara, que, [illegible] vessar a rua (principal da cidade), segurou [illegible] mãos de sua mãe, aos gritos, numa reação [illegible] presa para os pedestres e também para [illegible] ristas (era um local de grande movimento) [illegible] a dizer:

— Mamá, Mamá, acá un negrito.
— Mamá, Mamá, acá um negrito.
— Mamá, Mamá, acá um negrito.

Já na Austrália, durante uma viagem [illegible] dias, um único negro que encontrei era [illegible] te um pedinte. Que não se envergonhou [illegible] presença de um outro negro, e estendeu [illegible] pedindo.

Nos Estados Unidos, fui abraçado [illegible] deles, que diariamente me admiravam com [illegible] querendo dizer que "estamos vencendo [illegible] só fui motivo de barreira [illegible] principalmente [illegible]

fronto em relação ao Brasil, finalmente, eu chego a uma conclusão — o compromisso que cada um de nós tem de assumir é o que foi nos dado por dois negros norte-americanos — Luther King e Hummaned Ali (Cassius Clay).

King, por lutar pela igualdade, sem medo.

Ali, por querer desafios e enfrentar o seu próprio país — o mais poderoso do mundo.

O pastor King foi assassinado em 1968 no auge da repressão nos Estados Unidos contra os negros, mas eles conquistaram o seu espaço, hoje nítido através da presença nas grandes empresas, nas forças militares, na política (O pastor negro Jackson, é candidato a candidato à presidência da República), na arte, cultura e, principalmente, no esporte.

Cassius Clay foi o maior boxeador da história

ESTADO DE MINAS 15.05.88

da categoria dos pesos pesados e, no momento de sua consagração, foi convocado, aos 21 anos, para fazer o Serviço Militar em seu país, e lutar na Guerra do Vietnam. Ele não aceitou a convocação, foi julgado e condenado, perdeu a coroa dos pesos pesados, mas após um período de 1 ano e 8 meses fora dos ringues, voltou e voltou mais perfeito ainda, conquistando nos Estados Unidos mais prestígio do que qualquer homem público.

Eu vi, recentemente, Clay assistindo às lutas de boxe dos Jogos Pan-Americanos de Indianópolis e as 20 mil pessoas presentes no ginásio, ao perceberem sua chegada, num ato espontâneo, reverenciando a sua majestade, libertou um grito que o mundo inteiro já ouviu:

— Ali, Ali, Ali.....

Nos Estados Unidos, principalmente, os negros, através de várias formas, demostram uma maior integridade e, acima de tudo, confiança, em movimentos jovens ou de simples turmas de esquinas. Em todos os canais de televisão, por exemplo, há um negro trabalhando como apresentador dos programas jornalísticos. Na Casa Branca, o presidente Ronald Reagan tem assessores negros e, principalmente, em Los Angeles, Nova Iorque e San Francisco, não há empresas, que em alguns determinados cargos mais importantes, não tenham pelo menos uns cinco deles em posição de destaque.

Contou-me Robert Douglas, que trabalhou como segurança nos Jogos Pan-Americanos, que a posição do negro hoje nos Estados Unidos foi conquistada não através de movimentos de grupos, mas de uma força de todos. "Nós, diz ele, estamos conscientes de que nossa gente ainda sofre em determinadas localidades, principalmente do Sul do país. E é claro também que aquele negro que quiser lutar e vencer, evidente que encontrará mais dificuldades em relação a pessoas de outras raças (aqui diz ele, há também muito racismo contra latino-americanos), mas vencerá."

Outra segurança, — uma mulher — mas da Polícia Federal, (negra) ao saber que eu era brasileiro, perguntou-me:

— Diga-me, e minha gente no Brasil, como está?

Sua gente, sofre como em várias partes do mundo. Sofre de uma doença chamada complexo de inferioridade, da força do poder econômico e de uma abolição que faz 100 anos e que limita a cada dia mais seu povo, porque temos no Terceiro Mundo — pobres, muito pobres.

Ela parece querer chorar e diz — você, como jornalista, deve denunciar, reclamar, convocar a minha gente. Explico, que antes não havia espaço nenhum para o negro e que os meus antecessores já criaram, através dos anos, uma boa presença do negro na sociedade. Cito que éramos proibidos em clubes, nos restaurantes, cinema, qualquer tipo de lazer, a educação (porque o limite era o ensino primário), muitas coisas a mais.

Ela fala: "Tudo igualzinho aqui".

Um senhor, também da Polícia Federal norte-americana, branco, ouve e dá uma sentença final na conversa:

— *É a liberdade. Aqueles que conseguem se libertar, seguem. Os outros ficam. Serão sempre escravos.*

Através de Zumbi, no Brasil, espalhou-se entre nós o primeiro movimento de libertação e de coragem, importante para aquele tempo, mas muito vago para o de hoje, onde com violência não se conquista absolutamente nada. O legado será sempre aquele que espalhou King para o mundo: consciência e igualdade.

É importante que haja movimentos. Mas, que sejam um trabalho de conscientização, de educação, e que a partir de agora, possamos assumir compromissos tais como: andar de cabeça erguida. Por que baixar sempre a cabeça? Ter vergonha do próximo?. Por que não encarar as pessoas? Por que não conscientizar o seu filho que ele é resolutamente negro, como o branco é branco, mas isto não é motivo para se julgar inferior. Aliás, é um detalhe a mais para que ele possa descobrir as suas potencialidades e se fixar no mundo através da sua sabedoria, do seu talento ou de seu esforço.

Movimentos, sem a solidez da conscientização popular, não vão nos levar a lugar algum. Recentemente, através do Movimento das Diretas, o País nos deu um exemplo típico de como chegar a uma vitória, que não foi completa, mas foi o resultado de uma das coisas mais lindas já vistas no Brasil — Ousadia para os Anos 70. Glória para os 80.

Após o movimento militar de 1964, os que tentaram mudar o regime foram sufocados pela força. Vinte anos depois, foi tudo diferente. Não existia força capaz de impedir aquele grito.

Uns reclamam dos anúncios discriminatórios que exigem pessoas de boa aparência para os empregos. Outros, da negra que faz o papel de doméstica ou prostituta nos filmes: dos negros que são massacrados diariamente como bandidos na fantasia da televisão e também da vida real.

Entendo eu que são estes os fatos que fazem aqueles que se conscientizam a ter mais coragem de lutar por sua independência e por sua consideração como homem. Gostaria, até, aproveitando esta oportunidade, que as pessoas me enviassem cartas para o ESTADO DE MINAS, mostrando bem a sua posição, pois, precisamos caminhar em cima de uma estrutura, jamais procurando saber de que, a partir de amanhã, numa sala de aula todos os negros serão respeitados e que foi decretada a lei da igualdade. Eu estou à disposição de vocês.

Então, meu irmão.

Para que reclamar

Para que gritar

Para que exigir liberdade

Para que comemorar, se o Dia da Consciência Negra é 20 de Novembro.

O seu compromisso, o meu, o dele e o nosso é com a nossa negritude.

CORREIO BRAZILIENSE - 20/05/88

A discriminação racial cresce na África do Sul

ANDRÉ REAL
Fortaleza - Ceará

É inconcebível, revoltante, cruel, criminoso, inadmissível — noutras palavras, desumano, antihumano, a forma como são tratados os nossos irmãos de cor da África do Sul, que são de fato, os verdadeiros senhores daquele trecho do grande continente.

A mancha da pior escravidão que se conhece — amparada em Lei e nas Armas — assusta a todos nós, seres humanos, e nos deixa transtornados. A dominação violenta de brancos sobre negros, que praticamente se extinguiu da face da terra, parece que tende a crescer na África do Sul. É mais espanta sabermos todos que a escravidão hoje, em todo mundo, é apenas uma mancha no passado.

Mais drmática se torna a questão, quando sabemos também que os racistas, além de serem minoria dizem-se civilizados. E de fato o são. A África do Sul é um dos mais ricos países do mundo e seu avanço tecnológico é surpreendente. E no entanto, os brancos tratam os negros, ainda agora, no alvorecer de um novo século, como bichos.

A grandeza de um Desmond Tutu, Prêmio Nobel da Paz, contudo, cremos, prenuncia mudança. Sua luta conta com a solidariedade do André Real, ao lado dos que combatem os algozes, foi louvada pelo mundo todo, daí o merecido prêmio. De fato, não há nação no mundo que dê mais o seu aval àquela criminosa dominação, mesmo com prejuízos materiais. O próprio Estados Unidos, onde ainda se pratica uma forma de racismo, combate o Governo da África do Sul.

Nosso Brasil, mesmo tendo sido o último País a libertar seus escravos, já vê a Abolição completar cem anos. E é por essa razão, com essa motivação, que envio daque o meu protesto pessoal contra os racistas da Africa do Sul. O assassinato do menino de 17 anos, que chocou toda a humanidade, é mais um grito que ecoa entre os quatro bilhões de seres humanos: chega de preconceito, fim do apartheid!

Como defensor dos discriminados, não comungo e jamais comungarei com o regime atual da África do Sul. Clamo a todos os países a se manifestarem contra o atual regime daquele país.

Os racistas torturadores, devem ir para a prisão, lá é que é o lugar dos criminosos. Os tempos da liberdade começam a soprar. A morte do menor não foi em vão. Urge que os criminosos sejam condenados.

Ainda é tempo de luta

SANDRA DE F. OLIVEIRA
Q. 12 - Ceilândia

Apesar de transcorridos 100 anos da abolição, o negro, como a mulher, continua a ser discriminado pela sociedade do País que ajudou a encontrar seu caminho e alguma prosperidade.

Somados, os negros e as mulheres devem perfazer cerca de 90 por cento da população brasileira e é inexplicável que continuem subjugados por uma minoria branca e masculina, que tem no preconceito a sua arma principal. Como na África do Sul, temos nosso apartheid à brasileira, dissimulado e hipócrita fortalecido pelo natural leissez-faire da raça.

Muito mais que comemorar a abolição da escravatura, temos é de meditar para não repetir no presente os erros do passado e ver no futuro a igualdade que nos é negada por todos os meios.

Negros e mulheres não deveriam esperar que lhes sejam dadas oportunidades, mas devem abrir seus próprios caminhos com energia, discernimento, garra. Não é tempo para júbilo ou alegrias: é tempo de luta, até chegarmos lá!

FOLHA DE SÃO PAULO 24.05.88

Mais acertos do que erros na distribuição dos prêmios

Do enviado especial

Filme baseado em história real. Anti-racista. Perfeito na ambientação, na reconstituição da época e na frieza dramática com que trata o relacionamentoentre à mãe, jornalista e militante anti-apartheid, e a filha de 13 anos que nada sabia das atividades dos pais por questão de segurança. O filme se passa em 1963. Reconstrói a história de Joe Slovo e de sua mulher, Ruth First, assassinada em 82 por uma explosão de bomba em seu escritório, em Moçambique, onde se exilara. Joe Slovo é advogado, membro do partido comunista sul-africano. Mora atualmente em Zâmbia, onde integra o comitê executivo do Congresso Nacional Africano, a principal organização anti-apartheid. O roteiro do filme foi escrito pela filha do casal, Shawn Slovo, hoje cidadã britânica. A direção é do estreante Chris Menges. A jornalista é vivida por Barbara Hershey e a filha pela menina Jodhi May, 13, também uma revelação. Linda Mvusi interpreta Elsie, a empregada negra que tem um irmão militante anti-racista assassinado.

"Pelle, o Conquistador", a Palma de Ouro, foi o filme mais emotivo da competição. Arrancou tonéis de lágrimas da platéia. O sueco Lasse (Max von Sydow) e seu filho Pelle (Pelle Hvenegaard) emigram para a Dinamarca no fim do século passado. São tratados como miseráveis, quase como escravos. As lágrimas ficam por conta da relação de amor ilimitado entre pai e filho e o forte desejo de liberdade desenvolvido pelo menino. Ele acaba se revoltando e partindo para a conquista do mundo. A direção é do dinamarquês Bille August.

"Não Matarás", Prêmio do Júri

O filme mais forte, "desgusting". Tem duas cenas que provocam vômitos em espíritos sensíveis. Primeira: um rapaz mata um chofer de táxi com várias pedradas na cabeça. Antes, ele tentou enforcá-lo. A cabeça do chofer está coberta com um pano, mas o filme mostra o esborrachamento e o sangue brotando da massa disforme que sobra. A outra cena mostra em detalhes o enforcamento do rapaz, na prisão. Tétrica. O diretor polonês Krzysztof Kieslowski não faz a menor concessão. Filma como se fosse um processo judicial. O espetáculo dantesco faz parte de uma série sobre os dez mandamentos realizada para a televisão polonesa. Discute a pena de morte, assunto "quente" na católica Polônia.

"Sul", melhor direção

Definitivamente um erro histórico e cinematográfico. Blá-blá-blá intimista realizado pelo argentino Fernando Solanas ("Tangos, o Exílio de Gardel") sobre as lancinantes recordações de um militante sindical colocado em liberdade em 83, no fim da ditadura militar argentina. Filme feito para aplacar más-consciências. Mostra que as mulheres não aguentam esperar o marido preso durante cinco anos. Solanas fez "Sul" para mostrar que o país e o casal "mudaram". O tango é ruim e repetitivo (Astor Piazzolla). A fotografia é bonita apesar das cafonas neblinas azuladas. Os atores são médios. O principal: falta norte no "sul" de Solanas

"Afogando em Números", melhor contribuição artística

É realmente a melhor contribuição original deste ano. Três mulheres insatisfeitas resolvem afogar seus maridos. Construído delicadamente e em detalhes para virar "cult movie". Daqui para a frente quem viu "Drowning By Nubers" (é mais chique falar o título em inglês) estará boiando. A continuidade e os cenários são fantásticos. Atenção para as borboletas e os números. Peter Greenaway é o diretor que bolou todos os jogos metafóricos sobre o sexo e a moral que estão no filme.

"Bird", melhor som e melhor ator

Uma história honesta sobre um gênio do saxofone: Charlie Parker. É o décimo terceiro longa-metragem de Clint Eastwood, um apaixonado do jazz desde a sua adolescência, quando chegou a tocar piano numa boate de Oakland, local onde conheceu pessoalmente o "Bird" (Pássaro), apelido que imortalizou Charlie Parker. Foi de longe o filme mais aguardado deste festival. É dark como as noites esfumaçadas do jazz. Recolhe inéditas de solos de Parker remixadas com acompanhamento em estéreo. É um poema ao homem que se drogou até morrer e libertou a música desde suas entranhas. Clint mantém vivo o mistério de Bird. A interpretação de Forest Whitaker merece o prêmio. (Caio Túlio Costa)

VEJA - 25.05.88

Ponto de Vista

Racistas são eles

Yara Belchior de Sá

No momento em que se celebra o Centenário da Abolição, fui surpreendida pelo depoimento do cidadão baiano Antônio Carlos dos Santos, o "Vovô", homem forte do bloco carnavalesco Ilê Aiyê, de Salvador. Em alto e bom som, não se intimidou em declarar que "o que é bom para o branco não é para o negro". Indaguei-me o que aconteceria se alguém de pele clara defendesse publicamente uma idéia parecida com a de Vovô. Imediatamente seria tachado de racista — e com toda razão. Com essa atitude discriminatória, o baiano Vovô muito bem poderia ser acusado de infringir o parágrafo primeiro do artigo 153 da atual Constituição, que diz: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas". De acordo com o mesmo parágrafo, seria punido pela lei por preconceito de raça. Mais do que surpreendente, a declaração de Vovô é decepcionante. Quando se fala em preconceito de raça, é preciso englobar todas as raças. Não podemos admitir o racismo de forma alguma — nem o racismo do branco contra o negro nem o racismo às avessas, do negro contra o branco. Ante a pregação de Vovô, não seria nenhum absurdo afirmar que racistas são eles.



Comemorar o Centenário da Abolição com racismo - de sinal invertido - é uma imbecilidade

No Carnaval de Salvador deste ano, fui apresentada a Vovô por um dos componentes do bloco Ilê Aiyê. Perguntei-lhe por que não é permitido a alguém de pele clara se associar ao bloco através do pagamento do carnê do Ilê Aiyê. Vovô respondeu que jamais diria que um branco não pode participar de seu bloco. Simplesmente se utilizaria do artifício de que "não há mais vaga". Além do mais, seria quase impossível um branco encontrar um negro que se dispusesse a lhe vender um carnê porque, entre os 3 000 integrantes do Ilê Aiyê, a grande maioria concorda que "o que é bom para o branco não é para o negro". Será que Vovô pensou, em alguma oportunidade, que o artifício "não há mais vaga" pode ser usado, com tranquilidade, pelo empresário branco que deseja contratar uma secretária de "boa aparência" e, que ao deparar com uma candidata negra, faz aflorar seu racismo na forma de "não há mais vaga"?

Em 1974, o bloco Ilê Aiyê foi fundado com a regra de que só os negros poderiam se associar e até um teste de pigmentação da pele era feito: raspava-se a pele com a unha e, a depender do tipo de escama que saía, uma pessoa era considerada apta ou não para ingressar no bloco. Hoje, esse tipo de teste já foi abandonado, mas o bloco continua barrando a entrada dos mais claros. Segundo alegam seus integrantes, essa discriminação não era uma manifestação de racismo, mas trata-se de "uma maneira de mostrar a arte, a beleza e os valores de uma raça no Carnaval". Agora, catorze anos depois de sua fundação, aparece Vovô para esclarecer que os brancos não podem participar do Ilê Aiyê porque "o que é bom para o branco não é para o negro", desmentindo a alegação de preservar os valores de uma raça. Na verdade, trata-se de um deslavado separatismo racial, ou simplesmente racismo.

Não posso admitir que, justo agora, quando uma grande e positiva campanha está sendo feita em defesa do fim da discriminação racial, surja um líder de um famoso bloco de Carnaval defendendo o separatismo racial. Não admito porque vejo a tese de Vovô como um retrocesso na História. Além do mais, não concordo que no Brasil exista uma raça pura, uma raça que melhor defina o país. O que temos é mesmo uma bonita miscigenação. Paro para pensar e me pergunto, afinal, sobre o que pode ser bom para o branco que não seja para o negro. Não encontro resposta melhor do que, para toda a humanidade, é bom ser respeitado, ter direito a uma habitação condigna, comer, beber, ter assistência médica ou simplesmente viver. E inclusive ter o direito de desfilar num bloco carnavalesco, seja ele de maioria branca, seja de negra. Logo, tudo aquilo que é bom para o branco é também para o negro. A inconseqüência de determinados atos e declarações é que não é boa para quem quer que seja.

O racismo explicitado pelo baiano Vovô é um desserviço à luta contra o racismo. Faz tão mal à sociedade quanto o pelotão de mais de 500 soldados da Polícia Militar e do Exército que, às vésperas do 13 de maio, sob o pretexto de defender a memória do duque de Caxias, impediu uma passeata de 3 000 negros no Rio de Janeiro. Em ambos os casos, temos uma situação de clara discriminação racial. De nada adianta um bloco de Carnaval barrar a entrada de brancos. Vovô imagina que isso pode servir de proteção à comunidade negra, mas serve, na verdade, para incrementar o racismo.

O combate ao racismo contra o negro não pode se dar através de um racismo contra o branco, nem, tampouco, a algum outro tom de pele, sob pena de testemunharmos mais um erro gritante e absurdo. Não estamos na Terra para viver trabalhando pela preservação desta ou daquela raça humana. Não podemos perder um segundo sequer com despropósitos que não nos levam a lugar algum. Estamos na Terra para ajudar uns aos outros. O corpo não pode ser mais valorizado do que o espírito — e o espírito não tem cor. Comemorar o Centenário da Abolição inaugurando um racismo de sinal invertido é, no mínimo, uma imbecilidade. Não podemos nos dispersar por separatismos, principalmente de qualidade racial. Precisamos lutar por um Brasil como Dorival Caymmi certa vez definiu a Bahia:

Terra de branco mulato,
Terra de preto doutor.

Yara Belchior de Sá, 26 anos, é jornalista em Aracaju

ISTO É 08.06.88

DANÇA

Contra o racismo e a opressão

AMANHECER SEM O NASCER DO SOL

**Com a Companhia de Dança do Palácio das Artes de Belo Horizonte. Turnê nacional*

O nome do advogado sul-africano Nelson Mandela, há quase três décadas, vem sendo símbolo da resistência contra a discriminação e o racismo opressivo do governo da África do Sul. Fundador do proscrito Congresso Nacional Africano — movimento de oposição ao *apartheid* —, Mandela está preso desde 1962 num tal isolamento que até a simples lembrança de seu nome foi banida dos meios de comunicação. Numa ponte ideológica com as comemorações do centenário da abolição da escravatura no Brasil, a Companhia de Dança do Palácio das Artes de Belo Horizonte homenageia o líder negro com a coreografia *Amanhecer sem o Nascer do Sol*, do americano Eleo Pomare, que deverá percorrer as principais capitais brasileiras até o final de setembro.

Ativista dos movimentos negros de emancipação, Pomare veio ao Brasil a convite de Heloísa Couto, diretora da companhia, especialmente para adaptar sua coreografia ao grupo brasileiro. Ele também é autor de *Confinamento em Areia Movediça*, criada para a bailarina Lina Papertosa, com a música new age de Andreas Vollenweider. "A escolha dos trabalhos de Pomare é uma forma de questionamento da liberdade", diz Heloísa. Ela ainda acrescenta que o objetivo de seu grupo é executar uma dança contemporânea, caracterizada pela mistura de estilos, que esteja atenta à realidade do país. Nesta temporada a Companhia de Dança do Palácio das Artes apresenta também as coreografias *Tudo Bem, Meu Bem?*, de Sônia Mota, e *Tango Concierto*, de Julio Lopes.

Belém 15 e
17

JORNAL DE BRASÍLIA 26.06.88

Negro: ser ou não ser

Marcelo Câmara

"Geneticamente falando, quase que a única coisa de que um racista pode ter certeza é não passar de um ser humano".

Marvin Harris

Assim como não se pode falar em uma "cultura negra" ou "cultura africana", em termos absolutos, neste País, também não devemos proclamar uma "raça negra", no entendimento científico clássico, ou a existência de um "grupamento racial negro", nítido, etnicamente perfeito, íntegro, purissimo. As evidências históricas, sem precisar de intérpretes, se encarrega, todos os dias, de provar a fragilidade de assertivas sobre composição ou superioridade de uma "raça" sobre outra. As chamadas "raças" são filhas de hibridações milenares. Toda "pureza" ou "superioridade" nesse campo é ficção, quase sempre guardando interesses e objetivos impronunciáveis. Não somos apenas imperfeitos, complexos, históricos, poéticos, animais fascinantes e assassinos, mas, antes de tudo, seres híbridos. Em qualquer lúgar do mundo, ninguém é absolutamente branco ou negro. Somos, mais ou menos, um ou outro, com predomínio de traços de um ou outro, mas nunca um branco poderá dizer que inteiramente o seja, que nada tem do negro, e vice-versa. A Arqueologia e a Paleontologia já demonstraram cruzamentos intensíssimos e constantes, por mais de um milhão de anos, entre os genes da Europa e da África. Cientificamente, seria arriscado um finlandês de cútis clara, olhos azuis, vasta penugem, estatura média e outros traços do branco, negar que não seja um pouco negro. Na verdade, o que existem são caucasianos e negróides, e não pessoas inteiramente brancas ou inteiramente negras.

Preferimos falar, dialeticamente, em traços, marcas, características étnicas; e em raízes, processos e funções das culturas, fatos e categorias científicas em cenários históricos, dinâmicos, em constante movimento e transformação, em conflito com outros fatos e categorias, determinando e sendo determinadas. E que toda constatação e enunciado, que todo conhecimento seja sempore provisório, relativo, compreensível num determinado tempo, espaço e situação histórica. Assim, é temerário aplicar, com soberba, sem medida e em tom axiomático, expressões com "identidade racial", "identidade negra", "ideologia negra" etc.

Noutro dia, um amigo, preocupado com as fissuras e defecções numa "identidade negra" ("sem nenhuma postura elitista" garantiu), sugeria que o Governo reservasse uma fértil e bela parte do Brasil para os negros, a fim de que eles, confinados, incólumes à dominação ou influência de uma "ideologia branca", reencontrassem as suas raízes, resgatassem os seus valores, e, reconhecendo-se, encontrando-se, passassem a praticar, autenticamente, padrões próprios — morais, religiosos, estéticos, políticos — de sua raça, e, assim, seriam mais felizes. Eu reagi qualificando a sua "solução" com segregacionista, um apartheid consentido. Ele concordou e disse ser difícil o problema de preservação de uma identidade negra. Comentando o fato com outro amigo, líder e intelectual negro, este retrucou: "Por que não fazemos isto com os brancos?" E concordamos, rimos, relembrando Nabuco, que dizia que a ninguém pertence mais este país, por todos os direitos, do que aos negros; que a "discriminação de classe" recebe, aqui, um forte conteúdo do elemento "cor", afora a discriminação contra o negro propriamente dita.

Não cremos que, numa sociedade multiétnica e pluricultural como a nossa, saudavelmente formada pela miscigenação de corpos, origens, valores e símbolos, as agressões e crimes praticados contra a memória, a identidade dos indivíduos e grupos possam ser evitados com leis elaboradas a partir de discriminações de classe ou de cor, com medidas segregacionistas. Assim como não se pode conhecer o negro no Brasil, apartando-lhe do branco e do índio, é impossível conhecer este País, imaginá-lo sem o negro, ou com o negro arrancado da sua realidade, das suas contradições, da sua riqueza e miséria, pois negro é este País, e todos os seus lugares e obras estão pigmentadas por aqueles que foram trazidos d'África. Não será confinando ou enxotando os negros da sua terra, que eles encontrarão a sua identidade. E se fôssemos segregar os negros (e quem não é negro neste País?), quem ordenaria, e com que razões, a segregação? Quais seriam os critérios para a operação? Quantos ficariam de fora?

A identidade negra realiza-se em três momentos, com três atitudes do negro: reconhecer-se, conscientizar-se e responsabilizar-se como negro. Inicialmente, no reconhecimento pelo negro de sua individualidade étnica, da sua aceitação como ser humano, negro e cidadão: no auto-conhecimento como indivíduo social e cultural, sujeito da História e de uma cultura com seus valores, padrões, bens, saberes, fazeres e sonhos (suas utopias). Em seguida, a consciência (conseqüência da primeira atitude) do seu estado e condição de ser negro; consciência de não querer ser branco, mulato ou índio; sentimento de auto-estima, de querer-se, orgulhar-se de ser negro, sem medo, vergonha ou restrições; orgulhar-se da sua cor, da sua história, da sua origem e da sua gente. (Vejamos a consciência cultural do nosso gaúcho, que não quer ser paulista ou carioca); consciência do seu lugar sócio-político, cultural e econômico no espaço de sua vivência que não é, a priori ou inexoravelmente, inferior, ou preconcebidamente menor ou subalterno ao do branco; consciência de suas relações com o mundo, com outros seres, grupos e coisas. E, finalmente, assumida plenamente a sua negritude, tornar-se responsável por si e pelo outro negro (ideologicamente ligados), seu irmão de cor, de classe e de dor, que foi escravo e as "civilizações" discriminam, segregam, humilham, exploram e marginalizam. Refiro-me, aqui, à negritude, no seu sentido humanístico e universal, que

taram, sublimaram e transformaram em ação os versos de Senghor, Césaire, Agostinho Neto, e, recentemente, Wole Soyinka, Prêmio Nobel de Literatura do ano passado: como pensaram e ensinaram, magistralmente, Sartre, Luther King e, entre nós, o professor Abdias Nascimento: libertação e afirmação.

Para realizar essa missão, o povo negro, que é o povo brasileiro, não escolheu o ódio ou a violência, nem devolve o preconceito e a discriminação, o racismo mascarado, sutil, cruel, dissimulado como existe aqui. Os negros brasileiros buscam a cidadania plena: social, política, econômica e cultural. A igualdade sem diferenças. Ser negro não é ser contra ninguém, mas apenas a favor dessa causa, que deve pertencer a todos os brasileiros, negros, mulatos, índios e negros. Assim devem ser vistos os movimentos negros em nosso País.

CORREIO BRAZILIENSE 07.07.88

Racismo denunciado em *A Cólera dos Generosos*

"A mulher negra é a mais bela das obras-primas de Deus, que a noite pensando nela vestiu-se com os trajes seus"... A negritude e um Deus erótico-romântico é o tema constante nas obras de Eduardo de Oliveira, que lança às 19h30min de hoje, no Centro de Estudos Afro-Brasileiros, o seu oitavo livro A Cólera dos Generosos.

Este é o primeiro em prosa e reune artigos publicados pelo autor na imprensa nacional e estrangeira, onde denuncia "os maltratos sofridos pela raça e a forma sistemática de se marginalizar o negro e os seus valores culturais". O livro é editado pela Sonda e Meca, com prefácio do governador paulista Orestes Quércia.

Mestre pela escola da vida dura de menino orfão de pais, o escritor de 68 anos se define como um paulista quatrocentão: "Ser negro e ainda nesta condição é descender de escravos, portanto radicado em São Paulo ha quatro seculos". Mas estas adversidades serviram-lhe de força, inclusive para entrar pela primeira vez numa escola formal aos 18 anos e posteriormente diplomar-se em direito e escrever poesias "para demonstrar que a beleza do mundo é edificante e pode ser construtiva também na literatura".

Frase publicada nas edições de Além do Pó, Ancoradouro, O Banzo, Gestas Liricas, Cancioneiro das Horas, Evangelho da Solidão e Tunica de Ebano — livros de poesias confeccionados sem nenhuma editora, apenas com o esforço e a ajuda de amigos, garante o autor.

Eduardo de Oliveira esclareceu que em todos os seus trabalhos mostra ainda que a sociedade brasileira tem consciência da existência negra, dos seus problemas específicos e não dá solução. "O caráter da invisibilidade do negro no rosto da Nação", segundo o escritor, "faz parte de um desígnio ideológico de dominação da raça de origem européia em nosso País". A solução para ele "está na reparação do pecado histórico que marca a sociedade brasileira como autocrática, machista e acima de tudo preconceituosa e racista, através da abertura de amplos canais de comunicação e entendimento, transformando o diálogo em instrumento de relações interétnicas e intercultural".

As dificuldades vividas pelos negros brasileiros e de outros países levaram à criação de um sistema de autodefesa no próprio negro. No Brasil, ou em qualquer sociedade que não assume a sua responsabilidade de racista, os mecanismos de resistência surgem em qualquer grupo, entende Eduardo Oliveira, admitindo em seguida um racismo na sua especie: "Esta resistência à destruição leva grandes lideranças a usar o ataque como a melhor forma de defesa. Atacar para poder se defender é interpretado como uma forma de racismo até pelas pessoas de boa vontade".

A luta em favor de sua raça levou o escritor à politica. Candidato a deputado federal pelo PMDB, ele está na suplência e lamenta não ter participado diretamente da elaboração da nova Constituição. Contudo, aplaude avanços da futura Carta Magna como a penalização da pratica do racismo antinegro como crime inafiançavel e não como mera contravenção, segundo afirma o texto em vigor. O ideal para o escritor seria a manutenção do carater imprescritivel deste crime, conforme preconizavam as lideranças negras mais conseqüentes do Brasil. "Infelizmente não acolhido no texto constitucional em elaboração na Assembleia Nacional Constituinte". Enquanto o quadro não muda, Eduardo de Oliveira aconselha "prudência para o momento em que vivemos"..

ESTADO DE MINAS - 19/07/88

Racismo

Uma das entidades que mais se destacaram na luta contra qualquer forma de racismo ou preconceito racional, o Movimento Negro Unificado de Minas está comemorando dez anos de atividade. E a data está sendo lembrada de maneira destacada com o lançamento do livro 1978-1988 — 10 Anos de Luta Contra o Racismo, de autoria da Coordenação Nacional do MNU. O lançamento vai ser amanhã quarta-feira, no Museu Mineiro, avenida João Pinheiro, 342, às 20 horas.

JORNAL DO BRASIL - 19/07/88

Brasil critica regime racista junto à ONU

BRASÍLIA — O governo brasileiro enviou nota à Comissão Especial contra o *Apartheid* das Nações Unidas, em que pede a imediata libertação não só do líder negro Nelson Mandella, mas de todos os prisioneiros políticos da África do Sul e Namíbia. Na nota, o governo reitera sua solidariedade à população sul-africana "contra a odiosa política de *apartheid*.

Aproveitando a passagem do septuagésimo aniversário de Mandella, o governo afirmou em sua nota que "O Brasil repudia a situação de iniqüidade e anacronismo na África do Sul e renova sua esperança no sentido de que seja instaurada naquele país uma sociedade pluralista e democrática".

Em Brasília também, a manifestação dos movimentos negros não empolgou a cidade e levou pouco mais de 100 pessoas aos gramados em frente à Embaixada da África do Sul. Apenas dois constituintes, a deputada negra Benedita da Silva (PT-RJ) e o deputado Augusto Machado (PCB-DF) compareceram às manifestações de protesto. "O governo brasileiro está assistindo de camarote aos assassinatos de nossos irmãos negros", afirmou Benedita da Silva.

Em Salvador, os movimentos negros iniciaram ontem à noite o programa de eventos que irá marcar os 70 anos de Nelson Mandella com um *ato show* realizado pelo grupo afro Olodum, no Largo do Pelourinho.

A vereadora Jane Vasconcelos (PC do B) cobrou da prefeitura de Salvador o cumprimento de lei de sua autoria, aprovada no ano passado, criando a praça Nelson Mandella, no Bairro da Liberdade.

CORREIO BRAZILIENSE
Brasília - Distrito Federal
17 OUT 1988

Tyson acusa mulher e sogra de racistas

Chicago — O campeão mundial dos pesos pesados disse ontem, em entrevista exclusiva ao jornal Chicago Sun-Times, que sua convivência com Robin Givens era como "viver com a Ku-Klux-Klan" e que a mulher e a mãe, Ruth Roper, "querem desesperadamente ser brancas. Robin e sua mãe não gostam de negros", afirmou Mike Tyson. "Elas usam os negros, mas não gostam deles e não os respeitam. Querem ser brancas. Pelo modo como elas falam dos pretos você pensa que está vivendo com a Ku-Klux-Klan".

E o pugilista foi mais além: "Estou falando sério. Elas pensam que são da nobreza. Robin e sua mãe desejam tanto ser brancas que é uma vergonha. Elas tentaram me afastar das pessoas junto das quais cresci e me envolver no seu mundo de alta classe".

As declarações de Tyson foram feitas numa entrevista de uma hora, na última sexta-feira, realizada na mansão de 32 quartos do promotor Don King, em Windsor, Ohio. O lutador, de 22 anos, apresentou um processo contra Givens na suprema corte de Nova Jorsey, pedindo a anulação do seu casamento com a atriz, de 23 anos.

Givens, por sua vez, havia pedido o divórcio na Califórnia. Ela quer metade de tudo o que o casal conseguiu nos oito meses de união, incluindo parte dos 21 milhões de dólares que o marido ganhou ao vencer Michael Spinks. O processo, que está na suprema corte de Nova Jersey, foi apresentado uma semana depois que Givens pediu o divórcio na Califórnia.

A atriz, na sua primeira entrevista desde que pediu a separação, insistiu, chorosa, em afirmar não ter inventado nenhuma gravidez para obrigar Tyson a se casar. "Este tipo de coisa é totalmente contra a minha natureza, contra a minha personalidade", disse. Ela também garantiu não ter drogado o marido, com a ajuda da sua mãe, Ruth Roper, antes de irem dar outra entrevista a Barbara Walters. Amigos do lutador sugeriram o doping, afirmando que ele estava dócil demais e apático no programa.

"Michael e eu discutimos o que iamos dizer antes de ir ao ar", explicou Givens. "A intenção era fazer com que ele passasse uma boa imagem e fazer com que o mundo o conhecesse melhor, compreendesse seus atos. Ele esteve extremamente coerente, nada mais além de coerente e sóbrio". O processo de Tyson tenta pôr fim ao casamento, alegando fraude e extrema crueldade mental. Givens é acusada de causar intencionalmente dor emocional".

MA ATRIZ

Enquanto isso, em Nova Iorque, o advogado de Mike Tyson disse ontem que Robin Givens demonstrou ser uma "má atriz" quando declarou à TV que ainda amava seu marido, embora estivessem separados. Ao mesmo tempo, o advogado de Givens afirmou que sua cliente ainda está tentando proteger o campeão mundial dos pesos pesados. "Robin Givens é muito má atriz e me surpreenderia se alguém acreditasse na situação que ela representou", disse John Trombadorre, advogado de Tyson em Nova Jersey.

Em entrevista ao programa da TV ABC 20-20, de Barbara Walters, ontem à noite, a atriz declarou que ainda ama Tyson, apesar das divergências do casal. "Quero dizer que ninguém ama mais Michael do que eu", afirmou. "E se eu ofendi os seus simpatizantes, peço desculpas. Mas nenhum dos seus partidários poderia amá-lo mais".

Raoul Fleder, advogado da atriz, disse que "até ontem à noite ela (Givens) estava tentando proteger Tyson". "Ela não contou como ele a agredia".

CORREIO BRAZILIENSE
Brasília - Distrito Federal
18 OUT 1986

ENCONTROS

ZUMBI — I Seminário sobre discriminação racial e sócio-cultural nos livros didáticos, de 29 a 30 de outubro na Universidade de Brasília — UnB — Anfiteatro 19 — Ala Norte. Maiores informações: Centro de Estudos Afro Brasileiros — CEAB — Edifício Brasília Rádio Center sala 169 telefone: 226-3148.

JORNAL DO BRASIL 18.10.88

Juiz de Belém é acusado de racismo

BELÉM — O juiz federal da 3ª Vara, Iran Velasco Nascimento, será formalmente denunciado pelo advogado José Carlos Castro, ao Tribunal Federal de Recursos, pela prática de racismo no exercício de sua função. Na sexta-feira passada, o juiz recusou-se a presidir a audiência com o cacique caiapó Cubeí porque este usava calção e cocar. Cubeí, o também cacique e assessor da Funai, Paiacan, e o antropólogo norte-americano Darrel Posey, respondem a processo sob a acusação de ter denegrido a imagem no Brasil no exterior.

Lembrando que a prática de racismo é crime inafiançável e imprescritível pela nova Constituição brasileira, Castro disse que vai apresentar na defesa prévia do índio um pedido de suspeição contra o juiz por ter defendido claramente a aculturação, ignorando o disposto no parágrafo único do Artigo 1º do Estatuto do Índio: "Aos índios e às comunidades indígenas se estende a proteção das leis do país nos mesmos termos em que se aplicam aos demais brasileiros, resguardados os usos, costumes e tradições indígenas, bem como as condições peculiares reconhecida nesta lei".

O advogado vai pedir ao TFR o desaforamento do processo para Brasília, alegando nada foi praticado por Cabeí, Paiacan e Posey na jurisdição local. A acusação é de que eles teriam cometido um crime no exterior e, portanto, segundo o advogado, a Justiça federal competente para presidir o processo é a da capital da República. "Além disso, eles não cometeram crime nenhum ao pedir que o Banco Mundial não liberasse recursos para a construção da usina hidrelétrica; porque ficariam com suas terras inundadas", ressalta o advogado, certo de que qualquer juiz em Brasília mandará arquivar o processo por falta de substância.

A Justiça federal ainda não tem prazo para convocar as testemunhas no processo que move contra Cubeí, Paiacan e Posey, por isso a estimativa é de que o julgamento dos réus só aconteceá em março ou abril do próximo ano. Pelo despacho do juiz Iran Nascimento, os dois caciques teriam que ser submetidos a exames psicológicos para aferir o nível de aculturação em que se encontram e "saber se eles tinham consciência de que estavam praticando um crime contra o país."

O advogado, porém, não concorda que os dois caciques sejam submetidos a exames psicológicos a menos que o juiz e o procurtador regional da República, Paulo Meira, também passem pelos mesmos exames. Além disso, alega que o exame é matéria de defesa e não de acusação, o que, segundo ele, caracteriza a parcialidade do juiz.

Para o advogado, os índios não podem ser enquadrados no Estatuto do Estrangeiro como co-autores de um crime atribuído ao antropólogo norte-americano Darrel Posey, assim como este não pode ser enquadrado no Estatuto do Índio pelo simples fato de estar acompanhando os dois caciques na viagem a Washington no início do ano. O enquadramento dos caciques seria pelo Código Penal (artigos 146 e 147).

Algumas testemunhas, como o antropólogo Rerence Turner, chefe do Departamento de Antropologia da Universidade de Chicago, estão se oferecendo para vir a Belém depor em favor dos índios. Outras testemunhas serão ouvidas por cartas precatória e rogatória.

JORNAL DE BRASÍLIA
BRASÍLIA-DF

19 OUT 1988

História Afro-Brasileira — Até 30 de outubro no Centro de Estudos Afro-Brasileiros — CEAB (Edifício Brasília Rádio Center — Fone: 226-3148). Paralelamente será ministrado "A Discriminação Racial e Sócio-Cultural nos Livros Didáticos". Ambos fazem parte do Projeto Zumbi.

Crime racial nos EUA solucionado depois de 25 anos

Do New York Times

WASHINGTON — Um motorista de ônibus aposentado do Alabama confessou a investigadores ter participado de um dos mais infames incidentes de violência racial durante o movimento de defesa dos direitos civis, o atentado a bomba realizado em 1963 e que matou quatro meninas negras em uma igreja de Birmingham. Agentes federais disseram que o homem, Gary Tucker, de 54 anos e que está recebendo tratamento para câncer ósseo em um hospital de Tuscaloosa, declarou que quer tirar o peso da consciência antes de morrer.

— Recebemos na semana passada a informação de que ele tinha algo de novo sobre o caso e o FBI o entrevistou imediatamente. Estamos checando suas informações com as nossas e pretendemos vê-lo novamente ainda esta semana — disse Mark Weaver, um dos porta-vozes do Departamento de Justiça.

Agentes federais disseram que embora ainda não tenham certeza da veracidade das afirmações de Tucker, ele forneceu amplas informações sobre o atentado a bomba contra a igreja batista da rua 16 de Birmingham, no dia 15 de setembro de 1963. O atentado teve peso decisivo no movimento pelos direitos civis, levando muitos brancos sulistas, revoltados pela morte das quatro meninas, a admitir que a segregação é imoral.

Segundo um dos agentes, Tucker confessou ao FBI ter colocado uma carga de dinamite na igreja na noite anterior ao atentado e ter acionado o detonador na manhã do dia seguinte, um domingo. Uma fonte com conhecimento do caso disse que Tucker — que nunca fora considerado suspeito — implicou outras pessoas envolvidas no crime.

Em 1977, um ex-membro da Ku Klux Klan, Robert E. Chambliss, foi considerado culpado de assassinato por sua participação no atentado e morreu na prisão, em 1985. Embora diversos suspeitos tenham sido denunciados pelas autoridades do Alabama, só Chambliss foi formalmente acusado. Motorista de caminhão de uma empresa, Chambliss ingressou na organização racista em 1924 e era chamado por seus amigos de "Bob Dinamite".

Tucker tinha pouco menos de 30 anos na época do atentado. Agora, acamado no Hospital da Administração dos Veteranos e em meio a constante sofrimento, ele contactou o FBI através de funcionários do estabelecimento.

JORNAL DA TARDE — Sexta-feira, 26-8-88

Uma mostra contra todo preconceito

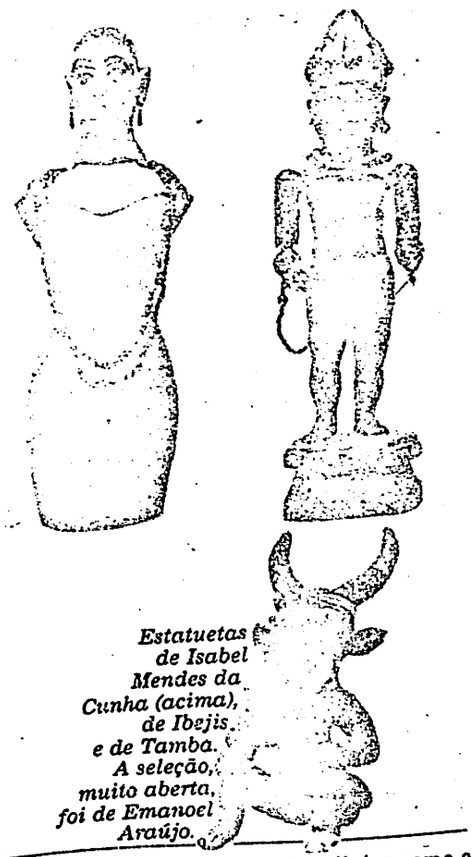
Uma panorâmica da produção do negro no país, na mostra Mão Afro-Brasileira, no Museu de Arte Moderna.

Emanoel Araújo tem uma extraordinária capacidade de inventar acontecimentos. Gravador, escultor, muralista, a sua participação na produção de imagens de arte é intensa. Além desta atividade, ele desenvolveu uma frenética movimentação de promotor cultural, pesquisador, detonador de processos de comunicação. Emanoel Araújo é um criador de eventos. Desta maneira ele editou as gravuras de Aldo Bonadei e de Raimundo de Oliveira, desenhou livros sobre Aldo Bonadei, Francisco Rebolo, Aldemir Martins e dirigiu o Museu de Arte da Bahia, tornando-o nacionalmente conhecido. Como editor de livros é, ainda, o realizador de algumas edições inusitadas e memoráveis, como é o caso da **Iconografia dos Deuses Africanos no Candomblé da Bahia**, com os desenhos de Carybé. Agora eu tenho acompanhado a última utopia deste artista — fazer um grande livro sobre os negros brasileiros. O livro é monumental e tem o nome de **A Mão Afro-Brasileira** e o patrocínio de Norberto Odebrecht. É o mesmo assunto, fundado na mesma pesquisa, que deu alma à esta exposição que Emanoel Araújo inventou, organizou e montou no Museu de Arte Moderna (Parque Ibirapuera). O nome da exposição é, também, **A Mão Afro-Brasileira.**

É uma despedida do artista. Emanoel vai morar e lecionar em Nova York, nos próximos anos. Trata-se de uma reflexão que caminha de maneira não ortodoxa. Emanoel Araújo não acreditou, em qualquer momento, que a produção de artistas negros e da própria cultura negra fosse, obrigatoriamente, vinculada às raízes africanas. Desta maneira, os que esperavam encontrar signos baseados nos símbolos religiosos do candomblé e da macumba, ou vestígios dos desenhos tribais africanos, ficarão decepcionados. Estas marcas estão na exposição, mas não se constituem no motivo da exposição. Ao contrário, é uma mostra organizada contra todos os preconceitos, pois reconhece o direito do artista e do intelectual de organizar, estruturar e imaginar a sua produção a partir de sua problemática pessoal. E esta é determinada apenas por ele mesmo. Não existe um catálogo de questões negras que torne obrigatório determinados temas.

Emanoel Araújo abriu, portanto, todas as linguagens na sua exposição. Encontrou os artistas e as obras disponíveis, algumas de acesso difícil, e teve como ponto de partida a origem étnica do produtor. É negro, é objeto de estudo. A obra foi criada por um negro, vale para o livro e vale para a exposição. É claro que existe uma diferença entre o livro e a mostra. O livro tem uma quantidade extensiva de textos e a mostra procura a visualidade e a economia de percurso. Ainda mais que há o claro objetivo de torná-la abrangente no tempo, com segmentos destinados ao Barroco e Rococó; a Academia; a Herança Africana e as Artes de Origem Popular; a Arte Contemporânea e a Literatura, teatro, dança e música. É um ambicioso panorama, mas oferece dados importantes sobre a participação do negro na formação brasileira.

Acho que, finalmente, a significação desta exposição e do livro que virá em alguns meses é a de oferecer a participação



Estatuetas de Isabel Mendes da Cunha (acima), de Ibejis e de Tamba. A seleção, muito aberta, foi de Emanoel Araújo.

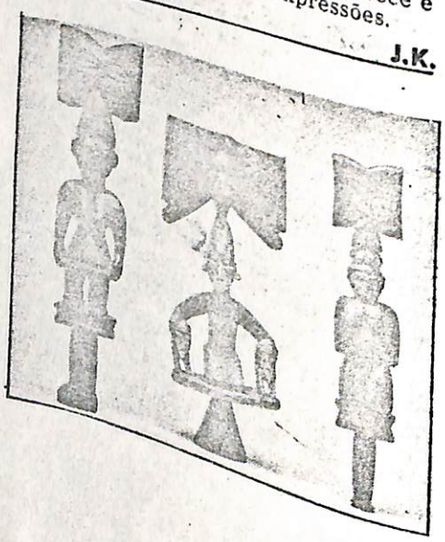
dos negros na sociedade brasileira como a presença de um grupo humano. Não há nenhuma tentativa de homogenizar os negros ou de torná-los um grupo coeso e com o mesmo pensamento. Neste caso, caso fosse imaginado um grupo em tudo semelhante, teríamos caído no estereótipo racista. Estes estereótipos consistem em observar os seres humanos apenas coMo números de grupos étnicos portadores de certas características e não, como é a realidade, da própria espécie, como seres individuais diferenciados uns dos outros. Esta exposição, através da leveza de montagem (ainda que em espaço acanhado), da boa qualidade do exposto, da amplitude de critérios seletivos, se estrutura como um acontecimento humanístico.

CONT.

O número de participações nesta exposição é grande, como pode ser imaginado pelos segmentos representados. Mas ainda é pequeno, quando comparado com o livro em andamento. Mas o esforço é tão notável que temos representantes de todos os períodos brasileiros, de várias tendências. É emocionante encontrarmos os egressos da importação forçada, do trabalho escravo, em posições de tanta liderança e de participação tão decisiva. Vou juntar alguns nomes, quase ao acaso: Cruz e Souza, Garrincha, Cons. Antonio Pereira Rebouças, Mãe Menininha do Gantois, Carlos Gomes, Machado de Assis, Aracy Cortes, Ataulfo Alves, Mestre Valentim, Aleijadinho, Leandro Joaquim, Mario de Andrade, Antonio Bandeira, Miguel dos Santos, Otávio Araújo, Heitor dos Prazeres, Edival Ramosa, José Cláudio, Agnaldo, João Timóteo da Costa.

Durante este centenário da abolição da escravatura foi feito muito pouco, diante da grandeza do tema. O que se destacou foi, principalmente, mensagens publicitárias de valor demagógico. Estas grandes verbas poderiam ter sido utilizadas para o estudo histórico das causas e das conseqüências da escravidão e, talvez o mais importante, em que medida esta situação afetou todos os habitantes deste País. Exposições como esta Mão Afro situam-se noutro pólo. Elas pretendem uma panorâmica da produção do negro. Uma visão abrangente da contribuição dos filhos dos escravos. É uma contribuição efetiva ao conhecimento do nosso País, das possibilidades que ele oferece e da diversidade possível de expressões.

J.K.



CORREIO BRAZILIENSE 26.10.88

Contra o racismo na arte

ALEXANDRE RIBONDI

O ator Milton Gonçalves está em Brasília desde segunda-feira passada para matar dois bons coelhos com uma só cajadada: além de gravar suas cenas na obra Agostinho Neto, A Sagrada Esperança, da Apoio Vídeo, sob encomenda da Embaixada de Angola, ele participará, a partir de hoje à noite, como apresentador do 21º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, ao lado da atriz Dora Wainer.

Milton Gonçalves passou toda a manhã de ontem no palco do Teatro Dulcina, com o trabalho de decorar os textos do poeta angolano, percorrer o cenário montado pelo artista plástico José Nobre, receber as informações do diretor Abdon Bulcar e, finalmente, gravar a cena definitiva.

Ao final, não parecia cansado e ainda teve energia para aproveitar "a oportunidade de estar na Capital da República", como ele próprio diz, para avisar: "Uma grande catastrofe se aproxima deste País. Não adianta nada a classe privilegiada ter um Mercedez 88 na garagem se não pode sair com ele nas ruas. As palavras de ordem das organizações criminosas são de guerra social mesmo e estão todos armados para isto. Acredito que estamos brincando com coisa séria porque, no Rio de Janeiro, o clima é de guerrilha urbana".

Ele sabe o que diz. Aos 54 anos (apesar de aparentar pouco mais de 40, com o que ele não concorda: "Já sinto um pouco falta de energia por dentro)", com uma carreira que inclui teatro — onde ele começou, há 30 anos —, cinema e televisão, filho de uma família de migrantes mineiros que foi desembocar em São Paulo à procura de trabalho, ele sabe o caminho que teve que percorrer para chegar à posição de um dos melhores atores do País. Ele mesmo chega a afirmar: "O ator negro tem que engolir mais sapos que o branco, no Brasil. Isto porque não há como evitar que as artes não reflitam a sociedade onde ela está".

Portanto, se a sociedade nacional resvala constantemente no racismo, a arte brasileira também. Por saber disto, ele vê com bons olhos sua participação no vídeo sobre Agostinho Neto. Aliás, gostou tanto que, além de elogiar detalhadamente toda a equipe, chegou a afirmar: "Este trabalho sobre Angola, sem demagogia, equivale a dar as mãos, e como restaurar o amor, a fidelidade, a lealdade e a camaradagem, coisas que, muitas vezes, são esquecidas nesta luta pela sobrevivência". E, então, o ator brasileiro, nesta luta pela sobrevivência, vive bem? Ele responde: "sim, de acordo com sua consciência".

De qualquer jeito, Milton Gonçalves volta a sorrir, com certo orgulho, quando fala do Festival de Brasília, de que será apresentador. Afinal, foi aqui, em 1975, que ele recebeu o prêmio de melhor ator por sua participação em Rainha Diaba, filme de Antônio Carlos Fontoura. De lá para cá, talvez por excesso de trabalho, talvez levado por outros interesses, ele tem acompanhado muito pouco a festa brasiliense. Tanto que chegou a afirmar: "Sei que ele é bom, muito bem organizado".

Daí em diante, ele passou a fazer seus ataques certeiros, munido de sua longa vida ao lado das artes brasileiras: "Um festival como o de Brasília tem que retomar a suntuosidade, porque é preciso prestigiar o cinema nacional". E ele diz isto não porque seu coração bata em ritmo especial por causa da tela grande. Pelo contrário, ele não pensa duas vez antes de declarar: "De cinema, teatro ou televisão, prefiro os três. Basta que eu possa fazer um bom trabalho". Mas ele lembra que "o governo precisa abandonar o paternalismo e proteger o cinema, que é uma indústria de primeira necessidade, não só porque é entretenimento, mas também porque dissemina a cultura". Da safra recente, ele viu e gostou de A Dama do Cine Shanghai, de Guilherme de Almeida Prado e O País dos Tenentes, de João Batista, que, em sua opinião, é um dos "grandes injustiçados do cinema nacional".

Portanto, a partir desta noite teremos Milton Gonçalves no palco do Cine Park, ao lado de Dora Wainer, que ele ainda não conhece mais que já respeita: "Pelo parentesco com o jornalista Samuel Wainer, pela proximidade com Danuza Leão, que foi esposa dele, e porque eu sou meio negro, meio judeu".

CORREIO BRAZILIENSE
Brasília - Distrito Federal

28 OUT 1988

ZUMBI — I Seminário sobre discriminação racial e sócio-cultural nos livros didáticos, de 25 a 30 de outubro na Universidade Nacional de Brasília — UnB — Anfiteatro 19 — Ala Norte. Maiores informações: Centro de Estudos Afro-Brasileiros — CEAB Edifício Brasília Rádio Center sala 169 telefone: 226.3148.

Pirâmides: Mananciais de Energia — pelo sensitivo Antonio Carlos Cariello. Neste sábado, às 17 horas. Na sede do Orion, CLN 304 Bloco B S/ Loja 102. Ingressos no local.

O GLOBO

Domingo, 30 de outubro de 1988

Racistas americanos pagarão indenização

RONALD SMOTHERS
Do New York Times

ATLANTA, Geórgia — Em veredicto divulgado esta semana, um júri federal responsabilizou dois grupos que defendem a supremacia branca e 11 indivíduos pelos violentos incidentes registrados durante marcha pelos direitos civis realizada em janeiro de 1987 no condado de Forsyth, na Geórgia, estabelecendo indenizações de quase US$ 1 milhão para os manifestantes que moveram a ação.

Este foi o segundo veredicto ditado em um ano no sudeste visando a acabar com as atividades ilegais de grupos racistas brancos através de ações e do pagamento de elevadas indenizações pelos danos. No ano passado, um júri de Alabama estabeleceu uma indenização de US$ 7 milhões para a mãe de um negro assassinado por membros da Ku Klux Klan.

O veredicto do último dia 6 foi ditado no caso da ação movida contra as organizações Cavaleiros do Império Invisível da Ku Klux Klan e Cavaleiros Brancos do Sul. Cada grupo foi condenado a pagar US$ 400 mil para um "bolo" a ser dividido entre os 50 queixosos.

Os advogados dos acusados anunciaram imediatamente que apelarão do veredicto, principalmente com base em uma divisão surgida entre os demandantes ao final dos dez dias de julgamento. O Reverendo Hosea Williams, um dos organizadores da marcha e ex-assessor do Reverendo Martin Luther King, desistiu da ação, alegando que não seria um atitude cristã tirar os poucos bens dos contramanifestantes brancos.



Grupo da Ku Klux Klan em ação

O fato levou o juiz a adiar a sentença enquanto enviava questionários aos outros queixosos para saber se eles também queriam desistir da ação. Só depois de receber as respostas, terça-feira, ele divulgou o veredicto.

Mas, enquanto os demandantes aplaudem a decisão como um sinal de que a violência racial não será tolerada, os advogados dos dois lados dizem que é difícil prever que prejuízos terão realmente indenização. Embora alguns achem que não será difícil receber o dinheiro dos acusados que têm emprego e residência fixa, há quem lembre que os membros das organizações racistas não são todos e não colocam qualquer bem em nome de uma organização cujos fins não são muito populares.

TRIBUNA DE MINAS
BELO HORIZONTE — MG

TRIBUNA LIVRE

Grito de Liberdade

Passadas as "comemorações" do centenário da Lei Áurea, eis que é preciso sentarmos para avaliarmos e refletirmos sobre o que significou e restou do treze de maio para a maioria da população negra brasileira.

A história contada pelos dominantes, tem uma perspectiva libertadora", só que libertação esta concedida pelas classes dominantes para a manutenção dos seus privilégios. Embutida nesta concepção está uma poderosa forma de discriminação racial. Concepção esta infelizmente defendida por alguns setores do movimento negro, aonde acreditam que o Estado com sua política de que é importante e é a solução filiar-se aos programas assistenciais, faz os mesmos acreditarem que o Estado é quem promoverá as mudanças e as melhorias necessárias para o conjunto da população, de tal forma que os dominados não precisam se preocupar com a luta por transformações.

Reforçando ainda a teoria racista, afirmam que o negro é realmente inferior e incapaz de conduzir a sua própria libertação. Nesta visão é que faz presente pela historiografia oficial elementos como Princesa Isabel, Duque de Caxias, Domingos Jorge Velho e outros figurando como os precursores da dita libertação. O Estado tem cumprido com este processo de dominação. A neutralidade que lhe era concedida por parte da sociedade, começa a cair por terra, pois na medida em que no confronto com uma classe organizada dos trabalhadores eles utilizam da força armada (vide JB, 12/05/88) para conter as reivindicações e propostas de transformações da política econômica do País. A "Nova República" que em síntese é apoiada, financiada, sustentada e criada pela classe dominante, dá continuidade à concepção do Estado como agente capaz de promover reformas e atender às reivindicações dos setores oprimidos. A criação de comissões do centenário desde o plano federal, estadual ao municipal, serviu para cooptar elementos que se dizendo lideranças do movimento negro ajudou o Estado dar continuidade à exploração, discriminação da classe trabalhadora.

Buscando atender algumas antigas reivindicações do movimento negro, mas só aquelas que não mexam nas estruturas sócio-econômicas o governo criou a Fundação Palmares para melhor tutelar e forjar uma política de sustento à falsa democracia racial.

A proposta do 20 de novembro que paralelamente caminha com o treze de maio, sendo que esta aparece como uma data formal de libertação; o 20 de novembro contrapõe como o DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA, é o DIA DA MORTE DE ZUMBI DOS PALMARES, líder negro e chefe militar de Palmares, o quilombo que resistiu por mais de um século às guerras promovidas pelo Estado.

O 20 de Novembro representa a liberdade conquistada com suor e sangue. O 20 de novembro antes de ser uma data comemorativa, é um dia de trazer à memória para o conjunto da população o que significou os Quilombos nesta enorme terra, quem era Zumbi dos Palmares. Mostrar para os trabalhadores que uma sociedade igualitária, multirracial e democrática é possível, o de os trabalhadores, todos os trabalhadores, negros, brancos, índios, sejam respeitados em sua dignidade e em todos os momentos de suas vidas. O 20 DE NOVEMBRO É O GRITO DE LIBERDADE. UNAMO-NOS PARA TRANSFORMARMOS ESTA NAÇÃO.

LUÍS SÉRGIO - *Membro da Comissão dos Agentes de Pastoral Negros - Juiz de Fora - e é estudante de Teologia no Seminário Santônio - JF.*

O FLUMINENSE
NITERÓI - RJ
13 NOV 1988

Cultura negra é enaltecida no Pão de Açúcar

Até o dia 11 de dezembro, todos os sábados e domingos a partir das 16 horas, o Pão de Açúcar das Crianças estará fazendo uma homenagem à cultura africana, especialmente do Rei Negro Zumbi dos Palmares, idolatrado pelos negros.

No show "Um Jeito de Africa" os apresentadores Silvio Curty e Fátima Queiróz, num jogo com as crianças, contam quem foi o Rei Zumbi e questionam uma antiga discussão: — Existe alguma diferença entre o branco e o negro? Por quê?.

"O importante é fazer com que as crianças parem para pensar sobre algo que é imposto, sem explicações", diz Paula Moreira, a diretora do show, sobre o preconceito racial. Sempre que pôde, Paula inseriu no texto que a diferença entre o negro e branco é externa, nada mais. Nestor Capoeira e seu grupo, Cabloquinho, Moreninho, Marrom, Eduardo e Sheila são os capoeirista que fazem a maior festa no Morro da Urca, apresentando também o Maculelê, a dança africana com bastão que os negros trouxeram e que foi, durante muito tempo, reprimida pelos brancos. Com atabaques berimbaus e pandeiros, os capoeiristas fazem solos particulares antes de se apresentarem em conjunto. No retroprojetor, com áudio e sombra, um show à parte sobre a vida de uma menina escrava, numa composição com máscaras e a atriz Fátima Queiróz.

As crianças, as principais protagonistas dos show do Pão de Açúcar, não ficam de fora nem no final: na "Afroteca", elas participam da grande roda de capoeiras, onde dançam, brincam e tocam instrumentos. A produção é de Maria Dias.

O show estará em cartaz até o dia 11 de dezembro, todo o sábado e domingo às 16 horas, no Anfiteatro do Morro da Urca. No ingresso, que custa Cz$ 1.100,00 já está incluído o passeio de bondinho. Crianças de 4 a 10 anos só pagam Cz$ 550,00 e até 4 anos não pagam.

Diário de Pernambuco
RECIFE — PERNAMBUCO

Dia da Consciência Negra promoverá vários eventos

O Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro) vai ser comemorado no Recife e Olinda, com o apoio da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes/ Fundarpe, Secretaria de Educação e prefeituras municipais, com realização de eventos artístico-culturais nas comunidades.

Coordenada pelo Conselho de Entidades Negras de Pernambuco, a promoção tem como objetivo a luta pela conscientização de libertação e estimular a comunidade a refletir sobre os quase quinhentos anos de história da Pátria.

"Os negros", diz o secretário Maximiano Campos, "não querem visões paternalistas sobre eles, pois estão conquistando, cada vez mais, eles próprios o espaço a que têm direito pelas suas cidadanias. Um dos maiores horrores da nossa época é o racismo que, às vezes, nem é disfarçado".

E acrescenta: "A pacífica luta dos negros para ocupar espaços contra discriminações e injustiças centenárias é tão respeitável que não pode ficar sujeita a personalismos. Deve ser uma luta de todo o povo brasileiro".

A programação, elaborada pelo Conselho, prossegue na quinta-feira, às 19h30m, na Praça da Vila de Ouro Preto Embrião, onde haverá atividade política cultural centralizada, com participação do Maracatu Piaba de Ouro, Associação Recreativa Carnavalesca Afoxé Alafin Oyó, Afoxé Axé da Lua, Associação de Beirros e vários grupos culturais.

No dia seguinte, às 22 horas, no Grêmio Recreativo Escola Gigante do Samba, haverá uma atividade política cultural centralizada o "Sambão da Consciência Negra". Participarão os grupos Afro-Axé e Cênico Liberdade, o Balé Arte Negra de Pernambuco, a Sociedade de Cultura Afoxé Odolundandá e Associação Recreativa Alalin Oyó.

Dia 20, data em que foi morto Zumbi dos Palmares, uma caminhada político-cultural pelo centro de Olinda marcará o encerramento da programação. Com saída às 10 horas, do Largo do Amparo, a caminhada contará com a participação do grupo Cênico Liberdade, Grupo Afro-Axé, Sociedade de Cultura Negra Afoxé Odolupandá, Associação Recreativa Carnavalesca Afoxé Ilê de Egba, Balé Arte Negra de Pernambuco, além do Maracatu Piaba de Ouro, Associação de Teatro de Olinda e Associação Recreativa Carnavalesca Afoxé Alafin Oyó. Ainda neste dia haverá apresentação de um grupo folclórico em homenagem aos negros, organizado pelo Grupo de Mães do Alto Nossa Senhora de Fátima.

Movimento "desperta o povo"

As associações de moradores de Cabo Gato e Chão de Estrelas vão promover, domingo, dia Nacional da Consciência Negra, o "Desperta Povo II", iniciativa que pretende, com o apoio da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes/Fundarpe, resgatar valores esquecidos da própria comunidade e estimular a cultura popular.

Da mesma forma que o primeiro, realizado em 25 de setembro passado e que reuniu e evidenciou valores culturais esquecidos como o guerreiro, o pastoril, o reisado, o coco de roda, etc, o "Desperta Povo II" apresentará extensa programação, começando às 9 horas, com a inauguração da Rádio Quilombos dos Palmares, em Chão de Estrelas.

Os organizadores do evento têm por meta a sua realização periódica — o III está previsto para fevereiro — sempre em comunidades diferentes, onde possam deixar um embrião desse projeto com oficinas de arte. No Cabo Gato, onde foi realizado o "Desperta Povo I", a comunidade está desenvolvendo projeto para instalação de oficina de música.

Segundo Ovídio Ferreira de Paula, presidente da associação de moradores de Chão de Estrelas, a idéia de realizar estes eventos surgiu a partir do seminário de cultura popular, promovido pelas comunidades de Cabo e Chão de Estrelas, quando os moradores descobriram entre eles diversos artistas que não tinham como viver de sua arte, tampouco como transmitir seus conhecimentos às gerações mais novas.

Desde então, começaram a se reorganizar grupos de capoeira, maculengo, artistas circenses, ciranda, quadrilha, xangô, imitadores, compositores musicais, sanfoneiros e poetas declamadores. Para Ovídio, esse movimento é para valorizar as pessoas, através das suas raízes culturais, porque um povo não pode exercer sua cidadania com plenitude sem valorizar sua cultura. Por isso, ele acredita que o fortalecimento da cultura está intimamente ligado ao desenvolvimento da organização popular.

O "Desperta Povo II" contará, durante todo o domingo, na frente do Colégio São Judas Tadeu, em Chão de Estrelas, com exposição de fotografias, barracas para venda de comida e bebida típica, apresentações de vídeo sobre a luta das comunidades por seus direitos, feira de artesanato

O DIA
RIO DE JANEIRO - RJ
19 NOV 1988

ARTUR DA TÁVOLA

Axé Zumbi

AMANHÃ, 20 de novembro é o Dia Nacional da Consciência Negra. No século XVII em Alagoas, um grupo de homens negros organizou a República de Palmares. Para lá dirigiram-se negros escravos fugindo da opressão, populações indígenas escapando ao genocídio e grupos de mulheres e homens brancos empobrecidos. Em Palmares o que valia era o sentimento da liberdade. O trabalho coletivo e a democracia lá faziam a felicidade de um povo que soube resistir por aproximadamente 100 anos às investidas militares dos senhores todo-poderosos dos engenhos.

Zumbi foi o general dos Palmares, comandou o povo negro com alegria, dedicação e justiça. Em Palmares, os escravos eram senhores de sua liberdade; não havia discriminação racial nem fome. Em Palmares "a felicidade era guerreira", como diz Gilberto Gil.

Passados mais de 200 anos do massacre da República livre e democrática de Palmares, o que fica como exemplo é a notável capacidade de resistência dos negros brasileiros. Tudo sempre foi feito por nossas elites para impedir a população negra de atingir patamares mínimos de dignidade humana. Os negros aprenderam com Zumbi e com os quilombolas de Palmares a capacidade de resistir, de lutar, de serem criativos e de ter fé. A esperança do povo negro é a de que liberdade se conquista com paciência, dedicação, orgulho e sobretudo a certeza de que a sabedoria das diversas nações negras para aqui trazidas pela brutalidade do escravismo saberá conduzir os negros brasileiros ao exercício da cidadania plena.

Hoje o racismo é crime inafiançável; esta vitória foi conseguida pelo esforço da comunidade negra organizada. Hoje está assegurada a mais completa liberdade para que os negros projetem sua fé e suas crenças. Amanhã, dia 20 de novembro, o País tem que tomar consciência de que morrem mais negros na Baixada Fluminense, em uma espécie de guerra civil não declarada, do que na guerra civil declarada da África do Sul.

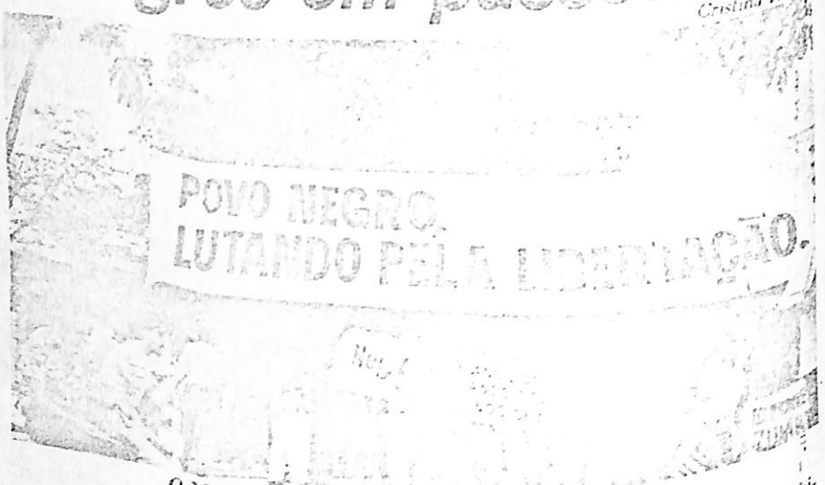
Amanhã é dia 20 de novembro, aquele no qual a população brasileira festeja os heróis da População Negra Brasileira. É dia em que o povo brasileiro deve tomar consciência da importância da negritude como fator essencial de formação do caráter de nossa nacionalidade.

Diário da Tarde
BELO HORIZONTE — MG

CONSCIÊNCIA NEGRA

Comemorações reúnem negros em passeata

Cristina Horta



O Movimento Negro promoveu manifestações ontem

O Dia Nacional da Consciência Negra foi comemorado, ontem, em Belo Horizonte, com uma concentração na Praça da Rodoviária, que reuniu representantes de diversos grupos ligados ao movimento negro no Estado. A data certa da comemoração é 20 de novembro, dia da morte de Zumbi, mas este ano os organizadores decidiram antecipar as festividades para coincidir com um dia útil, quando a movimentação no Centro da cidade é maior. Sebastião Teixeira Silva Filho, membro do grupo Agentes da Pastoral Negra, explica que a concentração ficou marcada para sexta-feira, às 18h, para coincidir com o horário das pessoas saindo do trabalho, pois, com o alto custo das passagens de ônibus fica difícil a locomoção dos participantes até o Centro da cidade no dia de descanso.

Zumbi

Sebastião Teixeira disse que 20 de novembro é a única data de comemoração dos negros do País, pois Zumbi representa a verdadeira luta pela libertação da escravidão. Foi a partir dele que começou a organização e a formação do movimento negro no Brasil. "Zumbi é a própria consciência negra", afirma o membro da Pastoral.

O dia 13 de maio, data oficial da abolição da escravatura, é, segundo Sebastião Teixeira, um dia de protestos, pois o ato da Princesa Isabel não teve qualquer significado para os negros, que continuaram sendo explorados e discriminados". O negro continua vivendo numa situação de calamidade. Discriminado em todos os níveis, ele continua pobre, vivendo de subempregos, morando na periferia da cidade, sem acesso às escolas, e vítima constante da violência policial", afirma.

"O negro continua à margem da sociedade, sendo obrigado a negar sua própria religiosidade e cultura, negando assim a possibilidade de ser o agente de sua própria história", finaliza Sebastião Teixeira, que vê no fortalecimento dos movimentos negros uma forma de preservar a consciência e avaliar a situação e realidade da raça.

Passeata

Após a concentração na Praça da Rodoviária, onde diversas faixas foram afixadas, os participantes do evento saíram em passeata até a Praça Raul Soares, local habitual de concentração dos membros dos movimentos negros e grupos de pagodeiros. Para o domingo, estão programados ainda uma missa, às 19h, no bairro Riacho, e também um novo encontro na Praça Raul Soares de grupos de pagode.

As comemorações do "Dia Nacional da Consciência Negra" em Belo Horizonte foram organizadas pelo Movimento Negro Unificado, Grupo União e Consciência Negra, Agentes Pastorais Negros, Casa Dandara, e Movimento pela Melhoria de Qualidade de Vida do Bairro Salgado Filho e Adjacências.

Almoço, desfile e teatro

A Casa Dandara comemora o Dia Nacional da Consciência Negra amanhã, com festa do meio dia à meia noite. O ato será na Escola Estadual Maria Floripes do Nascimento, na rua Hybris, bairro Ana Lúcia, em Sabará (ao lado do bairro Santa Inês, em Belo Horizonte).

O programa organizado pela Associação Nacional Casa Dandara, presidida pela jornalista Diva Moreira, começa ao meio dia festivo (comidas típicas), às 13h, ha- meu e seu violão e desfile de pessoas em trajes às 14h, haverá apresentação dos modelos dos cartazes-calendários produzidos pela Associação; às 15h, ato ecumênico, de lançamento da pdra fundamental; às 16h, apresentação da peça "Zumbi", de Gianfrancesco Guarnieri; às 17h, show musical com Evaldo e Ivanir; às 18h, apresentação de Silvinho na; às 20h, apresentação do "Traço"; às 21h, encerrará

JORNAL DE BRASÍLIA
Brasília - Distrito Federal

19 NOV 1988

Magazine

Amanhã, 20 de novembro, a comunidade negra comemora o Dia Nacional da Consciência Negra. Para o escritor Martiniano José Silva, o aniversário da morte de Zumbi é um momento "em que devemos fazer uma grande reflexão a respeito da miserável situação econômico-social e cultural em que vive a maioria da população brasileira, que é negra".



JORNAL DE BRASILIA - 19.11.88

Consciência Negra

A busca permanente da igualdade de direitos

Ana Cláudia Rocha

A história do Brasil nos conta que o 13 de maio é considerado pela comunidade negra um dia de comemorações, quando se relembra a assinatura da Lei Áurea. Para essa comunidade, no entanto, a história é outra. Não se considerando livres, os negros preferem manifestar seus anseios, as formas de luta e as homenagens ao herói Zumbi, no dia 20 de novembro, o Dia Nacional da Consciência Negra

A escolha do dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra relembra a morte de Zumbi dos Palmares, o grande líder guerreiro de toda a comunidade negra. Na República Negra de Palmares, onde Zumbi liderou, os negros se refugiavam, fugidos da escravidão nas fazendas.

Zumbi nasceu em 1655, numa aldeia do Quilombo, em Alagoas. Filho de escravos fugitivos, Zumbi viu sua aldeia ser invadida e destruída pelos soldados do então governador pernambucano. Zumbi, ainda uma criança chamada Francisco, foi levado para uma igreja sem ser tratado como escravo. Aos 15 anos, Francisco fugiu para se encontrar com outros negros no Quilombo. Somente como chefe, algum tempo depois, passou a ser chamado de Zumbi.

Em 20 de novembro de 1695, lutando para defender Quilombo dos ataques de portugueses e bandeirantes, Zumbi foi morto juntamente com outros inúmeros companheiros negros. Por essa razão, Zumbi é o exemplo máximo da resistência negra contra o Império Espanhol e contra o domínio holandês, contra os portugueses e seus aliados internos: os senhores de engenho.

Zumbi morreu quando se reorganizava a resistência, apunhalado no estômago por um dos seus companheiros que, em troca da liberdade e de não ser mais torturado, prometeu entregar a cabeça do líder. A partir dessa data, diz a história que a comunidade negra se desorganizou e não mais lutou contra as opressões sofridas.

Mas os negros negam esse relato, afirmando que a luta permaneceu. "A história oficial conta que Palmares acabou ali, com a morte dos negros. Porém, estudos mostram que Palmares continuou com a luta de vários negros por diversas partes do País. Ao ser morto o líder maior, houve uma retomada de luta, consciência e reorganização do espaço", assegura Ieda Leal, membro do CEBA - Centro de Estudos Brasil-África - da Universidade Católica de Goiás, e do MNU - Movimento Negro Unificado.

Ieda Leal reconhece que as escolas do País já estão citando a pessoa de Zumbi como uma

"É um trabalho que acontece devagar. É até preferível que seja assim para que o estudo possa ser de verdade. Sendo lento, pode ser bem feito e entrar para marcar", ressalta Ieda.

Silvani Silva, também militante do MNU e membro do CEBA, reforça a necessidade de luta. Explicando a criação da Semana Zumbi, organizada pelo CEBA, Silvani fala da discussão branca sobre o negro e diz que agora ele já participa de seminários, encontros e de

CONT. JORNAL DE BRASILIA - 19.11.88

bates como conferencista e não mais como mero expectador. "Já sentimos essa mudança. O negro se impôs enquanto ser que discute sua questão", finaliza.

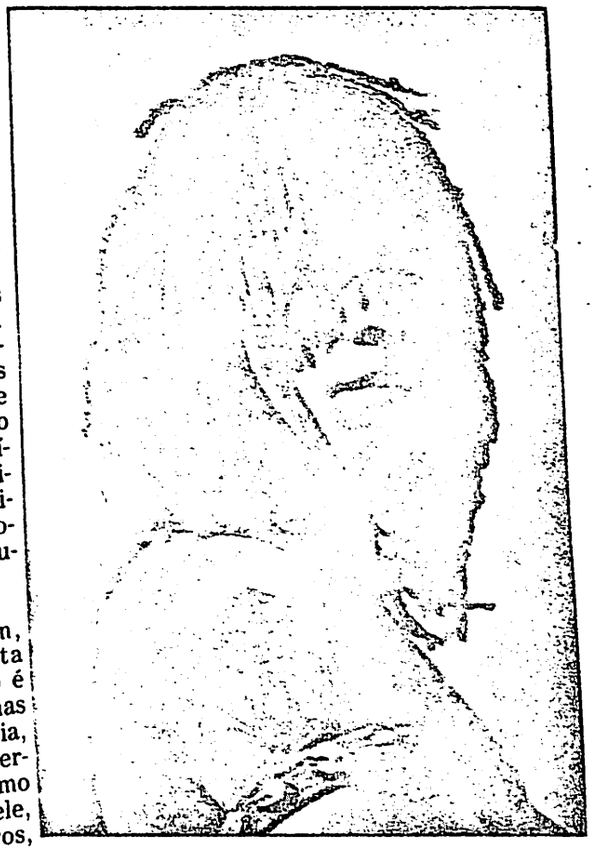
Terminando o ano do Centenário da Abolição, às lutas não se encerram. Silvani Silva assinala que esse trabalho é necessário para derrubar o racismo introjetado em toda a sociedade e nas formas culturais. "Nessa luta, diz ela, a Universidade tem uma grande importância por formar profissionais e cabeças". Para ela, é preciso reeducar a mentalidade do brasileiro para que o racismo seja superado. "Precisamos criar uma nova sociedade, onde o valor das pessoas não seja medido a partir de sua origem racial".

Para o escritor Martiniano José Silva, o 20 de novembro, além de se constituir na data Nacional da Consciência Negra, "é também um momento no qual devemos fazer uma grande reflexão a respeito da miserável situação econômico-social e cultural em que se encontra a grande maioria da sociedade brasileira, que é negra, vivendo nas favelas: a forma encontrada pelos oprimidos brasileiros como única alternativa num país carente de uma efetiva política habitacional".

Martiniano J. Silva aponta ainda outras razões para o 20 de novembro. "É também, sem a menor dúvida, uma data de protesto e denúncia contra o racismo no Brasil. Creio, finalmente, que deve ser definido como a maior data na qual o povo negro precisa cultuar vitórias e homenagear heróis".

É nesse nível de um racismo zelosamente guardado, sutil e engenhoso, mascarado até, que Martiniano vê o Brasil alcançando dos 100 anos da Lei Áurea. "É um fato historicamente inegável, mas tem muito a ver com a panacéia das efemérides das grandes datas que assola o País. Quem ainda tem dúvidas de que até hoje as camadas emergentes e vítimas do escravismo brasileiro estão excluídas de nossa nacionalidade em suas possibilidades econômicas, políticas, sociais e culturais?", questiona.

Pensando assim, Martiniano acredita que o momento não é só de homenagens, mas de reflexão e denúncia, tirando o caráter paternalista do escravismo brasileiro. Segundo ele, os negros brasileiros, resistindo a esse triste quadro, estão se articulando e se organizando nas mais variadas estratégias de autodefesa. "Principalmente os mais conscientes e dotados de maior autocrítica, não admitem e não aceitam comemorar uma Abolição inexistente. Da mesma forma, vêem com reserva e forte desconfiança as homenagen oficiais".



O 20 de novembro é considerado um início de libertação, por ser o dia em que mataram o herói Zumbi, o que mais se identifica com o Dia Nacional da Consciência Negra

JORNAL
DE BRASILIA CONT.

MAGAZINE- 19.11.88



Foto: Alancardeck Nunes
Produção: Valéria Lopes
Modelos: Mestre Charme e aluno
Instrumentos: Julinho Pimentel

A capoeira é uma das fortes características da cultura negra que é praticada também pela comunidade branca

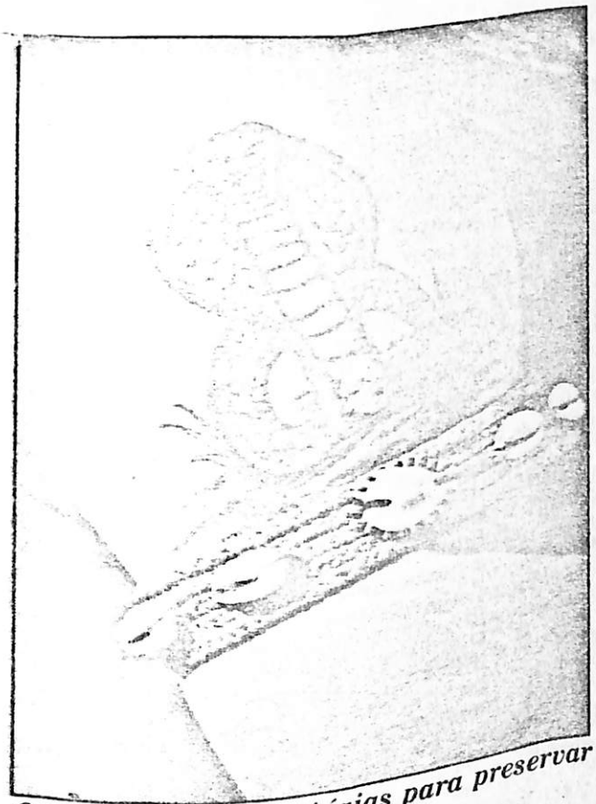
JORNAL DE BRASILIA CONT.

MAGAZINE - 19.11.88

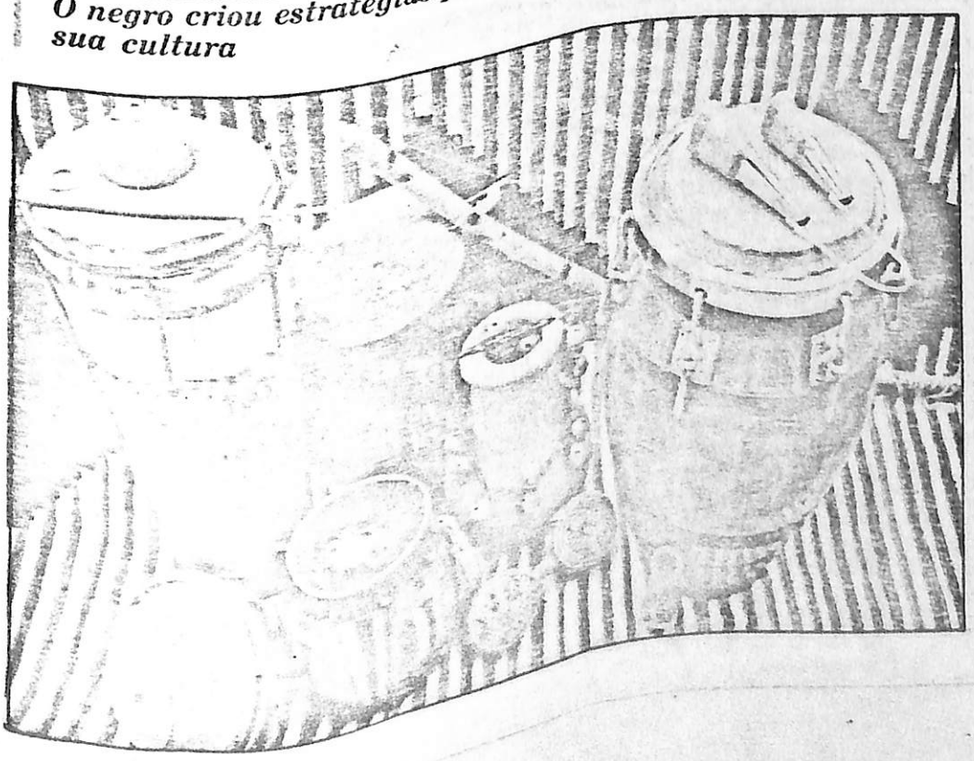


Para os negros, o Centenário é apenas da Lei Áurea e não da Abolição

FOTOS 0 e 1:
Foto: Alancardeck Nunes
Produção: Valéria Lopes
Modelo: Graciela
Roupas e chapéus: Benetton 0 a 12



O negro criou estratégias para preservar sua cultura



Centenário da Abolição: o fim da festa

O ano de 1988 foi caracterizado por comemorações e citações do negro no Centenário de sua Abolição. Pessoas e instituições promoveram debates, usaram a pessoa do negro para anúncio publicitários, campanhas e tantos outros meios de mostrar que a raça negra, liberta há 100 anos, tem o seu lugar na sociedade. Mas será que esse espaço existe de fato? Que balanço poderíamos fazer do Centenário da Abolição da Escravatura?

Para Ieda Leal, o Centenário serviu para que o negro sentisse que realmente está na luta. "Mas não ficou nada de concreto", enfatiza. Silvani Silva vê o Centenário por dois lados. "No nível oficial e de algumas instituições, foi montada uma estrutura para os festejos. É verdade que houve certas reflexões e algum interesse. Mas de um modo geral, tudo não passou de uma tentativa de passar a mão na cabeça do negro, até para evitar uma tomada de consciência maior (que o Centenário traria), mantendo as coisas calmas".

O outro ângulo visto por Silvani Silva é o trabalho desenvolvido pelos movimentos negros, para quem 1988 foi um ano normal, sem comemorações. "Nossa luta não festeja o Centenário da Lei Áurea", reforça. "O movimento negro continua trabalhando, lenta mas progressivamente, porque o negro ainda é discriminado na favela, na escola, no mercado de trabalho".

De saldo positivo após os 100 anos, Silvani cita a reflexão maior sobre a questão. "É inegável essa reflexão. Mas se ela não continua, de nada adianta. Um ano não é suficiente para destruir 472 anos de racismo. Quem resistiu o ano todo, fazendo comemorações, não passa disso".

O fator mais importante para Lurdite Evangelista, militante do MNU, é o negro estar sempre lutando pela sobrevivência. "A democracia racial tenta passar que não estamos lutando, quando estamos. O negro está descobrindo que é negro e que tem que lutar. Temos que fazer a nossa história".

Ângela Lopes, também do MNU, completa a idéia da inexistência de uma história negra. "Temos uma história nunca escrita. O que tínhamos foi queimado".

Como meio de mostrar que o negro faz parte da sociedade, uma das formas de citações usou personagens negros em anúnicos publicitários e programas de televisão. Dezenas de vezes assistimos e vimos a presença do negro como elementos principal ou como figurante nos meios de comunicação e nos anúncios oficiais sobre o Centenário da Abolição.

Para Lurdite Evangelista, essas aparições são superficiais.

Hoje
EM DIA
BELO HORIZONTE — MG
20 NOV 1988

Dia Nacional da Consciência Negra tem festa ao ar livre

Com uma grande festa cultural, os negros vão saudar, hoje, o "Dia Nacional da Consciência Negra". Será com uma *Kizomba* — que na língua Iorubá, da África Central, significa *encontro* promovida na praça central do Bairro Salgado Filho, a partir das 11 horas. O astro principal da promoção é Zumbi, em contraponto à imagem oficial da princesa Isabel, alardeada neste ano que marca o centenário da Abolição da Escravatura, outra faceta duramente criticada por setores do movimento negro.

A festa está sendo organizada por cinco entidades ligadas ao universo de descendência africana, além de um partido político e outra entidade representante do funcionalismo público. E tem objetivos claros: — nada do oba-oba emprestado rotineiramente ao 13 de maio, vão avisando os coordenadores. "Queremos construir disto um significado mitológico, um símbolo de nossa resistência", fala um dos membros do Movimento Negro Unificado (MNU), Wilson Queiroga, ao referir-se à representatividade de Zumbi.

O mito citado por Queiroga foi morto há exatos 293 anos enquanto liderava a comunidade de "Quilombo dos Palmaresz", ocupada sobretudo por negros revoltosos, mas também por brancos e índios. Ali começaram a constituir, possivelmente a partir de 1.630, o reduto que seria destruído pelas forças apoiadas pela Coroa Portuguesa 65 anos mais tarde. "A intenção foi sufocar a primeira revolução social que ocorreu nesta terra", teoriza a historiadora Eugênia Dias Gonçalves.

"Mataram Zumbi mas não destruíram a consciência negras", afirma o membro do MNU. Não é por acaso que Zumbi significa espírito. Mas há algo bem mais concreto na proposta deste e de outros militantes negros. "Não queremos um herói de palha", manifesta-se Queiroga. Fala como um dos muitos descendentes — são mais de 50 milhões, entre pretos e pardos diferenciados pelo IBGE — deste Povo que aportou no Brasil pelos idos de 1549, trazidos à força para trabalhar como escravos.

Foi em Palmares — descreve a historiadora Eugênia — que reconstruíram a África, com suas aldeias, seus deuses, sua mitologia: "Foi a reação de um novo que tinha perdido tudo, sua língua, sua cultura, sua noção cosmológica". O representante do MNU considera que ainda há muito o que reconquistar. Não só no aspecto propriamente racial, como também nas discrepências oficializadas que fazem dos negros os maiores desempregados, os trabalhadores mais mal remunerados, os costumeiros moradores dos cortiços, e os miseráveis em potencial. O que querem, em outras palavras, é parar de comer da banda podre. Quando comem.

JORNAL DO BRASIL
RIO DE JANEIRO - RJ
20 NOV 1989

Negro diz que elite não tem compromisso com a nação

Mauro Malin

O Brasil tem duas datas para o negro. A abolição da escravatura é comemorada em 13 de maio, data em que virou lei, com a assinatura da princesa Isabel. Hoje, 20 de novembro, é dia de Zumbi, chefe negro morto há quase 300 anos, depois da derrota do Quilombo dos Palmares. O grupo Quizomba comemora a data à noite junto ao busto de Zumbi, na Avenida Presidente Vargas, Centro do Rio. Mas o movimento negro não está sozinho na preferência pela data de Zumbi: é nesta semana, a partir de terça-feira, que a Rede Globo leva ao ar o seriado *Abolição*.

Em 13 de maio deste ano, um negro que contesta o discurso oficial sobre o racismo ganhou concurso de ensaios promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil para comemorar o centenário da Abolição. Concorreu anônimo. Quando o júri soube quem era, surpresa: um coronel da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Jorge da Silva, hoje comandante da Escola Superior de Polícia Militar.

Surpresas brotam também do pensamento do coronel: embora denuncie a hipocrisia da retórica oficial — "Para as elites dominantes do Brasil, a questão do negro não existe desde 1888" — ele acha que Pelé, por exemplo, escolheu a "estratégia certa" ao evitar o problema racial. Se tivesse enfrentado a discriminação antes da hora, "teria ficado só como um bom jogador de futebol".

Ainda que aprove plenamente a política anti-segregação inaugurada nos Estados Unidos pelo presidente John Kennedy, assassinado há 25 anos no Texas, Jorge da Silva fixa para a brasilidade plena condições tão radicais que desenham um confronto:

"A maioria da elite que hoje manda no Brasil admitiria ir para outro lugar. São pessoas que têm parentes em Portugal, na Itália, na Alemanha, no Oriente Médio, no Japão. Quando se trata de certos interesses pessoais, a nação não quer dizer muito para elas. O povão, que nem sabe direito de sua origem, é brasileiro. Eu, negro brasileiro, sou só brasileiro, não tenho alternativa. A África, para mim, é apenas uma referência histórica".

Embaixadores — Entretanto, o coronel PM afirma que, para determinadas camadas, ele não é brasileiro, "porque se estabeleceu que o brasileiro típico não é o negro. Para a elite brasileira, o brasileiro é branco. Quanto mais branco, melhor".

Jorge da Silva põe o dedo numa contradição:

— As mesmas pessoas brancas que nos representam no exterior apresentam o discurso da morenidade, da miscigenação e da igualdade racial no Brasil.

Carlos Rosa — 16/9/86



Jorge da Silva: paradoxos

O coronel foi candidato a deputado federal pelo PDT de Leonel Brizola em 1986. Teve 10 mil votos, amealhados sobretudo na região em que nasceu, há 45 anos, e se criou: os subúrbios cariocas de Ramos e Olaria. Ele prevê que a questão do negro surgirá na campanha presidencial de 89, porque Brizola, um dos candidatos, ficou identificado, durante sua passagem pelo governo do Estado do Rio, com a promoção do negro. Foi Brizola, por sinal, que construiu o monumento a Zumbi.

Emancipação — Jorge da Silva não tem proposta política detalhada para o problema racial. Cem anos depois da Abolição, consagrada na lei da princesa Isabel, considera necessário tratar da *emancipação* do negro — uma elevação de status dentro da sociedade que depende de vários fatores, "sobretudo da determinação governamental e da visão de futuro das elites dominantes".

Ao constatar que a estratificação social brasileira reserva ao negro de todos os matizes, maioria da população, "uma posição não muito melhor do que a ocupada pelos escravos", aponta os EUA como fonte de inspiração:

"Dar igualdade de oportunidades de educação e de emprego — o que significa *não* tratar brancos e negros como iguais, mas como socialmente desiguais. Adotar um programa de emprego de negros no governo e exigir o mesmo de empresas que negociem com a administração pública. É não fingir que o problema não existe, porque manter os negros na condição em que se encontram é alimentar um monstro".

FOLHA DE SÃO PAULO
São Paulo

20 NOV 1988

Negros lembram hoje o Dia da Consciência

Da Reportagem Local

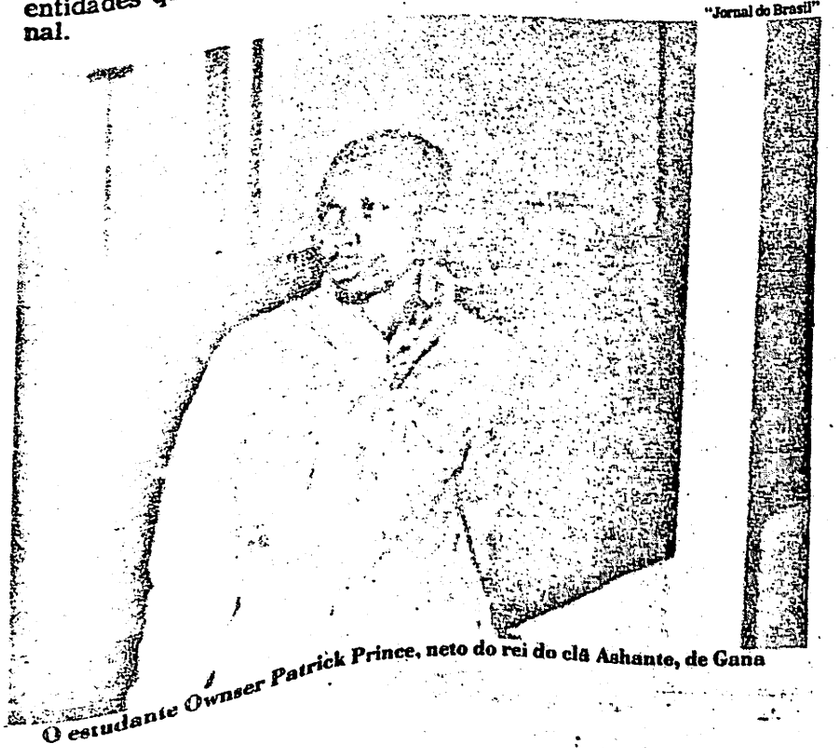
O Dia Nacional da Consciência Negra vai ser lembrado hoje na praça da Sé (região central de São Paulo) com manifestações culturais e religiosas previstas para durarem todo o domingo. Comemorado no dia 20 de novembro desde 1977, o Dia Nacional da Consciência Negra foi instituído pelo Movimento Negro Unificado, que reúne representantes negros de vários setores da sociedade. Ainda como parte das comemorações, o Tribunal Winnie Mandela realizou ontem um julgamento simbólico do preconceito racial.

Estabelecido em maio passado com o objetivo de analisar as dificuldades de integração da mulher negra na sociedade brasileira, o Tribunal Winnie Mandela realizou o julgamento do preconceito racial no salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no largo São Franscisco (centro). O julgamento simulado foi organizado pela Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil (secção São Paulo) e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, entidades que implantaram o tribunal.

No Tribunal Winnie Mandela, a defesa do preconceito racial ficou a cargo do advogado Fausto Rasga Filho. Como promotor, atuou o presidente da OAB/SP, Antônio Cláudio Mariz de Oliveira. "A idéia foi combinar situações de um julgamento real com representação teatral para mostrar a mulher negra como vítima das discriminações racial e sexual", afirma Edna Roland, coordenadora do Winnie Mandela. O julgamento encerra uma fase do projeto que discutiu, em cinco seminários, a posição considerada inferior da mulher negra em relação ao mercado de trabalho, à legislação, à violência etc.

O preconceito por questões raciais também dominará, hoje, as manifestações do Dia Nacional da Consciência Negra, que deverão ser iniciadas às 9h, com atividades infantis e peças de teatro. A partir das 12h, estão previstos shows com grupos musicais e de capoeira. Entre 15h e 17h, atos religiosos de várias seitas com representantes negros terão uma cerimônia de encerramento presidido por dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo.

"Jornal do Brasil"



O estudante Ownser Patrick Prince, neto do rei do clã Ashante, de Gana

O LIBERAL
BELÉM - PA.
22 NOV 1988

Cedenpa agradece a colaboração

No sábado passado, no Teatro da Paz, dezenas de artistas paraenses realizaram um show musical que tinha por símbolo a cor negra. Mas não o negro do cetim de uma bandeira, do brim de uma farda ou do linho de um terno executivo. Era o negro da pele dos 65 milhões de brasileiros com descendência africana, que no Brasil sofrem toda sorte de discriminações e que instituíram o 20 de novembro como o dia Nacional da Consciência Negra, data que no sábado passado foi marcada com o show Amazônia canta a Zumbi.

O Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa) agradeceu ao jornal O LIBERAL o apoio dado ao show, bem como à Secult e ao Centur, e, principalmente, aos artistas que se apresentaram no evento: Alfredo Reis, Eduardo Dias, Conce, Salomão Habib, Pedrinho Cavalero, Manesch e banda, Marco Monteiro, Banda Negra, Anestesia Geral, Walter Bandeira, Grupo Gema, Reggae Metal Coral do SAM, Elói Iglésias e Grupo de Risco.

CORREIO BRAZILIENSE
Brasília - Distrito Federal

23 NOV 1988

Abdias lança memorial Zumbi

Salvador — O escritor e sociólogo Abdias Nascimento vai iniciar uma campanha nacional para a construção do monumento em homenagem a Zumbi, na Serra da Baleia, em Alagoas, onde se localizou o Quilombo dos Palmares. Ele foi eleito no início da semana, presidente do Memorial Zumbi — entidade do movimento negro criada para lutar pela construção do monumento — e está em Salvador participando do I Encontro de Escritores de Países de Língua Portuguesa.

Durante o encontro, Abdias acusou o escritor Jorge Amado de colocar a mulher negra sempre como prostituta em sua obra.

CORREIO do BRASIL
Brasília - D.F.

23 NOV 1988

Negro pede monumento para líder

Salvador - O escritor e sociólogo Abdias Nascimento vai iniciar uma campanha nacional para a construção do monumento em homenagem a Zumbi, na Serra da Baleia, em Alagoas, onde se localizou o Quilombo dos Palmares. Ele foi eleito no início da semana presidente do Memorial Zumbi - entidade do movimento negro criada para lutar pela construção do monumento - e está em Salvador participando do I Encontro de Escritores de Países de Língua Portuguesa.

Homenageado durante o encontro pela sua luta contra a discriminação racial, juntamente com o escritor Jorge Amado, a quem acusa de colocar a mulher negra sempre como prostituta em sua obra, Abdias Nascimento afirmou que os primeiros passos para a construção do Memorial Zumbi já foram dados, como o tombamento da Serra da Baleia. Agora falta a demarcação da área e a construção do monumento, que já conta inclusive com o esboço de um projeto arquitetônico, feito gratuitamente por Oscar Niemeyer, que será discutido com entidades negras, interessadas também em observar propostas de outros arquitetos.

NOTÍCIAS POPULARES
SÃO PAULO

23 NOV 1988

AQUI O POVO É QUEM MANDA

RECLAMAÇÃO DO LEITOR

LEMBRANDO ZUMBI

O leitor Jamil Santos, morador na Capital, afirma que apesar dos 100 anos de libertação dos negros no País, essa raça ainda vem sofrendo discriminação. Ele cita Barretos como exemplo de cidade onde o preconceito entre algumas pessoas ainda é forte. "Numa época de tantos donos da verdade — afirma —, é hora de lembrar o rei Zumbi, que permanece vivo na lembrança de todos os negros que sofrem pelo problema da discriminação por causa da cor da pele."

TRIBUNA DE MINAS
BELO HORIZONTE — MG
24 NOV 1988

Sociólogo enaltece obra de Zumbi

Abdias Nascimento inicia campanha por um memorial

Salvador — O escritor e sociólogo Abdias Nascimento vai iniciar uma campanha nacional para a construção do monumento em homenagem a Zumbi, na Serra da Baleia, em Alagoas, onde se localizou o Quilombo dos Palmares. Ele foi eleito, no início da semana, presidente do Memorial Zumbi - entidade do movimento negro criada para lutar pela construção do movimento - e está em Salvador participando do I Encontro de Escritores de Países de Língua Portuguesa.

Homenageado durante o encontro pela sua luta contra a discriminação racial, juntamente com o escritor Jorge Amado, a quem acusa de colocar a mulher negra sempre como prostituta em sua obra, Abdias Nascimento afirmou que os primeiros passos para a construção do Memorial Zumbi já foram dados, como o tombamento da Serra da Baleia. Agora falta a demarcação da área e a constução do monumento, que já conta com o esboço de um projeto arquitetônico, feito gratuitamente por Oscar Niemeyer, que será discutido com entidades negras, interessadas também em observar propostas de outros aequitetos.

A campanha, conforme explicou o presidente do Memorial Zumbi, vai comecar junto a entidades oficiais, até mobilizar toda a sociedade. "É preciso termos em mente que Zumbi não é herói apenas dos negros, mas de todos os brasileiros", afirmou o escritor.

A partir de hoje uma população negra brasileira conta com uma levantamento pormenorizado de sua contribuição à história e à formação cultural do País. Será lançado às 19 horas, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, o livro-brinde "A Mão Afro-Brasileira" - uma coletânea com 400 páginas de textos e análises assinados por 28 especialistas no assunto, coordenados pelo artista-plástico Emanoel Araújo. A solenidade contará com a presença do presidente Sarney, ministros de estados, embaixadores e representantes de organismos internacionais.

O documento registra os diversos aspectos da participação do negro na formação do País desde os tempos da escravidão. O historiador Joel Ruffino, autor de diversos estudos sobre a influência negra no Brasil e que prefacia o livro, acha que "A Mão Afro-Brasileira" não só colocará o negro em pé de igualdade com o branco na representatividade do país, "como atribuirá para uma nova definição de Brasil, convincente para as gerações atuais e mais adequadas ao nosso ingresso no século XXI".

Através dos textos e de 600 ilustrações, pode-se ter uma idéia da contribuição do negro em áreas como artes plásticas, literatura, música popular e erudita, dança e teatro. Na opinião do coordenador do trabalho este documento prova a participação do homem-afro-brasileiro como elemento formador ativo, a despeito do fato da escravidão.



ABDIAS NASCIMENTO
"Zumbi é herói de todo brasileiro"

JORNAL DE BRASÍLIA
BRASÍLIA-DF
24 NOV 1988

PÉ DE PÁGINA

☐ **ZUMBI** — O escritor e sociólogo Abdias Nascimento vai iniciar uma campanha nacional para a construção do monumento em homenagem a Zumbi, na Serra da Baleia, em Alagoas, onde se localizou o Quilombo dos Palmares. Ele foi eleito no início da semana presidente do **Memorial Zumbi** — entidade do movimento negro criada para lutar pela construção do monumento — e está em Salvador participando do I Encontro de Escritores de Países de Língua Portuguesa.

Homenageado durante o encontro pela sua luta contra a discriminação racial, juntamente com o escritor Jorge Amado, a quem acusa de colocar a mulher negra sempre como prostituta em sua obra, Abdias Nascimento afirmou que os primeiros passos para a construção do **Memorial Zumbi** já foram dados, como o tombamento da Serra da Baleia. Agora falta a demarcação da área e a construção do monumento, que já conta inclusive com o esboço de um projeto arquitetônico, feito gratuitamente por Oscar Niemeyer.

O POPULAR
GOIÂNIA - GOIÁS

25 NOV 1988

Intelectuais debatem a Semana Zumbi

"A situação de extrema miséria vivida pelo negro no Brasil é determinada pela violência do cruel, discriminador, segregacionista e destruidor, racismo". Esta é a opinião de Silvany Silva, uma das organizadoras da IV Semana Zumbi que teve sua abertura oficial domingo na Praça Cívica, onde houve apresentação de grupos de capoeira e artistas goianos.

Quarta-feira houve a conferência: "Brasil de Cultura Negra: Influências", pelo jornalista e psicoterapeuta, além de estudioso da Cultura Negra, Severino Lepê de Recife (PE). A Conferência e o coquetel de abertura da exposição de trabalhos de artistas negros goianos aconteceram no Terraço da Biblioteca Central da Universidade Católica de Goias.

INTERESSES

"O racismo se manifesta em todos os momentos que se estabelecem relações raciais neste país, sejam elas de caráter econômico, político, social ou cultural, quer ocorram a nível individual, institucional ou oficial. Racismo que foi cuidadosamente arquitetado e cultivado para atender aos interesses econômicos das elites dominantes do país", explica Silvany, denunciando o racismo brasileiro.

De acordo com a militante do Movimento Negro Unificado - MNU-GO, a única saída para lutar contra o racismo é a organização dos negros. 'Somente nós, os negros, podemos reverter este quadro, na medida em que nos organizarmos, recuperando para nós o direito de sermos negros e viver esta negritude em toda a sua plenitude, dando a adequada resposta ao racismo, que tenta esfacelar a nossa identidade e dignidade", afirma.

COMITÊ

A programação da IV Semana Zumbi, continua houje com a apresentação de video, pronunciamentos de entidades, exposição de fotos e o lançamento do Comitê Caiunga, a partir das 8,30 horas no auditório do Básico da Universidade Católica de Goiás.

Para a noite, a partir das 19,30 horas está prevista a conferência: "Ser Negro no Brasil: Trajetória e Perspectivas, apresentada pelo sociólogo e presidnete do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, Clóvis Moura, no mesmo local.

Estado de Minas
BELO HORIZONTE — MG
27 NOV 1988

Palmares será símbolo da consciência negra

BRASÍLIA — Transformar a Serra da Barriga, em Alagoas, onde durante 100 anos entre os séculos 17 e 18 cerca de 30 mil negros, brancos e índios organizaram a República de Palmares, em "meca" da consciência negra mundial, é o objetivo do novo presidente do Memorial Zumbi dos Palmares, o ex-deputado Abdias Nascimento.

A serra da Barriga foi desapropriada recentemente pelo Ministério da Cultura e a gestão de Abdias Nascimento à frente do Memorial Zumbi tem um objetivo principal: demarcar a área que pertencerá a esta entidade de caráter cultural e fazer um levantamento completo da serra. "Se o Quilombo dos Palmares tinha fundição de ferro, deve haver por lá uma jazida. Antes de qualquer obra, precisamos conhecer em detalhe o sítio onde Ganga Zumba e Zumbi dos Palmares resistiram por um século", disse Nascimento.

Domingo passado, dia 20 de novembro, milhares de pessoas subiram a Serra da Barriga, a 80 quilômetros de maceió, para festejar o "Dia Nacional da Consciência Negra". Foi nesta festa, que Abdias Nascimento tomou posse à frente do Memorial Zumbi, que vinha sendo dirigido até então pelo professor Olímpio Serra, da Pró-Memória do Ministério da Cultura.

Além de grupos de capoeira, afoxés e do bloco afro-brasileiro Ileh-Ayeh, participaram da cerimônia o embaixador de Angola no Brasil, Francisco Romão, e ialorixá baiana mãe Hilda; o coordenador do programa do centenário da abolição do Minc, Carlos Moura.

Segundo o professor Abdias nascimento, "o objetivo não é fazer do Memorial uma obra puramente monumental e nem tampouco turística. É estabelecer lá um pólo de cultura da libertação. A homenagem correta que se pode fazer a Zumbi é seguir sua lição que foi escrita com seu sangue e sua própria vida. Como a mensagem de Zumbi ainda está longe de ser esgotada, pois o negro brasileiro continua sendo vítima de toda sorte de desrespeito e restrição à sua cidadania plena, ele necessita seguir as pegadas de Zumbi até que complete estas conquistas".

Abdias Nascimento explicou, ainda, "que desde as primeiras colocações sobre o Memorial Zumbi, ficou claro que o objetivo principal seria completar aquilo que Zumbi pregava, ou seja, a organização de uma sociedade onde nenhuma raça seja oprimida nem humilhada e principalmente os descendentes dos africanos escravizados, que construíram o Brasil".

CORREIO BRAZILIENSE
Brasília - Distrito Federal

27 NOV 1988

Memorial Zumbi: Meca da consciência negra

Transformar a Serra da Barriga, em Alagoas — onde durante 100 anos entre os séculos 17 e 18 cerca de 30 mil negros, brancos e índios organizaram a República de Palmares em "meca" da consciência negra mundial, é o objetivo do novo presidente do Memorial Zumbi dos Palmares, o líder negro Abdias Nascimento. A Serra da Barriga foi desapropriada recentemente pelo Ministério da Cultura (Minc) e a gestão de Abdias Nascimento à frente do Memorial Zumbi tem um objetivo principal: Demarcar a área que pertencerá a esta entidade de caráter cultural e fazer um levantamento completo da serra. "Se o Quilombo dos Palmares usava fundição de ferro, deve haver por lá uma jazida. Antes de qualquer obra, precisamos conhecer em detalhes o sítio onde Ganga Zumba e Zumbi dos Palmares resistiram por um século", disse Abdias Nascimento.

Domingo passado, dia 20 de novembro, milhares de pessoas subiram a Serra da Barriga, a 80 quilômetros de Maceió, para festejar o "Dia Nacional da Consciência Negra". Foi nesta festa, que o ex-deputado Abdias Nascimento tomou posse à frente do Memorial Zumbi, que vinha sendo dirigido até então, pelo professor Olímpio Serra, da Fundação pró-memória do Ministério da Cultura. Além de grupos de capoeira, afoxés e do bloco afro-brasileiro Ilê-Ayê, participaram da cerimônia o embaixador de Angola no Brasil, Francisco Romão, e a ialorixá baiana Mãe Hilda, além do coordenador do Programa do Centenário da Abolição do MinC, Carlos Moura.

Segundo o professor Abdias Nascimento, o objetivo não é fazer do memorial uma obra puramente monumental e nem tampouco turística. "O objetivo, afirmou, é estabelecer lá um pólo de cultura da libertação. A homenagem correta que se pode fazer a Zumbi é seguir sua lição, que foi escrita com seu sangue e sua própria vida. Como a mensagem de Zumbi ainda está longe de ser esgotada, pois o negro brasileiro continua vítima de toda sorte de desrespeito e restrição a sua cidadania plena, ele necessita seguir as pegadas de Zumbi até que compiete estas conquistas".

Abdias Nascimento explicou, ainda, que desde as primeiras colocações sobre o Memorial Zumbi, ficou claro que o objetivo principal "seria completar aquilo que Zumbi pregava, ou seja, a organização de uma sociedade onde nenhuma raça pudesse ser mais oprimida nem espoliada, nem humilhada, principalmente os descendentes dos africanos escravizados, que construíram o Brasil".

JORNAL DE BRASÍLIA
BRASÍLIA-DF
27 NOV 1988

Abdias quer criar *Meca* em Palmares

Transformar a Serra da Barriga, em Alagoas — onde durante 100 anos entre os séculos 17 e 18 cerca de 30 mil negros, brancos e índios organizaram a República dos Palmares — em Meca da consciência negra mundial, é o objetivo do novo presidente do Memorial Zumbi dos Palmares, o líder negro Abdias Nascimento. A Serra da Barriga foi desapropriada recentemente pelo Ministério da Cultura e a gestão de Abdias Nascimento à frente do Memorial Zumbi tem um objetivo principal: demarcar a área que pertencerá a esta entidade de caráter cultural e fazer um levantamento completo da serra. "Se o Quilombo dos Palmares usava fundição de ferro, deve haver por lá uma jazida. Antes de qualqeur obra, precisamos conhecer em detalhe o sítio onde Ganga Zumba e Zumbi dos Palmares resistiram por um século", disse.

Domingo passado, dia 20 de novembro, milhares de pessoas subiram a Serra da Barriga, a 80 quilômetros de Maceió, para festejar o "Dia Nacional da Consciêcia Negra". Foi nesta festa que o ex-deputado Abdias Nascimento tomou posse à frente do Memorial Zumbi, que vinha sendo dirigido até então pelo professor Olímpio Serra, do Pró-Memória do Ministério da Cultura. Além de grupos de capoeira, afoxés e do bloco afro-brasileiro Ileh-Ayeh, participaram da cerimônia o embaixador de Angola no Brasil, Francisco Romão, e ialorixá baiana Mãe Hilda; o coordenador do Programa do Centenário da Abolição do MinC, Carlos Moura.

Segundo o professor Abdias Nascimento, o objetivo não é fazer do memorial uma obra puramente monumental e nem tampouco turístico. "O objetivo, afirmou, é estabelecer lá um pólo de cultura da libertação. A homenagem correta que se pode fazer a Zumbi é seguir sua lição, que foi escrita com seu sangue e sua própria vida. Como a mensagem de Zumbi ainda está longe de ser esgotada, pois o negro brasileiro continua vítima de toda sorte de desrespeito e restrição a sua cidadania plena".

Abdias Nascimento explicou, ainda, que desde as primeiras colocações sobre o Memorial Zumbi, ficou claro que o objetivo principal "seria completar aquilo que Zumbi pregava, ou seja, a organização de uma sociedade onde nenhuma raça pudesse ser mais oprimdia nem espoliada, nem humilhada, principalmente os descendentes dos africanos escravizados que construíram o Brasil".

O LIBERAL
BELÉM - PA.
* 1 DEZ 1989

Divórcio pode ser conseguido um ano após a separação

Brasília (AG) — O Senado Federal aprovou ontem projeto de lei do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) que retira do Código Civil o impedimento ao reconhecimento dos filhos gerados fora do casamento. O mesmo projeto, regulamentando as disposições sobre a família, contidas na nova Constituição, libera o número de dissoluções matrimoniais e reduz de três para um ano o prazo entre a separação judicial e a obtenção do divórcio.

Pela legislação ainda em vigor, os casais separados extrajudicialmente podem promover ação de divórcio após cinco anos de separção comprovada. O projeto aprovado ontem, que irá agora ao exame de Câmara, reduz esse prazo para dois anos.

O senador Nelson Carneiro, um dos principais responsáveis pela introdução do divórcio no Brasil — a lei em vigor e de sua autoria —, disse esperar que a Câmara dos deputados delibere rapidamente sobre a matéria para evitar que a falta de regulamentação continue impedindo o reconhecimento dos chamados filhos adulterinos.

O projeto aprovado ontem e, segundo ele, "o resultado de uma luta iniciada em 1980 quando, como relator de um projeto do ex-senador Alberto Sena, deu parecer favorável, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, a tese de legislação de filhos incestuosos ou adulterinos.

Racismo

Brasília (AE) — O senado adiou por mais seis dias a votação do projeto de lei que define as penas para crimes de preconceito de raça ou de cor, o primeiro projeto a regulamentar um dispositivo constitucional: o senador Leite Chaves (PMDB-RS) apresentou substitutivo amenizando as penas propostas pelo autor do projeto, deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), por considerá-las "demasiadamente rigorosas".

O projeto de Caó proíbe até mesmo a interferência dos pais para romper o casamento ou impedi-lo, prevendo uma pena entre dois e quatro anos para os infratores. O substitutivo de Leite Chaves diminui os casos passíveis de punição e baixa as penas para entre um e três anos, no máximo.

O substitutivo de Leite Chaves segue a orientação constitucional no sentido de que será punida como crime a prática de atos resultantes de preconceitos de raça e de cor, e que esses crimes são inafiançáveis e imprescritíveis. Caó, no projeto originau, dá mais longe, pretendendo impedir até mesmo a liberdade condicional como atenuante de penas por crimes de racismo.

O LIBERAL
BELÉM - PA.
2 DEZ 1988

Racismo

Moradores negros anunciaram ontem um boicote dos consumidores contra as lojas de propriedade dos brancos em Boksburg, uma das muitas populações onde funcionários locais direitistas reimplantaram medidas de segregação racial.

O Partido Conservador, que apóia a política de segregação racial do apartheid e que obteve dezenas de cadeiras municipais nas eleições do dia 26 de outubro, provocou uma controvérsia com seus esforços para proibir os negros de utilizarem instalações públicas nos últimos anos.

CORREIO BRAZILIENSE
Brasília - Distrito Federal
*3 DEZ 1988

Semana da Consciência Negra termina com show

Para encerrar as comemorações da Semana da Consciência Negra, o Centro de Estudos Afro-Brasileiros (Ceab) realiza amanhã, no Gran Circo Lar, a festa Axé Palmares, com desfiles, shows, artesanato, culinária e outras manifestações ligadas à vivência afro-brasileira. Mais de 20 artistas e grupos locais confirmaram sua participação e durante os shows o Assé Dudu e a escola de samba Capela Imperial vão prestar uma homenagem a Valdenir Ad-ao, antigo integrante destas entidades, que morreu no último domingo.

A Festa Axé Palmares — Encontro da Consciência Negra marca também o fim da primeira parte do Projeto Zumbi, que vem sendo executado há seis meses pelo Ceab, com apoio do Ministério da Cultura, da Fundação Educacional e da Universidade de Brasília. Foi realizado um curso sobre a História Afro-Brasileira, em outubro, e um seminário, também na UnB, sobre a Discriminação Racial nos Livros Didáticos, todos com grande participação da comunidade. O projeto incluiu ainda o Carrossel da Abolição, que circulou apenas em Taguatinga, devido à greve da Fundação Cultural.

UNIÃO

Durante o encontro, que busca "a união de todos os que acreditam que a verdadeira liberdade está nas diversas formas de mostrar a cultura afro-brasileira", haverá, a partir das 15h, apresentação de vários artistas, de poesias, de dança, de capoeira, enquanto, do lado de fora, dona Neusa prepara o seu acarajé.

Ente os convidados está Milton Brasília e Banda Energia, Argumento Z, Afrodizia, Banda Saída Sul, Paranorte Alô, Alô África, Negras Vozes, Axé Ilê, Calouro, Capoeira Senzala, Trem das Cores, Rubi e Banda, o mímico Miquéias Paz e as trançadeiras Conceição e dona Dalva, entre outros. Um dos poetas a expor seus trabalhos é o professor Jorge Amâncio. E ele quem fala: "A cor universal é negra / pela ausência / e ésência / de corpo-objeto / é delito, conflito". Os panos amarrados e as tranças serão apresentados pelas peritas Conceição e dona Dalva. A festa n-ao tem hora para terminar e a entrada é franca.

Sobradinho comemora Iansã

Amanhã é dia de Iansã mas a festa começa hoje no Lar da Tia Ruth de Oxalá, em Sobradinho. E não vai se resumir àquela sátélite. O ponto alto será por volta das 16h, em frente ao Conjunto Nacional, no Plano Piloto, com roda de capoeira, pretos velhos e baianas que vão homenagear a orixá ao som de tambores. A população está convidada, inclusive, para acompanhar os festejos que vão se estender na chácara Aldeia Sultão da Mata Virgem no Alto Mogi Santo Antônio, Sobradinho, por toda a noite e ao longo do domingo. Tia Ruth avisa: "Vou liberar o banho na cachoeira para a limpeza do corpo".

Ruth de Oxalá é baiana de Salvador e orgulha-se de ser uma das lavadeiras da escadaria do Bonfim, todos os anos, no terceiro domingo do mês de janeiro. 'GLá eu sou gente", afirma orgulhosa de pertencer ao povo de Angola. Na festa de Iansã, pretende fazer uma "mistura fina", quer entrosar os filhos da umbanda no candomblé de Angola e, para começar, vai fazer a festa com a vovó Catarina, uma negra escrava que foi liderde senzala, tão sacrificada quanto Iná, do seriado Abolicão, recentemente exibido na TV. "Era uma negra formosa que vivia na Boca Sangrenta, hoje Boca do Rio, em Salvador", garante Ruth.

A imagem de Catarina de Angola foi esculpida por Antônio Pedro da Silva, o mesmo que fez a estátua do Padre Cícero que a prefeitura de Juazeiro (Ceará) presenteou á igreja Santuário das Almas, de Sobradinho.

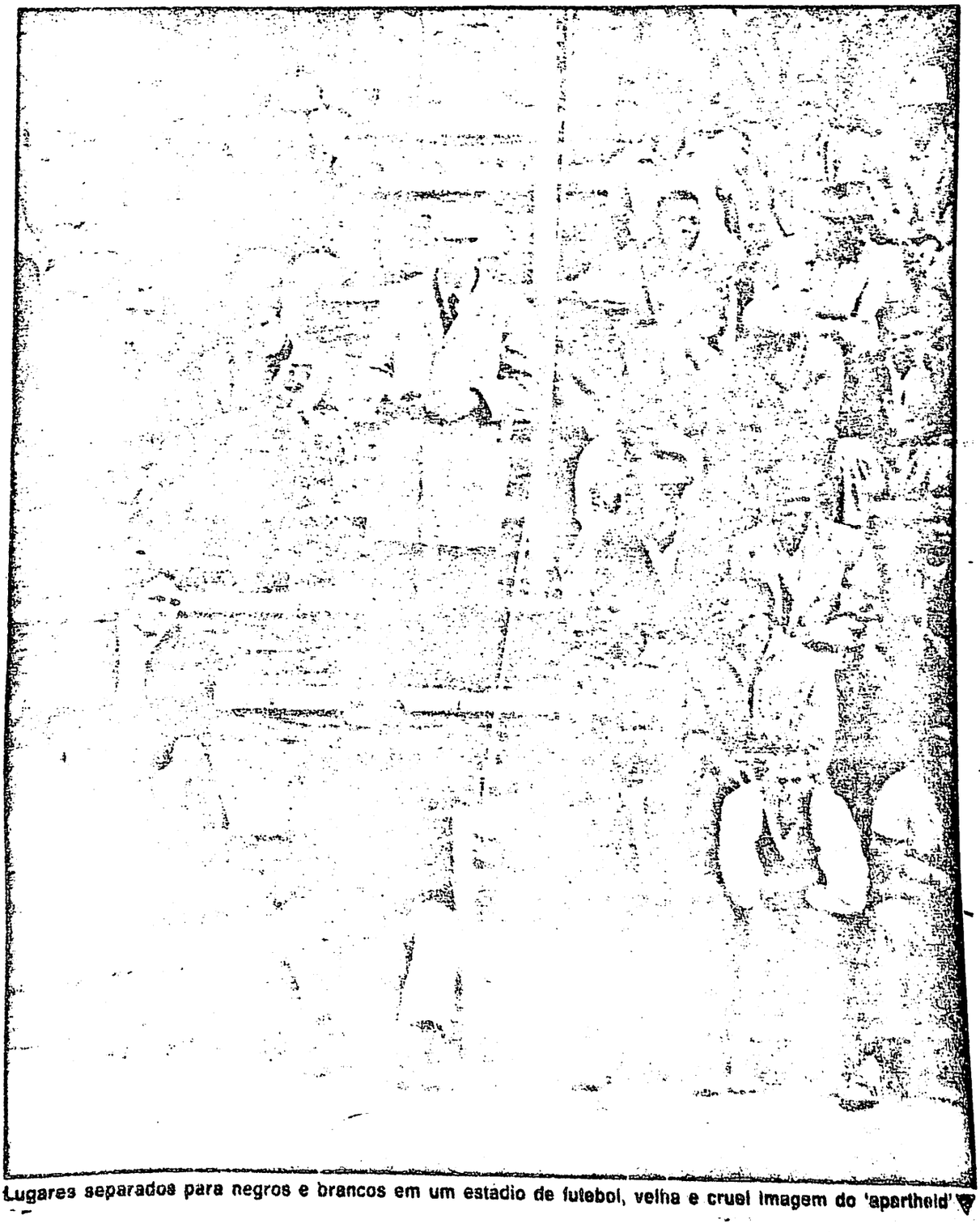
Amanhã, rodas de caboclos vão se misturar a rodas de capoeira e de samba para saudar Iansã. A velha Ruth de Oxalá, do alto dos seus 61 anos de camdomblé, vai centralizar a festa com a recomendaç-ao de que é preciso muita fé e concentração para vencer a atual fase por que passa o País: "Estamos todos de mãos atadas, nossa vida cotidiana está se destruindo", avisa. E, enquanto não volta para a Bahia, vai se dedicando aos 80 filhos-de-santo aos quais dá assistência espiritual e às crianças e animais que cria no seu pequeno barraco.

Domingo, 4 de dezembro de 1988

SEGUNDO CADERNO

O GLOBO

LIVROS



Lugares separados para negros e brancos em um estádio de futebol, velha e cruel imagem do 'apartheid'

2 □ 1º caderno □ domingo, 4/12/88

JORNAL DO BRASIL



Custódio Coimbra

Uma porta divide ao meio o elevador em Botafogo

O 'apartheid' vertical

□ À primeira vista, trata-se do engenho mais inofensivo do mundo. No Brasil, no entanto, o elevador, em princípio um agente do progresso e do conforto, transformou-se num instrumento de discriminação social e racial. Ao se adotar a divisão entre elevador "social" e "de serviço", e ao confinar-se ao segundo as empregadas domésticas e outros serviçais, legalizou-se no país um apartheid que não existe nem na África do Sul. No prédio número 117 da Rua Dona Mariana, em Botafogo, na Zona Sul do Rio, há uma aberração. Ali, onde há um só elevador, moradores antigos dividiram-no em dois, improvisando uma porta no meio — de forma que, mesmo que a viagem seja a mesma, os patrões não tenham de encarar os empregados durante o percurso.

BB SPECIAL

JORNAL DO BRASIL 06:12.88

URSS vai punir quem demitir funcionários por motivos raciais

MOSCOU — Num comunicado assinado pelo presidente Mikhail Gorbachev e pelo primeiro-ministro Nikolai Ryzhkov, o governo soviético ameaçou punir e expulsar do Partido Comunista quem promover demissões por motivos raciais. A medida foi tomada após as notícias de que muitos trabalhadores na Transcaucásia foram demitidos por pertencerem a grupos étnicos distintos: os azerbaijanis de seus empregos na Armênia e os armênios de seus trabalhos no Azerbaijão.

O comunicado, editado pelo Comitê Central do Partido Comunista e pelo governo, diz que alguns líderes de partidos e funcionários do governo das duas repúblicas estão diretamente envolvidos com casos de demissões por motivos raciais. E pede que os governos das repúblicas "ajam decididamente para acabar com as flagrantes violações dos direitos constitucionais dos cidadãos". O comunicado afirma ainda que quem permitir demissões ilegais deverá pagar pessoalmente e ser punido, "incluindo a expulsão do partido, a remoção do trabalho e, nos casos determinados por lei, ser responsabilizado criminalmente".

De acordo com os últimos dados oficiais, mais de 200.000 pessoas fugiram de suas casas desde o início dos conflitos étnicos, há 10 meses, e 60 pessoas já morreram.

LUX JORNAL
FUNDADO EM 1925

CORREIO BRAZILIENSE
Brasília - Distrito Federal

10 DEZ 1988

Negado racismo contra louras

Porto Alegre — Os dirigentes de entidades carnavalescas acusam Lisiane Braile — a loura eleita primeira princesa do carnaval porto-alegrense e que renunciou na última quarta-feira após dizer-se vítima de racismo — de estar fazendo uma "armação publicitária". A própria Empresa Porto-Alegrense de Turismo (EPATUR), promotora do carnaval de rua da capital, chegou a fornecer fotos em que ela aparece ao lado de sua antecessora, a também loura Rita Gonçalves, que em um ano de mandato nunca se queixou de qualquer preconceito por ser branca. Lisiane, porém, ainda ontem continuava inabalável na decisão de nunca mais vestir a faixa.

O presidente da EPATUR, João Se[illegible]ano, lamentou a situação.

JORNAL DO BRASIL 4 o CADERNO B o sábado, 10/12/88

SATCHMO

Um gênio americano

João Máximo

MAIS bobagens são escritas sobre o jazz do que coisas que valham a pena. Para começar, os teóricos da matéria, na quase totalidade, são brancos, vêem o jazz por uma ótica branca e apóiam seus julgamentos em padrões de uma cultura branca. Mesmo com os que parecem entender o negro americano e sua música é preciso ter cuidado: costumam se esconder, por trás desse aparente entendimento, doses de compaixão, os gênios do jazz sendo vistos como pobres-coitados que conseguiram dar a volta por cima graças ao seu gênio — ou doses duplas de preconceito, os teóricos criando suas próprias definições do que seja jazz e tentando demolir quem quer que toque em outro tom.

Louis Armstrong, sem dúvida um dos mais legítimos gênios do jazz, não escapou à maldição. E por que deveria? Mais do que qualquer outro, tem sido vítima dela. Afinal, entre os muitos clichês que os brancos criaram para rotulá-lo, está o de "maior personalidade do jazz." E quanto maior a personalidade, melhor é o alvo.

James Lincoln Collier é branco. É também um teórico do jazz. Certamente se compadece do sofrimento que o povo negro tem vivido na América dos dois últimos séculos. E provavelmente tem lá seus preconceitos. Mas **Louis Armstrong** — livro que escreveu há cinco anos e que a Editora Globo coloca nas livrarias quarta-feira que vem, a Cz$ 14 mil o exemplar — merece ser incluído entre as exceções. É uma honesta e volumosa biografia. E trata Louis como o gênio que de fato foi (aliás, o título original não faz por menos: **Louis Armstrong, an American genius**).

Claro, Collier tem suas próprias verdades sobre o que seja jazz. E não consegue escapar à armadilha de pelo menos um lugar-comum: o de ser intolerante com o fato de, já para o fim da vida, Louis ter ganho bom dinheiro tocando e cantando sucessos como **Hello, Dolly!** O que não tem a menor importância. Mas em tudo o mais — inclusive quando mostra Louis dando a volta por cima graças ao seu gênio — acerta.

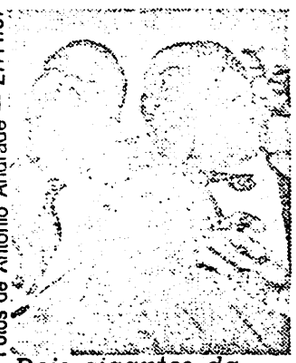
A história de Louis Armstrong, como a dos músicos de jazz em geral, beira o fantástico. É incrível pensar que ele tenha sobrevivido à Nova Orleans do começo do século, cidade violenta e miserável onde os heróis de um menino como ele eram os músicos e os rufiões. Um menino que, por dar tiros a esmo num dia de Ano Novo, foi parar no reformatório. Ali, descobriu o pandeiro, a bateria, o sax e, por fim, o trompete. E que trompete! Soprando-o erradamente, a ponto de castigar os lábios com feridas e calos dolorosíssimos, ele mudou a música do século XX. O que é outro lugar-comum, mas nem por isso uma inverdade. O livro de Collier deixa claro que, sem o jazz, não teria havido Louis Armstrong, mas também é possível dizer que, sem Louis Armstrong, não teria havido o jazz. Não o tipo de jazz irresistivelmente hot que ele ajudou a criar, se é que não criou sozinho. Um gênio.

Uma biografia que é quase uma pequena história do jazz através dos caminhos percorridos por Louis. É excelente o estudo que o autor faz da Nova Orleans onde Satchmo nasceu. E lúcida sua análise da evolução da música negra americana, da África a Nova Orleans e desta para o mundo. Episódios pouco conhecidos ou mesmo desconhecidos da vida de Louis são contados em detalhes: as quatro mulheres, a maconha, o convívio com reis e presidentes, o lado simplório (mandava cartões de Natal com fotos em que aparecia sentado no vaso sanitário), a insegurança (inclusive como músico), a compulsão para distribuir dinheiro a rodo, seu jeito meio pândego camuflando o admirável ser humano que na verdade foi.

Collier desfaz, de certa maneira, a imagem de "bom crioulo" que Louis parece ter projetado quando o show business o descobriu. Principalmente numa época em que os negros começavam a mudar sua postura, os anos 60 quentes e inquietos, esta imagem lhe valeu críticas de gente de sua própria raça. Mas Louis cresceu convencido de que vivia num mundo de brancos. E tudo que fez foi tirar o melhor proveito disso.

Negra, mesmo, era sua música. Não importa se ele foi melhor nos anos 40 dos que nos 50, ou se não foi tão bom nos 30 quanto havia sido nos 20. Collier entra nessas considerações comparativas na medida em que elas são inevitáveis. Jazz? O próprio Louis jamais se referiu a si mesmo como um **jazzman**, o que também não importa. Collier prefere ressaltar nele o trompetista insuperável, um inovador, um revolucionário. Tudo que veio depois se deve ao que ele fez antes. Inovador, também, como cantor: terá sido mesmo ele o inventor do **scat singing**? O que conta é que, naquela voz, naquele trompete, está tudo aquilo que a América, a própria música do século XX, deve aos negros.

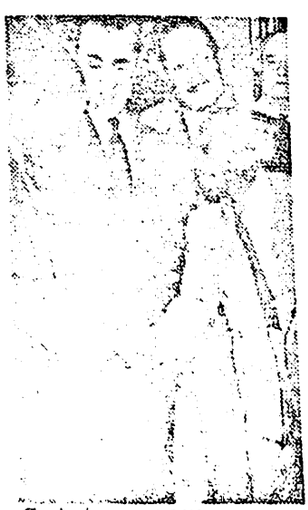
Um livro para se ler e reler. Reverenciando Louis Armstrong em vez de pensar nele como um símbolo dos pobres-coitados que deram a volta por cima. Admirando-o sem preconceitos estéticos, pouco importa se na vitrola esteja rodando o **When it's sleepy time down south** (a primeira gravação) ou **It's been a long, long time**. Tudo é jazz, tudo é Satchmo.



Fotos de Antônio Andrade — 27/11/57

Dois gigantes da música: Pixinguinha e Louis Armstrong

Biografia de Louis Armstrong não cede à tentação do preconceito



Satchmo com Grande Otelo, em visita ao presidente Juscelino

CONT.



ULTIMA HORA
RIO DE JANEIRO - RJ
10 DEZ 1989

O Instituto de Pesquisas das Culturas Negras – IPCN – comemora hoje os 40 anos da Declaração dos Direitos Humanos e o primeiro ano oficial do S.O.S. Racismo com vasta programação na Avenida Mem de Sá, em frente ao instituto, para os menores de rua. Os garotos terão atividades de pinturas, brincadeiras e assistirão a um show de pagode. "O menor de rua foi o escolhido porque ainda é o mais discriminado na sociedade brasileira", justifica o presidente do IPCN, Januário Garcia.

Os programas de Direitos Humanos e Civis e o S.O.S. Racismo do IPCN têm como principal objetivo o combate ao racismo da forma que ele se apresenta, "na hora e no lugar em que aconteça, dando o devido apoio político", disse, Januário. Segundo a pedagoga e pesquisadora Dilce Esmeraldina, a discriminação racial continua no Brasil e para terminar com o problema será necessário muito tempo. Ainda segundo Dilce, a Declaração dos Direitos Humanos é um trabalho internacional que não está consolidado na prática. "Até as próprias autoridades não respeitam esse direito. No entanto, é uma luta altamente válida", defendeu.

O DIA

RIO DE JANEIRO - RJ

11 DEZ 1988

SOS Racismo comemora seu 1º aniversário

Carlos Nobre

Consolidado como o único órgão jurídico de defesa dos negros discriminados cariocas, o Programa de Direitos Humanos e Civis SOS Racismo do IPCN (Instituto de Pesquisas da Cultura Negra) completou ontem 1 ano de criação, no mesmo dia no qual as organizações de Direitos Humanos de todo o mundo comemoraram o 40º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem. O sucesso do programa, que investigou com uma equipe de advogados, sociólogos e pedagogos casos de discriminação racial em clubes, trabalho, boates, elevadores de prédios, anúncios publicitários, entre outros, foi fruto de uma estratégia, segundo conta Januário Garcia, 43 anos, fotógrafo, e presidente do IPCN.

Na verdade, o programa nasceu em 84 quando lideranças negras reunidas no IPCN, na Rua Mem de Sá, 208, criaram o SOS Movimento Negro, uma espécie de balão de ensaio e um minifórum de discussão da questão racial. O SOS Movimento Negro foi uma ponte de passagem para o SOS Racismo. As lideranças deduziram que, em 88, os órgãos públicos iriam investir nas comemorações da Abolição de forma a esconder as condições reais do negro no Brasil.

Por isso, em 10 de dezembro de 1987, foi lançado o SOS Racismo, que, na avaliação de Januário Garcia, deveria ser o órgão competente do Movimento Negro para se contrapor às comemorações oficiais do Centenário. "Tínhamos certeza de que o SOS Racismo iria explodir e se consolidar em 88, como realmente aconteceu", diz ele, que chegou recentemente da Alemanha Ocidental, onde expôs fotos e deu palestras sobre o negro brasileiro para sindicatos, universidades e entidades de Direitos Humanos.

– Como foi o surgimento do Programa SOS Racismo?

Januário – Desde que assumimos a presidência do IPCN, em 1984, fizemos uma reflexão das propostas políticas do Movimento Negro e da nossa entidade. Constatamos, por exemplo, a falta de um mecanismo para encaminhar as questões sociais. Por isso, criamos o SOS Movimento Negro que foi bastante procurado por negros que sofreram com a discriminação racial. Esse processo foi até 1986. A partir daí, decidimos criar um programa forte e jurídico de combate ao racismo, e o primeiro passo foi conseguir financiamento de entidades de auxílio às lutas dos discriminados no exterior. Lançamos, então, o Programa SOS Racismo.

– De que forma o IPCN estruturou os quadros do novo programa?

Januário – Tivemos algumas preocupações básicas. Em primeiro lugar, estruturamos o programa com três assessorias: a pedagógica, jurídica e assuntos sociais. Depois, colocamos para trabalhar nessas assessorias advogados, sociólogos e educadores que recebiam salários compatíveis com

gação de uma denúncia de discriminação racial?

Januário – As denúncias de discriminação podem ser feitas pelo telefone 252-6683 ou no próprio programa, Rua Mem de Sá, 208. Procuramos, quando é nos apresentada a denúncia, ouvir a pessoa atingida que assina seu depoimento. Depois, vamos ouvir os acusados ou a instituição que provocou a discriminação. Dependendo da análise da situação, pedimos ou não, a instauração de ação de averiguação do caso à Polícia ou à Procuradoria-Geral de Justiça. Acompanhamos passo a passo os procedimentos legais.

"O reconhecimento de credibilidade pela sociedade civil foi nossa maior vitória"

– Qual foi o primeiro batismo de fogo do SOS Racismo?

Januário – Foi o caso das PMs negras transferidas ao Aeroporto Internacional do Gale

suas funções. Eles, por outro lado, são militantes do Movimento Negro, e, por isso, identificados com a luta contra a discriminação.

-- Qual é o método de investi-

riam, em face da cor de suas peles, dando uma imagem negativa para a corporação. Fomos, no mesmo dia em que saiu a reportagem, no jornal O DIA, ao QG da PM, onde



fomos recebidos pelo comando. Posteriormente, o Governador Moreira Franco nos recebeu e respeitou nossa atitude.

– Vocês já estavam preparados para enfrentar um caso como esse que deu uma grande repercussão na Cidade?

Januário – Veja bem, com a experiência do SOS Movimento Negro, de 84 a 86, já havíamos traçado uma política clara de atuação jurídica em casos de racismo. Naquela época, já havíamos pensado numa estratégia de, em 88, atuar com força contra a discriminação. Chegamos à rua e às instituições com uma discussão amadurecida e uma vivência acalorada. Quando você se organiza juridicamente passa a ter mais credibilidade. O lançamento do SOS Racismo foi feito na OAB com presença de personalidades ilustres como o advogado Nilo Batista e o bispo de Caxias Dom Mauro Morelli. O reconhecimento da credibilidade pela sociedade civil foi nossa maior vitória.

– O SOS racismo cresceu, então, em face do Centenário da Abolição?

Januário – Não. Uma das mais importantes estratégias do IPCN foi a de criar o SOS Racismo, em dezembro de 87, já sabendo de antemão que ele iria explodir em 88. Mais atrás, vislumbramos que os órgãos públicos iriam investir forte, no ano do Centenário da Abolição, a fim de encampar as lutas raciais de forma a descaracterizar a situação do negro no Brasil. Tornou-se necessário que o Movimento Negro criasse uma estrutura sólida para se contrapor ao discurso oficial da mídia. Era necessário que a gente falasse por nós mesmos. Na medida em que a mídia dava um tom oficial, nós nos contrapomos a ela através de fatos reais da situação do negro.

"Outros militantes querem transformar o SOS Racismo num programa de massas, da noite para o dia"

– Como o SOS Racismo é visto por outras entidades de militância negra?

Januário – Existem várias correntes de pensamento dentro do Movimento Negro, no Rio. Algumas delas concordam que estamos agindo como a escalada de montanhista: cada pino pregado no morro será importante para o próximo montanhista que vem atrás. Quem for escalar o morro 5 anos depois, verá que aquele pino é ponto de orientação da escalada. Outros militantes querem transformar o SOS Racismo num

programa de massa. Da noite para o dia será impossível. Futuramente, sim.

"Queremos criar agentes populares de Justiça"

– Por quê?

Januário –Temos que reconhecer que ainda temos um quadro de técnicos diminuto, faltariam grandes instalações e recursos financeiros. Quando a estrutura se consolidar, aí sim, poderemos transformá-lo num programa de atendimento de direitos humanos da grande massa marginalizada.

– Quais são, então, os projetos que o programa pretende lançar em 89?

Januário – Pretendemos, em convênio com outros organismos de defesa dos direitos humanos e civis, desencadear alguns projetos importantes. O primeiro deles seria a criação de núcleos do SOS Racismo nas favelas e periferias do Estado. Isto para estimular a descoberta pelas comunidades marginalizadas de sua cidadania. Ao mesmo tempo, com a OAB, queremos criar os agentes populares de Justiça, que receberiam noções básicas de Direito para orientar as comunidades carentes na defesa dos direitos humanos civis. Queremos também lutar pela criação de uma cadeira de Racismo nos cursos de Direito e Sociologia, já que o racismo hoje é um crime inafiançável. Ao mesmo tempo, ampliar os quadros e publicar os dois cursos de Cidadania e Racismo que fizemos em 88.

– Você passou 45 dias na Alemanha Ocidental, a convite de entidades culturais. O que foi fazer lá e qual é a imagem do problema racial brasileiro que os alemães têm?

Januário – Eu fui convidado pelas Secretarias de Cultura das Cidades de Nuremberg e Kassel para participar de uma exposição fotográfica. Há 15 anos eu fotografo o negro brasileiro e tenho um acervo com quase 25 mil fotos. Ao mesmo tempo em que expunha o meu trabalho, participei de encontros e debates no Sindicato dos Metalúrgicos de Kassel, na Anistia Internacional da Cidade de Colônia, Associação dos Povos Americanos e na Casa do Terceiro Mundo. Fui recebido pelo Partido Verde alemão que está apoiando a luta contra o racismo. Na verdade, os alemães ainda pensam que não existe racismo no Brasil. A propaganda oficial brasileira, na Alemanha, nega este fato. Eles ficaram assustados quando mostrei algumas correlações entre o **apartheid** sul-africano e algumas situações vividas pelos negros brasileiros.

– O SNI (Serviço Nacional de Informações) se mostrou, há pouco tempo, preocupado com o crescimento do número de intelectuais negros. Havia a preocupação, segundo a qual os negros poderão, nos anos 90, provocar distúrbios por ainda ficarem à margem do mercado de trabalho. Você concorda com esse sintoma militar?

Januário – Em 300 anos de escravismo foram mortos mais de 100 milhões de negros pelo colonialismo europeu. Acontece, por outro lado, que fomos, nós negros, a mola-mestra que enriqueceu e solidificou o capitalismo. E fomos deliberadamente marginalizados dos benefícios do capitalismo. Todos os descendentes dos africanos pertecem às camadas mais baixas da população.

"Os alemães ainda pensam que não existe racismo no Brasil"

– Você quer dizer que...

Januário – Deixe eu continuar. Então, você vê hoje o esforço do operariado negro para que seus filhos estudem e se formem. Esse pai, então, constata que seus filhos formados terão problemas no mercado de trabalho porque são negros. Na realidade, a revolta desse pai por ver seu esforço inútil se juntará à revolta da nova geração de negros formados que não encontraram oportunidades no mercado de trabalho. Nos anos 90 poderá haver uma revolta de todos os marginalizados.

"Nos anos 90 poderá haver uma revolta de todos os marginalizados"

– O Movimento Negro é socialista?

Januário – O Movimento Negro é a forma organizada de os negros combaterem a ideologia racial. O Movimento é histórico e cultural. O negro sempre esteve no movimento. O primeiro africano que chegou ao Brasil ficou à esquerda do sistema colonial. Os quilombos se tornaram um mecanismo para combater o racismo, o capitalismo e o imperialismo. O quilombo estimulou o rapto de escravos ou as fugas para esvaziar o capitalismo colonial. No Estado quilombola, com a presença de todos os oprimidos, tinha-se trabalho, comida e integração étnica entre todos. Esse o Estado modelo que o Brasil deve se mirar.

JORNAL DO COMÉRCIO DA SERRA - 13.12.88

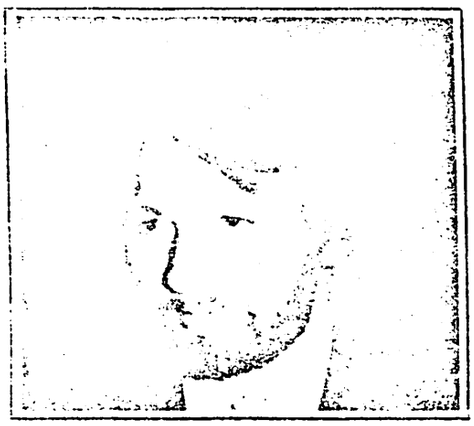
CAIXA DO SUL - RGS

Dia da Consciência Negra e Concurso Nacional de Coros

O projeto do vereador Elói Frizzo, instituindo o dia 20 de novembro como o Dia Municipal da Consciência Negra, foi aprovado por unanimidade. A data lembra a morte de Zumbi dos Palmares, herói da luta de libertação da raça negra contra o regime de escravidão do Brasil Imperial.

Além de servir como instrumento contra a discriminação racial, o projeto de Frizzo pretende, segundo ele próprio, construir para que se reconheça, de forma oficial, o legado da raça negra no campo cultural e econômico, como força importante no desenvolvimento do país.

O vereador quer evitar, também, que alguns dispositivos da nova Constituição se tornem "letra morta", como é o caso do que considera o crime de racismo insuscetível de graça ou perdão e o que torna obrigatório o estudo da contribuição das diversas raças para a formação brasileira, dentro da disciplina de História.



Elói Frizzo, preocupado com a efetiva realização dos dispositivos da Constituição referentes ao crime de racismo



Milton Comassetto, tentando valorizar a cultura da cidade e incrementar o turismo ao mesmo tempo.

COROS

O vereador Milton Comassetto deu entrada na Câmara com um projeto que institui o Concurso Nacional de Coros em Caxias do Sul, na tentativa de valorizar a cultura da cidade e incrementar o turismo ao mesmo tempo. Na justificativa do projeto, Comassetto diz que a região Nordeste é o maior pólo turístico do estado, mas que, enquanto cidades como Canela, Gramado e Nova Petrópolis investiram em infra-estrutura para atrair turistas, o município de Caxias ficou para trás. Hoje, Caxias é um simples ponto de passagem para os turistas que vão a outras cidades.

Apesar disso, o vereador entende que aqui há um espaço quase inexplorado para eventos culturais. Ele cita o exemplo das apresentações da Orquestra Sinfônica de Caxias e dos espetáculos montados na Casa de Cultura, ambos com grande sucesso de público. Um concurso de coros, em nível nacional, atrairia muitos turistas, especialmente no inverno, que é a época em a serra é bastante procurada. Como premiação criou o troféu "Cotovia" para os cinco primeiros colocados.

JORNAL DE BRASÍLIA
BRASÍLIA-DF

14 DEZ 1988

Racismo agora vai dar cadeia

A prática do racismo agora vai dar pena de reclusão de dois a cinco anos se o presidente José Sarney sancionar projeto de lei do deputado Carlos Alberto Caó (PDT), regulamentando dispositivo constitucional que tipifica o delito como crime imprescritível e inafiançável. O projeto foi aprovado pelos deputados no dia 11 de outubro; em seguida foi ao Senado Federal, que o emendou.

O projeto é a primeira regulamentação de dispositivo da Constituição aprovada pelo Congresso Nacional e descreve penas para vários tipos de práticas de racismo. Ele prevê que quem impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da administração direta ou indireta, bem como às concessionárias de serviço público, terá pena de reclusão de dois a cinco ano·

Pena

Ao contrário da antiga legislação, que considerava o racismo como uma contravenção penal, o projeto aprovado ontem pela Câmara dos Deputados estabelece que recusar ou impedir o acesso de qualquer negro a estabelecimento comercial, negando-se inclusive servir, atender ou receber cliente ou comprador, pode resultar em pena de reclusão de um a três anos. O projeto, composto de 21 artigos, prevê também que os que recusarem ou negarem a inscrição de aluno negro em qualquer estabelecimento de ensino estará sujeito a uma pena de reclusão que pode se estender de três a cinco anos.

Impedir acesso ou recusar hospedagem para um negro em hotel, pensão, estalagem, ou qualquer estabelecimento similar, implicará em uma reclusão, se o infrator for considerado culpado, de um a três anos. Discriminar alguém por razões econômicas, sociais, políticas ou religiosas, em local de trabalho, em público, ou em reuniões sociais, pode resultar em julgamento e prisão com uma reclusão, se o acusado for considerado culpado, de dois a quatro anos.

A TARDE
SALVADOR - BA
16 DEZ 1988

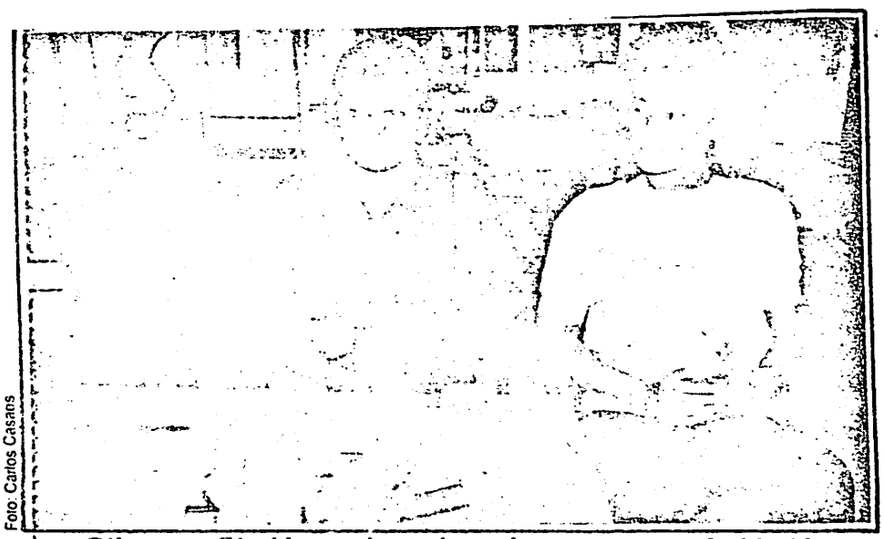


Foto: Carlos Casans

Gilvana e Giselda: maltratadas pelos seguranças da Mesbla

Estudantes discriminadas em loja por serem negras

O primeiro caso supostamente de preconceito racial após a promulgação da nova Constituição Federal ocorreu em Salvador, mais exatamente na Mesbla Magazine da Avenida Sete, envolvendo dois seguranças, Ricardo Brito Cerqueira e Antônio Barros Silva, e as estudantes negras Gilvana Assunção e Giselda Assunção, vítimas de violência praticada pelos dois seguranças da loja. Contra os dois, aliás, já se encontra na Vara Crime de Salvador uma ação penal proposta pelas vítimas, Gilvana e Giselda Assunção, e fundamentada na nova Constituição Federal. O alegado preconceito foi praticado quando as duas estudantes efetuavam compras na loja e, segundo os advogados Gilvan Assunção e Geraldo Cirne, as duas estudantes movem também uma ação indenizatória por perdas e danos morais na Vara Cível.

Os dois seguranças da Mesbla poderão ser enquadrados no Artigo 5º, inciso XLII, Capítulo I do Título II, da Constituição Federal, que estabelece pena de reclusão e considera a discriminação racial, crime inafiançável e imprescritível. Na ação penal que já se encontra na Vara Crime, os dois advogados requerem que os dois seguranças da Mesbla da Avenida Sete sejam citados para interrogatório e processados pela prática criminosa da discriminação racial, já tendo, inclusive, arrolado testemunhas que presenciaram o fato. O advogado Geraldo Assunção, que é irmão das duas estudantes, disse que levará a ação até as suas últimas consequências para que sirva como um basta à prática odiosa da discriminação racial.

REVISTADAS

A estudante Gilvana Assunção disse que foi à Mesbla Magazine com a irmã Giselda e uma amiga de nome Cláudia. Soube depois que desde o momento que as três entraram na loja começaram a ser seguidas pelos dois seguranças da loja sem que percebessem. Quando ela estava fazendo o pagamento da mercadoria que tinha comprado, um dos seguranças, Ricardo Brito Cerqueira, aproximou-se mais dela. Foi aí que a irmã Giselda percebeu que estavam sendo seguidas. Efetuou o pagamento e quando se dirigia com a irmã e a amiga para a escada de acesso à porta de saída da loja foi agarrada violentamente pelo braço, por Ricardo Brito Cerqueira, e levada para uma sala ao lado da escada.

O outro segurança, Antônio Barros Silva, seguiu-os. Segundo o advogado Gilvan Assunção, irmão de Gilvana e Giselda, a primeira formada em Administração de Empresas e a segunda estudante do mesmo curso, os dois agressores são funcionários da Mesbla Magazine, pois na ocasião ostentavam crachás da loja. E submeteram Gilvana a um interrogatório agressivo exigindo que ela confessasse onde tinha colocado a mercadoria que tinha roubado. Ricardo Brito Cerqueira inclusive enfiou a mão entre os seios dela dizendo que a mesma tinha escondido ali a mercadoria roubada. A agressão a Gilvana só cessou, disse o advogado, em razão do clamor de Giselda e pelos protestos de vários clientes, que pararam em frente à porta da sala para verificar o que estava acontecendo.

Para Gilvan Assunção, o fato é caracteristicamente de discriminação racial, pois a loja estava cheia de clientes que verificavam e experimentavam mercadorias sem passar pelo constrangimento a que foram submetidas suas irmãs, que o máximo que fizeram foi entrar num estabelecimento de acesso público vindo, a partir deste instante, a tornarem-se duas pessoas completamente suspeitas.

O LIBERAL
BELÉM — PA
17 DEZ 1988

Vigilantes processados por crime de racismo na Bahia

Salvador (AJB) — As irmãs Gilvana e Giselda Assunção são as autoras da primeira ação impetrada na Justiça baiana, denunciando crime de racismo com base na nova Constituição. Elas acusam dois vigilantes da loja Mesbla, no centro desta capital, de tentarem obrigá-las a confessar o roubo de mercadorias. A suspeita dos funcionários, segundo as vítimas, foi motivada pelo fato delas serem negras. Gilvana e Giselda, estudantes de Administração de Empresas, entraram na loja para fazer compras, e desde que chegaram — conforme um dos vigilantes as informou — foram seguidas pelos vigilantes Ricardo Brito Cerqueira e Antônio Barros Silva. Quando chegaram ao caixa para pagar as despesas, um deles — Ricardo — agarrou Giselda pelo braço e, levada para uma sala, o vigilante exigia que ela confessasse ter roubado mercadorias. O outro segurança chegou minutos depois e, além de interrogá-la, passou a revistar a estudante, inclusive colocando a mão entre seus seios, para certificar-se de que não havia escondido o suposto objeto roubado em seu sutiã.

Após certificarem-se de que a estudante não havia cometido o roubo, e diante dos protestos de outros fregueses, alertados pela irmã de Giselda, os vigilantes permitiram que as duas irmãs deixassem a loja. Os advogados Geraldo Cirne e Gilvan Assunção, que em nome das estudantes impetraram a ação na Justiça, consideram que a atitude dos dois funcionários da loja caracteriza racismo.

— No momento havia na loja dezenas de mulheres brancas examinando mercadorias, mas a suspeita de roubo, logo que elas entraram, só recaiu sobre as minhas clientes — disse Gilvan Assunção.

As irmãs, além de processarem criminalmente os vigilantes — eles podem ser condenados de um a três anos de prisão — estão também exigindo da loja, indenização por danos morais. O subgerente da loja, Paulo Henrique Dantas, informou que o caso já foi levado ao conhecimento do departamento jurídico; um dos funcionários acusados, Ricardo Brito Cerqueira, segundo ele, foi demitido da empresa no último dia 2, e o outro, Antônio Barros Silva, não foi identificado.

CORREIO BRAZILIENSE
22 Brasília, sábado, 17 de dezembro de 1988

Racismo

Pode ser que o deputado Dalton Canabrava seja a primeira pessoa alcançada pela nova legislação, que pune com rigor o racismo.

Ao classificar ontem, publicamente, sua secretária de "pretinha porcaria", o parlamentar, que é um legislador, arranjou complicações muito sérias.

A comunidade negra quer porque quer processá-lo agora.

CORREIO BRAZILIENSE
Brasília - D. Federal
18 DEZ 1989

Parlamentar vai à África ver Mandela

A partir de 15 de janeiro, uma delegação brasileira integrada por quatro deputados e três senadores fará uma viagem de 12 dias, em caráter oficial, a quatro países africanos: Moçambique, Angola, Namibia e África do Sul. Durante a viagem, os parlamentares pretendem se encontrar com o líder negro Nelson Mandela, prisioneiro na África do Sul, por se opor à política racista do apartheid.

O deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) informou ontem que o presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, definiu, na noite de sexta-feira, o nome dos quatro deputados que irão integrar à comitiva. Paulo Paim (PT-RS), Benedita Silva (PT-RJ), Edmilson Valentim (PC do B-RJ) e o próprio Caó serão os representantes da Câmara dos Deputados. Os três senadores serão definidos amanhã pelo presidente Humberto Lucena.

Também amanhã, os parlamentares estarão no Itamarati para definir com o embaixador responsável por assuntos da África, a cobertura diplomática para a missão. Os congressistas irão acertar várias questões como vistos, intérpretes e, principalmente, segurança diplomática que receberão naqueles países, por se tratar de uma viagem oficial.

RACISMO

- A grande preocupação desses parlamentares é com a política racista verificada, sobretudo, na África do Sul. Ainda durante a Constituinte, esse grupo de deputados conseguiu aprovar no Congresso Nacional, a visita oficial aos países africanos. Decidiram também elaborar um documento já entregue ao embaixador sulafricano — pedindo o fim do apartheid e a libertação de Nelson Mandela.

Esta será a primeira vez que brasileiros negros — os quatro deputados são negros — ingressam na África do Sul. Eles pretendem conhecer as condições de vida impostas à população negra nesses países e, principalmente, tentar manter contato com Nelson Mandela.

JORNAL DO BRASIL 19.12.88

Detetive que ofende negro é autuado

No ano do centenário da Abolição e poucos dias após a aprovação da lei ordinária que considera crime inafiançável a discriminação racial, o detetive Vitor Estevão de Almeida infringiu a lei e foi autuado por racismo e abuso de autoridade. O incidente ocorreu ontem pela m anhã, em Teresópolis (Região Serrana), quando o policial desrespeitou, perseguiu e ofendeu um grupo de negros, que telefonaram para os deputados federais Benedita da Silva (PT) e Carlos Alberto Oliveira (PDT) e, através deles, conseguiram do secretário de Polícia Civil do Estado, Hélio Saboya, a indicação de um delegado especial para acompanhar o caso.

Sete integrantes do Instituto de Pesquisa e Estudo da Língua e Cultura Yorubá (Ipelcy), ativistas do movimento negro, contaram que viajavam para Teresópolis quando o policial, lotado na 102ª DP (Sumidouro), também passageiro do ônibus, pediu que William Portela, um dos negros, apagasse o cigarro. Foi logo atendido. Mas, chegando à rodoviária de Teresópolis, o policial voltou a se dirigir ao grupo, pedindo os documentos a William. Insatisfeito, exigiu carteira de trabalho.

William negou-se a mostrar, dizendo que contra-cheque era prova de não ser desocupado. O policial se sentiu ofendido e quis revistar William. Quando Carlos Eduardo, outro integrante do grupo, mostrou-lhe um exemplar da nova Constituição, lendo os deveres do policial. Os sete, então, disseram que deveriam ir todos para a delegacia. Na 101ª DP, o detetive Carlos recomendou ao grupo que fizesse hoje uma representação contra o policial, argumentando, segundo o presidente do Ipelcy, Jayro Pareira, que aos domingos não se lavra registro policial. O grupo insistiu e entrou em contato com os dois deputados. O caso foi registrado depois pelo detetive Ronaldo como abuso de autoridade e discriminação racial.

William e seus amigos, que foram a Teresópolis para acertar com umbandistas a realização de um encontro regional no próximo ano, mostraram-se preocupados com possíveis represália do policial e aguardavam a presença dos deputados

JORNAL DE BRASÍLIA
BRASÍLIA-DF
20 DEZ 1988

PÉ DE PÁGINA

☐ **RACISMO** – A mulher do cantor James Brown e o ativista dos direitos civis Al Sharpton fizeram um apelo para a libertação do músico de uma prisão da Carolina do Sul, sugerindo que sua sentença de prisão de seis anos era racista.

Sharpton e a mulher de Brown, Adrienne, concederam uma entrevista nos degraus do Palácio da Justiça em Aiken a fim de iniciar uma campanha nacional para persuadir o presidente eleito George Bush e o governador Carroll Campbell a intervir e comutar a sentença de Brown, imposta na sexta-feira.

"Eles não teriam tratado Elvis assim", disse Sharpton. "Se James Brown não fosse quem é não teria recebido uma sentença dessas. A América protegeu Elvis Presley, a América tem protegido outras lendas".

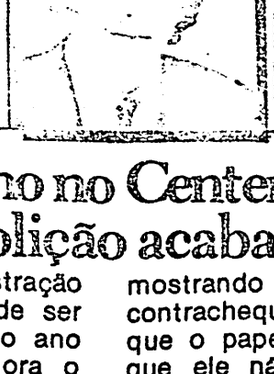
Brown, 54, começou no final da semana a cumprir sua sentença em Columbia, depois de ter sido sentenciado pelo juiz Hubert Long. Um júri o condenou sexta-feira por não parar seu carro quando perseguido pela polícia em estradas da Geórgia e Carolina do Sul a 24 de setembro.

Adrienne Brow pediu a libertação do marido, citando sua idade – "ele tem quase 60 anos" – e suas ações humanitárias para manter os jovens nas escolas e afastados do crime e das drogas.

Os dois também pediram a músicos que coordenassem um concerto beneficente em favor de Brown.

JORNAL DOS SPORTS
RIO DE JANEIRO - RJ
21 DEZ 1988

RIO AFLITO



Napoleão Velloso

Racismo no Centenário da Abolição acaba mal

Mais uma demonstração de racismo acaba de ser dada, justamente no ano em que se comemora o Centenário da Abolição da Escravatura e poucos dias depois da aprovação da lei ordinária que considera como crime inafiançável a discriminação racial. O detetive da Polícia carioca, Vitor Estêvão de Almeida, infringiu a lei e foi autuado por abuso de autoridade e racismo depois de um incidente ocorrido em Teresópolis, quando ofendeu, perseguiu e desrespeitou um grupo de negros.

O arbitrário policial era passageiro de um coletivo que demandava àquela cidade serrana e, em meio à viagem, ordenou a um dos integrantes do grupo do Instituto de Pesquisa e Estudo da Língua e Cultura Yorubá, William Portela, que apagasse o cigarro que fumava, sendo atendido prontamente. Acontece que, ao chegarem à Rodoviária de Teresópolis, o policial fez novas exigências.

O detetive, que é lotado na 101ª Delegacia, aproximou-se do grupo e agora queria ver a carteira de trabalho de William, que se negou a exibi-la, mostrando apenas o seu contracheque, afirmando que o papel era prova de que ele não era um desocupado. Sentindo-se ofendido, o detetive revistou William. Um outro integrante do grupo, Carlos Eduardo, mostrou-lhe um exemplar da nova Constituição, lendo os deveres do policial. Foi aí que todos resolveram dirigir-se à Delegacia Policial.

Lá, a vítima foi aconselhada a fazer uma representação contra o detetive, sob o argumento de que "aos domingos não se lavra registro policial". O Secretário Hélio Sabóia, posto a par dos lamentáveis acontecimentos, determinou que um delegado especial acompanhasse o caso, que foi, finalmente, registrado mais tarde como abuso de autoridade e discriminação racial.

O grupo de negros foi a Teresópolis para acertar a realização de um encontro com umbandistas no próximo ano e mostra-se preocupado com possíveis represálias por parte do policial.

Correspondência: Deputado Napoleão Velloso. Anexo da Alerj, Rua Dom Manuel, Grupo 419 — RJ.

JORNAL DE BRASÍLIA
BRASÍLIA-DF

21 DEZ 1983

☐ **RACISMO** — Um Papai Noel desempregado foi à Justiça, queixando-se de que uma agência fotográfica de East Bay, não o contrata porque ele é negro. O queixoso, Marcus Felder, de 21 anos, que já posou várias vezes como Papai Noel em sua igreja, em Richmond, Califórnia, disse que a firma que contrata papais noéis no Hilltop Mall, Richmond, não lhe dá o emprego porque insiste que Papai Noel é branco. "Cresci acreditando em Papai Noel", observou. "Negro ou branco, não importa".

CORREIO do BRASIL
Brasília - D.F.
22 DEZ 1988



Waldimiro de Souza e José Roberto da Silva acusam atos de racismo

[illegible] de Cultura de [illegible] Trabalhadores [illegible] de Souza. [illegible] diretor de [illegible] mesmo [illegible] da Silva, [illegible] está morando [illegible] Etiopia Cunha nº 11, [illegible] a professora Ana [illegible] Nogueira foi [illegible] moralmente pela sua [illegible] profissão Sandra [illegible] da Silva, matrícula nº 55072-9.

Segundo Waldimiro de Souza, a professora lhe enviou uma carta autenticada em cartório, inclusive com assinaturas de 4 testumunhas, denunciando os maus tratos sofridos durante as agressões verbais de cunho racial. "Nós utilizaremos o Direito Constitucional para resguardar o Direito de Cidadania. Houve violação dos Direitos Humanos, portanto, vamos dar assistência moral e jurídica à professora agredida", avisa Waldimiro.

Para o diretor de Cultura e Pesquisa do Ceab, José Roberto da Silva, o racismo tem que ser banido a começar pela educação, pois é quando se deve levar uma conscientização anti-racial as crianças, em vez de alimentar o sentimento mais torpe, mais insano mais egoísta que a humanidade pode conceber.

A professora Ana Nogueira, tentanto evitar que a professora Sandra Marques da Silva não retirasse os cartazes da candidata oposicionista (a escola estava em epoca de eleições e a sua mãe é a atual diretora) foi ofendida violentamente ao ser clamada de "negrinha safada" e outros termos nada condizentes a sua natureza humana. Ana Nogueira é uma cidadã em toda sua plenitude e exerce as mesmas funções da agressora, que não satisfeita, fez com que muitas crianças que a acompanhavam também a agredissem fazendo com que a humilhação fosse bem maior.

Estes fatos se deram no dia 07 de corrente mês, às 14h30, tendo como testemunhas as professoras Marly das Dores Silvéria Silva, Elizabeth Martinez Eleutero da Silva, Maria Aparecida de O. Barbosa, é, finalizando, Anadir Silvéria de Paulo. O sindicato dos Professores, até agora, não se pronunciou, como também a Diretoria Regional de Taguatinga.

Esportes JORNAL DO BRASIL terça-feira, 22/11/88 □ 1º caderno

Ashe escreve livro

Campeão negro faz estudo da raça no esporte

NOVA IORQUE — Primeiro tenista negro a integrar a equipe dos Estados Unidos na Taça Davis, Arthur Ashe lançou semana passada um livro de três volumes sobre a história dos atletas negros norte-americanos. No livro, Ashe procura explicar como os negros conseguiram criar um ambiente favorável ao desenvolvimento de atletas e como eles venceram as dificuldades de treinamento. O ex-tenista lança, na verdade, o primeiro levantamento de fôlego sobre a participação do negro nos esportes nos Estados Unidos.

"A natureza, a história de todos nós negros na América e a exclusão da nossa raça de outras ocupações, consideradas pelos brancos mais importantes, fizeram que os negros desenvolvessem as condições para ter sucesso nos esportes e nas artes", afirma Arthur Ashe, 45 anos. Modesto, ele acredita entretanto que seu livro, *A hard road to glory: a history of the african-american athlete* (Uma longa estrada para a glória: uma história do atleta afro-americano), é apenas "uma versão incompleta do que aconteceu" e sugere que os famosos historiadores do esporte americano façam uma "revisão mais profunda da nossa história".

O livro de Ashe nasceu exatamente porque, ao ser convidado para dar uma palestra numa faculdade sobre a participação dos negros no esporte, o ex-tenista pesquisou e descobriu que havia apenas um livro que tratava do assunto e havia sido escrito em 1938. Era muito pouco. Primeiro negro a vencer um torneio do Grand Slam (US Open, em 1968), primeiro negro (e único) a vencer em Wimbledon, Arthur Ashe mergulhou em uma profunda pesquisa em jornais, livros sobre outras assuntos, registros diversos de bibliotecas — um trabalho de quase dois anos que resultou em três volumes.

Discriminação — O primeiro volume abrange o período de 1619 a 1819 e é o mais curto apesar de ter sido o mais trabalhoso. Ashe descobriu que desde o século 18 os atletas negros se destacavam nos esportes mas a discriminação racial impediu um desenvolvimento maior. Há alguns casos tristes. Em 1875, no primeiro Kentucky Derby — a prova mais importante do turfe dos EUA — 14 dos 15 cavalos tinham jóqueis negros. Na última década do século, porém, com a fundação do Jóquei Clube americano, os negros foram todos perdendo suas licenças para montar.



AFP — 5/7/75

Ashe ganhou Wimbledon

No segundo volume (1918/1945), Ashe analisa o desenvolvimento dos atletas negros em instituições nascidas da própria política de discriminação racial. Escolas negras, universidades negras e clubes negros davam base e treinamento a atletas que jamais teriam uma chance nas instituições dos brancos. Até as ligas esportivas eram separadas e as estatísticas mostram que as equipes negras levavam sempre vantagem contra os brancos nos (poucos) jogos entre as ligas de baseball e basquete.

Arthur Ashe, que largou o tênis em 1979 depois de um ataque cardíaco e uma conseqüente ponte de safena, continua ligado ao esporte e atua como comentarista de TV e escreve para revistas e jornais. Ligado ao movimento negro desde os tempos em que era tenente do Exército, Ashe dirige uma fundação para incentivar os negros no tênis, principalmente, e em outros esportes. Ao lançar seu livro, Ashe lamentou que os atletas negros não tenham conseguido a glória no tênis como em quase todos os outros esportes. "É um esporte caro e o nosso povo ainda é muito pobre".

CORREIO BRAZILIENSE
Brasília - Distrito Federal
24 DEZ 1988

Desrespeito racial chega às escolas

As campanhas eleitorais para novas diretorias das escolas públicas do DF serviram, no mínimo, para a ocorrência de fatos que não fazem inveja a eleições de outras modalidades. Na Escola Classe nº 11 (Taguatinga Sul), a disputa chegou até à discriminação racial envolvendo duas professoras — a acusada da agressão, Sandra Marques da Silva, e a vítima, Ana Magaly Nogueira, que já encaminhou a denúncia ao Centro de Estudos Afro-Brasileiro (Ceab) para as providências legais. É o primeiro caso registrado no DF após a promulgação da nova Constituição cujos dispositivos podem enquadrar Sandra Silva na lei que considera a discriminação racial crime inafiançável e prevê pena de um a seis anos de detenção.

O Departamento Jurídico do Ceab vai entrar ainda hoje com um processo judicial contra Sandra Silva por discriminação racial, ofensa moral e difamação. O presidente do Centro, Waldimiro Souza, embora não se surpreenda com o fato, lembra que é a primeira vez que uma denúncia do gênero conta com documentação e testemunhas. Sandra Silva é filha da ex-diretora da escola, candidata à reeleição, e não atendeu sequer aos pedidos da mãe de não incitar os alunos contra a professora Magaly. O diretor do Ceab e também professor José Roberto da Silva considera o fato lamentável principalmente por acontecer no setor educacional, envolvendo crianças em idade de formação moral e cultural.

Magaly conta que tudo começou quando Sandra Silva passou a destruir os cartazes da chapa de oposição à sua mãe, estimulando os alunos a fazerem o mesmo. A professora pediu, então, que a diretora interferisse, mas Sandra teria acusado a candidata de "neguinha safada" e incitado seus próprios alunos a gritar, em coro, expressões pejorativas, adjetivando a sua condição de mulher negra. Magaly sentiu-se constrangida quando alunos de outras turmas interromperam suas aulas com o barulho provocado por Sandra, que também atraiu curiosos de fora da escola. O fato ocorreu no dia 7 e tem como testemunhas as professoras Marly Silva, Elizabeth Eleutério, Maria Barbosa e Anadir de Paulo.

CORREIO BRAZILIENSE
Brasília - Distrito Federal

24 DEZ 1985

Segurança

A segurança nos prédios residenciais pode ficar ainda mais difícil. Um projeto de lei, da Câmara dos Deputados, prevê punições para crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Tudo correto. Mas, um dos artigos diz que é passível de reclusão de um a três anos quem impedir o acesso às entradas sociais de edifícios públicos ou residenciais.

O ladrão, que conhecer leis, está feito.

Negros da Inglaterra não querem ser policiais

MILTON COELHO DA GRAÇA
Correspondente

LONDRES — Uma pesquisa confidencial revelou que a maioria dos jovens negros britânicos acha que a Scotland Yard tem preconceito racial e, por isso, rejeita a idéia de entrar para a Polícia.

Embora 14,6% da população de Londres sejam de asiáticos ou negros, as minorias étnicas representam apenas 1,5% da força policial. E 90% dos policiais negros ou asiáticos estão no nível mais baixo da hierarquia. A visão de uma polícia preconceituosa é compartilhada por 41% dos brancos, segundo essa mesma pesquisa, cuja conclusão é de que muita coisa precisa ser feita "para melhorar a reputação da Polícia como instituição".

O DIA
RIO DE JANEIRO - RJ
20 DEZ 1988

Punição

Na quinta-feira, lideranças do movimento negro do Rio de Janeiro têm encontro marcado com o Secretário de Polícia Civil Hélio Saboya. Vão levar ao Secretário as sugestões de castigo para o detetive Vitor Estevan, que no dia 18 de novembro cometeu crime de discriminação racial em Teresópolis.

Sobressai entre as propostas a que determina ao delegado assistir 20 palestras de militantes do movimento negro, sob os olhares vigilantes de todos os seus integrantes.

Racismo

Quem viu o garotinho preto entregar a chave da cidade do Rio de Janeiro ao Papai Noel, na festa da chegada do bom velhinho, certamente pensou: "Não houve racismo na escolha das crianças que participaram do evento". Porém, bastava só observar as menininhas que fizeram a coreografia no palco, para se constatar o contrário. Houve racismo. Entre elas não existiam crianças negras. No entanto, nas arquibancadas elas levavam uma ligeira vantagem entre os presentes (não confundir com presentes de Natal). Eram maioria.

O show não apresentou artistas negros, os quais também devem ser admirados pelas crianças e, os organizadores, sabendo que as crianças a fazer entregas iriam ser focalizadas pela TV, escolheram um negro para disfarçar. Porém, o garotinho cumpriu mais uma vez o papel de serviçal do branco, Noel, carregando suas homenagens, e não se viu a igualdade de raças que tentaram demonstrar. Enquanto isso, as crianças louras foram muito bem representadas por Xuxa que, entre suas **Paquitas, Katuxas e Pituxas**, não seleciona negras. Acorda, Brasil!... Você é uma mistura de raças. **José Arnulfo Alves da França — Rio de Janeiro.**

Uma nova cor à história negra

Ministério da cultura quer dar dinâmica moderna à Fundação Palmares

O ministro José Aparecido de Oliveira, da Cultura anunciou, a uma comissão de deputados negros, a Constituição e funcionamento, no prazo de 180 dias, da Fundação Palmares, destinada à preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência africana na formação da sociedade brasileira.

Ao dar a notícia aos deputados Benedita da Silva (PT-RJ), Edmilson Silva (PC do B-RJ), Paulo Paim (PT-RS) e Carlos Alberto de Oliveira (PDT-RJ), o ministro da Cultura lembrou a decisão da Assembléia Nacional Constituinte que definiu o racismo como crime inafiançável e disse que a criação da Fundação Palmares "representa mais um marco na história das lutas pelo reconhecimento, conservação e permanente defesa dos direitos e valores da negritude no Brasil".

O decreto que cria a Fundação Palmares foi assinado pelo presidente José Sarney durante despacho com o ministro José Aparecido de Oliveira no dia anterior. Vinculada ao Ministério da Cultura, a instituição terá, segundo o ministro, uma estrutura moderna, leve e funcional, apta a cumprir suas funções "com a agilidade e eficiência exigidas pelos novos tempos de avanço social e democrático da Nação".

Biblioteca

A presença definitiva da Biblioteca Nacional no Rio foi consolidada através da aquisição, pelo Ministério da Cultura, de um vasto edifício, com o terreno, do Ministério da Agricultura, onde funcionavam serviços da Cobal, na Av. Rodrigues Alves, esquina de Rivadavia Correa, próximo à Praça Mauá.

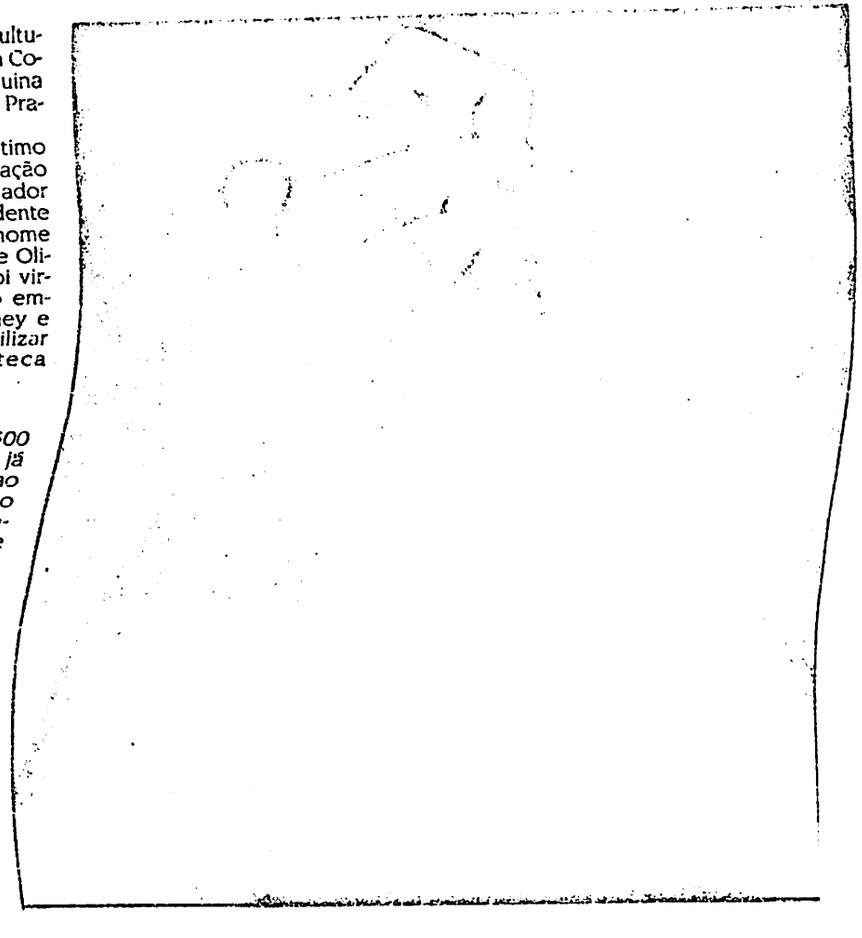
A compra foi assinada no último dia 20 pelo presidente da Fundação Nacional Pró-Leitura, embaixador Wladimir Murtinho, e pelo presidente da Cobal, Pedro Dantas, em nome dos ministros José Aparecido de Oliveira e Íris Rezende. O preço foi virtualmente simbólico, diante do empenho do presidente José Sarney e do Ministro da Cultura para viabilizar o crescimento da Biblioteca Nacional.

Acervo

Construída para abrigar até 500 mil volumes, a Biblioteca Nacional já está, hoje, com 7 milhões. Chegou ao ponto máximo de saturação. O novo prédio, que será reformado e adaptado à nova finalidade, terá espaço e instalações suficientes para a "Hemeroteca" (coleção de periódicos), além dos setores de restauro e microfilmagem da Biblioteca Nacional.

De acordo com o ministro José Aparecido de Oliveira, a aquisição é prova da disposição do Ministério da cultura de manter a Biblioteca Nacional, "colocando um fim nas especulações sobre a sua transferência para Brasília". Os serviços de preparação do novo anexo, disse o ministro, serão iniciados imediatamente, estando sua conclusão prevista para o final do próximo ano.

Arquivo



BIBLIOTECA DO CONGRESSO NACIONAL
BIBLIOTECA
BRASÍLIA-DF
27 DEZ 1988

JORNAL DE BRASILIA - 29.12.88

Negro sofre hostilidade dos chineses

Nanquim (China) — Mais de 2 mil jovens chineses, alguns dos quais gritando "sangue por sangue", concentraram-se ontem no centro de Nanquim no quarto dia consecutivo de manifestações contra os negros africanos.

Centenas de policiais antimotim golpearam os manifestantes e empurraram outros que entraram em camionetas.

Entretanto, o último norte-americano que ficou com os estudantes africanos obrigados a se esconderem por causa da multidão ensandecida disse que os africanos estão decididos a não voltar a suas escolas nesta cidade do leste da China.

Os jovens chineses, em uma repetição de um ato realizado terça-feira à noite, começaram a concentração às 10h30 GMT e gritavam frases contra os africanos.

Um autofalante da polícia ordenou aos jovens reunidos que abandonassem o local dizendo que suas atividades estavam "destruindo a paz e que afetavam a unidade do povo". Os estudantes desafiaram as advertências das autoridades de Nanquim de que todas as manifestações não autorizadas são ilegais.

A explosão da violência racial, a pior na China em anos, foi provocada por uma briga no dia de Natal entre guardas chineses da Universidade de Hehai e estudantes africanos que se negaram registrar o nome de amigas chinesas que os acompanhavam em uma festa nessa instituição.

Diário de Natal
NATAL - R. GRANDE DO NORTE
31 DEZ 1988

Centenário da Abolição

FESTA DA RAÇA

Cem anos se passaram após a assinatura da Lei Áurea, a lei que deu "liberdade" a todos os escravos no Brasil. Vários eventos durante este ano, se propuseram homenagear essa liberdade como Seminários, debates, palestras, músicas, peças teatrais, filmes, livros, entre outras formas de homenagem. Porém, nem todos concordam que essa "liberdade" tenha melhorado a situação do negro nem acabado com o preconceito racional no Brasil, que se manifesta de forma sutil em muitos casos. Apesar dos contras e prós muita festa tem se realizado desde o início do ano. Por que não destacarmos mais uma destas festas?

É a festa musical do disco de Martinho da Vila para este ano cujo título é Festa da Raça. São onze faixas que exaltam o amor, a raça e o próprio ritmo - o samba em todas as suas variações - herança da raça africana, quando no Brasil foram forçados a viver.

Festa da Raça é o 20º Lp de Martinho da Vila e o primeiro na nova gravadora, a CBS. Também é o registro poético de sua negritude. Aliado a esse projeto estão os amigos, entre eles Elifas Andreatto, que desde o Lp "Batuque na Cozinha" esculpe as capas dos seus discos e sugeriu a proposta da nova criação: a liberdade. Fundiu-se então liberdade/negritude, daí a festa que é universal. E disso cuidou Rildo Hora com os arranjos e a vestimenta musical às culturas negras e européia, com a cumplicidade de Geraldo Vespar e Ivan Paulo. Junta-se a isso os textos das composições.

Todos os brasileiros acredito, conhecem o compositor e interprete Martinho da Vila, daí, ser fácil admitir que Festa da Raça nos proporciona com letras e músicas o clima especial da negritude em fusão com o tempo atual, sem perder suas características. Assim, temos o clássico "Xica da Silva" (1962), que deu vitória ao Acadêmico do Salgueiro na senda valorização do elemento negro como tema, num tempo em que a evocação das escolas de samba debruçava-se quase que exclusivamente, na exaltação da história oficial. Em seguida, vem o samba-enredo da E. E. São Carlos (1972) - "Rio Grande do Sul na Festa do Preto Forró" e, completa o pour-pourri de sambas enredos "Ilu-ayê, Odara" (terra da vida bonita, em nagô), samba-enredo da Portela (1972), um divisor na modernidade dessa forma de manifestação negra. Mas a exploração da negritude vem com "sol e chuva, casamento de viúva", uma melodia misto de samba/som de olundum da Bahia e ciranda, bem universal, além de uma letra cheia de valores interioranos. "Jaguatiriça" é o momento romântico dessa festa. É a malícia brasileira com certeza. "Quem me guia" é composição do Beto Sem Braço/Serginho Mereti. Tem estilo calangueado com uso de instrumentos próprios (atabaque, ganzá, pandeiro, violão e cavaquinho); "Mistura de Raça" de Noca e Roberto Serrão, é um momento que requer especial atenção.

"Kizomba Festa da Raça" com arranjos notáveis e a participação do Coral das Docas do Rio de Janeiro, também presente na música que fecha a festa "AXÉ pra todo mundo". Porém, tem ainda "Liberdade pelo amor de Deus" um partido alto bem trabalhado; depois tem "Cafundó de Minas", um autêntico calango que aparece com todo o clima; daí, sem sair da festa, um momento romântico "Bom dia, meu amor", ponto alto de delicadeza poética; "Tom Maior" sucesso de 27 anos, uma saudação ao primeiro filho que vinha (Martinho Antônio, o Pinduca). Taí a festa e AXÉ pra todo o Mundo. (Maria Nilza).

A luta da mulher negra

Discriminada pela presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher, professora Maria Lúcia Garcia, a poesia "A Mulher Negra", texto da aluna de Comunicação, Goretti Gaivota, é publicada hoje pelo DN CULTURA, que torna público o protesto contra a atitude discriminatória, a censura - que teria sido tomada mais por questões políticas, do que propriamente por questões raciais. A seguir a poesia de Goretti Gaivota:

I

Escrevo em versos de cordel
a força do preconceito,
que atira a raça negra
no charco do desrespeito,
que nega a sua cultura
e elimina seus direitos.

II

Nos primórdios da história,
desde o descobrimento,
neste país continente
predomina o pensamento
de explorar o mais fraco,
em todos os segmentos.

III

O Brasil visando lucros
apelou pra escravatura.
Comprou o escravo negro
pra usar na agricultura
a saciar seus prazeres,
mantendo-o sob tortura!

XIII

Mas, até pra ser chacrete
sofre discriminação:
— muitas curvas, belas pernas,
bumbum em exposição.
Estes são os requisitos
pra ocupar tal posição!!

XIV

E com estes requisitos
a negra é manipulada.
Pelos palcos das boates,
seminua ou pelada,
como objeto sexual
ela é muito elogiada.

XV

A negra não passa disto,
claramente a gente vê.
E escrava ou empregada
nas novelas da TV...
Nunca terá o pretígio
duma Luíza Brunet

CONT.

DIÁRIO DE NATAL 31 DEZ 1988

NATAL - RIO GRSNDE DO NORTE

IV
O homem negro era usado
para o serviço braçal.
A negra nunca passava
de mucama serviçal,
forçada a ser amante
dos donos do arraial.

V
Esta negra africana
no seio da escravidão,
era explorada no eito,
levada á prostituição.
O seu Senhor de Engenho
cobrava esta obrigação!!!

VI
Como escrava nunca teve
estrutura familiar...
Além disto, até penava
a maldade peculiar
da Sinhá inconformada
com a infidelidade do lar

VII
Quando o Senhor do Engenho
uma negra engravidava,
o filho que então nascia
ele não considerava...
Pra ele aquela criança
era apenas uma escrava!

VIII
Se menina, era vendida
no auge da adolescência,
para velhos libertinos
confinados à impotência...
E deste jeito vivia:
— banhada de violência!!

IX
Geralmente estuprada,
tratada como animal...
Já são passados cem anos,
mas tudo permanece igual:
— a negra neste país ou
não presta ou cheira mal!!

X
Esta mulher de quem falo,
desconhece a alforria...
Cozinheira ou doméstica,
é igual seu dia-a-dia:
— explorada e reprimida
como a grande maioria

XI
Mas a clara diferença
é sutil no seu disfarce.
A mulher negra enfrenta
a carga dum triplo impasse
sua raça é excluída do
meio da alta classe!

XII
Concretizo o que digo,
na condição que algema
a vida da mulher negra,
que vive grande dilema:
— ou dança pra Sargentelli
ou dança neste Sistema!!

XVI
É sabido que a mulher
muito é discriminada.
A negra sem exceção,
é muito mais explorada.
No que se refere a empregados,
sempre é escorraçada!!

XVII
A maioria das empresas
segue o mesmo padrão,
no quadro das empregadas
a negra não tem opção:
— seu serviço se equipara
quase ao da escravidão!!

XVIII
Se por acaso se emprega
em função mais elevada,
pelo fato de ser negra,
ela é mal remunerada...
A branca no mesmo vível
é bem mais valorizada.

XIX
A negra pode ter fama,
beleza e até posição.
Apesar de tudo isto,
predomina a rejeição:
— sua vida é marcada
pela discriminação.

XX
Usar a porta dos fundos
e o elevador de serviço,
ser tratada como ladra
ou mundana de cortiço,
são violências que espelham
o preconceito maciço.

XXI
Até na literatura
e na música popular,
o racismo segue à risca,
querendo perpetuar,
o ditado que afirma:
— negra só pra fornicar!!

XXII
Agora em oitenta e oito,
festeja-se o aniversário
da abolição do negro,
seu primeiro centenário!
Na verdade a escravidão,
mudou pouco de cenário!!

XXIII
É preciso se extinguir
os preconceitos sociais.
Alerto que crimes racistas
fianças não pagam mais!
A mulher branca ou preta
tem os direitos iguais.

XXIV
Combatente e alerta,
o Conselho Municipal
repudia a violência
do preconceito racial,
que nega à mulher negra
sua ascensão social!!

O DIA
RIO DE JANEIRO - RJ
31 DEZ 1983



Negro discriminado

No ano em que se completou o centenário da Abolição da Escravatura, os negros continuaram discriminados, inclusive pelo Exército, que impediu uma passeata pela Avenida Presidente Vargas, alegando que eles iriam denegrir a imagem de Duque de Caxias. A "farsa da abolição" também foi denunciada por O DIA, que dedicou 14 páginas de sua edição de 8 de maio a mostrar a situação real do negro no Brasil.